



DENÚNCIA Nº 1, DE 2016

(nº 1/2015, na Casa de origem)

**(Dos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina
Conceição Paschoal)**

Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Roussef, por suposta abertura de créditos suplementares por decretos presidenciais, sem autorização do Congresso Nacional; e da contratação ilegal de operações de crédito (Constituição Federal art. 85, VI e art. 167, V; e Lei nº 1.079, de 1950, arts. 10, item 4 e art. 11, itens II e 3).

VOLUME 1 DE 33

Denúncia por Crime de Responsabilidade (DCR) n. 1/2015, em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff

Sumário

Documento	Páginas	Vol.
Termo de Abertura	01	Vol. 1
Denúncia em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereiro Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal	01A a 65	
Certidões de Quitação Eleitoral – Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal	66-68	
Denúncia oferecida, em 15 de abril de 2015, por Carla Zambelli Salgado, Heduan Pinheiro, Danilo Amaral, Nilton Masi Caccaos Júnior e Dircêo Torrecillas Ramos (petição entregue em conjunto com a Denúncia recebida)	69 a 77	
Anexos da denúncia – entre eles uma mídia eletrônica (CD-ROM, fl. 79) contendo cópia do processo 021.643/2014-8 do Tribunal de Contas da União (TCU).	78 a 294	
Termo de encerramento de volume	294A	Vol. 2
Termo de autuação de volume	295	
Continuação dos Anexos da denúncia	295A a 622	
Termo de encerramento de volume	622A	
Termo de autuação de volume	623	Vol. 3
Continuação dos Anexos da denúncia	623A a 1083	
Termo de encerramento de volume	1083A	
Termo de autuação de volume	1084	Vol. 4
Continuação dos Anexos da denúncia	1084A a 1368	
Termo de encerramento de volume	1368A	
Termo de autuação de volume	1369	Vol. 5
Continuação dos Anexos da denúncia	1369A a 1639	
Termo de encerramento de volume	1639A	
Termo de autuação de volume	1640	Vol. 6
Continuação dos Anexos da denúncia	1640A a 2069	
Termo de encerramento de volume	2069A	
Termo de autuação de volume	2070	Vol. 7
Continuação dos Anexos da denúncia	2070A a 2403	
Termo de encerramento de volume	2403A	
Termo de autuação de volume	2404	Vol. 8
Continuação dos Anexos da denúncia	2404A a 2613	
Termo de encerramento de volume	2613A	
Termo de autuação de volume	2614	Vol. 9
Continuação dos Anexos da denúncia	2614A a 2943	
Termo de encerramento de volume	2943A	
Termo de autuação de volume	2944	Vol. 10
Continuação dos Anexos da denúncia	2944A a 3317	

**Denúncia por Crime de Responsabilidade (DCR) n. 1/2015, em
desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff**

Sumário

Termo de encerramento de volume	3317A	
Termo de autuação de volume	3318	Vol. 11
Continuação dos Anexos da denúncia	3318A a 3695	
Decisão da Presidência – recebimento da Denúncia	3696 a 3716	
Despacho da Presidência – determina a numeração da Denúncia	3717	
Termo de encerramento de volume	3718	
Termo de autuação de volume	3719	Vol. 12
Notas taquigráficas da Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados – 03 de dezembro de 2015 (Leitura da Denúncia, do Recebimento da Denúncia, do ato de criação de comissão especial e de Mensagem de comunicação à Presidência da República)	3720 a 3855B	
Ato da Presidência (constitui comissão especial)	3856	
Aviso n. 39/2015, de 03 de dezembro de 2015 – encaminha Mensagem n. 45/2015, do Presidente da Câmara dos Deputados à Presidente da República (notificação)	3857 a 3859	
Of. n. 2821/2015/SGM/P, de 03 de dezembro de 2015, aos Senhores Líderes Partidários solicitando indicação de membros para comissão especial destinada a dar parecer sobre a denúncia	3860 a 3885	
Aviso n. 42/2015, de 07 de dezembro de 2015 – encaminha Mensagem n. 45/2015, do Presidente da Câmara dos Deputados à Presidente da República (aditamento à notificação)	3886 a 3889	
Ofícios de Lideranças e de Deputados com indicações de membros para Comissão Especial e Despachos do Presidente sobre as indicações	3890 a 3944	
Decisão da Presidência – procedimentos adotados na eleição da comissão especial	3945 a 3946	
Composição da Chapa 1 e da Chapa 2	3947 a 3948	
Resultado e relatório de votação da eleição da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia	3949 a 3962	
Decisão cautelar do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF n. 378 e informações prestadas pela Câmara dos Deputados	3963 a 4161	
Termo de encerramento de volume	4162	
Termo de Autuação de volume	4163	
Embargos de declaração oposto pela Mesa da Câmara dos Deputados à decisão proferida pelo STF na ADPF n. 378.	4164 a 4450	Vol. 13
Mandado de Segurança (MS) n. 33.928 – Ofício do STF solicitando informações, informações prestadas pela Câmara dos Deputados e despacho de juntada da Presidência.	4451 a 4473	
Mandado de Segurança (MS) n. 33.931 – Ofício do STF solicitando informações, informações prestadas pela Câmara dos Deputados e despacho de juntada da Presidência.	4474 a 4499	
Termo de encerramento de volume	4500	
Termo de autuação de volume	4501	
Mandado de Segurança (MS) n. 33.921 – Ofício do STF solicitando informações, informações prestadas pela Câmara dos Deputados e despacho de juntada da Presidência.	4502 a 4522	Vol. 14
Íntegra e publicação do acórdão proferido pelo STF na ADPF n. 378	4523 a 4930	
Termo de encerramento de volume	4931	
Termo de autuação de volume	4932	Vol.
Petição da Mesa da Câmara dos Deputados contendo	4933 a 4989	

Denúncia por Crime de Responsabilidade (DCR) n. 1/2015, em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff

Sumário

reiteração/ratificação dos embargos de declaração opostos à decisão proferida pelo STF na ADPF n. 378.		15	
Decisão do STF proferida nos embargos de declaração opostos à decisão proferida na ADPF n. 378.	4990 a 5000		
Despacho da Presidência determinando a juntada da decisão do STF proferida nos embargos de declaração opostos à decisão proferida na ADPF n. 378	5001		
Edital de convocação de sessão deliberativa extraordinária a ser realizada em 17 de março de 2016, às 10 horas, com a eleição para comissão especial destinada a dar parecer a DCR n. 1/2016 como item único da pauta.	5002		
Publicação do Edital de Convocação de sessão extraordinária no Suplemento ao Diário da Câmara dos Deputados n. 34, de 17 de março de 2016.	5003 a 5006		
Aditamento do Ato da Presidência, de 03 de dezembro de 2015, que constituiu comissão especial.	5007		
Ofícios de Lideranças com indicações de membros para Comissão Especial e Despacho do Presidente sobre as indicações	5008 a 5037		
Composição da Chapa Única	5038		
Petição da Sra. Janaína Conceição Paschoal, que requer que sejam anexados documentos aos autos da Denúncia em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Senhores Hélio Pereiro Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.	5039 a 5292		
Decisão da Presidência acerca da Petição da Sra. Janaína Conceição Paschoal	5293 a 5294		
Resultado e relatório de votação da eleição da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia	5295 a 5308		
Ato de Convocação da Comissão Especial para instalação dos trabalhos e eleição de Presidente, Vice-Presidentes e Relato.	5308A		
Aviso n. 4/2016, de 17 de março de 2016 – encaminha Mensagem n. 4/2015, do Presidente da Câmara dos Deputados à Presidente da República (notificação).	5309 a 5311		
Despacho da Presidência encaminhando a DCR n. 1/2015 à Comissão Especial.	5312		Vol. 16
Termo de encerramento de volume	5313		
Termo de autuação de volume	5314		
Protocolo de Recebimento de Proposição - Denúncia	5315		
Indicação de líderes para candidatura à presidência, vice-presidências e relatoria	5316		
Ata da 1ª RO em 17/03/16	5317 a 5319		
Notas Taquigráficas da 1ª RO em 17/03/16	5320 a 5367		
Relatório de Votação (SILEG) – Eleição de Presidente, Vice-presidentes e Relator	5368 a 5370		
Questão de Ordem - Dep. Jhonatan de Jesus em 17/03/16	5371 e 5372		
Requerimentos apresentados na comissão (REQ nº 1/2016 a 32/2016)	5373 a 5407		
Ofício nº 01/2016 Sec – Entrega de Publicação do DCD	5408		
Ofícios de indicação de assessoramento para a Comissão Especial	5409 a 5412		
Ata da 2ª RE em 21/03/2016	5413 a 5415		
Plano de trabalho do Relator	5416 a 5419		
Questão de Ordem - Dep. Paulo Teixeira em 21/03/16	5420 a 5425		

Denúncia por Crime de Responsabilidade (DCR) n. 1/2015, em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff

Sumário

Questão de Ordem - Dep. Arlindo Chinaglia em 21/03/16	5426 a 5427	
Notas Taquigráficas da 2ª RE em 21/03/16	5428 a 5492	
Requerimentos apresentados na comissão (REQ nº 33/2016 a 56/2016)	5493 a 5529	
Ofício nº 384/2016 SGM/P – Declaração de vacância da suplência do PMB	5530	
Ata da 3ª RO em 22/03/16	5531 e 5532	
Notas Taquigráficas da 3ª RO em 22/03/16	5533 a 5567	
Decisão da Presidência – Resposta à Questão de Ordem formulada pelo Dep. Jhonatan de Jesus	5568 a 5570	
Decisão da Presidência – Resposta às Questões de Ordem formuladas pelos Deputados Paulo Teixeira, Arlindo Chinaglia e Jandira Feghali	5571 a 5573	
Questão de Ordem - Dep. Assis Carvalho em 22/03/16	5574 a 5579	
Requerimentos apresentados na comissão (REQ nº 57/2016 a 65/2016)	5580 a 5639	
Ofício nº 375/2016/SGM – vacância de suplente Dep. Franklin Lima	5640	
Ofício nº 3/16-Pres - Solicita Segurança Pessoal para o Relator da Comissão e seus familiares	5641	
Memorando nº 93/2016/CONLE – designação de consultores para assessoramento da Comissão Especial	5642	
Requerimento apresentado na comissão (REQ nº 66/2016 e 67/2016)	5643 a 5644	
Ofício nº 89/2016 Gab. Paulo Teixeira – Solicita desentranhamento dos autos de toda matéria nova	5645	
Termo de desentranhamento	5750-A	
Termo de Encerramento de volume	5751	
Termo de Autuação	5752	
Ata da 4ª RO em 29/03/16	5753 a 5755	
Notas Taquigráficas da 4ª RO em 29/03/16	5756 a 5781	
Decisão da Presidência à Questão de Ordem formulada pelo Dep. Assis Carvalho	5782 a 5783-A	
Ata da 5ª RE em 29/03/16	5784 a 5785	
Notas Taquigráficas da 4ª RE em 29/03/16	5786 a 5816	
Questão de Ordem - Dep. Jandira Feghali em 29/03/16	5827 a 5829	
Questão de Ordem - Dep. Pastor Marco Feliciano em 29/03/16	5830 a 5832	
Questão de Ordem - Dep. Waudih Damous em 29/03/16	5833 a 5834	
Questão de Ordem - Dep. Paulo Teixeira em 29/03/16	5835 a 5839	
Requerimentos apresentados na comissão (REQ nº 68/2016 a 81/2016)	5840 a 5866	
Ofícios nº 5, 6,7,8,9 e 10/2016-Pres – Convite a participantes de audiência pública	5867 a 5872	
Ofício nº 11/2016 Gab. Dep. Takayama	5873	
Ata da 6ª ROAP em 30/03/16	5874 a 5875	
Notas Taquigráficas da 6ª ROAP em 30/03/16	5876 a 5933	
Decisão da Presidência à Questão de Ordem formulada Dep. Jandira Feghali	5934 a 5939	
Questão de Ordem - Dep. Weverton Rocha em 30/03/16	5940	
Ofício nº 417/2016 SGM - Renúncia da Dep. Zenaide Maia em 31/03/16	5941	
Ata da 7ª ROAP em 31/03/16	5942 a 5944	
Notas Taquigráficas da 7ª ROAP em 31/03/16	5945 a 6021	
Decisão da Presidência às Questões de Ordem formuladas pelos Dep.	6022 a 6024	

Vol.
17

Denúncia por Crime de Responsabilidade (DCR) n. 1/2015, em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff

Sumário

Paulo Teixeira, Arlindo Chinaglia e Jandira Feghali em 21/03/16		
Questão de Ordem - Dep. Paulo Teixeira em 31/03/16	6025 a 6026	
Processo 001368/2016 – Carta Manifesto pela Democracia	6027 a 6033	
Despacho de juntada de material exibido pelo Ministro Nelson Barbosa em Reunião de Audiência Pública	6034	
Material exibido pelo Ministro Nelson Barbosa em Reunião de Audiência Pública	6035 a 6055	
Despacho de juntada da renúncia da Dep. Zenaide Maia	6056 a 6058	
Recurso 117/2016	6059 a 6065	
Ofício nº 8/2016-Sec – Publicação da convocação de Reunião Extraordinária no DCD em 01/04/16	6066 a 6067	
Ata da 8ª ROAP em 04/04/16	6068 a 6070	
Notas Taquigráficas da 8ª ROAP em 04/04/16	6071 a 6187	
Decisão da Presidência à Questão de Ordem formulada pelos Dep. Pepe Vargas e Wadih Damous em 04/04/16	6188 a 6191	
Decisão da Presidência às Questões de Ordem formuladas pelos Dep. Weverton Rocha e Paulo Teixeira em 04/04/16	6192 a 6195	
Questão de Ordem - Dep. Alex Manente em 04/04/16	6196 a 6198	
Decisão da Presidência a QO Dep. Alex Manente em 04/04/16	6199 a 6200	
Questão de Ordem - Dep. Evair de Melo em 04/04/16	6201	
Termo de Encerramento de volume	6202	
Termo de Autuação	6203	
Recibo da Manifestação da Denunciada	6204	Vol. 18
Manifestação do Denunciado	6205 a 6406	
Anexo I	6407 a 6523	
Termo de Encerramento de volume	6524	
Termo de Autuação	6525	
Continuação da Manifestação da Denunciada	6526 a 6897A	Vol. 19
Termo de Encerramento de volume	6898	
Termo de Autuação	6899	Vol. 20
Anexo II	6900 a 7422	
Termo de Encerramento de volume	7423	
Termo de Autuação	7424	Vol. 21
Anexo III	7425 a 7750	
Termo de Encerramento de volume	7751	
Termo de Autuação	7752	Vol. 22
Anexo IV	7753 a 8003	
Termo de Encerramento de volume	8004	
Termo de Autuação	8005	Vol. 23
Continuação do Anexo IV	8006 a 8322	
Termo de Encerramento de volume	8323	
Termo de Autuação	8324	Vol. 24
Anexo V	8325 a 8673A	
Termo de Encerramento de volume	8674	
Termo de Autuação	8675	Vol. 25
Continuação do Anexo V	8676 a 9070	
Termo de Encerramento de volume	9071	
Termo de Autuação	9072	

Denúncia por Crime de Responsabilidade (DCR) n. 1/2015, em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff

Sumário

Ofício nº 446/2016 SGM – Recurso 118/2016	9073 a 9075	Vol. 26
Ofício nº 448/2016 SGM – Recurso 120/2016	9076 a 9080A	
Recurso nº 118/2016	9081 a 9087	
Recurso nº 120/2016	9088 a 9098	
Ofício nº 462/2016 SGM – Eleição suplementar para o preenchimento de vagas	9099 a 9111	
Ata da 9ª RO em 06/04/16	9112 a 9115	
Notas Taquigráficas da 9ª RO em 06/04/16	9116 a 9255	
Designação da AGU de substituto para acompanhar reunião em 06/04/16	9256 a 9257	
Questão de Ordem - Dep. JHC em 06/04/16	9258	
Decisão da Presidência sobre pedido de vista	9259 a 9260	
Questão de Ordem - Dep. José Rocha em 06/04/16	9261 a 9264	
Questão de Ordem - Dep. Valtenir Pereira	9265 a 9267	
Parecer do Relator – Dep. Jovair Arantes	9268 a 9409	
Reclamação - Dep. Jandira Feghali em 06/04/16	9410 a 9412	
Reclamação - Dep. Paulo Magalhães em 06/04/16	9413 a 9415	
Recurso nº 121/2016	9416 a 9422	
Ofício nº 472/2016 SGM – Recurso 121/2016	9423 a 9424	
Recurso nº 122/2016	9425 a 9435	
Ofício nº 473/2016 SGM – Recurso 122/2016	9436 a 9438	
Ofício nº 135 Gab. Lid. PT - 07/04/2016	9439 a 9439A	
Ofício nº 11/16-Sec – Publicação de Convocação de Reunião Extraordinária em 07/16/16	9440 a 9441	Vol. 27
Ofício nº 12/16-Pres – Solicita Segurança Pessoal para o Presidente da Comissão e seus familiares	9442	
Termo de Encerramento de volume	9443	
Termo de Autuação	9444	
Ata da 10ª RO em 08/04/16	9445 a 9448	
Notas Taquigráficas da 10ª RO em 08/04/16	9449 a 9762	
Questão de Ordem - Dep. Alex Manente em 08/04/16	9763 a 9764	
Decisão da Presidência à Reclamação do Dep. Paulo Magalhães aditada pela Dep. Jandira Feghali	9765 a 9769	
Decisão da Presidência às Questões de Ordem formuladas pelo Dep. Wadih Damous e Dep. José Rocha	9770 a 9772	
Voto em Separado do Dep. Weverton Rocha	9773 a 9781	
Questão de Ordem - Dep. Paulo Teixeira em 08/04/16	9782 a 9783	
Ofício nº 14/16-Pres – Plantão em serviço de apoio	9784	
Ofício nº 15/16-Pres – Comunica nova decisão da Presidência da Comissão Especial	9785	
Voto em separado apresentado pelo Dep. Chico Alencar	9786 a 9789A	
Ofício nº 075/AGU em 08/04/16	9790	
Ofício nº 12/16-Sec – Publicação de Convocação de Reunião Extraordinária em 11/04/16	9791 a 9792	
Ata da 11ª RE em 11 /04/16	9793 a 9797	
Moção de apoio da ABRAPOFIL	9798 a 9799	
Decisão da Presidência à Questão de Ordem formulada pelo Dep. Alex Manente	9800 a 9801	

Denúncia por Crime de Responsabilidade (DCR) n. 1/2015, em desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff

Sumário

Decisão da Presidência à Questão de Ordem formulada pelo Dep. Weverton Rocha sobre desempate na votação do parecer	9802 a 9804	
Decisão da Presidência à Questão de Ordem formulada pelo Dep. Weverton Rocha sobre votação de suplentes	9805 a 9807	
Decisão da Presidência à Questão de Ordem formulada pela Dep. Eliziane Gama	9808	
Questão de Ordem - Dep. Carlos Marun 11/04/16	9809	
Voto em separado apresentado pela Dep. Jandira Feghali e pelo Dep. Orlando Silva	9810 a 9822	
Voto em separado apresentado pelos Dep. Paulo Teixeira, Dep. Orlando Silva, Dep. Afonso Florence, Dep. Jandira Feghali e Dep. Silvio Costa.	9823 a 9858	
Pedido de reconsideração da Dep. Jandira Feghali	9859 a 9860	
Voto em separado apresentado pelo Dep. Weliton Prado	9861 a 9871	
Requerimento de Votação Nominal	9872 a 9873	
Decisão da Presidência às Questões de Ordem formuladas pelos Dep. Leonardo Picciani, Dep. Carlos Marun, Dep. Orlando Silva, Dep. Benedita da Silva e Dep. Aguinaldo Ribeiro	9874	
Reclamação do Dep. Weverton Rocha	9875	
Ofício nº89/16 GAB. Dep. Paulo Teixeira	9876	
Voto em separado apresentado pelo Dep. Valtenir Pereira	9877 a 9886	
Relatório de Votação (SILEG) – Parecer do Relator	9887 a 9890	
Parecer da Comissão	9891 a 9892	
Termo de Encerramento de volume	9893	
Termo de autuação de volume	9894	
Ofício n. 17/16-Pres, da CEDENUN. Encaminha à Presidência da Câmara a DCR n. 1/15, juntamente com o parecer da Comissão Especial.	9895	Vol. 28
Despacho do Presidente da Câmara de 12/04/16. Determina a leitura em Plenário e a publicação do parecer da Comissão Especial	9896	
Notas taquigráficas da leitura do parecer da Comissão Especial em Plenário	9897 a 10043	
Ata da Sessão Extraordinária n. 78, de 12/04/2016 – Leitura do parecer da Comissão Especial	10044 a 10045	
Decisão da Presidência de 12/04/16. Sobre cronograma de discussão e votação em Plenário	10046 a 10048	
Petição AGU de 12/04/16. Sustentação oral do Sr. Advogado-Geral da União.	10049 a 10053	
Ofícios-Circulares n. 9, 10 e 11/2016. Encaminha mídia com avulso da DCR 1/15 aos senhores deputados	10054 a 10057	
Aviso e Mensagem n. 8/16 à Presidência da República – comunica data do início da discussão votação, bem como que será assegurada a palavra primeiramente aos autores da denúncia e imediatamente após a Exma. Presidente da República.	10058 a 10059	
Ofícios n. 497, 498 e 499/2016/SGM/P aos autores da denúncia – comunica data do início da discussão votação, bem como que será assegurada a palavra primeiramente aos autores da denúncia e imediatamente após a Exma. Presidente da República.	10060 a 10062	
Decisão da Presidência de 13/04/16. Sobre procedimentos de votação.	10063 a 10069	
Decisão da Presidência de 14/04/16. Sobre procedimentos de votação.	10070 a	

**Denúncia por Crime de Responsabilidade (DCR) n. 1/2015, em
desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff**

Sumário

	10082	
Fax do STF de 15/04/16. Encaminha certidão de julgamento do Mandado de Segurança n. 34130	10083 a 10141	
Notas Taquigráficas da Sessão Extraordinária n. 82, de 15/04/2016 – Início da discussão em Plenário.	10142 a 10300	
Ata da Sessão Extraordinária n. 82, de 15/04/2016 – Início da discussão em Plenário.	10301 a 10302	
Termo de encerramento de volume	10303	
Termo de autuação de volume	10304	
Notas Taquigráficas da Sessão Extraordinária n. 83, de 15/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	10305 a 10466	Vol. 29
Ata da Sessão Extraordinária n. 83, de 15/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	10467 a 10469	
Notas Taquigráficas da Sessão Extraordinária n. 84, de 15/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	10470 a 10631	
Ata da Sessão Extraordinária n. 84, de 15/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	10632 a 10633	
Notas Taquigráficas da Sessão Extraordinária n. 85, de 15/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	10634 a 10777	
Ata da Sessão Extraordinária n. 85, de 15/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	10778 a 10779	
Termo de encerramento de volume	10780	
Termo de autuação de volume	10781	
Notas Taquigráficas da Sessão Extraordinária n. 86, de 15/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	10782 a 10930	Vol. 30
Ata da Sessão Extraordinária n. 86, de 15/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	10931 a 10932	
Notas Taquigráficas da Sessão Extraordinária n. 87, de 15/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	10933 a 11082	
Ata da Sessão Extraordinária n. 87, de 15/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	11083 a 11084	
Notas Taquigráficas da Sessão Extraordinária n. 88, de 16/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	11085 a 11211	
Ata da Sessão Extraordinária n. 88, de 16/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	11212 a 11213	
Termo de encerramento de volume	11214	
Termo de autuação de volume	11215	
Notas Taquigráficas da Sessão Extraordinária n. 89, de 16/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	11216 a 11383	Vol. 31
Ata da Sessão Extraordinária n. 89, de 16/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	11384 a 11386	
Notas Taquigráficas da Sessão Extraordinária n. 90, de 16/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	11387 a 11510	
Ata da Sessão Extraordinária n. 90, de 16/04/2016 – Continuação da discussão em Plenário.	11511 a 11512	
Termo de encerramento de volume	11512A	
Termo de autuação de volume	11512B	
Lista de votação por chamada nominal – Votos “sim”	11513 a 11541	Vol. 32
Lista de votação por chamada nominal – Votos “não”	11542 a 11570	

**Denúncia por Crime de Responsabilidade (DCR) n. 1/2015, em
desfavor da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff**

Sumário

Lista de votação por chamada nominal – Votos “abstenção”	11571 a 11599	
Lista de votação por chamada nominal – Ausentes	11600 a 11628	
Lista de votantes por UF, por ordem de chamada	11629 a 11643	
Relatório de votação em Plenário	11644	
Ata da Sessão Extraordinária n. 91, de 17/04/2016 – Votação em Plenário.	11645 a 11648	
Lista de votação por chamada nominal	11649 a 11677	
Notas Taquigráficas da Sessão Extraordinária n. 91, de 17/04/2016 – Votação em Plenário.	11678 a 11889	
Termo de encerramento de volume	11900	
Termo de autuação de volume	11901	Vol. 33
Continuação das Notas Taquigráficas da Sessão Extraordinária n. 91, de 17/04/2016 – Votação em Plenário.	11902 a 12012	
Declaração de voto – DVT n. 1/16, do Dep. Valtenir Pereira	12013 a 12020	
Declaração de voto – DVT n. 2/16, da bancada do PCdoB	12021 a 12030	
Ficha de tramitação da DCR n. 1/2015	12031 a 12043	
Termo de encerramento de volume	12044	



CÂMARA DOS DEPUTADOS
SECRETARIA-GERAL DA MESA

DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

Volume 1

AUTUAÇÃO

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, autuo os documentos que se seguem, referentes à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015** apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff. E, para constar, eu,
Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
FEDERAIS, DEPUTADO EDUARDO CUNHA



DCR 1/2015

“O princípio geral a se observar é que ‘(...) não se deve proceder contra a perversidade do tirano por iniciativa privada, mas sim pela autoridade pública’, dito isto, reitera-se a tese de que, cabendo à multidão prover-se de um rei, cabe-lhe também depô-lo, caso se torne tirano...” (Santo Tomás de Aquino. *Escritos Políticos*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 25).

“Em todo país civilizado, há duas necessidades fundamentais: que o poder legislativo represente o povo, isto é que a eleição não seja falsificada, e que o povo influa efetivamente sobre os seus representantes.” (Rui Barbosa. *Migalhas de Rui Barbosa*, org. Miguel Matos).

HÉLIO PEREIRA BICUDO, brasileiro, casado, Procurador de Justiça Aposentado, portador da Cédula Identidade RG n. 5888644, CPF n. 005.121418-00, Título de Eleitor n. 148.181.900.124, com endereço na Rua José Maria Lisboa, 1356, apto 31, Jardim Paulista, São Paulo-SP; **MIGUEL REALE JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB, Secção de São Paulo, sob nº. 21.135, CPF n. 020.676.928.87, Título de Eleitor n. 001.645.780.116, com escritório na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.713, 4º andar, cj. 41, São Paulo (SP); e **JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de



Identidade RG n. 24.130.055-1, CPF n. 195.295.878-48, Título de Eleitor n. 252.385.180.175, com endereço na Rua Pamplona, 1.119, cj. 41, Jardim Paulista, São Paulo-SP; todos cidadãos brasileiros, como comprovam as certidões anexas, subscrevendo, ainda, esta petição, o advogado **FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA**, brasileiro, OAB/SP 131.364 e inscrito no CPF sob nº 173.800.188-17, com escritório na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Aguaçu, 171, Cond. Ipê, Sala M-5, Alphaville Business, com fundamento nos artigos 51, inciso I, e 85, incisos V, VI e VII, da Constituição Federal; nos artigos 4º., incisos V e VI; 9º. números 3 e 7; 10, números 6, 7, 8 e 9; e 11, número 3, da Lei 1.079/50; bem como no artigo 218 do Regimento Interno desta Egrégia Casa, **vêm apresentar DENÚNCIA em face da Presidente da República, Sra. DILMA VANA ROUSSEFF, haja vista a prática de crime de responsabilidade, conforme as razões de fato e direito a seguir descritas, requerendo seja decretada a perda de seu cargo, bem como a inabilitação para exercer função pública, pelo prazo de oito anos.**

Nesta oportunidade, haja vista que a presente denúncia congrega a ofertada em 1º. de setembro do ano corrente e seus aditamentos, desiste-se, expressamente, do pedido anterior.

1- Dos fatos:

O Brasil está mergulhado em profunda crise. Muito embora o Governo Federal insista que se trata de crise exclusivamente econômica, na verdade, a crise é política e, sobretudo, MORAL.

O Governo Federal também tenta fazer crer que tal crise pode se tornar institucional; sugere que se arrefeçam os ânimos, admitindo-se o quadro de horror que se estabeleceu no país; porém, não há que se falar em crise institucional. As instituições estão funcionando bem e, por conseguinte, possibilitam sejam desvendados todos os crimes perpetrados no coração do Poder.

O Tribunal Superior Eleitoral, em longo e minucioso processo, tem apurado inúmeras fraudes, verdadeiros estelionatos, encetados para garantir a reeleição da Presidente da República, tendo o Ministro Gilmar Mendes aduzido que, se soubesse, anteriormente, do que sabe na atualidade, não estariam aprovadas as contas de



campanha da Presidente. Também o Ministro João Otávio de Noronha defendeu a abertura de investigação referente à campanha da denunciada.

Foi assim que, no último dia 26 de agosto, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu reabrir o julgamento sobre as contas de campanha da Presidente da República.

Em paralelo, o Tribunal de Contas da União (TCU) assinalou flagrantes violações à Lei de Responsabilidade Fiscal, as quais ensejaram Representação Criminal à Procuradoria Geral da República, em petição elaborada pelo ora denunciante Miguel Reale Júnior.

Essa *notitia criminis* demonstra que a Presidente, que sempre se apresentou como valorosa economista, pessoalmente responsável pelas finanças públicas, deixou de contabilizar empréstimos tomados de Instituições Financeiras públicas (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), contrariando, a um só tempo, a proibição de fazer referidos empréstimos e o dever de transparência quanto à situação financeira do país. Em suma, houve uma maquiagem deliberadamente orientada a passar para a nação (e também aos investidores internacionais) a sensação de que o Brasil estaria economicamente saudável e, portanto, teria condições de manter os programas em favor das classes mais vulneráveis. Diante da legislação penal comum, a Presidente incorrera, em tese, nos crimes capitulados nos artigos 299, 359-A e 359-C, do Código Penal, respectivamente, falsidade ideológica e crimes contra as finanças públicas.

Em 26 de agosto do corrente ano, Ministro do TCU noticiou à BBC que alertara a Presidente acerca das irregularidades em torno das chamadas pedaladas fiscais. E, no último dia 07, o mesmo Tribunal, em decisão histórica, inegavelmente técnica, rejeitou as contas do Governo Dilma, relativamente a 2014.

Na esteira do histórico processo do Mensalão, Ação Penal Originária 470, em que restaram expostos os planos de perpetuação no poder por parte do Partido Político ao qual a Presidente da República é filiada, foi deflagrada a Operação Lava Jato, que em cada uma de suas várias fases colhe pessoas próximas à Presidente, desconstruindo a aura de profissional competente e ilibada, criada por marqueteiros muito bem pagos.

3



Com efeito, a máscara da competência fora primeiramente arranhada no episódio envolvendo a compra da Refinaria em Pasadena pela Petrobrás. Por todos os ângulos pelos quais se analise, impossível deixar de reconhecer que o negócio, mesmo à época, se revelava extremamente prejudicial ao Brasil. Segundo consta, as perdas foram superiores a setecentos milhões de reais.

Na oportunidade, a Presidente da República era presidente do Conselho da Estatal e deu como desculpa um equívoco relativo a uma cláusula contratual. À época, muitos indagaram se essa suposta falha não infirmaria a fama de competência e expertise na seara de energia, porém, ninguém teve a audácia de desconfiar da probidade da Presidente.

Mas, como se diz popularmente, Pasadena foi apenas a ponta do “iceberg”, pois a Operação Lava Jato realizou verdadeira devassa em todos os negócios feitos pela Petrobrás, constatando, a partir de colaborações premiadas intentadas por Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, que as obras e realizações propaladas como grandes conquistas do Governo Dilma não passavam de meio para sangrar a promissora estatal que, atualmente, encontra-se completamente descapitalizada e desacreditada, inclusive internacionalmente. Nas palavras de um dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, comparado à Lava Jato, o Mensalão se transformou em feito passível de ser julgado por Juizado de Pequenas Causas.

Vale destacar que Paulo Roberto Costa era pessoa muito próxima à Presidente da República, ao lado de quem posou para várias fotografias em eventos públicos, tendo sido convidado para o casamento da filha da Presidente, em cerimônia bastante reservada.

Para a infelicidade do país, os prejuízos havidos com Pasadena ficaram pequenos diante do quadro de descalabro que se descortinou. Reforça-se, a cada dia, a convicção de que algumas empresas foram escolhidas para serem promovidas internacionalmente e, a partir de então, participando de irreais licitações, drenar a estatal, devolvendo grande parte dos valores por meio de propinas, ou de doações aparentemente lícitas.



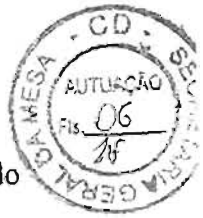
Em outubro de 2014, ao prestar seu segundo depoimento em colaboração, Alberto Youssef asseverou que, dentre outras autoridades, a Presidente da República tinha ciência do que acontecia na Petrobrás. Em 25 de agosto do ano corrente, Youssef reafirmou que Lula e Dilma sabiam do esquema de propinas, na Petrobrás. Em acórdão da lavra do Ministro Dias Toffoli, exarado no Habeas Corpus de número 127.483/PR, o Egrégio Supremo Tribunal Federal confirmou a validade da colaboração premiada realizada com Youssef.

Por força das constatações da Operação Lava Jato, foram presos o ex- Ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, o ex-dirigente da Petrobrás Nestor Cerveró, pessoas que a Presidente fazia questão de reverenciar, até que negar os descabros ficasse impossível.

Apesar das investigações em andamento e diante de fortes indícios de que muitas irregularidades haviam sido praticadas, a denunciada seguiu discursando pelo Brasil, reforçando a confiança nos dirigentes da estatal, como a presidente Graça Foster. Aliás, durante todo o processo eleitoral, a denunciada negou que a situação da Petrobrás, seja sob o ponto de vista moral, seja sob o ponto de vista econômico, era muito grave.

Com efeito, mesmo com todas as notícias veiculadas, a denunciada insistiu na estapafúrdia tese de que as denúncias seriam uma espécie de golpe, mera tentativa de fragilizar a Petrobrás, sempre destacando sua expertise na área de economia e de energia, ou seja, a Presidente dava sua palavra acerca da higidez da empresa! Vale lembrar que a presidente da Petrobrás deixou o cargo apenas em fevereiro de 2015, quando a situação já era insustentável, **no segundo mandato, portanto.**

Mas o quadro é ainda pior. A Operação Lava Jato jogou luz sobre a promíscua relação havida entre o ex- Presidente Lula e a maior empreiteira envolvida no escândalo, cujo presidente já está preso, há um bom tempo. Não há mais como negar que o ex- Presidente se transformou em verdadeiro operador da empreiteira, intermediando seus negócios junto a órgãos públicos, em troca de pagamentos milionários por supostas palestras, dentre outras vantagens econômicas.



Em julho de 2015, o Ministério Público Federal do Distrito Federal, por força do trabalho do Núcleo de Combate à Corrupção, iniciou investigação pela suposta prática de tráfico de influência, por parte do ex-presidente Lula, a fim de apurar favorecimento ao grupo Odebrecht, no exterior .

Recentemente, o Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª. Região, por meio de acórdão prolatado pelo Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto, nos autos do Habeas Corpus de número 503125866.2015.4.04.0000/PR, impetrado em benefício do presidente da Odebrecht, denegou a ordem, aduzindo que os fatos envolvendo a Petrobrás são notórios.

“O histórico do processo é extenso, não sendo possível tal conclusão da análise crítica e exclusiva do decreto prisional ora impugnado. Há critérios para a decretação das prisões, os quais se fundam no art. 312 do Código de Processo Penal, reservadas, como já ressaltado pela 8ª Turma deste Tribunal, aos principais atores da empreitada criminosa. Assim, 'em um grupo criminoso complexo e de grandes dimensões, a prisão cautelar deve ser reservada aos investigados que, pelos indícios colhidos, possuem o domínio do fato como os representantes das empresas envolvidas no esquema de cartelização ou que exercem papel importante na engrenagem criminosa'. (HC nº 501676317.2015.404.0000). Ademais, a realidade processual contradiz qualquer assertiva em sentido contrário. Há delatores presos e não delatores em liberdade. Bom exemplo é o caso do investigado e réu Ricardo Ribeiro Pessoa, Diretor da UTC, que, mesmo após a obtenção da liberdade provisória, decidiu, por iniciativa própria, celebrar acordo de delação premiada. Gerson de Mello Almada, dirigente da Engevix, mesmo sem recorrer ao acordo de colaboração, admitiu a existência de cartel, do pagamento de propinas e indicou a participação da Odebrecht no esquema.

3.4. Assim, presentes os pressupostos para decretação da prisão preventiva, seja por força do risco à instrução processual, dada a existência de indicativos que o paciente pretendeu destruir provas, seja à ordem pública, ante a reiterada e multiplicidade de condutas ilícitas praticadas por meio de pessoas jurídicas, as quais até hoje mantém contratos com a administração pública, atuando de modo organizado e cooperado para fraudar licitações, aferir ganhos extraordinários, bem como risco à ordem econômica. Sobre



este último aspecto, desnecessário gastar tinta, porquanto basta abrir qualquer jornal para verificar os prejuízos causados à Petrobrás, à economia nacional e as severas consequências internacionais que a empresa e o Estado estão na iminência de sofrer” .

Os contornos de crime de responsabilidade ficam mais salientes, quando se verifica que Lula é muito mais do que um ex- Presidente, mas alguém que, segundo a própria denunciada, lhe é indissociável e NUNCA SAIU DO PODER.

De fato, antes de o candidato do PT para a eleição de 2014 estar definido, quando perguntada acerca da possibilidade de o ex- Presidente voltar, a atual Presidente respondeu que ele (Lula) não iria voltar porque nunca havia saído, frisando que ambos seriam indissociáveis.

Ora, se a Presidente era (e é) indissociável de Lula, muito provavelmente, sabia que ele estava viajando o mundo por conta da Construtora Odebrecht, que coincidentemente sagrou-se vencedora para realizar muitas obras públicas, no Brasil e no exterior! Aliás, não se podem desconsiderar as fortes acusações feitas pelos empresários gaúchos, Auro e Caio Gorentzvaig, no sentido de que Dilma teria sido imposta a Lula por referido grupo empresarial.

Recentemente, houve o vazamento de um relatório do COAF, dando conta de que o ex- Presidente Lula teria recebido quase TRINTA MILHÕES DE REAIS, boa parte de empresas que contratam com o Governo Federal, por supostas palestras. Pois bem, ao invés de mandar investigar os estranhos recebimentos, a Presidente da República, por meio de seu Ministro mais próximo, mandou apurar o vazamento da informação, em mais um sinal de que está disposta a tudo para proteger seu antecessor .

A esse respeito, cumpre ressaltar a constante defesa que a denunciada faz da figura do ex-presidente Lula. Mesmo presentemente, objetivando lhe conferir certa imunidade, estuda elevá-lo à condição de Ministro. Elevar à condição de Ministro quem pode ter funcionado como operador da empreiteira que desfalcou a Petrobrás?! A Imprensa nacional, inclusive, noticia que a Presidente Dilma já passou o governo ao Ex- Presidente Lula, em uma espécie de terceiro mandato! Um acinte!



Independentemente de qualquer antecipação de juízo sobre culpa, estando o presidente da Odebrecht preso, sendo fato notório que o Presidente Lula lhe prestava assessoria nos contratos firmados e mantidos com o Poder Público, não seria caso, no mínimo, de a Presidente Dilma Rousseff afastar-se, ao menos institucionalmente, de seu antecessor?

Necessário apontar que, apesar da edição da Lei de Acesso à Informação, os montantes enviados para Cuba e Angola receberam a chancela de sigilosos. Estranhamente, as empresas tão bem representadas pelo ex- Presidente, indissociável da atual Presidente, segundo consta, conduziram obras nesses países!

Durante muitos anos, todos os brasileiros foram iludidos com o discurso de que o ex- Presidente Lula seria um verdadeiro promotor do Brasil, no exterior, um propagandista que estaria prospectando negócios para as empresas nacionais, no estrangeiro. No entanto, conforme foram se descortinando os achados da Operação Lava Jato, restou nítido que todo esse cenário serviu, única e exclusivamente, para sangrar os cofres públicos.

Existe a tese de que nada haveria contra a Presidente da República. No entanto, os escândalos que se sucedem, de há muito, passam próximos a ela, não sendo possível falar em mera coincidência, ou falta de sorte. A Presidente da República faz parte desse plano de poder. E os Poderes constituídos precisam, nos termos da Constituição Federal, agir.

Não é exagero lembrar que, quando ainda era Ministra da Casa Civil, a Presidente tinha como seu braço forte a ex-ministra Erenice Guerra, que sempre se encontra em situações questionáveis, sendo certo que, mais recentemente, envolveu-se na Operação Zelotes, referente à corrupção no Carf.

Como de costume, seja com relação a Erenice Guerra, seja com relação a Graça Foster, seja com relação a Nestor Cerveró, ou Jorge Zelada, a Presidente agiu como se nada soubesse, como se nada tivesse ocorrido, mantendo seus assistentes intocáveis e operantes na máquina de poder instituída, à revelia da lei e da Constituição Federal.

Para espanto de todos, Edinho Silva, tesoureiro da campanha da Presidente, apontado como receptor de quase quatorze milhões de reais, é mantido no Governo, no importante cargo de Ministro de Comunicação Social.



Poder-se-ia aduzir que fatos anteriores ao exercício da Presidência da República seriam irrelevantes, como, por exemplo, a compra da Refinaria em Pasadena, enquanto Dilma Rousseff era Presidente do Conselho da Petrobrás. Todavia, fazer referência a esses acontecimentos se revela preciso, não com o fim de obter responsabilização por eles, mas com o intuito de evidenciar que a tese do suposto desconhecimento se mostra insustentável. Fosse um único fato, até se poderia admitir tratar-se de um descuido, ou coincidência; porém, estando-se diante de uma verdadeira continuidade delitiva, impossível crer que a Presidente da República não soubesse o que estava passando a sua volta. **E os crimes se estenderam a 2015, ou seja, invadiram o segundo mandato!**

Em outras palavras, antes do descortinar dos fatos apurados na Lava Jato, até era crível que a compra de Pasadena se tivesse dado por um erro relativo a uma cláusula contratual; entretanto, passado todo esse tempo, com todos os escândalos que vieram à tona, tem-se que Pasadena foi apenas mais um episódio e a estratégia de “não sei, não vi” se revela modus operandi.

Renomados juristas proferiram pareceres favoráveis à instalação do Processo de Impeachment e à perda do cargo da Presidente da República, sugerindo, no entanto, que seus crimes de responsabilidade seriam de natureza culposa. Ao ver desses dignos estudiosos, a governante máxima teria sido apenas negligente ao não responsabilizar seus subalternos.

Com todo respeito a esses nobres pareceristas, com os quais ora se concorda acerca do cabimento e procedência do Impeachment, nesta oportunidade, afirma-se que tudo indica ter a denunciada agido com dolo, pois a reiteração dos fatos, sua magnitude e o comportamento adotado, mesmo depois de avisada por várias fontes, não são compatíveis com mera negligência.

Reforça o entendimento de que a Presidente da República agiu com dolo o fato de ela sempre se mostrar muito consciente de todas as questões afetas ao setor de energia, bem como aquelas relacionadas à área econômica e financeira. Ademais, além de ser economista por formação, a dirigente máxima do país ocupou cargos umbilicalmente relacionados ao setor de energia, não sendo possível negar sua personalidade centralizadora. Em análise bastante minuciosa, o jornalista, escritor e político Fernando Gabeira, mostra bem que só pode alegar falta de elementos para o Impeachment quem não concatena os fatos.



O caso é grave e, por isso, lança-se mão de medida drástica, extrema, porém, CONSTITUCIONAL. Apresentar esta denúncia constitui verdadeiro dever de quem estudou minimamente o Direito, sobretudo em seus ramos Constitucional, Administrativo e Penal. Golpe será permitir que o estado de coisas vigente se perpetue. Como bem ensinara o saudoso Ministro Paulo Brossard:

“O sujeito passivo do impeachment é a pessoa investida de autoridade, como e enquanto tal. Só aquele que pode malfazer ao Estado, como agente seu, está em condições subjetivas de sofrer a acusação parlamentar, cujo escopo é afastar do governo a autoridade que o exerceu mal, de forma negligente, caprichosa, abusiva, ilegal ou facciosa, de modo incompatível com a honra, a dignidade e o decoro do cargo” (O Impeachment. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 134).

Se esta Casa não tomar as providências cabíveis, a tendência é realmente este terrível quadro se acirrar, pois o Governo Federal já está movendo seus tentáculos com o fim de mitigar a Lei Anticorrupção, objetivando, novamente, favorecer as empresas que se encontram no centro dos escândalos que assolam o país, como bem diagnosticado pelo Eminentíssimo Jurista Modesto Carvalhosa, em recentes artigos. Aliás, o mesmo Professor denunciou a condescendência criminosa da Presidente da República, já em dezembro de 2014 .

Cumpre, ainda, chamar atenção para o grave fato de o governo Federal ter tentado constranger o TCU, por meio de estranha entrevista coletiva de três Ministros de Estado, em plena tarde de domingo!

Parte dos fatos objeto do presente feito pode constituir, além de crimes de responsabilidade, crimes comuns. A Procuradoria Geral da República já está de posse de representação pelos crimes comuns contrários à fé pública e às finanças públicas. Por razões desconhecidas dos ora subscritores, a representação ainda não foi avaliada pelo Procurador Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, recém-reconduzido ao cargo.

Todavia, a possível ocorrência de crime comum não inviabiliza o processo por crime de responsabilidade. Muito ao contrário, a existência de crimes comuns apenas reforça a necessidade de se punir a irresponsabilidade. Em primeiro lugar, tem-se que a Constituição Federal, a lei e a doutrina não afastam a possibilidade de dupla punição

10



(por infração política e também penal) e, em segundo lugar, diante da inércia da autoridade competente para fazer apurar o crime comum, ainda mais legítimo rogar a esta Egrégia Casa que assuma seu papel constitucional. É o que ora se requer!

Centenas de juristas reunidos em tradicional comemoração do dia “XI de Agosto” externaram sua indignação ao apoiar manifesto da lavra do Eminentíssimo Jurisconsulto Flávio Flores da Cunha Bierrenbach .

Em 2015, em diversas oportunidades, a população foi maciçamente às ruas, em números muito superiores ao contingente de pessoas que se mobilizou em 1992. Pouco antes da manifestação do dia 16 de agosto, ao lado de outros tantos brasileiros, os três denunciadores gravaram vídeo para o Movimento Vem pra Rua, convidando a população a se mobilizar.

O vídeo feito com o primeiro signatário, bem como carta de sua autoria, lida por Rogério Chequer, um dos líderes de tal Movimento, evidencia que, de há muito, estamos vivendo em uma falsa Democracia, sendo certo que o resgate da verdadeira se faz necessário.

O processo de Impeachment visa à verdade real, os fatos ora narrados não limitam a atuação desta Câmara e do Senado Federal, por conseguinte, desde logo, pleiteia-se que sejam levadas em consideração as revelações que ainda estão por vir. De todo modo, o que já há apurado resta suficiente para deflagrar este processo, haja vista que a conduta omissa da denunciada, relativa aos desmandos na Petrobrás, restou mais do que comprovada, implicando a prática de crime de responsabilidade nos termos do art. 9, itens 3 e 7, que encerra as seguintes tipificações criminais:

“Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

3 - não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição;

7 - proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decôro do cargo.”

11



No entanto, os crimes de responsabilidade da denunciada não se limitam àqueles atentatórios à probidade na administração, pois, como a seguir restará evidenciado, sérias lesões ao orçamento foram perpetradas, seja pela edição de decretos não numerados abrindo crédito suplementar, sem autorização do Congresso Nacional; seja pela prática das chamadas pedaladas fiscais, com inequívoca maquiagem das contas públicas.

Este cenário é que fez nascer e se consolidar nos brasileiros o desejo de ver sua presidente impedida de continuar administrando o país. Nada menos que 63% (sessenta e três por cento) da população brasileira quer o Impeachment de Dilma Rousseff, revela pesquisa CNT/MDA¹.

A realidade salta aos olhos! Ao contrário do que prega a denunciada e aqueles que lhe são próximos, notadamente o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o único golpe que se praticou foi a reeleição da Presidente; sem contar a sanha de seu Partido de se manter no poder.

Os crimes de responsabilidade de Dilma Vana Rousseff exigem uma resposta firme do Congresso Nacional, em uma única direção, a do impedimento.

Registre-se, por oportuno, que, embora os denunciantes já tenham ofertado anterior pedido de Impeachment contra a denunciada, inclusive aditando-o, é certo que os fatos que se sucederam, após aquela oportunidade, exigem nova denúncia para que se possa consolidar, com ainda maior clareza, os crimes praticados por Dilma Rousseff., com destaque para a rejeição das contas do Governo pelo Tribunal de Contas da União, bem como a constatação de que as pedaladas invadiram o segundo mandato, caracterizando inafastável continuidade delitiva.

¹ <http://noticias.uol.com.br/ultimasnoticias/agencia-estado/2015/07/21/628-sao-favoraveis-ao-impeachment-de-dilma-diz-pesquisa.htm>



2.- Dos crimes de responsabilidade:

2.1.- Dos Decretos Ilegais. Crime do art. 10, itens 4 e 6 da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950

A denunciada fez editar, nos anos de 2014 e 2015, uma série de decretos sem número que resultaram na abertura de créditos suplementares, de valores muito elevados, sem autorização do Congresso Nacional.

Como se pode observar da tabela anexa, os valores de créditos suplementares objeto de decretos não numerados da denunciada foram da ordem de R\$ 18.448.483.379,00 (dezoito bilhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e setenta e nove reais).

Esses decretos foram publicados após a constatação, pelo Tesouro Nacional, de que as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual não haviam sido cumpridas, como revelado pelo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre de 2014 do Tesouro Nacional.

No Relatório consta, expressamente, que:

“11. Assim como o ocorrido com a grande parte dos países, o cenário internacional teve significativa influência sobre a economia brasileira. A redução do ritmo de crescimento da economia brasileira afetou as receitas orçamentárias de forma que se faz necessário garantir espaço fiscal para preservar investimentos prioritários e garantir a manutenção da competitividade da economia nacional por meio de desonerações de tributos. O nível das despesas também foi influenciado por eventos não-recorrentes, como o baixo nível de chuvas e secas verificadas em diversas regiões do país.

12. Nesse contexto, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 365, de 10 de Novembro de 2014, Projeto de Lei que altera a LDO-2014 (PLN nº 36/2014) no sentido de ampliar a possibilidade de redução da meta de resultado primário no montante dos gastos relativos às desonerações de tributos e ao PAC. Ou seja, em caso de aprovação do referido projeto, o valor que for apurado, ao final do exercício, relativo a desonerações e a despesas



com o PAC, poderá ser utilizado para abatimento da meta fiscal. O presente relatório já considera o projeto de lei em questão, indicando aumento de R\$ 70,7 bilhões na projeção do abatimento da meta fiscal. Isso posto, o abatimento previsto, neste Relatório, é de R\$ 106,0 bilhões, o que é compatível com a obtenção de um resultado primário de R\$ 10,1 bilhões. (GRIFAMOS)

A partir destas informações, resta claro que o resultado das metas estabelecidas pela LDO (resultado primário) **não estava sendo cumprido pelo Governo Federal, tanto que o resultado das metas de superávit primário foi alterado por meio do mencionado PLN 36/2014 (transformado na Lei nº 13.053/2014)** - projeto esse apresentado no Congresso Nacional no dia 11 de novembro de 2014, cuja mensagem ao Congresso foi redigida em 5 de novembro de 2014, como consta da proposição apresentada - que alterou a LDO/2014 (Lei 12.919/2013) e assim dispõe:

LEI Nº 13.053, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera a lei no 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A lei no 12.919, de 24 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º A meta de resultado a que se refere o art. 2º poderá ser reduzida até o montante das desonerações de tributos e dos gastos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cujas programações serão identificadas no projeto e na Lei Orçamentária de 2014 com o identificador de resultado primário previsto na alínea “c” do inciso II do § 4º do art. 7º desta lei.
.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

14



A partir da aprovação desta lei a meta fiscal foi reduzida em até R\$ 67 bilhões, como se pode verificar da mensagem ao PLN 36/2014, que diz:

EM nº 00206/2014 MP

Brasília, 5 de Novembro de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. **Ao longo de 2014, foi revisada para baixo a previsão de crescimento da economia brasileira** para este ano quando comparada à utilizada no início de 2013, para elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes orçamentárias de 2014. Esta revisão para baixo da previsão de crescimento tem ocorrido em diversos países, levando instituições e organismos internacionais a revisarem para baixo a estimativa de crescimento da economia mundial para este ano de 2014.

2. **A redução do ritmo de crescimento da economia brasileira afetou as receitas orçamentárias de forma que se faz necessário garantir espaço fiscal para preservar investimentos prioritários e garantir a manutenção da competitividade da economia nacional por meio de desonerações de tributos.** As políticas de incentivos fiscais e a manutenção do investimento tornaram-se imprescindíveis para minimizar os impactos do cenário externo adverso e garantir a retomada do crescimento da economia nacional.

3. **Neste sentido, a proposta encaminhada consiste em ampliar a possibilidade de redução do resultado primário** no montante dos gastos relativos às desonerações de tributos e ao Programa de Aceleração do Crescimento -PAC. Para isto propõe-se a alteração da Lei nº12.919, de 24 de dezembro de 2013, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”, que **estabelece no caput do art. 3º que a meta de superávit primário poderá ser reduzida em até R\$ 67.000.000.000,00 (sessenta e sete bilhões de reais)**, valores esses relativos às desonerações de tributos e ao Programa de Aceleração do Crescimento -PAC, cujas programações serão



identificadas no Projeto e na Lei Orçamentária de 2014 com identificador de Resultado Primário previsto na alínea “c” do inciso II do § 4º do art. 7º desta Lei.

4. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei que altera o caput do art. 3º da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”. (GRIFAMOS).

Portanto, resta comprovado que a denunciada, desde o dia 5 de novembro de 2014, pelo menos, já tinha conhecimento de que a meta de superávit primário prevista na LDO não estava sendo cumprida, e que não seria cumprida, pois foi apresentado projeto de lei para a alteração da meta do resultado primário, o que efetivamente ocorreu com a aprovação da lei, convertido para a Lei 13.053/2014. Mesmo conhecendo a impossibilidade de cumprir a meta fiscal, a denunciada, após esta data, expediu os decretos constantes da tabela anexa.

Em sede de Memorial, cuja cópia segue anexa, o Procurador junto ao Tribunal de Contas da União, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, claramente evidenciou a prática do crime em questão:

“Além das omissões intencionais na edição de decretos de contingenciamento em desacordo com o real comportamento das receitas e despesas do país, houve ainda edição de decretos para abertura de créditos orçamentários **sem a prévia**, adequada e necessária autorização legislativa, violando a Lei Orçamentária anual, a LRF e a Constituição da República” (grifos no original). (GRIFAMOS)

Como deixa claro o parecer do ilustre Procurador, a autorização deveria ser prévia!



A ilegalidade da conduta da denunciada se revela a partir das proibições constantes do art. 167, V da CF² e art. 4º da Lei Orçamentária Anual – LOA-2014 (Lei 12.952/2014)³.

O art. 167, inciso V, da Constituição Federal, estabelece ser vedada a ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes. Esta autorização tem que constar de lei específica (art. 165, §8º da CF).

Com efeito, para a execução do orçamento em determinado exercício financeiro, como regra, a lei de diretrizes orçamentárias estabelece as balizas para o manejo de verbas suplementares. Em 2014, a Lei 12.952/2014, em seu artigo 4º, autorizou a abertura de créditos suplementares, **desde que as alterações promovidas “sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2014”**.

Ou seja, a abertura de crédito suplementar não poderia ocorrer se houvesse incompatibilidade com a meta estabelecida por lei. Como já demonstrado acima, a proposição do PLN 36/2014 é uma **confissão de que a meta não estava e não seria cumprida.**

Diante deste quadro, cumpria à denunciada atender ao quanto disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), que dispõe:

“Art. 9- Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias”.

² Art. 167, V da CF: “Art. 167. São vedados: I -; (...); V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;”

³ Art. 4º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta Lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2014 e sejam observados o disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF e os limites e as condições estabelecidos neste artigo, vedado o cancelamento de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais apresentadas por parlamentares, para o atendimento de despesas:



Assim, nos termos da legislação vigente, a denunciada, após constatado o desatendimento à meta de resultado primário, inclusive por arrecadação a menor em relação às receitas estimadas, como admitido expressamente em projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional, tinha a obrigação legal de limitar os empenhos e a movimentação financeira. Nos termos do art. 4º da LOA/2014, a denunciada era defeso autorizar qualquer valor de verba suplementar.

Porém, a conduta da denunciada foi contrária ao que determina a lei. Editou decretos com ampla e vultosa movimentação financeira, ampliando os gastos da União com recursos suplementares, quando estava vedada esta ação.

Não bastasse o ocorrido no ano de 2014, a mesma conduta da denunciada foi praticada no ano de 2015.

Assim é que a denunciada, no ano de 2015, assinou os seguintes decretos sem número:

Decretos por fonte de financiamento

Data	Decreto	Tipo de Financiamento - R\$		Anulação de dotações orçamentárias (c)
		Superávit Financeiro (A)	Excesso de Arrecadação (B)	
27/07/2015	s/nº	703.465.057,00	7.000.000,00	36.048.917.463,00
27/07/2015	s/nº	56.550.100,00	-	1.572.969.395,00
27/07/2015	s/nº	666.186.440,00	594.113.666,00	441.088.922,00
27/07/2015	s/nº	-	365.726,00	29.557.106,00
20/08/2015	s/nº	1.370.419,00	-	55.236.212.150,00
20/08/2015	s/nº	231.412.685,00	262.173.117,00	106.683.043,00
SUBTOTAL		1.658.984.701,00	863.652.509,00	93.435.428.079,00
SUBTOTAL (A+B)		2.522.637.210,00		
TOTAL (A+B+C)		95.958.065.289,00		

Referidos decretos, cuja publicação no Diário Oficial da União encontra-se comprovada pelos documentos anexos, importam dotação orçamentária concernente a



suposto Superávit financeiro e excesso de arrecadação, na ordem de R\$ 2,5 bilhões (R\$ 95,9 bilhões menos R\$ 93,4 bilhões).

Todavia, esses superávit e excesso de arrecadação são artificiais, pois, conforme se pode verificar a partir do PLN nº 5/2015, encaminhado ao Congresso Nacional em 22 de julho de 2015, o Poder Executivo já reconheceu que as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.080/2015, não seriam cumpridas.

Ora, o art. 4º da Lei 13.115/2015, Lei Orçamentária anual de 2015, é expresso em prever que a abertura de créditos suplementares seja compatível com a obtenção da meta de resultado primário, tal como previsto na LOA/2014.

Data venia, o PLN 5/2015 é límpido em dizer que a meta fixada não está sendo atendida, pois seu objeto é, exatamente, reduzir as metas estabelecidas na LDO e LOA.

A confissão deste crime encontra-se na Mensagem ao Congresso deste PLN 05/2015, que diz:

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminhamos para apreciação de Vossa Excelência, **proposta de Projeto de Lei alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, particularmente em relação às metas fiscais.**

2. A previsão de crescimento da economia brasileira para o ano de 2015 foi revisada para baixo nos meses seguintes à publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015.

3. **A redução do ritmo de crescimento da economia brasileira afetou as receitas orçamentárias**, tornando necessário garantir espaço fiscal adicional para a realização das despesas obrigatórias e preservar investimentos prioritários. De outra parte, não obstante o contingenciamento de despesas já realizado, houve significativo crescimento das despesas obrigatórias projetadas.

4. Desse modo, considerando os efeitos de frustração de receitas e elevação de despesas obrigatórias, o esforço fiscal já empreendido não será suficiente, no momento, para a realização da meta de superávit primário para o setor público não financeiro consolidado estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentária.

19



5. Nesse sentido, propomos a revisão da meta fiscal originalmente definida, associada à adoção de medidas de natureza tributária e de novo contingenciamento de despesas que, uma vez implementadas, propiciarão os meios necessários à continuidade do ajuste fiscal em curso.

6. A esse respeito, merece destaque a ampliação dos esforços dirigidos ao combate à evasão e à sonegação de tributos, bem como a adoção de medidas que privilegiem a recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial e de outras voltadas ao incremento das receitas tributárias, contribuições e demais receitas. De outra parte, há limitado espaço para medidas de limitação de empenho e de movimentação financeira, sem que se ocasione acentuado prejuízo à continuidade de inúmeras ações essenciais em curso, cujo sobrestamento, em uma análise de custo-benefício, implicaria maiores consequências para a sociedade.

7. Por certo, a meta de resultado primário encerra conteúdo de disciplina fiscal do Estado Brasileiro, consentâneo com os ditames da LRF. Entretanto, ela não deve ser vista como um fim em si mesmo, admitindo-se que, uma vez esgotados os mecanismos de ampliação da receita e os meios de limitação de despesas, se proponha, justificadamente, a sua alteração, tendo por base o pressuposto da transparência que deve orientar a gestão fiscal.

8. Nesse sentido, a sugestão encaminhada consiste em propor como meta um resultado primário do setor público consolidado equivalente a R\$ 8,7 bilhões, sendo R\$ 5,8 bilhões a cargo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade. Ainda assim, diante do cenário de incerteza quanto à efetividade da arrecadação decorrente das referidas medidas tributárias e concessões e permissões, a proposta define que será reduzido o resultado proposto, caso os efeitos de arrecadação das referidas medidas, incluindo algumas em tramitação no Congresso Nacional, se frustrem.

9. Diante do exposto, submetemos à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei que altera o art. 2º da



Lei nº13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras propostas.

Os decretos acima transcritos foram editados e publicados após a data de propositura do PLN 5/2015 no Congresso Nacional, o que revela o dolo da denunciada!

Idênticas as condutas nos anos de 2014 e 2015!

As condutas acima descritas constituem inegável crime de responsabilidade, nos termos do art. 10 da Lei 1.079/50, especificamente nos seguintes itens:

“Art. 10. São crimes de Responsabilidade contra a lei orçamentária:

4) Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária;

6) Ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal”.

Ora, a denunciada, por meio dos decretos acima mencionados, autorizou, nos anos de 2014 e 2015, a abertura de crédito com inobservância à LOA e à Constituição Federal, justamente por permitir a abertura de recursos suplementares quando já se sabia da inexequibilidade das metas de superávit estabelecidas por lei, como demonstrado acima.

Sua conduta criminosa é inequívoca, sendo certo que o Colendo TCU já reconheceu ser ilegal esta prática nos autos do TC-005.335/2015-9, nos seguintes termos:

“17.1.2. Abertura de créditos suplementares, entre 5/11/2014 e 14/12/2014, por meio de Decretos Não Numerados 14028, 14029, 14041, 14042, 13060, 14062 e 14063, incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário então vigente, em desacordo com o art. 4º da Lei Orçamentária Anual de 2014, infringindo por consequência o art. 167, inc. V, da Constituição Federal, e com a estrita vinculação



dos recursos oriundos do excesso de arrecadação ou de superávit financeiro, contrariando o parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.”

Esta constatação diz respeito às práticas ilegais intentadas pela denunciada no ano de 2014. E, ainda assim, ela reiterou em 2015! O caso é grave!

Em resumo, a mensagem do Poder Executivo confirma que a frustração nas expectativas de arrecadação e o aumento de despesas impediram o cumprimento das metas e a denunciada criou e continua criando despesas suplementares enquanto as metas vigentes estão comprovadamente desatendidas, o que infringe os artigos 167, V da CF, art. 4º da LOA/2014 e LOA/2015, e art. 9º da Lei Complementar 101/2000.

Inegável, portanto, que a infringência às leis orçamentárias é patente, contumaz e reiterada, o que perfaz o tipo do art. 10, 4, da Lei 1.079/50.

Ainda, estas mesmas condutas importam crime de responsabilidade nos termos do item 6, do art. 10, da Lei dos Crimes de Responsabilidade, pois Dilma Vana Rousseff, no exercício da Presidência da República, autorizou a abertura de crédito sem fundamento na lei orçamentária e com inobservância de prescrição legal. Nota-se, à toda evidência, que a publicação destes decretos já seria, isoladamente, suficiente para ensejar o afastamento da Presidente da República, mas, as ilegalidades foram além, conforme restará evidenciado.

2.2.- Das Práticas Ilegais de Desinformações Contábeis e Fiscais- As chamadas pedaladas fiscais

Conforme apurado pelo Tribunal de Contas da União, em processo ainda em andamento (TC 021.643/2014-8), durante os anos de 2011 e 2014 a contabilidade da União não espelha a realidade das contas públicas – o que afronta a necessária transparência -, em razão da prática de diversas maquiagens contábeis que ficaram conhecidas como “pedaladas fiscais”.

Essa conduta revela que os princípios inspiradores de Maquiavel estão presentes no Governo Federal, na medida em que os fins justificaram os meios, pois o objetivo único e exclusivo das “pedaladas” foi, e ainda é, forjar uma situação fiscal do país que inexistia, sem o temor de afrontar a lei para chegar ao resultado esperado.



Do incluso parecer do eminente Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público no Tribunal de Contas da União, emitido nos autos do processo nº TC 021.643/2014-8, confere-se que foram praticadas as seguintes ilegalidades:

- A) Não registro no rol dos passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público valores devidos pela União ao Banco do Brasil relativos a equalização de juros e taxas de safra agrícola;
- B) Não registro no rol dos passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público valores devidos pela União ao Banco do Brasil relativos a créditos a receber do Tesouro Nacional em razão de títulos de créditos não contabilizados;
- C) Não registro no rol dos passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público valores devidos pela União ao BNDES relativos a equalização de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI);
- D) Não registro no rol dos passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público valores devidos pela União ao Banco do Brasil referentes a passivo da União junto ao FGTS em razão do Programa Minha Casa Minha Vida;
- E) Incorreta apresentação dos cálculos do resultado primário das contas do Governo em decorrência de dispêndios ocorridos no âmbito do Bolsa Família, do Abono Salarial e do Seguro Desemprego, bem como os dispêndios relativos a equalização de taxa de juros da safra agrícola e créditos não lançados junto ao Banco do Brasil. Ainda, essa incorreção também se revelou em razão do não lançamento da variação dos saldos da dívida da União junto ao FGTS relativos ao Programa Minha Casa Minha Vida e recursos não repassados pela União e que estão registrados em referido fundo junto à União, bem como junto ao BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI);
- F) Realização de operações ilegais de crédito por meio da utilização de recursos da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamentos de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do Programa Bolsa Família;

23



- G) Realização de operações ilegais de crédito por meio de utilização de recursos da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamentos de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial;
- H) Realização de operações ilegais de crédito por meio de adiantamentos concedidos pelo FGTS ao Ministério das Cidades no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, através da Caixa Econômica Federal;
- I) Realização de operações ilegais de crédito por meio de utilização de recursos do BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI);
- J) Pagamentos de dívidas da União no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais;
- K) Atrasos nos repasses de recursos aos Estados e Municípios em decorrência da exploração de gás, petróleo e recursos hídricos (Lei 7.990/89); da contribuição social do salário-educação (art. 212, § 5º da Constituição Federal) e nos repasses de recursos ao Instituto Nacional de Seguro Social.

Importante esclarecer que a denúncia ofertada pelo Ministério Público no TCU foi acolhida pelo Tribunal de Contas da União em acórdão datado de 15 de abril de 2015.

Estas operações ilegais caracterizam crime de responsabilidade, nos termos do artigo 11, itens 2 e 3, da Lei 1.079/50.

Com efeito, a União realizou operações de crédito ilegais a partir do não repasse de recursos a entidades do sistema financeiro nacional controladas pela própria União.

Tal prática se deu a partir de adiantamentos realizados pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, em diversos programas federais de responsabilidade do Governo Federal.



Como é cediço, adiantamentos de recursos realizados por entidades do sistema financeiro constituem efetiva operação de crédito, notadamente para fins da Lei de responsabilidade fiscal, que assim define o instituto (art. 29, III):

“Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

I -

.....

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;”

Os adiantamentos foram realizados através da seguinte operação:

A União contratou a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil como operadores de programas desenvolvidos pelo Governo Federal. Para tanto, deveria repassar, diretamente da conta do Tesouro, os recursos necessários para a efetivação dos programas a cada mês, mais precisamente, teria a obrigação de transferir para as instituições financeiras os valores relativos à equalização de juros, aos dispêndios e às transferências legais dos já mencionados programas de governo.

Porém, deixou de operar essas restituições e as entidades do sistema financeiro contratadas realizaram os pagamentos aos beneficiários com recursos próprios e, conseqüentemente, promoveram a constituição de crédito em seu favor, contra a União.

Este procedimento, a toda evidência, constitui modalidade de mútuo, ou operação assemelhada, a configurar operação de crédito nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ocorre que o art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a realização de operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controla, na qualidade de beneficiário do empréstimo.



Outro não foi o ocorrido, eis que as instituições que concederam crédito, como é público e notório, são controladas pela própria União.

Logo, a operação de crédito realizada entre as instituições financeiras e a União foram ilegais!

Neste ponto, destacamos o seguinte trecho do parecer da Procuradoria do TCU:

“Não há dúvida de que, nos casos em que a instituição financeira efetua, com recursos próprios, pagamento de despesas de responsabilidade da União, esta assume o compromisso financeiro de repassar àquela os recursos federais correspondentes, acrescidos dos encargos financeiros eventualmente acordados entre as partes.

Não é à toa, pois, que as instituições financeiras públicas inspecionadas na fiscalização empreendida pela SecexFazenda registraram, em seus ativos, os valores a receber do Tesouro Nacional referentes aos pagamentos de despesas de responsabilidade do Governo Federal.” (GRIFO NO ORIGINAL)

Importante consignar que as entidades do sistema financeiro estavam autorizadas a funcionar apenas como operadores do programa, não como agente financiador (Art. 9º da Lei 11.977/2009 – Minha Casa Minha Vida, por exemplo).

Sobre essa operação, ao receber a representação oferecida pelo Ministério Público junto ao TCU, assim entendeu a Corte de Contas:

23. No caso das despesas referentes ao bolsa família, ao seguro-desemprego e ao abono salarial, verificou-se que, ao longo de 2013 e dos sete primeiros meses de 2014 (jan. a jul./2014), abrangidos na fiscalização, a Caixa Econômica Federal utilizou recursos próprios para o pagamento dos benefícios de responsabilidade da União. Na verdade, conforme demonstram as tabelas constantes do relatório de fiscalização, as contas de suprimento desses programas na Caixa passaram a disponibilizar um crédito assemelhado ao cheque especial, porquanto seus saldos, ao longo do período fiscalizado, foram quase sempre negativos.

26



24. De acordo com informações fornecidas pelo Departamento de Supervisão Bancária do Bacen, o saldo total desses passivos ao final do mês de agosto de 2014 era de R\$ 1,74 bilhão, assim composto:

(i) Bolsa Família: R\$ 717,3 milhões; (ii) Abono Salarial: R\$ 936,2 milhões; e (iii) Seguro Desemprego: R\$ 87 milhões.

25. Com relação ao PMCMV, os orçamentos aprovados desde o ano de 2010, bem como o projeto para o ano de 2015, previam que as despesas com as subvenções econômicas desse programa seriam financiadas com recursos da chamada “fonte 100”, que representa recursos livres e ordinários arrecadados pelo Tesouro ao longo do respectivo exercício financeiro.

26. Entretanto, o pagamento dessas subvenções de responsabilidade da União vem ocorrendo por intermédio de adiantamentos concedidos pelo FGTS, na forma autorizada pelo art. 82-A da Lei 11.977/2009, utilizando-se a fonte de recursos “operação de crédito interna”.

27. Desse modo, do montante de R\$ 7,8 bilhões despendidos com subsídios concedidos no programa entre 2009 e 2014, apenas R\$ 1,6 bilhão foi repassado pela União ao FGTS, conforme atestam dados encaminhados pela CAIXA. Ou seja, dos R\$ 7,8 bilhões que deveriam ter sido pagos aos mutuários, apenas R\$ 1,6 foi desembolsado pela União, sendo que o restante, no montante de R\$ 6,2 bilhões, foi pago com recursos do FGTS, a título de adiantamento.

28. Note-se que, nesse caso específico, o pagamento de dívidas pelo FGTS deu-se sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, requerida no art. 167, inciso II, da Constituição da República e o art. 5º, § 1º, da LRF, caracterizando a execução de despesa sem dotação orçamentária.

29. Quanto ao pagamento das despesas correspondentes à subvenção econômica de equalização de taxa de juros no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que era feito semestralmente, os atrasos começaram no 2º semestre de 2010, sendo que, a partir de então, até o 1º semestre de 2014, não houve

27



mais nenhum repasse da União ao BNDES atinente a tal dispêndio.

30. Em 10 de abril de 2012, quando o saldo a pagar devido pela União montava a R\$ 6,7 bilhões, foi editada a Portaria 122/2012, prorrogando por 24 meses o prazo para pagamento das dívidas. A tabela 15 do relatório precedente mostra que, sem a postergação estabelecida na mencionada portaria, em junho de 2014, o saldo a pagar com a equalização da taxa de juros montaria a R\$ 19,6 bilhões.

31. Todas essas movimentações financeiras e orçamentárias acarretaram, evidentemente, o surgimento de passivos do Governo Federal junto à Caixa, ao FGTS e ao BNDES, em cujos balanços constam devidamente registrados tais haveres, a débito do Tesouro Nacional. Ou seja, no bojo dessas operações, créditos foram efetivamente auferidos pela União, à margem da Lei Complementar 101/2000 (LRF).

32. Uma vez caracterizados como operações de crédito, tais procedimentos violam restrições e limitações impostas pela LRF.

33. Primeiro, porque, no que se refere aos recursos disponibilizados pela Caixa e pelo BNDES, envolvem instituições financeiras públicas controladas pelo ente beneficiário dos valores, contrariando o art. 36 da LRF, segundo o qual é “proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo”. Depois, porque não atendem às formalidades requeridas no art. 32 da referida lei, em especial a necessidade de prévia e expressa autorização no texto da lei orçamentária para sua contratação, estabelecida no inciso I do § 1º do referido artigo. E, ainda, porque, circunstancialmente, infringem a vedação do art. 38, inciso IV, alínea “b”, da Lei, que proíbe a contratação de crédito por antecipação de receita no último mandato do Presidente da República.

34. Assim, com relação a esse ponto, devem ser acolhidos os encaminhamentos da SecexFazenda, apresentados resumidamente a seguir:” (TC Nº 021643/2014-8 – Voto Ministro José Múcio – GRIFAMOS)



O voto proferido pelo Ministro José Múcio explicita, de forma inquestionável, as ilegalidades praticadas pelo Governo Federal, destacando-se que as práticas adotadas não foram meros atrasos, mas sim expediente reiterado, gerando passivos acumulados, notadamente junto à Caixa Econômica Federal.

Chegou-se ao ponto de deixar de repassar ao BNDES os valores devidos em razão do Programa de Sustentação do Investimento – PSI pelo período de 4 (quatro) anos.

Mais à frente, afirma o ilustre relator do TCU:

56. De fato, ainda não compreendo como é que dezenas de bilhões de reais em passivos da União tornaram-se imperceptíveis ou indiferentes aos olhos do Banco Central, não obstante constarem devidamente registrados nos ativos das instituições credoras e terem sido rapidamente flagrados pelos auditores do TCU.

57. Afinal, se as dívidas que escaparam ao controle do Banco Central tivessem sido detectadas desde o seu surgimento, as irregularidades apontadas neste processo provavelmente não ganhariam grandes proporções nem se estenderiam por tanto tempo.

58. Observo que a responsabilidade da Autoridade Monetária de apurar os resultados fiscais da União é derivada das leis de diretrizes orçamentárias e fixada pelo próprio Governo Federal, mediante indicação do Presidente da República, que detém o poder hierárquico. (Grifou-se)

Dentre as operações de crédito ilegais realizadas pela denunciada merece destaque aquela concernente à equalização de juros do plano safra.

No acórdão 0825/2015 do TCU, nos autos do processo TC 021.643/2014-8, consta do voto do Ministro José Múcio, aprovado por unanimidade:

“116. As equalizações, como já evidenciado pelos itens 90 a 95 desta instrução, são despesas orçamentárias correntes que devem ser pagas ao longo do processo de execução do orçamento. Ou seja, espera-se que o devedor (União) efetue, periodicamente, o pagamento das equalizações ao respectivo credor (BB).



117. Quando, no entanto, referidos pagamentos não são efetuados e, ao estoque da respectiva dívida, passam a ser apropriados juros, não há dúvida de que o credor está concedendo uma espécie de financiamento ao devedor.

118. Desse modo, como determina a metodologia de apuração "abaixo da linha", nos parece que estão plenamente atendidos os critérios estabelecidos pela metodologia "abaixo da linha" para o registro de tais passivos na DLSP, uma vez que: (i) existe o financiamento concedido pelo BB à União; (ii) os montantes já são devidos pela União ao BB - ora, se não são devidos, por que são apropriados juros aos respectivos estoques; e (iii) os valores estão registrados no ativo da instituição financeira."

No caso deste programa, há prova inquestionável das pedaladas fiscais no ano de 2015, através das demonstrações contábeis do Banco do Brasil do 1º Trimestre de 2015, em que consta a evolução dos valores devidos pelo tesouro nacional a tal instituição financeira em aproximadamente 20% (vinte por cento) do montante devido em dezembro de 2014. É que no 4º balanço trimestral de 2014 a dívida sob esta rubrica era de R\$ 10,9 bilhões, passando para R\$ 12,7 bilhões em 31 de março de 2015.

Aliás, é da própria nota de rodapé da demonstração contábil, às fls. 87 e 88, que consta a confissão do crime praticado, nos seguintes termos: "As transações com o Controlador referem-se às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 11ª), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional".

Não bastasse, com a divulgação das demonstrações contábeis do Banco do Brasil do Primeiro Semestre de 2015, chega-se à prova de que as ilegalidades do Governo Federal em relação ao Plano Safra se estenderam até junho de 2015, pois o valor devido ao Tesouro Nacional por equalização da taxa de juros pelo Plano Safra alcança a cifra de R\$ 13,4 bilhões.

Ou seja, apenas com o Banco do Brasil, graças a um único programa, as pedaladas fiscais no ano de 2015 foram de mais de R\$ 3 bilhões.



Em relação às provas das ilegalidades aqui narradas, junta-se a esta denúncia mídia digital em que constam todos os pareceres técnicos do TCU reconhecendo as ilegalidades. Nem se diga que o processo em questão ainda não foi analisado pela Corte de Contas, pois esta faz apuração em sua esfera de Competência, não sendo condição para o reconhecimento de crime de responsabilidade pela denunciada. As provas ora carreadas, juntamente com aquelas que abaixo se pleiteiam, por não estarem acessíveis aos denunciantes neste momento, são suficientes para a prova dos fatos alegados.

Constatada essa ilegalidade, a prática de crime de responsabilidade é inequívoca, porquanto, determina a Constituição Federal, em seu artigo 85:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

A Lei 1.079/50 dá concretude material e formal a esse dispositivo constitucional, statuindo, em seu artigo 4º.:



Art. 4º São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra:

I - A existência da União;

II - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;

III - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - A segurança interna do país;

V - A probidade na administração;

VI - A lei orçamentária;

VII - A guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;

VIII - O cumprimento das decisões judiciais (Constituição, artigo 89).

Tanto a Constituição Federal, assim como o artigo 4º. da Lei 1.079/50, dizem ensejar o impedimento do Presidente da República o fato de este atentar contra a probidade na Administração e contra a lei orçamentária.

No entanto, por força de alterações ocasionadas pela Lei 10.028/00, a clareza da ocorrência do crime de responsabilidade resta ainda maior. De fato, a lei em apreço (que foi editada para melhor proteger os valores tutelados pela Lei de Responsabilidade Fiscal), alterou o artigo 10 da Lei 1.079, o qual passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:

1- Não apresentar ao Congresso Nacional a proposta do orçamento da República dentro dos primeiros dois meses de cada sessão legislativa;

2 - Exceder ou transportar, sem autorização legal, as verbas do orçamento;



3 - Realizar o estorno de verbas;

4 - Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.

5) deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

6) ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

7) deixar de promover ou de ordenar na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

8) deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

9) ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

10) captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

33



11) ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

12) realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

É importante consignar que o simples fato de ter a Presidente descumprido os comandos dos artigos 36 e 38 da Lei de Responsabilidade Fiscal já seria suficiente para caracterizar o crime de responsabilidade, mas, como ela descumpriu dispositivos claramente descritos na Lei nº 1.079/50, também está sujeita às consequências do Impeachment, segundo pontifica autorizada doutrina:

“A recentíssima Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000, tipificou os comportamentos que passam a ser crimes. Já não haverá mera infração administrativa, no caso de descumprimento das determinações legais. Passa o comportamento do agente público a ter tal relevância no setor financeiro que o descumprimento das normas estabelecidas na lei de responsabilidade fiscal não só enseja sanção civil, como passa, agora, a constituir crime. Em sendo assim, há a infração política, que pode ensejar o *impeachment*, mediante julgamento pelo Legislativo, bem como há a infração civil, que enseja indenizações e cassação e mandato através do Judiciário, bem como passa a existir o crime de caráter financeiro” (Regis Fernandes de Oliveira. *Responsabilidade Fiscal*. 2ª Ed. São Paulo: RT, 2002. p. 105 e 106).

“Quando o autor da conduta for o Presidente da República, cometerá *igualmente* crime de responsabilidade, conforme dispõe o art. 10 da Lei n. 1.079/50, alterada pela Lei n. 10.028/2000. Note que os “crimes de responsabilidade” definidos no Diploma aludido não têm natureza penal (mas político-administrativa), a despeito de sua terminologia, motivo por que a imputação ao mandatário da Nação do crime capitulado no art. 359-A do CP e do ato descrito na Lei n. 1079/50 não configurará *bis in idem*” (André Estefam. *Direito Penal – Parte*

34



Especial (arts. 286 a 359-H)- Volume 4, São Paulo: Saraiva, 2011. p. 437).

Além de ter violado o artigo 10 da Lei 1.079/50, a Presidente incidiu no art. 11 do mesmo diploma legal, que reza:

“Art. 11. São crimes contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos:

1 -

2 - Abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais;

3 - Contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal;”

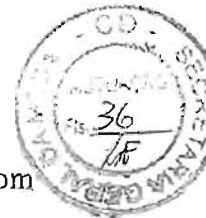
É clara, portanto, a realização de crime de responsabilidade no presente caso diante da literalidade dos artigos supracitados, pois houve efetiva realização de abertura e operação de crédito, além de contração de empréstimo ao arrepio da lei.

Os empréstimos foram concedidos em afronta ao art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe a tomada de empréstimo pela União de entidade do sistema financeiro por ela controlada.

A toda evidência, as operações de crédito, na forma aqui narrada, não observaram as formalidades legais, contrariando a legislação vigente. Logo, há crime de responsabilidade da Presidente da República, nos exatos termos dos artigos acima transcritos.

Merece destaque, ainda, que os ilegais empréstimos havidos no ano de 2015, em razão da equalização de juros do Plano Safra, deixam ainda mais patente a conduta delituosa da denunciada. Caberia à Presidente Dilma Rousseff, como superior hierárquica do Governo Federal, agir para que essa ilegalidade fosse cessada, o que não fez. Valendo recordar que fora alertada por várias autoridades, ainda no curso de 2014 e também em 2015.

O aumento da dívida do Tesouro Nacional com o Banco do Brasil, referente a benefício cujo pagamento é de responsabilidade da União, consubstancia continuidade do ilegal financiamento do Governo Federal, não podendo a denunciada alegar que



desconhecia a irregularidade diante da notoriedade dos fatos desde o ano de 2014, com o início do processo TC 021.643/2014 no TCU.

A conduta da denunciada, Dilma Rousseff, na concretização destes crimes, é de natureza comissiva, pois se reunia, diariamente, com o Secretário do Tesouro Nacional, determinando-lhe, agir como agira. A este respeito, cumpre lembrar que a Presidente é economista e sempre se gabou de acompanhar diretamente as finanças e contas públicas. Aliás, durante o pleito eleitoral, assegurou que tais contas estavam hígidas.

Ainda que a Presidente não estivesse ativamente envolvida nesta situação, restaria sua responsabilidade omissiva, pois descumpriu seu dever de gestão da administração pública federal, conforme art. 84, II, da Constituição Federal. Abaixo, em item específico, resta melhor caracterizada a responsabilidade da denunciada no que se refere a suas condutas omissivas.

2.3.- Do não Registro de Valores no Rol de Passivos da Dívida Líquida do Setor Público- Crime de Responsabilidade capitulado no artigo 9º. da Lei 1.079/50;

Outra ilegalidade constatada foi a falta de registro dos passivos decorrentes das operações de crédito realizadas, operações essas que se encontram devidamente detalhadas no item anterior, no rol das dívidas de Passivos da Dívida Líquida do Setor Público.

Essa operação foi admitida pelo próprio Banco Central do Brasil, conforme documento datado de 28 de agosto de 2014 juntado no processo do Tribunal de Contas da União já referido, cuja cópia segue anexa em mídia digital.

Tal ato afronta a Lei Orçamentária Anual – LOA, na medida em que impede o efetivo acompanhamento das contas de Governo, pois parte expressiva do passivo deixa de ser registrada, com o que o acompanhamento das metas de superávit primário passa a ser uma ficção.

O art. 5º, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e seu §1º exigem que os programas dos orçamentos sejam compatíveis com as metas previstas no art. 4º, § 1º, dessa mesma lei, ou seja, com a apuração dos resultados primário e nominal e com o montante da



dívida pública. Ainda, é obrigatório que todas as despesas relativas à dívida pública constem da lei orçamentária anual.

O procedimento adotado pelo Governo Federal impediu o atendimento a tais normas, de forma voluntária, como reconhece o ilustre Procurador do TCU Júlio Marcelo de Oliveira:

“O contrário, porém, não vinha sendo feito, ou seja, os passivos da União oriundos dos referidos atrasos não estavam sendo computados na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), a qual é calculada mensalmente pelo Banco Central e serve de base à apuração dos resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (art. 4º, § 1º, da LC 101/2000).

O impacto dessas operações na dívida líquida e, conseqüentemente, nos resultados fiscais só era captado pelo Bacen no momento do efetivo desembolso dos recursos federais, isto é, no momento em que os valores eram sacados da Conta Única do Tesouro Nacional em favor das instituições financeiras.

No caso das despesas referentes ao bolsa família, ao seguro-desemprego e ao abono salarial, a equipe de auditoria verificou que, ao longo do exercício de 2013 e dos sete primeiros meses do exercício de 2014 (jan a jul./2014), a Caixa Econômica Federal utilizou recursos próprios para o pagamento dos benefícios de responsabilidade da União, uma vez que esta, em regra, só repassava os respectivos recursos financeiros àquela no início do mês subsequente ao do pagamento.

Como tais despesas, em razão da metodologia equivocada adotada pelo BACEN, só estavam produzindo impacto sobre a dívida líquida (=obrigações-haveres) no momento do desembolso dos recursos pela União (redução dos haveres), o resultado fiscal (variação da dívida líquida, segundo o método ‘abaixo da linha’) calculado pelo Bacen ao final de cada mês foi superior ao que efetivamente seria devido.”



Ao desrespeitar a lei orçamentária anual de forma deliberada, como consta do parecer acima, mascarando o orçamento para dele fazer constar informações incorretas, com apresentação de um resultado fiscal, ao final de cada mês, superior ao que efetivamente seria adequado, mais uma vez, a denunciada incorreu em crime de responsabilidade, nos termos do art. 10, 4 da Lei 1.079/50, que dispõe:

“Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:

1-

.....

4 - Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.”

Como se pode verificar dos fatos narrados acima, a lei orçamentária foi acintosamente infringida desde a sua origem, pois, por ação deliberada do Governo Federal, os dispositivos da lei orçamentária foram, direta e indiretamente, inobservados.

Diretamente, por meio da obtenção de resultados superiores ao efetivo, através de manobras que esconderam dívidas da União em relação às quais não havia dúvidas.

Indiretamente, pelo fato de a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual serem elaboradas com base em resultados e metas que não espelham a realidade. Embora indireta, esta infração também é explícita.

Com isso, desde a elaboração das leis orçamentárias, cujas metas e resultados foram baseados em números que não espelhavam, e ainda não espelham, a realidade, até a execução da lei orçamentária anual e atendimento às metas constantes da lei de diretrizes orçamentárias, não há fidedignidade nas informações, por ato do próprio Governo, o que leva à conclusão inevitável de que “houve patente infração a dispositivo da lei orçamentária”.

Além dessa não contabilização ferir, uma vez mais, o orçamento, cabe lembrar que essa não contabilização fere a probidade na administração, o que, nos termos do artigo 9, item 7, da Lei 1.079/50, constitui crime de responsabilidade, haja vista a afronta à dignidade, honra e decoro do cargo.

Com efeito, como evidenciado em sede de Representação Criminal encaminhada à Procuradoria Geral da República, ao fazer empréstimos proibidos e não os



contabilizar, a Presidente da República poderia até, em tese, ser inclusa nas iras do artigo 299 do Código Penal, que tipifica a falsidade ideológica.

A situação resta ainda mais grave, quando se constata que todo esse expediente fora intensificado durante o ano eleitoral, com o fim deliberado de iludir o eleitorado. Daí ser possível falar em verdadeiro estelionato eleitoral.

3.- Da responsabilidade da denunciada


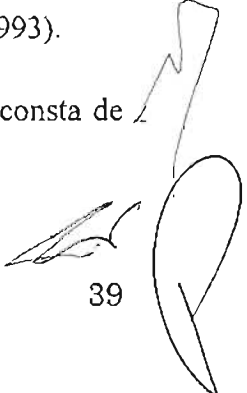
3.1.- Da Natureza Jurídica do Processo de Impeachment

Para a aferição da responsabilidade da denunciada é necessário ter em mente a natureza jurídica do processo de impeachment, de modo a se saber quais são os elementos necessários a esse fim.

O Supremo Tribunal Federal já, há muito, definiu esse instituto como de conteúdo político-administrativo, muito embora tenha inegável vinculação jurídica. Nesse sentido, vejamos as palavras do Ministro Celso de Mello quando do julgamento de Mandado de Segurança impetrado por Fernando Collor de Mello, por força do processo de impeachment, que resultou em sua destituição do cargo e inabilitação para o munus publico:

“Tal circunstância, no entanto, não desveste o instituto do impeachment de sua natureza essencialmente política. Cumpre ter presente, neste ponto, a advertência daqueles que, como THEMÍSTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI, acentuam que esse instituto caracteriza processo político tanto no direito público americano como no direito público brasileiro, não assumindo, em consequência, a conotação de processo penal ou de procedimento de natureza quase-criminal.” (STF - Mandado de Segurança nº 21.623-9, Rel. Min. Carlos Velloso, j. 17-12-1992, Plenário, DJ 28-5-1993).

Este é, também, o entendimento de Alexandre de Moraes, conforme consta de sua doutrina, in verbis:

 
39



“Crimes de responsabilidade são infrações político-administrativa definidas na legislação federal, cometidas no desempenho da função, que atentam contra a existência da União, o livre exercício dos Poderes do Estado, a segurança interna do país, a probidade da Administração, a lei orçamentária, o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais e o cumprimento das leis e das decisões judiciais.” (Constituição do Brasil Interpretada. São Paulo: 2013, Atlas, pg. 1263)

Outra não é a lição de Gilmar Ferreira Mendes:

“No caso do Presidente da República, os crimes de responsabilidade caracterizam-se como infração político-administrativas que dão ensejo à perda do cargo e à inabilitação para o exercício de função pública pelo prazo de oito anos (CF, art. 52, parágrafo único),” (Curso de Direito Constitucional. São Paulo: 2014, Saraiva, p. 942)

O efeito pragmático desta definição é bem delineado por Ives Gandra Martins em recente parecer elaborado por solicitação do advogado José de Oliveira Costa, do qual se extrai:

“É que o julgamento da Suprema Corte difere do julgamento do Congresso Nacional, aquele apenas voltado para os aspectos jurídicos do ‘impeachment’ e este para os aspectos exclusivamente políticos e de governabilidade.”

No mesmo sentido, ainda, a lição sempre atual do ex-Ministro Paulo Brossard, cuja perspicácia jurídica e notável saber fará grande falta ao direito pátrio:

“Entre nós, porém, como no direito norte-americano e argentino, o ‘impeachment’ tem feição política, não se origina senão das causas políticas, objetiva resultados políticos, é instaurado sob considerações de ordem política e julgado segundo critérios políticos (...).” (Comentários à Constituição de 1967. São Paulo: 6ª edição, RT, pg. 75).



Ainda no pensamento jurídico do Ministro Celso de Mello, observamos este mesmo entendimento:

“Os aspectos concernentes à natureza marcadamente política do instituto do impeachment, bem assim o caráter político de sua motivação e das próprias sanções que enseja, não tornam prescindível a observância das formas jurídicas, cujo desrespeito pode legitimar a própria invalidação do procedimento e do ato punitivo dele emergente”.

Não se pode esquecer que o Supremo Tribunal Federal, em mais de uma oportunidade, reconheceu o caráter penal do crime de responsabilidade, como, por exemplo, na ADI 834, Rel. Min. Sepúlveda Pertence.

Essa compreensão não se contrapõe à conclusão acima no que se refere à natureza jurídica do processo de impeachment.

É que neste precedente (ADI 834) se definiu a natureza penal do crime de responsabilidade no tocante à definição do tipo, que se dá por meio da lei especial a que se refere o art. 85, parágrafo único, da Constituição Federal.

Assim, compete, exclusivamente, ao Poder Legislativo Federal aprovar as leis que definam os crimes de responsabilidade, quer seja para as infrações praticadas pelo Presidente da República, vice-Presidente da República, Ministros de Estado, Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou membros do Supremo Tribunal Federal; quer dos Governadores e vice-Governadores de Estado; quer dos Prefeitos e vice-Prefeitos.

Essa definição não altera a natureza política do julgamento a ser realizado pelo Senado Federal e a aceitação da denúncia pela Câmara dos Deputados, mesmo porque não há como transformar órgãos essencialmente políticos, como são as assembleias legislativas, em órgãos jurisdicionais.

Parlamentares são seres políticos desde a origem. O ingresso na vida política por meio dos partidos políticos – que, aliás, é vedado aos membros do Poder Judiciário-; a sujeição de seu nome ao crivo popular; o exercício das atividades como legislador e fiscalizador do Poder Executivo são atividades essencialmente políticas, a revelar que a



motivação e o conceito de julgamento dos “juízes” no processo de impeachment são exclusivamente políticos, apesar do sólido respaldo jurídico demonstrado nesta denúncia.

Como evidenciado nos precedentes doutrinários e jurisprudenciais acima, o caráter jurídico do processo de impedimento está exclusivamente na forma, por meio da qual se observarão os procedimentos definidos em lei e nos regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com especial destaque para as normas processuais constitucionais, notadamente o direito ao contraditório, ampla defesa e devido processo legal.

Porém, mesmo que admitida a natureza penal do processo de impeachment, fazemos nossas as palavras do ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Velloso, que assim se manifestou no MS 21.623-9:

“Posta assim a questão, quer se entenda como de natureza política o ‘impeachment’ do Presidente da República, ou de natureza político-penal, certo é que o julgamento, que ocorrerá perante o Senado Federal, assim perante um Tribunal político, há de observar, entretanto, determinados critérios e princípios, em termos processuais, jurídicos. Esta afirmativa, quer-me parecer, tem o endosso de Paulo Brossard”.

Portanto, o reconhecimento dos elementos necessários ao impedimento do Presidente da República é, sempre, um juízo político, não sujeito às garantias inerentes às decisões de cunho jurisdicional – exceção feita à forma processual -, cabendo ao parlamentar que se defronta com o processo de impeachment julgar segundo sua própria consciência.

Tanto é certo que, fosse a admissão do processo, a ser realizada pela Câmara dos Deputados, e o julgamento do processo de impeachment, de competência do Senado Federal, de natureza jurisdicional, cada voto de parlamentar deveria ser fundamentado, nos termos do art. 93, IX da Constituição Federal, o que não se exige, justamente, por ser político e não jurídico o seu voto.

A natureza preponderantemente política do processo de impeachment permite que os parlamentares, inclusive, levem em consideração ilícitos que venham a ser

42



desvendados, após a apresentação da denúncia, sem necessidade de aditamento. No caso da denunciada, infelizmente, a cada dia, as ilicitudes aumentam, seja no que tange às afrontas ao orçamento, seja no que concerne à condescendência para com práticas corruptas, seja relativamente à tentativa reiterada de desqualificar seus críticos e aqueles que se valem dos instrumentos legais para bem defender o país. Uma vez mais, cumpre lembrar que a Presidente entrega seu governo a um ex-Presidente, que precisa explicar à nação sua riqueza acumulada.

3.2.- Da Omissão Dolosa.

O mandatário é, antes de mais nada, um gestor. Como gestor tem o dever jurídico de envidar todos os seus esforços para bem gerir. No caso do gestor público, esses esforços devem direcionar-se à perseguição do interesse público.

No limite de sua discricionariedade, o gestor público opta pelos valores e rumos do Governo, porém, suas ações devem ser pautadas, entre outros, pelo princípio da legalidade, sempre fazendo aquilo, e somente aquilo, que a lei exige; e o princípio da moralidade, qualidade inerente somente a quem age de forma proba.

O preâmbulo da Constituição Federal explicita que os representantes do povo brasileiro se destinam a “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos (...)”.

Ora, se assim o é, o agente público ocupante de cargo eletivo, ao representar o povo brasileiro, tem um dever, uma obrigação, que é assegurar o exercício de direitos. A ideia de garantir os direitos revela que antes de um direito conquistado nas urnas, a denunciada tem para com o titular da soberania nacional uma responsabilidade, a qual deveria assumir e exercer com diligência.

Ainda, a Carta Magna de 1988, com a Emenda Constitucional nº 19/98, exige dos agentes públicos eficiência. É o que consta do art. 37, caput, que dispõe:

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”



Logo, sempre que um mandatário toma posse de seu cargo, tem o dever de ser eficiente, o que lhe exige diligência e perícia no trato com a coisa pública.

E mais, conforme dispõe o art. 78 da Constituição Federal, ao tomar posse, o Presidente da República assume o compromisso, dentre outros, de “promover o bem geral do povo brasileiro”.

Ora, somente poderá fazê-lo se agir de forma responsável em seu cargo, assumindo, inclusive, a responsabilidade por suas omissões.

Como já demonstrado nesta explanação, são diversas as condutas da Presidente Dilma Rousseff que evidenciam sua irresponsabilidade.

Em relação aos fatos narrados acima, há elementos mais do que suficientes para se reconhecer que a denunciada praticou crime de responsabilidade.

Com efeito, constituem crime de responsabilidade a ação e a omissão da Presidente da República no tocante ao que se chama de “pedaladas fiscais”.

Diz o Procurador no TCU Júlio Marcelo de Oliveira em seu parecer no processo TC nº 021.643/2014-8:

“Cumpre salientar que as dívidas da União que deixaram de ser devidamente captadas pelo Bacen, identificadas durante a inspeção, alcançaram mais de R\$ 40 bilhões (...)”

Nobres Parlamentares, inacreditavelmente, a denunciada deixou de perceber que mais de R\$ 40 bilhões de reais não foram lançados na dívida da União, comprometendo os dados oficiais do Governo Federal, o estabelecimento de metas, o cumprimento das metas fiscais e, via de consequência, o atendimento à lei de diretrizes orçamentária e à lei orçamentária anual.

Não se pode olvidar que é da responsabilidade da Presidente da República enviar ao Congresso Nacional a LDO e a LOA, conforme art. 84, XXIII da Constituição Federal. Ao assinar essas leis, a Presidente assume como reais os números e estimativas ali constantes, explicitando todo seu conhecimento sobre a matéria.

Porém, dois elementos tornam incontroverso seu conhecimento dos fatos.



Primeiro, há mais de dois anos que a imprensa nacional alerta o Governo de que a contabilidade pública está sendo maquiada. Aliás, foi este o motivo que levou o MP do TCU a agir para fiscalizar este fato, como consta do parecer do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira:

“Trata-se de representação formulada por este Procurador do Ministério Público de Contas (peça 1) em razão de indícios de irregularidades, noticiados em jornais e revistas de grande circulação no país (peça 3), relacionados ao atraso no repasse às instituições financeiros dos valores destinados ao pagamento de despesas de responsabilidade da União, tais como o bolsa família, o abono salarial, o seguro-desemprego, os subsídios de financiamento agrícola e os benefícios previdenciários,”

O conhecimento do fato é inegável, pois as informações foram fartas sobre o tema.

Em segundo lugar, no final do ano de 2014 a Presidente da República encaminhou para o Congresso Nacional o PLN nº 36, de 2014, para alterar a LDO visando modificar as regras do superávit primário.

Ao fazê-lo, a Presidente Dilma Rousseff demonstrou ter conhecimento dos resultados das contas públicas e que tomou as providências necessárias para regularizá-las. Porém, o fez apenas para atender a seu interesse, pois, como é sabido, visou evitar que fosse acusada de crime de responsabilidade por não cumprir as metas fiscais estabelecidas em lei.

Não é preciso grandes elucubrações para sabermos que a denunciada sabia destes fatos. Quem já foi prefeito ou governador, quem já participou diretamente da administração pública, sabe que o alcaide de um Município, o governador de um Estado, acompanha diariamente o resultado das contas públicas. O mesmo se dá com o Presidente da República.

Registre-se, por oportuno, que o principal autor das pedaladas fiscais, o então Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, sempre manteve uma relação de estreita proximidade com a denunciada, o que, inclusive, despertava incômodos na equipe de governo de Dilma Rousseff.

M
45
X



Esta proximidade foi destacada pelo jornal Folha de São Paulo em matéria de 03 de novembro de 2014, nos seguintes termos:

EQUIPE DE DILMA TEM AUMENTO DE PODER DE ARNO AUGUSTIN EM 2015

Atual secretário do Tesouro Nacional deve assumir cargo de assessor especial da Presidência

Arno Augustin deve ter novo endereço em 2015. A possível mudança tem deixado integrantes do próprio governo Dilma preocupados.

O atual secretário do Tesouro Nacional deve assumir, a partir do próximo ano, o cargo de assessor especial da Presidência, com direito a sala ao lado do gabinete presidencial no Planalto.

Funcionários do alto escalão dizem achar que, caso assuma a nova função, Arno será uma espécie de "grilo falante", dando ideias à presidente não só na agenda macroeconômica, mas também na micro. Ou seja: sua influência aumentará em 2015.

Tirando a presidente, Arno Augustin tornou-se uma unanimidade no primeiro mandato: é, ao mesmo tempo, desaprovado pelo mercado financeiro e pelo próprio PT, partido ao qual é filiado.

Nos últimos anos, Arno ganhou lugar cativo no time dos mais fieis auxiliares de Dilma. Agora, se confirmada a remoção, pode virar conselheiro de tudo, do prometido projeto que unifica alguns impostos às discussões sobre cortes no Orçamento.

Na avaliação interna, Arno simboliza a imagem negativa do governo na gestão fiscal, marcada pelas manobras adotadas a partir de 2012 para "garantir" o cumprimento das metas. Mas não é só.

Exageros à parte, muitos afirmam que vêm dele atrasos relevantes na agenda do programa de concessões públicas, lançado em 2012.

De fato, Arno influenciou quase tudo o que se produziu no Executivo nos últimos anos: renovação das concessões de energia; leilões de



aeroportos, redistribuição de slots (janelas para pousos e decolagens) em Congonhas; novo modelo de ferrovias, rodovias entre outros.

Em muitos desses casos, extrapolou sua atribuição de guardião do cofre público, sugerindo ele próprio gastos adicionais que comprometeriam a capacidade do governo de economizar para pagar os juros da dívida pública.

Exemplos não faltam. Ele mesmo se ofereceu para bancar parte da indenização às geradoras de energia que se recusaram a renovar suas concessões seguindo as regras impostas pelo Planalto.

Também saiu de seu escaninho a proposta de criar um subsídio para estimular a aviação regional.

Na ocasião, especialistas do próprio governo ponderaram que a medida não era a ideal para promover mais voos ao interior. Arno, então, bateu o pé e conseguiu convencer a presidente.

UNHA E CARNE

Observadores da relação de Arno com a chefe costumam descrevê-los como semelhantes. O secretário não costuma contradizer Dilma. Executa a tarefa pedida, com raríssimos questionamentos.

Quando o Planalto analisava a segunda rodada de licitações de aeroportos, depois das concessões de Guarulhos, Viracopos e Brasília, Arno convenceu a presidente a mudar o modelo de leilão, quando ministros viajaram ao exterior com a missão de "vender" o projeto a operadores internacionais.

A mala, como era imaginado, voltou vazia. Arno jamais foi cobrado disso. O Planalto perdeu meses nessa discussão. A segunda rodada de licitações acabou saindo no mesmo formato da primeira. (Grifamos)

A definição da proximidade entre Dilma e o mentor das pedaladas fiscais fica assim resumida: "Unha e Carne"! Também esta

47



proximidade impede a denunciada de negar o conhecimento do que se passava, e ainda se passa, com as contas governamentais.

Assim, os atos ilícitos praticados na condução das contas públicas, comprovados à saciedade no item 2.1 acima, são de responsabilidade da denunciada, razão pela qual responde pelos crimes de responsabilidade previstos no art. 10 da Lei 1.079/50.


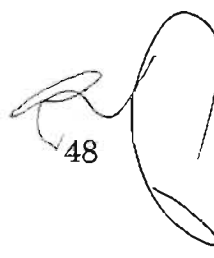
Da mesma forma, a responsabilidade da denunciada quanto à corrupção sistêmica de seu Governo é inegável.

O volume da corrupção, já reconhecido por órgãos de investigação e pelo Ministério Público como o maior escândalo já descoberto no país, superando, inclusive, o Mensalão, que levou inúmeros próceres do Partido dos Trabalhadores – PT para a cadeia, é demasiadamente vultoso para se admitir o simples desconhecimento por parte da Presidente da República. Como consignado quando da narração dos fatos, causa espécie a insistência da Presidente em negar o inegável, em defender, por exemplo, o ex-presidente Lula, conferindo-lhe plenos poderes de gestão.

Só na Petrobrás, os desvios de recursos superam, até agora, R\$ 6 bilhões de reais, como admitido pela própria estatal em seu balanço recentemente divulgado.

A condição de Presidente do Conselho de Administração da Petrobrás entre os anos de 2003 e 2010 não permite que a denunciada apenas negue não saber da corrupção existente, principalmente quando, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração da Petrobrás, cláusula 3.1.3, é responsabilidade dos conselheiros realizar a fiscalização da gestão dos diretores, lembrando que foram em duas diretorias que os desvios ocorreram de forma contundente e vultosa.

O volume e a sistemática da corrupção, como revelado por Alberto Yousseff e Paulo Roberto da Costa em suas delações premiadas, bem como Pedro Barusco e outros, deixa claro que o desconhecimento destes fatos por membros da diretoria da Petrobrás ou pela Presidente do Conselho de Administração só pode ser atribuído à cegueira deliberada, na melhor das hipóteses, está-se diante de omissão dolosa. A denunciada, se verdade fosse seu desconhecimento, omitiu-se em suas responsabilidades, e o fez de forma dolosa.



Vale lembrar que grande parte dos desvios foi direcionado a seu Partido Político, beneficiando-a diretamente, inclusive em suas eleições presidenciais.

Aliás, o encaminhamento de dinheiro da corrupção para a campanha eleitoral da denunciada em 2010 e para o Partido dos Trabalhadores – PT, agremiação partidária esta que sustentou e sustenta politicamente a denunciada, é fato já confirmado na Operação Lava Jato.

Quanto às eleições de 2014, seu benefício com a doação ao PT e a partidos aliados de dinheiros oriundos de corrupção, entre os anos de 2011 e 2013, também já confessados, torna incontroverso que a própria reeleição da denunciada foi contaminada.

Ora, não saber, a Presidente da República, que vultosas quantias em dinheiro foram desviadas dos cofres públicos do Governo Federal e que parte significativa desses recursos fora diretamente para as contas de seu partido é decorrente de sua omissão em cumprir com seus deveres mínimos de gestora e de candidata responsável por sua arrecadação e despesa de campanha. E, ante os fatos que já se encontravam conhecidos no transcorrer dos últimos anos, sua omissão é, a toda evidência, dolosa.

Data vênia, cada vez que a denunciada diz que não sabia o que estava acontecendo em seu Governo ela brinca com a boa-fé do cidadão brasileiro!

Aliás, em entrevista concedida no ano de 2009, época em que ainda ocupava o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil, conforme faz prova inclusa mídia com o respectivo vídeo, a denunciada comprova conhecer profundamente a contabilidade da Petrobrás, quando afirmou:

“A Petrobrás de hoje é uma empresa com nível de contabilidade dos mais apurados do mundo”

Ora, se seu conhecimento sobre a Petrobrás era tão profundo, a ponto de poder afirmar o grau de apuração de sua contabilidade, a toda evidência que não tem como negar aquilo que se passava em contratos realizados pela Petrobrás, contratos esses que, aliás, como conselheira da Petrobrás, aprovou, concordando assim com os valores superfaturados!

49



Não é admissível que alguém, que tem o conhecimento da contabilidade de uma empresa como a da Petrobrás, não saiba avaliar, na qualidade de conselheira, a existência de superfaturamento em contratos que aprova!

Desde o ano de 2005, quando o Brasil, atônito, assistiu à gravação de corrupção nos Correios mediante a entrega de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a Mauricio Marinho, por um empresário interessado em participar de uma licitação desta empresa pública, as revelações de atos de corrupção e desvio de recursos públicos se amontoam no Governo do Partido dos Trabalhadores.

O que começou com alguns poucos milhares foi se avolumando passando rapidamente para dezenas de milhões, centenas de milhões e, hoje, falamos em bilhões. Após 10 (dez) anos de sucessivos e incansáveis escândalos, perdemos a capacidade de analisar o efetivo custo da corrupção no Brasil. É preciso entender que os valores comprovados de corrupção no país atingem cifras inimagináveis!

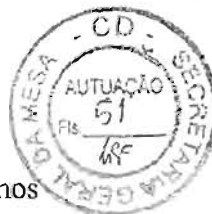
São bilhões de reais que deixaram os cofres públicos apenas na Petrobrás, para beneficiar poucos.

O montante de recursos envolvidos é estarrecedor, o que, repita-se, impede admitir o desconhecimento de quem esteve no centro da gestão pública da Petrobrás, mais uma vez evidenciando-se, no mínimo, a omissão dolosa da denunciada.

Saliente-se que a omissão como hipótese caracterizadora de crime de responsabilidade e, portanto, fundamento para o impeachment não é nenhuma novidade, pois foi justamente a grave omissão do ex-Presidente da República Fernando Collor de Mello um dos fatos que ensejaram seu impedimento. Neste sentido, vejamos o seguinte trecho do relatório do então Deputado Federal Nelson Jobim, relator do processo de cassação de Collor na Câmara dos Deputados, que afirmou:

“V – GRAVE OMISSÃO

Por último, a Denúncia atribui ao Senhor Presidente da República “diante do recebimento injustificado de vultosas quantias por meio de correntistas ‘fantasmas’, e diante do fato notório do tráfico de influência exercido por Paulo César Farias (Fls. 15, 1º Parágrafo), grave omissão “permitindo tácita ou expressamente infração à lei



federal de ordem pública” (fls. 16, último parágrafo), consistentes nos arts. 5, incisos I e VIII, da Lei nº 8.027/90, e incisos IX e XII do art. 117 da Lei nº 8.112/90, como, também, e leis penais, administrativas e tributárias (fls. 17, último parágrafo).

Estes são os elementos de fato, carreados do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, que fundamentam a Proposta Acusatória.

Termina a Denúncia por requerer, como pedido, que, admitida nessa Câmara de Deputados a acusação... formulada, seja a mesma remetida ao Senador Federal, onde será julgada, o reconhecimento de sua procedência, para aplicar ao denunciado a pena de perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo do procedimento penal competente... (fls. 19).

Instruem a Denúncia o Relatório Final da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, os pronunciamentos do denunciado dos dias 30 de junho e 30 de agosto deste ano, acompanhado de outros documentos, requerendo, por fim, a tomada de depoimento de seis testemunhas e a requisição de cópias de inteiro teor dos autos da CPI e de todas as peças do inquérito instaurado pela Polícia Federal (fls. 20).”

Aqui, estamos diante, no mínimo, de quadro ainda mais grave de omissão da Presidente da República!

Se alguns perderam a capacidade de se indignar diante desta afronta à própria democracia brasileira, a maior parte da sociedade não perdeu, tanto que pesquisa da Folha de São Paulo revela que 63% (sessenta e três por cento) dos brasileiros quer o impeachment da denunciada. Isso sem contar as assinaturas colhidas pela plataforma www.proimpeachment.com.

Caso realmente estivesse inocente, caberia à denunciada, afastar as pessoas supostamente envolvidas nos atos de corrupção e não as manter e até defender, negando os fatos. O comportamento da Presidente, infelizmente, não condiz com a honorabilidade do cargo.



3.3- Possibilidade de responder por crime praticado em mandato anterior

“Embora não haja faltado quem alegasse que eleição popular tem a virtude de apagar as faltas pretéritas, a verdade é que infrações cometidas antes da investidura no cargo, estranhas ao seu exercício ou relacionadas com anterior desempenho, têm motivado o impeachment, desde que a autoridade seja reinvestida em função suscetível de acusação parlamentar. Estas dimensões, atribuídas ao impeachment, pela doutrina e experiência americanas, condizentes, aliás, com as características do instituto, não as ignora a literatura brasileira. Maximiliano, a propósito, doutrinou: ‘só se processa perante o Senado quem ainda é funcionário, embora as faltas tenham sido cometidas no exercício de mandato anterior’... Enfim, se infrações recentes ou antigas podem motivar a apuração da responsabilidade, a pena não vai além da destituição do cargo, com inabilitação para o exercício de outro...” (Paulo Brossard. *O Impeachment*. São Paulo: Saraiva, 3ª. ed. 1992. p. 137).

Merece destaque a possibilidade de a denunciada responder por atos praticados em mandato anterior. Embora já esteja evidenciado que os fatos que subsidiam este pedido também ocorreram no início deste mandato, a questão jurídica referente ao tema há de ser enfrentada.

O instituto da reeleição estabelece ao mandatário reeleito a continuidade de gestão, de modo que os atos praticados no primeiro mandato surtem efeitos diretos à responsabilidade do Presidente da República ainda ocupando o mesmo cargo público.

52

O fundamento desta responsabilidade continuada decorre, justamente, do fato de que a reeleição é, em verdade, uma continuidade administrativa, mantendo-se o vínculo entre as legislaturas. Nesse sentido;

“A reelegibilidade, como bem asseverado pelo Ministro Carlos Velloso, assenta-se em um postulado de continuidade administrativa. ‘É dizer – nas palavras do Ministro Carlos Velloso – a permissão da reeleição do Chefe do Executivo, nos seus diversos graus, assenta-se na presunção de que a continuidade administrativa, de regra, é necessária” (ADI-MC 1.805, acima referida).” (MENDES, Gilmar Ferreira. o. c., pg. 732).

Ora, se a reeleição é uma continuidade, só há que se falar em continuidade quando há o que se continuar. Portanto, para o candidato reeleito, o segundo mandato é, nada mais nada menos, que o prolongamento do primeiro mandato, tornando-se, ao final do período, uma só administração.

Tal assertiva já foi objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento de mandato de segurança impetrado por parlamentar que, objetivando não responder por processo no Conselho de Ética, por quebra de decoro parlamentar, sustentou a tese de que práticas realizadas em mandato anterior não poderiam ser objeto de processo disciplinar no mandato seguinte. Assim se decidiu no caso:

“A cristalizar-se o entendimento de que determinada legislatura não pode conhecer de fatos ocorridos na anterior, estaremos estabelecendo período de verdadeiro vale-tudo nos últimos meses de todas as legislaturas. Se restarem provados os fatos a ele imputados, deverá esta Casa agir, lançando mão dos princípios constitucionais colocados à sua disposição (quais sejam, o da razoabilidade e o da máxima efetividade das normas constitucionais), além de valer-se dos princípios que lastreiam o sistema jurídico nacional para emitir juízo político, declarando a perda do cargo de Deputado Federal, por parte do representado”. (STF - Mandado de Segurança nº 23.388 – Rel. Min. Néri da Silveira – j. 25.11.1999 – DJ de 20.4.2001)

53



É interessante notar que o trecho em destaque do voto proferido pelo ilustre Ministro do STF Néri da Silveira é a reprodução de texto do voto proferido pelo relator do processo de cassação, por quebra de decoro parlamentar, do ex-Deputado Federal Talvane Albuquerque. Com isto, constata-se que não só o Supremo Tribunal Federal reconhece a possibilidade de se cassar mandato eletivo por prática ocorrida em mandato anterior, como também já é a jurisprudência da Câmara dos Deputados.

Este mesmo entendimento foi reafirmado pelo Supremo Tribunal Federal no seguinte precedente do ex-Deputado Pinheiro Landim:

“Tenho para mim, ao examinar, em sede de estrita delibação, a pretensão mandamental deduzida pelo ora impetrante - não obstante as razões tão excelentemente desenvolvidas por seus eminentes Advogados - que tal postulação parece não se revestir de plausibilidade jurídica, especialmente em face da existência de decisão plenária, proferida pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do MS 23.388/DF, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, ocasião em que esta Suprema Corte, tendo presente situação virtualmente idêntica à que ora se registra neste processo ("Caso Talvane Neto"), rejeitou a tese de que a Casa legislativa não pode decretar a cassação de mandato de qualquer de seus membros, por falta de decoro parlamentar, se o fato motivador dessa deliberação houver ocorrido na legislatura anterior.

Essa decisão, emanada do Plenário do Supremo Tribunal Federal, acha-se consubstanciada em acórdão assim ementado:

"Mandado de segurança. 2. Ato da Mesa da Câmara dos Deputados, confirmado pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação da referida Casa legislativa, sobre a cassação do mandato do impetrante, por comportamento incompatível com o decoro parlamentar.

3. Pretende-se a extinção do procedimento de perda do mandato. Sustenta-se que a cassação do mandato, para nova legislatura, fica restrita à hipótese de, no curso dessa legislatura, se verificarem condutas, dela contemporâneas, capituláveis como atentatórias do



decoro parlamentar. 4. Não configurada a relevância dos fundamentos da impetração. Liminar indeferida. 5. Parecer da Procuradoria-Geral da República pela prejudicialidade do mandado de segurança, em face da perda de objeto; no mérito, pela denegação da ordem. 6. Tese invocada, acerca da inexistência de contemporaneidade entre o fato típico e a competência da atual legislatura, que se rejeita. 7. Não há reexaminar, em mandado de segurança, fatos e provas (...). 9. Mandado de Segurança indeferido."

Cabe destacar, neste ponto, que o princípio da unidade de legislatura - que faz cessar, a partir de cada novo quadriênio, todos os assuntos iniciados no período imediatamente anterior, dissolvendo-se, desse modo, todos os vínculos com a legislatura precedente (JOSÉ AFONSO DA SILVA, "Princípios do Processo de Formação das Leis no Direito Constitucional", p. 38/39, item n. 14, 1964, RT) - rege, essencialmente, o processo de elaboração legislativa, tanto que, encerrado o período quadrienal a que se refere o art. 44, parágrafo único, da Constituição Federal, dar-se-á, na Câmara dos Deputados, o arquivamento das proposições legislativas, com a só exceção de alguns projetos taxativamente relacionados na norma regimental (Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 105).

É por essa razão que o eminente Professor JOSÉ AFONSO DA SILVA, ao tratar do postulado da unidade de legislatura, examina-o dentre os princípios que informam o processo constitucional de formação das leis.

De outro lado, e ao contrário da limitação de ordem temporal imposta à atividade investigatória das Comissões Parlamentares de Inquérito - cujo âmbito de atuação não pode ultrapassar a legislatura em que instauradas (HC 71.193/SP, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE - MS 22.858/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO) -, cumpre rememorar que o Supremo Tribunal Federal, como precedentemente assinalado, já firmou orientação no sentido de que o princípio da unidade de legislatura não se reveste de efeito preclusivo, em tema de cassação



de mandato legislativo, por falta de decoro parlamentar, ainda que por fatos ocorridos em legislatura anterior (MS 23.388/DF, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, Pleno).

Isso significa, portanto, que o princípio da unidade de legislatura não representa obstáculo constitucional a que as Casas legislativas venham, ainda que por fatos anteriores à legislatura em curso, a instaurar - contra quem já era titular de mandato na legislatura precedente - procedimento de caráter político-administrativo, destinado a viabilizar a decretação da perda do mandato, por fato atentatório ao decoro parlamentar, cometido por quem então se achava investido na condição de membro de qualquer das Casas do Congresso Nacional (CF, art. 55, I, "e", §§ 1º e 2º)." (STF – MS 24.458 – Rel. Min. Celso de Melo – j. 18.02.2003 – DJ de 12.03.2003)

Deste v. acórdão, merece destaque, ainda, a seguinte passagem do brilhante voto do Ministro Celso de Melo:

“O sistema democrático e o modelo republicano não admitem, nem podem tolerar a existência de regimes de governo sem a correspondente noção de fiscalização e de responsabilidade.

Nenhum membro de qualquer instituição da República está acima da Constituição, nem pode pretender-se excluído da crítica social ou do alcance da fiscalização da coletividade.” (STF, MS 24.458, Rel. Min. Celso de Melo, acima citado.)

Decorre destas razões de decidir que a rejeição à comunicação entre as ilegalidades praticadas em um mandato e a responsabilidade no mandato ulterior do reeleito vai de encontro ao princípio republicano, o que se aplica para quaisquer dos poderes constituídos, pois nenhum deles está alheio à noção de fiscalização e de responsabilidade. Como diz o Ministro Relator, “nenhum membro de qualquer instituição da República está acima da Constituição”.

A verdade é que a tese defendida e amplamente divulgada pelos defensores da denunciada não possui qualquer embasamento jurídico. Não há como admitir que teses infundadas se tornem efetivas apenas por serem repetidas.



Não há no ordenamento jurídico qualquer norma ou decisão que respalde a tese de que a quebra de uma legislatura significa um apagar de responsabilidades. Este entendimento fere o direito, fere a Constituição da República, que tem na responsabilidade do gestor público um de seus principais alicerces, como já demonstrado acima.

Aliás, o Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 344.882-0, já decidiu que a criação do instituto da reeleição fez com que a interpretação da Constituição, nos tópicos que guardem relação com a temática que lhe é própria, mereça um reexame, de forma a preservar uma unicidade sistemática da Carta Magna.

Neste caso, por força da reeleição, reinterpretou-se o art. 14, §§ 5º e 7º da CF para admitir a candidatura de cônjuge e parentes de Chefes do Poder Executivo que exerceu apenas um mandato.

Mutatis mutandis, com a vigência da reeleição, o crime de responsabilidade também é afetado para responsabilizar o administrador durante todo o período de seus mandatos, de forma a preservar a unicidade das normas constitucionais, notadamente o princípio da moralidade pública.

Assim, quer em razão dos crimes de responsabilidade ocorridos no início deste segundo mandato, quer pelo caráter de continuidade do segundo mandato do Chefe do Executivo reeleito, quer pela continuidade das ilegalidades no início desta legislatura, a responsabilidade da denunciada pelos fatos aqui narrados é incontroversa.

Advogados ligados ao Partido dos Trabalhadores têm sustentado que a Constituição Federal vedaria responsabilizar a Presidente por crimes praticados no mandato anterior, por prever que o presidente não pode ser responsabilizado por ato alheio as suas funções. Ora, francamente, não há um dicionário sequer em que a palavra função possa ser tomada como sinônimo de mandato!

Em parecer apresentado ao Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), o Eminentíssimo Jurista Adilson Abreu Dallari, quando questionado se “na hipótese de reeleição do Presidente da República para mandato subsequente, pode haver responsabilização por ato praticado no exercício da função em mandato anterior?” respondeu categoricamente: “Sim. No caso de reeleição, o Presidente da República estará no exercício das funções, inerentes ao cargo, pelo período de oito anos, e pode ser



responsabilizado por atos e omissões que configurem crime de responsabilidade, ocorridos durante todo esse período. A norma constitucional superveniente, possibilitando o alargamento do período de exercício das funções inerentes ao cargo, determina que a interpretação de normas, anteriormente existentes, instituindo a responsabilidade com regra ampla e geral, seja feita de maneira evolutiva, em conformidade com os princípios fundamentais da Constituição Federal”⁴.

Ainda que indiretamente, também o Eminentíssimo Jurista Ives Gandra Martins respondeu sim a este questionamento, na medida em que foi o primeiro a publicamente sustentar a possibilidade e até a necessidade de cassar-se o mandato da Presidente da República. E especificamente sobre o tema, aduziu: “Parece-me, pois, que não se trata, no que diz respeito ao novo mandato, em que se mantém a mesma direção continuada da instituição do 1º mandato, se não de um mandato continuado, o que levaria a possibilidade de considerar crime continuado contra a probidade da administração, por falta das medidas necessárias de afastamento imediato de quem dirigiu a estatal em setores estratégicos e agora na presidência da empresa, durante o período de assalto a estatal (Presidente Lula e Presidente Dilma)”⁵.

Em maio de 2015, no Jornal do Advogado de São Paulo, Janaina Conceição Paschoal, subscritora da presente, também respondeu sim, ao participar de debate referente ao cabimento de *impeachment*, por crime praticado no mandato anterior⁶. Mais recentemente, o professor associado de Direito Processual Penal na USP, Gustavo Badaró, corroborou este entendimento⁷. Devendo-se mencionar que há várias publicações do Professor Dirceo Torrecillas Ramos, no mesmo sentido.

A esta altura, portanto, parece superada a exegese de que a reeleição constituiria verdadeira anistia aos crimes perpetrados no primeiro mandato, muitos dos quais, há que se dizer, intentados com o fim de garantir a reeleição. Importante deixar bem claro que esta convicção não se deve apenas a uma vontade política, decorrendo da análise sistemática da ordem jurídica. Vejamos.

⁴ - disponível em: <http://s.conjur.com.br/dl/parecer-iasp-adilson-dallari-possivel.pdf>

⁵ - disponível em:

<http://www.gandramartins.adv.br/parecer/detalhe/id/988010d8d9a94a46fb428519a0c3eaa7>

⁶ - disponível em: http://www.hkl.com.br/oab_flip/default_novo.asp

⁷ - ver: <http://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2015/08/1672125-presidente-reeleito-pode-sofrer-impeachment-por-ato-realizado-em-mandato-anterior-sim.shtml>



A Constituição Federal, em seu artigo 85, diz que compete à lei federal disciplinar os crimes de responsabilidade do Presidente da República, inclusive no que concerne ao processo de *Impeachment* e a seu julgamento. Esses crimes são previstos na Lei 1.079/50, que foi recepcionada pela Constituição Federal de 88; tanto que sofreu posteriores alterações por parte da Lei 10.028/2000.

Em seu artigo 15, a Lei 1.079/50 estatui que “a denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo”.

Em virtude da possibilidade de reeleição, houve manifestações no sentido de que referido dispositivo impediria a perda do segundo mandato, em decorrência de crime de responsabilidade praticado durante o primeiro.

No entanto, impossível conferir tamanha amplitude para o artigo 15 da Lei 1.079/50. Referido dispositivo constitui apenas uma condição de procedibilidade, como resta cristalino no acórdão prolatado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, no Mandado de Segurança n. 21.689/DF, impetrado em benefício do ex-Presidente Collor.

Com efeito, na medida em que o fim primordial do processo de *Impeachment* é a perda do cargo, a ação somente terá legitimidade para se iniciar, na hipótese de o imputado estar no cargo a ser perdido. Daí a exigência de que não o tenha deixado definitivamente.

Poder-se-ia pretender objetar, aduzindo que, na verdade, o artigo 15 implicaria uma condição de punibilidade, uma vez que está diretamente relacionado à possibilidade de punição para o crime de responsabilidade. No entanto, uma vez recebida a denúncia, se o acusado renunciar, objetivando se eximir do processo, tem-se que, conforme ocorrera com o ex-Presidente Fernando Collor de Mello, o feito terá seguimento, para a aplicação da sanção de inabilitação para função pública.

Nota-se, portanto, que a exigência de que o acusado esteja no cargo para a recepção da denúncia funciona como a representação, nos crimes de ação penal pública condicionada; ou seja, condição de procedibilidade.



Cumpra lembrar que, por não estar obrigado a se desincompatibilizar para concorrer à reeleição, a bem da verdade, o Presidente da República, sendo reeleito, nunca terá deixado definitivamente o cargo. Tanto é assim que, durante a campanha, em regra, é tratado como Presidente/candidato, participando de eventos de campanha e de compromissos oficiais. Esse é exatamente o caso da Presidente Dilma Rousseff, ora denunciada, que não se licenciou do cargo de Presidente por nenhum dia sequer. Em outras palavras, desde que eleita para seu primeiro mandato, a denunciada jamais deixou definitivamente o cargo.

Em suma, desde a posse no primeiro mandato, não houve um só momento em que o país tenha ficado sem sua Presidente. Não se pode, portanto, alegar impossibilidade de Impeachment, por ter a denunciada deixado definitivamente o cargo.

Resta também imperioso que se tenha nítido que, em nenhuma medida, considerar a possibilidade de Impeachment representa golpe. Muito ao contrário, o que uma verdadeira República não pode admitir é que o governante lance mão de todo tipo de desmando, até com o fim de garantir sua reeleição, ficando blindado à devida ação dos demais poderes.

Ao concorrer à reeleição, o Presidente da República detém a máquina estatal e, nem sempre, seus crimes de responsabilidade são conhecidos antes do pleito eleitoral. Não é raro que tais crimes venham a ser desvendados apenas no decorrer do segundo mandato. Inconstitucional é negar aos representantes de um povo enganado o poder/dever de zelar pelo bom exercício do Poder Executivo.

Nesse sentido, resta absolutamente pertinente recorrer às lições do Constitucionalista José Afonso da Silva que, em artigo recentemente publicado, consignou que a perda da legitimidade da atual Presidente da República é inegável, sendo certo que, independentemente da ideologia adotada, o atual estado de coisas não pode persistir. Em suas ponderações, o Eminentíssimo Jurista até admitiu que as alternativas disponíveis não são alvissareiras; entretanto, deixar de tomar as medidas cabíveis e necessárias não ajudará a acomodar a situação⁸.

⁸ - ver: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login-colunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2015/08/1671516-renuncia-e-legitimidade.shtml>



É bem verdade que vários formadores de opinião têm insistido no pleito de que a Presidente da República, ora denunciada, renuncie, até com o objetivo de não vitimar, ainda mais, a República. Compreendem-se as razões desses intelectuais; porém, a nação não pode esperar. O histórico antes narrado e a sucessão de fatos escabrosos que se desvelam indicam que a denunciada não está disposta a abandonar o poder, para cuja manutenção disse que faria o que fosse preciso.

É imperioso, portanto, fazer cumprir a Constituição Federal, a lei vigente e os princípios norteadores de uma verdadeira República. A Presidente está no cargo. Desde que o assumiu, em 2011, jamais o deixou, ainda que provisoriamente. Não existem óbices para o recebimento desta denúncia. Em nenhuma norma está escrito que não cabe Impeachment, por crime de responsabilidade perpetrado no mandato anterior.

De todo modo, não resta excessivo lembrar que, muito embora a grande maioria dos atos criminosos tenha ocorrido no primeiro mandato, já no curso do segundo mandato, houve desrespeito para com a Lei de Responsabilidade Fiscal, mediante a prática das chamadas pedaladas fiscais; sendo certo que, por um bom tempo, a denunciada insistiu em defender e manter a diretoria da Petrobrás, apegando-se à tese, sempre revisitada, de perseguição.

No que tange aos descabros na Petrobrás, a continuidade delitiva resta muito evidenciada nas fortes manifestações dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello e Carmen Lúcia, quando do julgamento de Habeas Corpus impetrado em benefício de um dos imputados na Lava Jato. Na oportunidade, os Ministros, mostrando-se impressionados, apontaram verdadeira “delinquência institucional”!⁹.

Não só não há óbices ao recebimento desta denúncia, como a autorização para que a Presidente seja processada com o fim de ter seu mandato cassado é de rigor!

O que os denunciantes rogam a esta Casa é que considere toda esta continuidade delitiva, para autorizar seja a Presidente da República processada por seus crimes de responsabilidade.

⁹ - <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,delinquenciainstitucional,1747326>



4. Do Pedido:

Os ora denunciantes, por óbvio, prefeririam que a Presidente da República tivesse condições de levar seu mandato a termo. No entanto, a situação se revela tão drástica e o comportamento da Chefe da nação se revela tão inadmissível, que alternativa não resta além de pedir a esta Câmara dos Deputados que autorize seja ela processada pelos crimes de responsabilidade previstos no artigo 85, incisos V, VI e VII, da Constituição Federal; nos artigos 4º., incisos V e VI; 9º. números 3 e 7; 10 números 6, 7, 8 e 9; e 11, número 3, da Lei 1.079/1950.

Alguns analistas têm advertido que o processo de Impeachment seria muito custoso à nação. Não há dúvida de que será. No entanto, a sanha de poder que orienta o grupo da denunciada, a qual se torna mais clara a cada dia, certamente se revela ainda mais deletéria.

Imperioso, por outro lado, lembrar que o processo de Impeachment tem previsão constitucional e os remédios, por mais que tenham efeitos colaterais, devem ser ministrados, quando necessários e cabíveis. No caso de que ora se trata, esta Egrégia Casa tem a missão de resgatar a legalidade, como, aliás, já fizera, sem nenhuma consequência deletéria à nação.

A corrupção, a não observância de promessas, a ideia de que o público, no lugar de ser de todos, não é de ninguém, infelizmente, sempre permeou a mentalidade nacional, como ensina a Professora Denise Ramos .

No entanto, nestes últimos anos, o sentimento de que, no Brasil, toda sorte de desfaçatez é permitida popularizou-se. Tanto é assim que ex-detentores de cargos públicos, e até mesmo atuais detentores de cargos públicos, não têm nenhum pudor em dizer que recebem milhões a título de consultoria.

A moralidade precisa ser resgatada para que o cidadão que paga seus impostos, que luta para educar e alimentar seus filhos, não sinta vergonha de ser brasileiro.

“De pouco valerá falar ao menino em reverência, justiça, probidade, veracidade, se essas leis se não praticarem diante dele: é unicamente por atos que lhas ensinaremos a conhecer.” (Rui Barbosa. Migalhas de Rui Barbosa – org. Miguel Matos).



No teatro sem fim em que vivem engendrados a Presidente da República e seus consortes, insiste-se que apenas a elite está descontente, supostamente com a elevação das classes menos favorecidas.

Trata-se de mais uma falácia. A população, cansada, indignada, mas ainda esperançosa na devida separação dos poderes, tem saído às ruas, para pedir o básico: observância à lei e à Constituição Federal; como ocorrera, aliás, em 1992, quando Barbosa Lima Sobrinho e Marcelo Lavenère pleiteram o Impeachment do então Presidente Fernando Collor de Mello .

Somos negros e brancos, jovens e idosos, homens e mulheres de várias orientações sexuais, nordestinos e sulistas, somos brasileiros querendo resgatar a honra que ainda resta para este país. Os tiranos que dele se apoderaram construíram um discurso de cisão, objetivando nos enfraquecer, para se perpetuarem. A simples adoção de tal discurso já denotaria a inadmissível imprudência denunciada por Aristóteles, em sua célebre obra A Política (Bauru: EDIPRO, 1995. p. 94); porém todos os atos, recentemente trazidos à luz, levam à convicção de que houve crimes de responsabilidade de várias ordens.

À Câmara dos Deputados Federais rogamos que coloque um fim nesta situação, autorizando que a Presidente da República seja processada pelos delitos perpetrados, encaminhando-se, por conseguinte, os autos ao Senado Federal, onde será julgada para, ao final, ser condenada à perda do mandato, bem como à inabilitação para exercer cargo público pelo prazo de oito anos, nos termos do artigo 52, parágrafo único, da Constituição Federal. É o que ora se requer! E não só os denunciantes que assim solicitam, representantes de 45 (quarenta e cinco) movimentos sociais subscrevem esta denúncia.

A presente denúncia segue instruída com notícias jornalísticas, pareceres, representação e acórdãos, antes mencionados. Os fatos são de conhecimento notório, de forma que os denunciantes entendem serem suficientes à deflagração do processo de Impeachment.

No entanto, caso V. Exa. pense de modo diverso, em nome da verdade real, que deve ser buscada em prol do país, desde logo, postula-se sejam notificados o TSE, o STF, o TRF da 4ª. Região e a 13ª. Vara Federal Criminal de Curitiba-PR, para que



enviem a íntegra dos procedimentos referentes, respectivamente, às contas de campanha da denunciada e à Operação Lava Jato.

Postula-se, ainda que seja expedido ofício ao Tribunal de Contas da União para que apresente cópia de processos, procedimentos, pareceres, estudos, auditorias ou qualquer outra informação em que constem elementos que digam respeito a investigações, constatações ou qualquer outra prova referente à prática de irregularidades pelo Governo Federal, no ano de 2015, que digam respeito às ilegalidades constatadas por aquele Tribunal auxiliar do Poder Legislativo nos autos do TC 021.643/2014-8; bem como que sejam oficiados o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para que informem os valores adiantados pela própria instituição concernente à execução de programas do Governo Federal no ano de 2015 e os montantes repassados pelo Tesouro Nacional para cobertura desses mesmos valores, também no ano de 2015. A informação deverá conter a evolução dos valores mês a mês, devendo informar, quanto aos valores recebidos, se os pagamentos são concernentes a adiantamentos havidos no ano de 2015 ou a dívidas consolidadas no ano de 2014; Seja oficiada a União para que informe o montante executado por instituições financeiras, referentes aos benefícios especificados nesta denúncia, em seu todo, no ano de 2015, e quais os valores repassados para essas mesmas instituições pelo Tesouro Nacional, especificando os valores, mês a mês, e por benefício.

Por certo, os documentos são suficientes a instruir o feito; porém, na eventualidade de a Câmara e o Senado entenderem pela necessidade de ouvir testemunhas, desde logo, arrolam-se aquelas cuja colaboração fora essencial para o desvendar de toda essa terrível situação, em especial: 1) Alberto Youssef; 2) Ricardo Pessoa; 3) o Representante do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira; 4) o Auditor Fiscal Antônio Carlos Costa D'Ávila Carvalho (Mat. 5715-0); e 5) o Auditor Fiscal Charles Santana de Castro (Mat. 9432-3).



Por derradeiro, cumpre lembrar frase central em nosso Hino Nacional: VERÁS
QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE A LUTA! Unidos da Constituição Federal, estes
filhos do Brasil vêm pedir ao Congresso Nacional que tenha a CORAGEM necessária
para fazer a devida JUSTIÇA!


Brasil, 15 de outubro de 2015.




HÉLIO PEREIRA BICUDO


MIGUEL REALE JUNIOR




JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL


Flávio Henrique Costa Pereira

OAB/SP 131.364

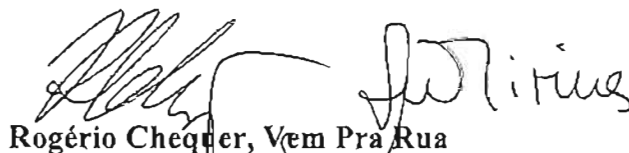
De Acordo:




Carla Zambelli Salgado, por 43 Movimentos Contra a Corrupção




Kim Patroca Katagui, pelo Movimento Brasil Livre


Rogério Chequer, Vem Pra Rua



4º TABELÃO DE NOTAS - Estado de São Paulo -
RUA ESTADOS UNIDOS, 455 - CEP: 01427-001 - Fone:
Tabelião: Bel. OSVALDO CANHEO - Tabelião Substituto: Bel.
RECONHEÇO a AUTENTICIDADE 3 (três) de: HÉLIO PEREIRA BICUDO, JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL E MIGUEL REALE JUNIOR
São Paulo, 15 de outubro de 2015.
Em test., da verdade. P. 125
TABELÃO CARLOS SALES COSTA - Tabelião Substituto: Bel.
VIR: 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000, 1001, 1002, 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008, 1009, 1010, 1011, 1012, 1013, 1014, 1015, 1016, 1017, 1018, 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1030, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1036, 1037, 1038, 1039, 1040, 1041, 1042, 1043, 1044, 1045, 1046, 1047, 1048, 1049, 1050, 1051, 1052, 1053, 1054, 1055, 1056, 1057, 1058, 1059, 1060, 1061, 1062, 1063, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1070, 1071, 1072, 1073, 1074, 1075, 1076, 1077, 1078, 1079, 1080, 1081, 1082, 1083, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1089, 1090, 1091, 1092, 1093, 1094, 1095, 1096, 1097, 1098, 1099, 1100, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1110, 1111, 1112, 1113, 1114, 1115, 1116, 1117, 1118, 1119, 1120, 1121, 1122, 1123, 1124, 1125, 1126, 1127, 1128, 1129, 1130, 1131, 1132, 1133, 1134, 1135, 1136, 1137, 1138, 1139, 1140, 1141, 1142, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1148, 1149, 1150, 1151, 1152, 1153, 1154, 1155, 1156, 1157, 1158, 1159, 1160, 1161, 1162, 1163, 1164, 1165, 1166, 1167, 1168, 1169, 1170, 1171, 1172, 1173, 1174, 1175, 1176, 1177, 1178, 1179, 1180, 1181, 1182, 1183, 1184, 1185, 1186, 1187, 1188, 1189, 1190, 1191, 1192, 1193, 1194, 1195, 1196, 1197, 1198, 1199, 1200, 1201, 1202, 1203, 1204, 1205, 1206, 1207, 1208, 1209, 1210, 1211, 1212, 1213, 1214, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1260, 1261, 1262, 1263, 1264, 1265, 1266, 1267, 1268, 1269, 1270, 1271, 1272, 1273, 1274, 1275, 1276, 1277, 1278, 1279, 1280, 1281, 1282, 1283, 1284, 1285, 1286, 1287, 1288, 1289, 1290, 1291, 1292, 1293, 1294, 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1300, 1301, 1302, 1303, 1304, 1305, 1306, 1307, 1308, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314, 1315, 1316, 1317, 1318, 1319, 1320, 1321, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327, 1328, 1329, 1330, 1331, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1338, 1339, 1340, 1341, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1351, 1352, 1353, 1354, 1355, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1362, 1363, 1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377, 1378, 1379, 1380, 1381, 1382, 1383, 1384, 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1390, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1429, 1430, 1431, 1432, 1433, 1434, 1435, 1436, 1437, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455, 1456, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473, 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1484, 1485, 1486, 1487, 1488, 1489, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1498, 1499, 1500, 1501, 1502, 1503, 1504, 1505, 1506, 1507, 1508, 1509, 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1517, 1518, 1519, 1520, 1521, 1522, 1523, 1524, 1525, 1526, 1527, 1528, 1529, 1530, 1531, 1532, 1533, 1534, 1535, 1536, 1537, 1538, 1539, 1540, 1541, 1542, 1543, 1544, 1545, 1546, 1547, 1548, 1549, 1550, 1551, 1552, 1553, 1554, 1555, 1556, 1557, 1558, 1559, 1560, 1561, 1562, 1563, 1564, 1565, 1566, 1567, 1568, 1569, 1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1576, 1577, 1578, 1579, 1580, 1581, 1582, 1583, 1584, 1585, 1586, 1587, 1588, 1589, 1590, 1591, 1592, 1593, 1594, 1595, 1596, 1597, 1598, 1599, 1600, 1601, 1602, 1603, 1604, 1605, 1606, 1607, 1608, 1609, 1610, 1611, 1612, 1613, 1614, 1615, 1616, 1617, 1618, 1619, 1620, 1621, 1622, 1623, 1624, 1625, 1626, 1627, 1628, 1629, 1630, 1631, 1632, 1633, 1634, 1635, 1636, 1637, 1638, 1639, 1640, 1641, 1642, 1643, 1644, 1645, 1646, 1647, 1648, 1649, 1650, 1651, 1652, 1653, 1654, 1655, 1656, 1657, 1658, 1659, 1660, 1661, 1662, 1663, 1664, 1665, 1666, 1667, 1668, 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674, 1675, 1676, 1677, 1678, 1679, 1680, 1681, 1682, 1683, 1684, 1685, 1686, 1687, 1688, 1689, 1690, 1691, 1692, 1693, 1694, 1695, 1696, 1697, 1698, 1699, 1700, 1701, 1702, 1703, 1704, 1705, 1706, 1707, 1708, 1709, 1710, 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1716, 1717, 1718, 1719, 1720, 1721, 1722, 1723, 1724, 1725, 1726, 1727, 1728, 1729, 1730, 1731, 1732, 1733, 1734, 1735, 1736, 1737, 1738, 1739, 1740, 1741, 1742, 1743, 1744, 1745, 1746, 1747, 1748, 1749, 1750, 1751, 1752, 1753, 1754, 1755, 1756, 1757, 1758, 1759, 1760, 1761, 1762, 1763, 1764, 1765, 1766, 1767, 1768, 1769, 1770, 1771, 1772, 1773, 1774, 1775, 1776, 1777, 1778, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783, 1784, 1785, 1786, 1787, 1788, 1789, 1790, 1791, 1792, 1793, 1794, 1795, 1796, 1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820, 1821, 1822, 1823, 1824, 1825, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832, 1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 20



4^o TABELIÃO DE NOTAS - Estado de São Paulo - Comarca de Capital
RUA ESTADOS UNIDOS, 455 - CEP: 01427-000 - FONE: (0XX11) 3694-7767
Tabelião: Bel. OSVALDO CANHEO - Tabelião Substituto: Bel. ANTÔNIO FÁBIO FILHO

RECONHECO por SEMELHANÇA S/ VALOR DECLARADO 2 firma(s) de:
CARLA ZAMBELLI SALGADO E KIM PATROCA KATAGUIRI
São Paulo, 15 de outubro de 2015.
Em test. da verdade. 7-123

TABEU CARLOS SALES COSTA - Escrevente

Vlr: R\$ 9,00. C: 5561404-6 e 1038AA-1038AA

Válido somente com o selo de Autenticidade,

*VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM SINALS E/OU "A BUBBLES"



**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **HELIO PEREIRA BICUDO**

Inscrição: **148181900124** Zona: 346 Seção: 39

Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP

Data de Nascimento: 05/07/1922 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: ANA ROSA PEREIRA BICUDO

GALDINO HYBERNON PEREIRA BICUDO

Certidão emitida às 09:08 de 15/10/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **APDD.UPAJ.MZZP.6QFV**

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) **ESTÁ QUITO** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor(a): **MIGUEL REALE JUNIOR**

Inscrição: **001645780116** Zona: 1 Seção: 340

Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP

Data de Nascimento: 18/04/1944 Domiciliado(a) desde: 18/09/1986

Filiação: FILOMENA PUCCI REALE

MIGUEL REALE

Certidão emitida às 10:06 de 15/10/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **WPQE.8YEL.VHQ2.8PAØ**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **JANAINA CONCEICAO PASCHOAL**

Inscrição: **252385180175** Zona: 253 Seção: 81

Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP

Data de Nascimento: 25/06/1974 Domiciliada desde: 08/01/1993

Filiação: REGINA CELIA CAVALLO PASCHOAL

RICARDO JOSE DE GUSMAO PASCHOAL

Certidão emitida às 09:10 de 15/10/2015

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **RHW7.SYL5.YSGR.MMXV**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS



*OS CHEFES DE ESTADO NÃO SE PERDEM PELO
TRABALHO DE SEUS INIMIGOS: PERDEM-SE PELOS
PLANOS DA SUA PRÓPRIA AMBIÇÃO, INSUFLADOS
PELA SUBSERVIÊNCIA DOS SEUS CORTEJADORES.*

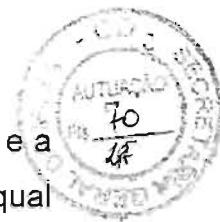
RUI BARBOSA

DENÚNCIA OFERECIDA EM 15 DE ABRIL DE 2015

CARLA ZAMBELLI SALGADO, HEDUAN PINHEIRO, DANILO AMARAL, NILTON MASI CACCAOS JÚNIOR, já qualificados no presente pedido e em pleno gozo de seus direitos políticos, representantes dos movimentos sociais **"NAS RUAS CONTRA A CORRUPÇÃO"**, **"BRASIL MELHOR"**, **"ACORDA BRASIL"** e **"AVANÇA BRASIL"**, com mais de um milhão de apoiadores e seguidores pelas redes sociais, o Jurista **DIRCÊO TORRECILLAS RAMOS**, Professor Doutor Livre Docente pela USP, Membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas e Membro do Conselho Superior de Direito da Fecomercio e os advogados que também subscrevem a presente, nos autos da denúncia oferecida em 15 de Abril de 2015 em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, com a imputação da prática de crime de responsabilidade, nos termos do artigo 14 e seguintes da Lei 1.079/50, juntamente com os artigos 60 e 218 do Regimento Interno da Câmara Federal, observando o previsto no artigo 51, I da Constituição Federal, vem, respeitosamente, à presença de V.Exa. expor e requerer o quanto segue.

1. É de conhecimento público a denúncia com o pedido de abertura de processo de *impeachment* da Presidente da República oferecida

pelos Eminentes Juristas DRS. HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JÚNIOR e a Ilustríssima Advogada e Professora JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL sobre o qual os subscritores da presente já ofereceram seu apoio e pedido de pensamento .



2. Todavia, em que pese a aludida denúncia oferecida pelos Eminentes subscritores, cuja base legal já apresentava, entre outras, sérias acusações pelo descumprimento das metas orçamentárias e fiscais julgadas recentemente pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no exercício de 2014 (Lei Complementar 101/2000), o Governo Federal, de forma ousada e até mesmo atrevida, continua promovendo irregularidades com as contas públicas em 2015, criando maquiagens na gestão fiscal, práticas de ato ilegal, ilegítimo e/ou antieconômico, promovendo danos ao erário e à população.

3. Assim, com o intuito de enfatizar a permanente violação das leis pelo Governo Federal e aglutinar todos os malfeitos promovidos pela Presidente da República os subscritores da referida denúncia Drs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e a Ilustríssima Advogada e Professora Janaina Conceição Paschoal, nesta data, promovem nova denúncia com o pedido de abertura de processo de *impeachment* da Presidente da República, reforçando e complementando os argumentos outrora apresentados.

4. Dessa forma, os requerentes reiteram mais uma vez, de forma irrestrita seu apoio ao novo pedido a ser apresentado a esta D. Casa, requerendo a V.Exa. que o presente pedido de cassação da Presidente da República seja apensado ao novo e contundente requerimento oferecido pelos Ilustríssimos Doutores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, e recebido, no que couber, de forma subsidiária aos fatos argumentos que ensejam no afastamento da representante maior do poder executivo, justificando, mais uma vez, o pedido de apensamento, não só pela convergência dos princípios e fatos motivadores do *impeachment*, mas também em função dos princípios que norteiam a instrumentalidade das formas, da conexão das causas, da celeridade e da economia processual.



5. Diante do exposto, reiteram ainda os subscritores que essa Egrégia Presidência da Câmara, acate a denúncia pelo crime de responsabilidade previstas no artigo 14 e seguintes da Lei 1.079/50, c/c com os artigos 60 e 218 do Regimento Interno da Câmara Federal, observando o previsto no artigo 51, I da Constituição Federal, com a aplicação da perda do cargo e o exercício de função pública pelo prazo 8 anos, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis à espécie.

8. Por fim, também em apoio aos requerentes e aos subscritores do novo pedido, os cidadãos brasileiros de várias partes do país, representantes de movimentos sociais com milhões de seguidores pelas redes sociais (abaixo indicados), que indignados, jamais deixarão de crer que é na DEMOCRACIA e na JUSTIÇA que repousa o derradeiro fio de confiabilidade, o último rescaldo de esperança.

Nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos !!!

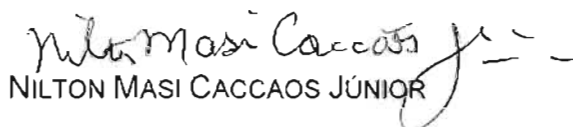
Brasil, 15 de outubro 2015.


CARLA ZAMBELLI SALGADO

MOVIMENTO "NAS RUAS CONTRA A CORRUPÇÃO"

HEDUAN PINHEIRO

MOVIMENTO "BRASIL MELHOR"


NILTON MASI CACCAOS JÚNIOR

MOVIMENTO "AVANÇA BRASIL"

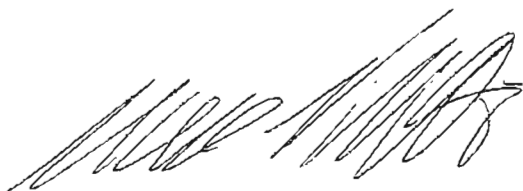
DANILO AMARAL

"MOVIMENTO ACORDA BRASIL"

DIRCÉO TORRECILLAS RAMOS

OAB/SP 31.722

{{Assinaturas nas próximas páginas}}



MAURÍCIO NANARTONIS

OAB/SP 84.807



JOÃO PAULO NETTO

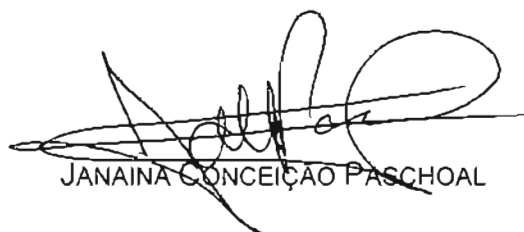
OAB/SP 242.352



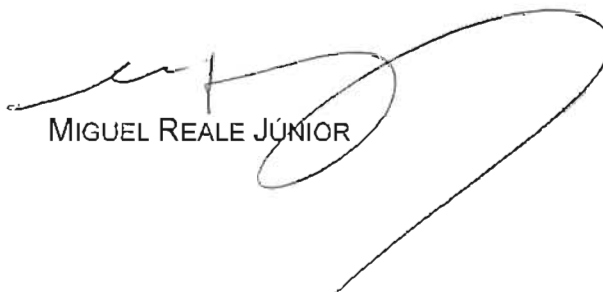
DE ACORDO:



HÉLIO PEREIRA BICUDO



JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL



MIGUEL REALE JÚNIOR

MOVIMENTOS DAS REDES SOCIAIS APOIADORES

DO PEDIDO DE IMPEACHMENT:



Nome	Fabírcia Salles
Movimento	Movimento Pátria Livre
Endereço digital	https://www.facebook.com/movimentopopularforadilma



Nome	Alessandro Gusmão
Movimento	Movimento Brasil
Endereço digital	https://www.facebook.com/mov.brasilivre



Nome Leandro Serafim
Movimento Ordem dos Médicos do Brasil
Endereço digital <https://www.facebook.com/OrdemDosMedicosDoBrasil>



Nome Neto Rodrigues
Movimento Movimento Brasil Sem Bolívarismo
Endereço digital Grupo de WhatsApp



Nome Luciana Massote
Movimento Movimento Renova Brasil
Endereço digital <https://www.facebook.com/renovabrasil.br>

Nome

Paulo Angelim



Movimento IDE – Instituto Democracia e Ética – Fortaleza
Ceara
Endereço digital <https://www.facebook.com/ide.ceara>



Nome Ely Inês
Movimento Movimento Muda Brasil - Cuiabá
Endereço digital <https://www.facebook.com/tamojuntomovimentomudabrasil>



Nome Célia Dino
Movimento Eu te Amo Meu Brasil – Maranhão
Endereço digital <https://www.facebook.com/euteamomeubrasilma>



Nome Neto Rodrigues
Movimento PRS – Partido da Rede Social
Endereço digital <https://www.facebook.com/groups/175213645916118>

Nome Neusa Maria
Movimento Eu quero Lula na Cadeia
Endereço digital <https://www.facebook.com/groups/910894895638542>



Nome Lauro Shida
Movimento DossiêPT
Endereço digital <https://www.facebook.com/eduardocamposinvestigacao>



Nome Solange Souza
Movimento UPB – Unidos Pelo Brasil
Endereço digital Grupo de WhatsApp



Nome Olavo Tarraf
Movimento MCB – Movimento Cidadania Brasil
Endereço digital <https://www.facebook.com/MovimentoCidadaniaBrasil>



Nome Cynthia Fontes
Movimento Brava Gente Brasileira
Endereço digital <https://www.facebook.com/BravaGente.BH>



Nome Dárcio Bracarense
Movimento Aliados da Ética
Endereço digital <https://www.facebook.com/AliadosDaEtica>

Nome Dárcio Bracarense
Movimento Fora Dilma Vitória
Endereço digital <https://www.facebook.com/ForaDilmaVitoriaES>



Nome Kelly Cristina
Movimento MPD – Movimento Papo de Direita
Endereço digital <https://m.facebook.com/papodedireita>



Nome Ricardo Marchesan
Movimento Brasil Limpo – Ribeirão Preto
Endereço digital <https://www.facebook.com/groups/1640520172844792>

Nome Márcio Xavier
Movimento Grupo 2.000.000 - Dois Milhões de Brasileiros
Unidos pelo Brasil!
End.: <https://www.facebook.com/groups/2milhoesdeBrasileiros/>



Nome Afonso Lembi
Movimento BHCC – BH Contra a Corrupção
Endereço digital <https://www.facebook.com/groups/251997914836912>



Nome Nilton Caccaos
Movimento Avança Brasil Maçons.BR
Endereço digital <https://www.facebook.com/AvancaBrasilMaconsBR>



Nome Heduan Pinheiro
Movimento Brasil Melhor
Endereço digital <https://www.facebook.com/bmelhor>



Nome Maria do Carmo
Movimento Xô Corrupção
Endereço digital <https://www.facebook.com/groups/732417436846232/>



Nome Marcelo Medeiros
Movimento Algemas de Ouro
Endereço digital <https://www.facebook.com/AlgemasDeOuro>



Nome Marcelo Medeiros
Movimento Defesa da Democracia
Endereço digital <https://www.facebook.com/Defesadademocracia>



Nome Carla Zambelli
Movimento NasRuas
Endereço digital <https://www.facebook.com/nasruas>



Nome Henriette Krutman
Movimento Queremos Ética na Política
Endereço digital <https://www.facebook.com/groups/eticanapolitica>



Nome Cynthia Fontes
Movimento Mulheres da Inconfidência
Endereço digital <https://www.facebook.com/MulheresDaInconfidencia>



Nome Marcelo Medeiros
Movimento Movimento 31 de Julho
Endereço digital <https://www.facebook.com/groups/movimento31dejulho>



Nome Robson Machado
Movimento Nação Digital
Endereço digital <https://www.facebook.com/nacao digital>



Nome Otávio Fakhoury
Movimento Movimento Liberal Acorda Brasil
Endereço digital <https://www.facebook.com/Movimento-Liberal-Acorda-Brasil>



Nome Cristiano Alves
Movimento Movimento Pró Brasil
Endereço digital <https://www.facebook.com/MovimentoProBrasil.MG>



Nome Patrícia Bueno
Movimento Movimento Endireita Brasil
Endereço digital <https://www.facebook.com/endreitabrasil>

Nome Paulo Castro
Movimento Somos 51 Milhões
Endereço digital <https://www.facebook.com/groups/752806414791413>

Nome Carlos Pozzobon
Movimento Movimento Pela Ética
Endereço digital <HTTPS://www.facebook.com/groups/eticasempre>

Nome Carlos Pozzobon
Movimento Movimento Ética Sempre
Endereço digital <https://www.facebook.com/groups/eticasempre/>



Nome Dennis Heiderich
Movimento Movimento Patriotas
Endereço digital <https://www.facebook.com/PatnotasUnidos>



Nome Izanira dos Santos Oliveira
Movimento Movimento Amazonas em ação
Endereço digital <https://www.facebook.com/Amazonas-Em-Ação>



Nome Alex Brum
Movimento Movimento XV de Março
Endereço digital <https://www.facebook.com/xvdemarco>



Nome André Antunes
Movimento Fora Dilma
Endereço digital
<https://www.facebook.com/foradilmaforapralhas>



Nome Lauro Shida
Movimento Anonymous Ação e Planejamentos
Endereço digital
<https://www.facebook.com/groups/AnonymousBrasil>



Nome Marcello Reis
Movimento Revoltados OnLine
Endereço digital
<https://www.facebook.com/revoltadosonline>



Nome Rogério Chequer
Movimento Vem Pra Rua
Endereço digital
<https://www.facebook.com/VemPraRuaBrasil.org>

Handwritten signature and text:
MARCELO CRISTIANO
RG. 24.466.393-2



ANEXOS

TCU 021643/2014-8



felt tip marker only

cópia integral Proc. TCU

"PEDALADAS FISCALIS"



PSDB - Comissão E

Avenida L2, Quadra 607, Edifício Metr

Fone: (0xx61) 3424-0500

E-mail: tucano

CONFIDENCIAL



POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas



TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 16

TERMO DE DECLARAÇÕES que presta **PAULO ROBERTO COSTA**

Ao(s) 02 dia(s) do mês de setembro de 2014, nesta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal, em Curitiba/PR, perante ERIKA MIALIK MARENA, Delegada de Polícia Federal, Classe Especial, matrícula nº 10.491, atendendo a requisição do Procurador Geral da República constante do Ofício nº 1152/Gab para se proceder à oitiva de PAULO ROBERTO COSTA, brasileiro, casado, filho de Paulo Bachmann Costa e Evolina Pereira da Silva Costa, nascido em 01/01/1954 em Monte Alegre/PA, Engenheiro, identidade 1708889876 – CREA/RJ, o qual firmou acordo de colaboração que será levado à ratificação do Procurador Geral da República, e na presença do Procurador da República ROBERSON HENRIQUE POZZOBON com delegação daquele para atuar no caso, e dos advogados do declarante, BEATRIZ CATTÁ PRETA, OAB/SP 153879 (ausente neste ato), e LUIZ HENRIQUE VIEIRA, OABSP 320868, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, inquirido, PAULO ROBERTO COSTA **RESPONDEU**: QUE o declarante afirma que o advogado LUIZ HENRIQUE VIEIRA, OABSP 320868 é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o §15 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE o declarante afirma que pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações policiais e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE o declarante renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, firmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE o declarante e sua defensora autorizam expressamente e estão cientes do registro audiovisual do presente ato de colaboração em mídia digital (HD Samsung 1Tera, Serial Number E2FWJJHD2223B7), além do registro escrito (duas vias do termo assinadas em papel), nos termos do §13 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, os quais serão, ao final do ato, devidamente lacrados e entregues ao representante do Ministério Público Federal ora presente, o qual ficará responsável pela guarda, custódia e preservação do sigilo das informações; QUE o declarante afirma estar ciente de que o presente ato de colaboração dependerá da homologação do Poder Judiciário, o qual verificará a sua regularidade, legalidade e voluntariedade, podendo o juiz recusar a homologação caso não atenda aos requisitos legais ou adequá-la ao caso concreto, estando ciente, ainda que, os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; bem como a concessão do benefício levará em conta a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato

CONFIDENCIAL



POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas



criminoso e a eficácia da colaboração; QUE o declarante também declara estar ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013: I – usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica; II – ter nome, qualificação, imagem e demais informações preservados; III – ser conduzido, em juízo, separadamente dos demais coautores e partícipes; IV – participar das audiências sem contato visual com os outros acusados; V – não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito; VI – cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados; QUE, está sendo advertido de que deverá evitar qualquer tipo de comunicação com os demais investigados como forma de acerto de versões, ajuste ou qualquer forma de condução de suas declarações, tanto direta como indiretamente (por meio de advogados, familiares ou qualquer outro), o que poderá implicar em prejuízo ao seu acordo; QUE quanto a ANTONIO PALOCCI FILHO, o conheceu em 2004, quando o mesmo era membro do Conselho de Administração da Petrobrás e DILMA ROUSSEF era Presidente do referido conselho e Ministra das Minas e Energia; QUE esteve em várias reuniões com ANTONIO PALOCCI, pois este era membro do Conselho de Administração da PETROBRÁS e também Ministro da Fazenda; QUE no ano de 2010, acredita que quando ANTONIO PALOCCI já não ocupava nenhum cargo no Governo Federal, recebeu uma solicitação, por meio de ALBERTO YOUSSEF, para que fossem liberados R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) do caixa do PP, para a campanha presidencial de DILMA ROUSSEF; QUE o declarante autorizou referida entrega, sendo que YOUSSEF operacionalizou o pagamento e confirmou ao declarante posteriormente; QUE YOUSSEF não esclareceu ao declarante se o pedido deste valor foi feito pessoalmente por PALOCCI ou se por meio de algum assessor deste, apenas mencionou que era um pedido vindo de ANTONIO PALOCCI; QUE este valor sairia da cota de um por cento do PP; QUE, esclarece, como dito anteriormente, acerca da sistemática de repasse de propinas na PETROBRAS para políticos, que todos os grandes contratos desta entidade participavam empresas (empreiteiras) cartelizadas; QUE tais empresas fixavam em suas propostas uma margem de sobrepreço de cerca de 3% em média, a fim de gerarem um excedente de recursos a serem repassados aos políticos, sendo que desse percentual competia ao declarante fazer o controle dos valores dentro do montante de 1% (um por cento), enquanto Diretor de Abastecimento direcionando os recursos na maior parte ao PP; QUE, em relação aos outros dois por cento (2%) relativos aos contratos e destinados a finalidades políticas, o controle ficava a cargo de RENATO DE SOUZA DUQUE, Diretor de Serviços, encarregado da licitação e execução de todos os contratos de grandes investimentos da empresa (superiores a vinte milhões de reais); QUE, esclarece ainda que as Diretorias de Exploração e Produção (maior orçamento da PETROBRAS) e de Gas e Energia eram chefiadas por pessoas indicadas pelo PT, sendo que todos os valores a título de sobrepreço eram destinados ao Partido dos Trabalhadores, competindo a RENATO DUQUE, Diretor de Serviços, a alocação desse montante conforme as orientações e pedidos que recebesse do referido partido; QUE, em relação a Diretoria Internacional, a indicação era do PMDB, não sabendo o declarante como era feito o rateio dos três por cento (3%) relativos ao sobrepreço dos contratos; QUE, dentro do percentual de 3% (três por cento) de uso político relativos aos contratos da PETROBRAS, 1% (um por cento) relativo a autonomia do declarante era

CONFIDENCIAL



POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

DRCOR - Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DELEFIN - Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas



repassado diretamente pelas empreiteiras a ALBERTO YOUSSEF o qual controlava o "caixa" e fazia a destinação de acordo com as demandas que lhe fossem apresentadas e autorizadas pelo declarante; QUE, perguntado do porque teria uma certa autonomia na gestão dos recursos destinados a beneficiar políticos (um por cento), afirma que isso se dava em vista de sua indicação e permanência no cargo estar relacionada ao Partido dos Trabalhadores, ao Partido Progressista e ao PMDB; QUE se encontrou com ANTONIO PALOCCI posteriormente ao pagamento acima referido, no âmbito de reuniões do Conselho de Administração da Petrobrás, mas nunca tocaram no assunto relativo ao recebimento dos dois milhões de reais entregues por ALBERTO YOUSSEF; QUE não tem notícia de como este valor teria sido empregado, apenas recebeu de YOUSSEF a confirmação de que este teria entregue o quanto solicitado por ANTONIO PALOCCI; QUE para liberar o pagamento deste valor, que saíria da cota do PP, não precisou consultar ninguém do partido, pois tinha autonomia para decidir tais questões; QUE não tem como precisar de qual contrato com a Petrobrás saíria este valor, pois saía do "caixa comum" dos recebimentos do PP, e que era administrado por ALBERTO YOUSSEF. Nada mais havendo a ser consignado, determinou-se que fosse encerrado o presente termo que, lido e achado conforme vai por todos assinado e lacrado em envelopes com lacres número 10465 e 10466 padrão Polícia Federal.

AUTORIDADE POLICIAL:

Erika Mialik Marena
Erika Mialik Marena

DECLARANTE:

Paulo Roberto Costa
Paulo Roberto Costa

ADVOGADO:

Luiz Henrique Vieira
Luiz Henrique Vieira

PROCURADOR DA REPÚBLICA:

Roberson Henrique Pozzobon
Roberson Henrique Pozzobon

TESTEMUNHA:

APF-Rodrigo Prado Pereira
APF-Rodrigo Prado Pereira

A difusão não autorizada deste conhecimento caracteriza violação de sigilo funcional capitulado no art. 325 do Código Penal Brasileiro.
Pena: reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos e multa.

Constitui crime realizar a interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo de Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei, nos termos do art. 10 da Lei 9.296/96.
Pena: Reclusão de dois a quatro anos, e multa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA




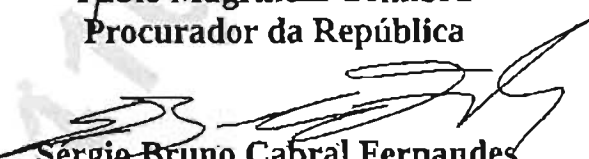
TERMO DE DECLARAÇÕES Nº 04
PAULO ROBERTO COSTA

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2015, na Procuradoria da República no Rio de Janeiro, presentes os Procuradores da República Fábio Magrinelli Coimbra e Rodrigo Telles de Souza e o Promotor de Justiça Sérgio Bruno Cabral Fernandes, integrantes do Grupo de Trabalho instituído pela Procurador-Geral da República através da Portaria PGR/MPU nº 3, de 19/01/2015, foi realizada, conforme autorizado pelo Supremo Tribunal Federal em decisão do Ministro Teori Zavascki, observando-se todas as cautelas de sigilo e prescrições da Lei 12.850/2013, na presença dos advogados João Mestieri, OAB/RJ nº 13.645; João de Baldaque D. Coelho Mestieri, OAB/RJ n. 171466; Rodolfo de Baldaque D. Coelho Mestieri, OAB/RJ n. 174432, a oitiva de PAULO ROBERTO COSTA, brasileiro, natural de Monte Alegre/PA, casado, filho de Paulo Bachmann Costa e Evolina Pereira da Silva Costa, nascido em 01/01/1954, engenheiro, carteira de identidade nº 1708889876 – CREA/RJ, o qual declarou: QUE renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, reafirmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE o declarante e seu defensor autorizam expressamente e estão cientes do registro audiovisual do presente ato de colaboração em mídia digital (HD Samsung 1Tera, Serial Number E2WJJHDB30E4C), além do registro escrito (duas vias do termo assinadas em papel); nos termos do §13 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, os quais serão, ao final do ato, devidamente lacrados e custodiados pelos representantes do Ministério Público ora presentes, os quais ficarão responsáveis pela guarda, custódia e preservação do sigilo das informações, e ulteriormente serão apresentados ao Supremo Tribunal Federal. Indagado sobre os fatos narrados no Termo de Colaboração n. 16 do próprio depoente, afirmou o seguinte: QUE Youseff chamou o depoente e



avisou que Palocci estava pedindo R\$ 2 milhões para a campanha de Dilma Roussef à presidência, em 2010; QUE nunca tratou com Dilma Roussef, o ex-Presidente Lula ou Palocci sobre esse tema; QUE o pedido foi feito somente por intermédio de Alberto Youssef; QUE indagado se alguém agradeceu pelo repasse do dinheiro, afirma que não; QUE afirma que nesses assuntos as pessoas não costumam agradecer, o que acontece normalmente é que a pessoa reclama quando o dinheiro não chega; QUE a forma pela qual o depoente sabia que o dinheiro chegava ao destino era quando não havia cobrança ou reclamações; QUE no caso não houve reclamação. Nada mais havendo sobre esse tema específico, encerrou-se o presente termo, que, lido e considerado conforme, foi assinado pelos presentes.


Fabio Magrinelli Coimbra
Procurador da República


Sergio Bruno Cabral Fernandes
Promotor de Justiça


Rodrigo Telles de Souza
Procurador da República



Paulo Roberto Costa
Depoente


João Mestieri
Advogado (OAB/RJ nº 13.645)

Ministério Público Federal
Procuradoria-Geral da República



João de Baldaque D. Coelho Mestieri
Advogado (OAB/RJ n. 171466)


Rodolfo de Baldaque D. Coelho Mestieri
Advogado (OAB/RJ n. 174432)



CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas



TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01

TERMO DE DECLARAÇÕES que presta **ALBERTO YOUSSEF**

Ao^(s) 02 dia(s) do mês de outubro de 2014, nesta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal, em Curitiba/PR, perante EDUARDO MAUAT DA SILVA, Delegada de Polícia Federal, Classe Especial, matrícula nº 8190, atendendo a requisição do Procurador Geral da República constante do Ofício nº 1152/Gab para se proceder à oitiva de ALBERTO YOUSSEF, brasileiro, casado, RG 3506470-2/PR, CPF 532.050.659-72, filho de Kalim Youssef e de Antonieta Youssef, o qual firmou acordo de colaboração que será levado à ratificação do Procurador Geral da República, e na presença do Procurador da República ROBERSON HENRIQUE POZZOBON e do Procurador Regional da República ANTONIO CARLOS WELTER, com delegação daquele para atuar no caso, e do advogado do declarante, TRACY JOSEPH REINALDET DOS SANTOS, OAB/PR 56300, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, inquirido, ALBERTO YOUSSEF **RESPONDEU**: QUE o declarante afirma que o advogado TRACY JOSEPH REINALDET DOS SANTOS, OAB/PR 56300, ora presente, é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o §15 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE o declarante afirma que pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações policiais e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE o declarante renuncia, na presença de sua defensora, ao direito ao silêncio, firmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE o declarante e sua defensora autorizam expressamente e estão cientes do registro audiovisual do presente ato de colaboração em mídia digital (**HD Samsung 1Tera, Serial Number E2FWJJHD2223B7**), além do registro escrito (duas vias do termo assinadas em papel), nos termos do §13 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, os quais serão, ao final do ato, devidamente lacrados e entregues ao representante do Ministério Público Federal ora presente, o qual ficará responsável pela guarda, custódia e preservação do sigilo das informações; QUE o declarante afirma estar ciente de que o presente ato de colaboração dependerá da homologação do Poder Judiciário, o qual verificará a sua regularidade, legalidade e voluntariedade, podendo o juiz recusar a homologação caso não atenda aos requisitos legais ou adequá-la ao caso concreto, estando ciente, ainda que, os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; bem como a concessão do benefício levará em conta a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração; QUE o declarante também declara estar ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas



Lei nº 12.850/2013: I – usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica; II – ter nome, qualificação, imagem e demais informações preservados; III – ser conduzido, em juízo, separadamente dos demais coautores e partícipes; IV – participar das audiências sem contato visual com os outros acusados; V – não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito; VI – cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados; QUE, a fim de esclarecer os fatos declara que no ano de 1997 conheceu a pessoa do Deputado JOSE JANENE, com quem desenvolveu um vínculo de amizade; QUE no ano de 2001 o mesmo apresentou dificuldades financeiras e solicitou auxílio financeiro para uma campanha, tendo o declarante repassado ao mesmo cerca de US\$ 12 milhões oriundos da atividade de câmbio do declarante, tanto no Brasil (Londrina e São Paulo) como no Paraguai; QUE, seguiu fazendo algumas operações financeiras para o mesmo até ser preso no ano de 2003 na Operação BANESTADO; QUE, antes de ser preso, apresentou a JOSE JANENE os dirigentes da empresa BONUS BANVAL, com a qual ele passou a operar; QUE, ao sair da prisão o "Mensalão" já havia eclodido e JOSE JANENE já mantinha contato com a pessoa de PAULO ROBERTO COSTA o qual teria sido empossado como dirigente da empresa TBG (gasoduto); QUE, recorda-se de ter feito no ano de 2003 um pagamento a PAULO ROBERTO COSTA em um shopping no valor aproximado de trezentos mil dólares por conta de um contrato entre a TBG e a MITSUI/CAMARGO CORREA, a mando de JOSE JANENE; QUE, entre 2003 e 2005 ficou afastado dos negócios por conta da sua prisão; QUE, ao sair JOSE JANENE estava atuando junto a empresa CSA de CLAUDIO MENTE e RUBENS ANDRADE a qual de fato possuía atividade operacional e atuava no ramo de projetos e prospecção de negócios, sendo feitas todavia algumas emissões de notas a mando de JOSE JANENE; QUE, no ano de 2005, PAULO ROBERTO já atuava junto a Diretoria da PETROBRAS, cabendo ao declarante realizar coleta de valores e pagamentos a mando de JANENE em troca de comissões, inclusive a fim de reaver os recursos que havia emprestado a JANENE; QUE, PAULO ROBERTO foi nomeado como diretor no ano de 2004, acreditando o declarante que no período em que esteve preso algum outro operador financeiro realizou o trabalho que posteriormente foi atribuído ao declarante; QUE, esses valores com os quais o declarante lidava se tratavam de pagamentos feitos por empreiteiras contratadas pela PETROBRAS; QUE, questionado como se deu o ingresso de PAULO ROBERTO COSTA na Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS, afirma que soube por JANENE que esta seria uma manobra política engendrada por JOSE JANENE em parceria com os deputados PEDRO CORREA e PEDRO HENRY do PP, sendo que a fim de pressionar o governo o PP inclusive promoveu o trancamento da pauta juntamente com outros partidos aliados; QUE, pelo que sabe a nomeação de PAULO ROBERTO COSTA teve ligação com a competência técnica co mesmo, juntamente com a disposição deste em promover o esquema de contratação de empreiteiras dispostas a contribuir para o partido; QUE, em por volta de 2007, JOSE JANENE começou a ficar doente e o declarante passou a ter uma participação mais ativa no esquema financeiro, inclusive tomando algumas decisões quanto a pagamentos e transferência de valores, passando a lidar diretamente com algumas empreiteiras, mormente por conta do temperamento difícil de JOSE JANENE; QUE, diz ter se reunido por diversas vezes com empreiteiras, PAULO ROBERTO e JANENE em hotéis no Rio de Janeiro e São Paulo, bem assim na residência de JANENE no bairro Itaim, em

CONFIDENCIAL



293



CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas

São Paulo; QUE, nessas reuniões recorda-se de ter presenciado alguns diretores de empreiteiras fazendo comentários acerca de listas de empresas que deveriam ser contratadas havendo algumas reclamações dirigidas a PAULO ROBERTO de que por vezes a ordem de contratação não estava sendo respeitada; QUE, essas reuniões eram periódicas de duas a três vezes ao mês; QUE, segundo teve conhecimento, as grandes empreiteiras reuniam-se para definir os ganhadores das licitações junto a PETROBRAS, deliberando também o que seria reservado as empresas menores; QUE, questionado acerca do envolvimento de dos dirigentes das empresas nesse esquema, diz acreditar que não apenas os diretores mas os donos tinham ciência do esquema, o mesmo se aplicando aos acionistas majoritários; QUE, dentre as grandes empreiteiras que participavam do esquema anteriormente mencionado, cita: OAS, GALVAO ENGENHARIA, ENGEVIX, IESA, CAMARGO CORREA, UTC, ODEBRECHT, MENDES JUNIOR, SETAL, MITSUI TOYO, SKANKAS, QUEIROZ GALVAO, ANDRADE GUTIERREZ, TOME ENGENHARIA; QUE, dentre as empresas de médio porte, destaca: JARAGUA EQUIPAMENTOS, CONSTRUCAP, ENGESA, DELTA, TOSHIBA, dentre outras que não recorda no momento; QUE, a pauta das reuniões das quais participou era relativa a contratos e comissões a serem pagas; QUE, deseja esclarecer que as comissões eram obrigatórias, ou seja, as empresas que não pagassem sofriam retaliações, podendo citar o caso da empresa DELTA; QUE, perguntado se havia algum repasse prévio por parte das empresas, afirma que de regra não, mas soube de empresas em relação as quais teria sido exigido o pagamento de comissão já na emissão dos convites; QUE, assevera que isso não ocorria no âmbito da Diretoria de Abastecimento, mas na Diretoria de Serviços; QUE, segundo soube a relação de empresas a serem convidadas era definida pela Diretoria de Serviços, competindo a Diretoria de Abastecimento excluir e incluir algum licitante de maneira fundamentada e a fim de atender os interesses das empreiteiras e do partido; QUE JOAO VACARI, mesmo antes de assumir como tesoureiro do PT atuava perante a Diretoria de Serviços dando ordens ao diretor RENATO DUQUE, sendo que alguns pagamentos de comissões devidas pelas empreiteiras, pelo que sabe, teriam sido feitos por meio de doações oficiais ao Partido dos Trabalhadores; QUE, acerca de quem exercia o papel desempenhado pelo declarante junto a Diretoria de Serviços, diz não saber; QUE, questionado como se dava a dinâmica do favorecimento no âmbito das comissões de licitação, afirma que, segundo soube, as empreiteiras não tinham conhecimento prévio do orçamento base da PETROBRAS, fazendo um escalonamento de preços entre si conforme pactuação em relação a quem deveria ser o vencedor; QUE, segundo sabe, as empresas que não ganhariam a licitação sequer elaboravam o orçamento detalhado a fim de não ter custos inúteis; QUE, afirma que a margem aceitável de variação acerca do orçamento-base seria entre -15 e +20%, sendo que no caso de valores muito exorbitantes do orçamento ou fora da margem anteriormente referida as empresas eram chamadas para fazer um ajuste; QUE, recorda-se que em determinada oportunidade a empresa QUEIROZ GALVAO teve de ajustar uma proposta em cerca de um bilhão de reais a fim de viabilizar a sua contratação; QUE, questionado se em relação aos contratos celebrados pelas grandes empreiteiras havia sempre um ajuste prévio para a contratação, afirma que sim, podendo isso ser aferido pela media dos valores recebidos pelas grandes empreiteiras junto a PETROBRAS em um determinado período, ou seja, soma dos contratos das grandes empreiteiras em determinado período tende a ser muito parecida dado ao ajuste mantido

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas

entre elas; QUE,, questionado do porque os valores dos contratos serem sempre muito proximos do limite de 20% positivo, afirma que as empresas tendiam a oferecer propostas sempre altas, sendo chamadas posteriormente para renegociação, sendo que a partir do escalonamento de propostas sempre a empresa previamente definida era aquela chamada ara renegociar e, ainda, por vezes chamava-se a primeira e a segunda; QUE, segundo sabe era raro uma empresa oferecer propostas abaixo do limite de +20%; QUE, competia também ao declarante fazer o assessoramento junto as empreiteiras para a realização de aditivos, sendo que no caso das refinarias, os mesmos foram uma regra eis que antes da contratação das empresas para a execução das obras o projeto executivo não estava concluído; QUE, a PETROBRAS contratou empresas para a realização do projeto executivo; QUE, não sabe porque não foi esperada a conclusão da projeto executivo a fim de evitar ou minimizar a necessidade de aditivos contratuais junto as obras das refinarias; QUE, com relação ao suporte político de PAULO ROBERTO COSTA, aponta que por volta do ano de 2005/2006 PAULO ROBERTO ficou doente e houve um movimento político, bem como por parte de alguns funcionários da própria PETROBRAS a fim de destitui-lo do cargo; QUE, para que isso não ocorresse, entrou em cena a bancada do senado do PMDB, podendo citar os senadores VALDIR RAUPP, RENAN CALHEIROS, ROMERO JUCA, bem como o Ministro EDSON LOBAO, sendo que a partir de então o PMDB passou a receber uma parcela das comissões relativas aos contratos da PETROBRAS, cabendo a FERNANDO SOARES fazer as transferências financeiras implementadas pelo declarante no que tange aos valores devidos ao PMDB, limitando-se o declarante aos recursos do PP; QUE, acerca da distribuição dos valores a serem recebidos pelos partidos, afirma que de regra era de 1% sobre o valor dos contratos, sendo que em algumas hipóteses as empreiteiras buscavam negociar esse percentual de acordo com a margem de lucro ou o valor do contrato; QUE,, as empreiteiras negociavam essa redução de valores junto a JANENE e o próprio declarante, sendo que a palavra final era dada por PAULO ROBERTO COSTA; QUE, o mesmo se aplicava no caso dos aditivos todavia, via de regra a comissão dos aditivos era maior do que 1%, podendo chegar ate 5%, sendo tais percentuais negociados nas reuniões anteriormente mencionadas das quais o declarante participava, juntamente com JANENE e PAULO ROBERTO COSTA; QUE, tais valores eram pagos pelas próprias empreiteiras sendo que inicialmente JANENE indicava ao declarante quem o mesmo deveria procurar junto as empresas; QUE, esclarece que eventualmente o valor da comissão sofria uma dedução de impostos, todavia a regra era de que o comissionamento fosse feito com base no valor bruto; QUE, esses valores eram pagos tanto em espécie como por meio de emissão de notas com base em contratos fictícios de prestação de serviços, existindo empresas que preferiam realizar os depósitos no exterior, como no caso da ODEBRECHT, por exemplo; QUE, acerca dos controles desses pagamentos, afirma que era feito inicialmente por JANENE ate o ano de 2010, sendo que dali por diante isso passou a ser feito pelo declarante, por JOAO CLAUDIO GENU e PAULO ROBERTO; QUE, acrescenta que em cada empresa o declarante mantinha contato com determinados funcionários, tendo condições de detalhar tais informações posteriormente; QUE, afirma que o controle mantido por parte do declarante funcionava através de lançamentos que eram de responsabilidade de RAFAEL ÂNGULO LOPES; QUE, de posse dessas informações o declarante diz ter condições de ligar cada lançamento financeiro a sua finalidade e ao seu destinatário; QUE, assevera que muitos pagamentos eram feitos por

CONFIDENCIAL



297M
AUTUAÇÃO
90
DE

CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas

meio de transferências no exterior em favor das *off shores* de LEONARDO MEIRELLE, NELMA PENASSO e de clientes de CARLOS ROCHA, vulgo CEARA; QUE, diz já ter utilizado os serviços de HABBIB CHATER para a realização de pagamentos em Brasília, sendo que o declarante mandava um emissário até o mesmo recolher a quantia e fazer a entrega a quem de direito; QUE, nesses casos as pessoas que acionava eram ADARICO NEGROMONTE e RAFAEL ANGULO; QUE, assevera que tal modalidade era uma exceção, vez que na maior parte das vezes o valor era sacado em espécie e entregue em mãos pelo declarante ou pelos emissários anteriormente nominados; QUE, os valores em espécie eram obtidos junto as contas da MO CONSULTORIA ou outras empresas de WALDOMIRO, junto a LABOGEM ou PIROQUIMICA; QUE, questionado acerca de como se dava o seu deslocamento afirma que ocorria tanto em aviões comerciais como aviões fretados, os quais eram pagos em espécie, sem emissão de nota fiscal; QUE, diz nunca ter tido problemas em aeroportos, tendo o próprio declarante viajando com dinheiro preso ao corpo; QUE, questionado acerca da distribuição dos valores pagos pelas empreiteiras, ou seja de 1% sobre os contratos, afirma que inicialmente eram deduzidos os custos de emissão de nota fiscal e transporte (fretamento de aviões ou voos comerciais), em torno de 25%; QUE, após a dedução dos custos, a comissão era rateada da seguinte forma: 30% para PAULO ROBERTO COSTA, 5% para o declarante, 5% para JOAO CLAUDIO GENU e 60% para JOSE JANENE; QUE, o declarante informa que era responsável pelo controle de caixa dos valores, sendo que nos casos de recebimento de parcelas de contratos o declarante retinha os valores em espécie ou os recursos eram buscados junto as empreiteiras conforme a necessidade; QUE, a divisão dos valores entre os membros do Partido Progressista (dentro da margem de 60%) era definida por JANENE, sendo que após a morte deste o próprio declarante se encarregou dessa divisão; QUE, em determinada oportunidade PAULO ROBERTO determinou a entrega de valores, recordando-se no caso da campanha para o Senado de GLEISI HOFFMAN no ano de 2010, quando o declarante pessoalmente entregou a quantia de R\$ 1000.000,00 (um milhão de reais) para um senhor em um shopping de Curitiba; QUE, diz que PAULO ROBERTO em determinada oportunidade também disse para o declarante "arrumar" dinheiro para a campanha de VALDIR RAUPP, tendo o declarante procurado a empresa QUEIROZ GALVAO, a qual fez uma doação oficial para a campanha do citado parlamentar, tendo descontado esse valor do que era devido ao PP; QUE, acerca desse esquema de financiamento político a partir de comissões sobre contratos da PETROBRAS, consigna espontaneamente que o governo federal (PT) tinha certamente conhecimento desse esquema; QUE, questionado acerca de quais empresas utilizava para emissão de notas, diz que utilizava as empresas de WALDOMIRO (MO CONSULTORIA, RCI e RIGIDEZ), empresas de LEONARDO MEIRELLES (não recordando o nome no momento) sendo que eventualmente a GFD emitiu notas também ficando o declarante, nesse caso, com a verba destinada a cobertura de custos de emissão de nota fiscal; QUE, as empresas MO CONSULTORIA, RCI e RIGIDEZ não possuíam funcionários ou qualquer estrutura operacional capaz de prestar qualquer serviço de assessoria, podendo afirmar com segurança que quaisquer contratos firmados pelas mesmas junto as empreiteiras eram fictícios e apenas manejados a fim de justificar a transferência de valores; QUE, com relação a empresa LABOGEN, afirma que a mesma foi reativada e passou a fazer um trabalho sério por iniciativa do declarante a fim de que pudesse reaver os valores devidos por LEONARDO MEIRELLES, sendo tal

CONFIDENCIAL

7 12



CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas

empreitada do ponto de vista jurídico foi acompanhada por MATHEUS OLIVEIRA; QUE, questionado acerca dos valores a serem pagos a PAULO ROBERTO COSTA, afirma que inicialmente os valores eram entregues a CLAUDIO GENU e posteriormente a pessoa de MARCIO, genro de PAULO ROBERTO COSTA; QUE, MARCIO possua um comércio "serio" na visão do declarante. Nada mais havendo a ser consignado, determinou-se que fosse encerrado o presente termo que, lido e achado conforme vai por todos assinado e lacrado em envelopes com lacres número 10595 e 10596 padrão Polícia Federal.

AUTORIDADE POLICIAL:

Eduardo Mauat da Silva

DECLARANTE:

Alberto Youssef

PROCURADOR DA REPÚBLICA:

Roberson Henrique Pozzobon

PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA:

Antonio Carlos Welter

ADVOGADO:

Tracy Joseph Reinaldet dos Santos

TESTEMUNHA:

CPF Joao Paulo de Alcantara

A difusão não autorizada deste conhecimento caracteriza violação do sigilo funcional capitulado no art. 325 do Código Penal Brasileiro.
Pena: reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos e multa.

Constitui crime realizar a interceptação de comunicações telefônicas, de informáticas ou telemáticas, ou quebrar segredo de Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei, nos termos do art. 10 da Lei 9.296/96.
Pena: Reclusão de dois a quatro anos, e multa.



30 m

CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02

TERMO DE DECLARAÇÕES que presta ALBERTO YOUSSEF

Ao(s) 03 dia(s) do mês de outubro de 2014, nesta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal, em Curitiba/PR, perante MARCIO ADRIANO ANSELMO, Delegado de Polícia Federal, 1ª. Classe, matrícula nº 9837, atendendo a requisição do Procurador Geral da República constante do Ofício nº 1152/Gab para se proceder à oitiva de ALBERTO YOUSSEF, brasileiro, casado, RG 3506470-2/PR, CPF 532.050.659-72, filho de Kalim Youssef e de Antonieta Youssef, o qual firmou acordo de colaboração que será levado à ratificação do Procurador Geral da República, e na presença dos Procuradores da República ROBERSON HENRIQUE POZZOBON, com delegação daquele para atuar no caso, e do advogado do declarante, TRACY JOSEPH REINALDET DOS SANTOS, OAB/PR 56300, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, inquirido, ALBERTO YOUSSEF RESPONDEU: QUE o declarante afirma que o advogado TRACY JOSEPH REINALDET DOS SANTOS, OAB/PR 56300, ora presente, é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o §15 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE o declarante afirma que pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações policiais e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE o declarante renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, firmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE o declarante e sua defensora autorizam expressamente e estão cientes do registro audiovisual do presente ato de colaboração em mídia digital (HD Samsung 1Tera, Serial Number E2FWJJHD2223B7), além do registro escrito (duas vias do termo assinadas em papel), nos termos do §13 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, os quais serão, ao final do ato, devidamente lacrados e entregues ao representante do Ministério Público Federal ora presente, o qual ficará responsável pela guarda, custódia e preservação do sigilo das informações; QUE o declarante afirma estar ciente de que o presente ato de colaboração dependerá da homologação do Poder Judiciário, o qual verificará a sua regularidade, legalidade e voluntariedade, podendo o juiz recusar a homologação caso não atenda aos requisitos legais ou adequá-la ao caso concreto, estando ciente, ainda que, os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; bem como a concessão do benefício levará em conta a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração; QUE o declarante também declara estar ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da

[Assinaturas manuscritas]



302 nf

CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas

Lei nº 12.850/2013: I – usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica; II – ter nome, qualificação, imagem e demais informações preservados; III – ser conduzido, em juízo, separadamente dos demais coautores e partícipes; IV – participar das audiências sem contato visual com os outros acusados; V – não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito; VI – cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados; QUE, em complementação ao termo de declarações realizado na data de ontem, o declarante gostaria de ressaltar que tanto a presidência da Petrobras, quando o Palácio do Planalto tinham conhecimento da estrutura que envolvia a distribuição e repasse de comissões no âmbito da estatal; QUE indagado quanto a quem se referia em relação ao termo "Palácio do Planalto", esclarece que tanto a presidência da República, Casa Civil, Ministro de Minas e Energia, tais como LUIS INACIO LULA DA SILVA, GILBERTO CARVALHO, ILDELI SALVATTI, GLEISE HOFFMAN, DILMA ROUSSEFF, ANTONIO PALOCCI, JOSÉ DIRCEU e EDSON LOBÃO, entre outros relacionados; QUE esclarece ainda que eram comuns as disputas de poder entre partidos relacionadas à distribuição de cargos no âmbito da Petrobras e que essas discussões eram finalmente levadas ao Palácio do Planalto para solução; QUE reafirma que o alto escalão do governo tinha conhecimento; QUE indagado acerca da atuação dos diretores da Petrobras, esclarece que a Presidência da Estatal tinha conhecimento dos fatos; QUE se recorda de uma situação em que havia uma determinada situação em que houve determinado processo relacionado à contratação de serviços de marketing para a Petrobras e que teria sido interrompido em razão de irregularidades; QUE numa dessas "atas paralelas" o declarante recebeu a incumbência de pagar essas despesas das participantes em razão de determinação direta de SERGIO GABRIELI, então presidente, que teria repassado a determinação ao então Diretor PAULO ROBERTO COSTA; QUE como o contrato foi interrompido, o declarante pagou o restante dos valores devidos, se recordando do pagamento ter sido feito a partir de algumas TED a partir da conta da empresa MO CONSULTORIA E LAUDOS ESTATÍSTICOS; QUE o declarante então recebeu os valores de empreiteiras e então repassou os valores para essas empresas de comunicação; QUE não se recorda do nome das empresas, mas apenas que uma delas era sediada em São Paulo e outra no Rio de Janeiro; QUE com relação ao processo que levou à destituição de PAULO ROBERTO COSTA da Diretoria de Abastecimento da PETROBRAS, o declarante acredita que tenha se dado em razão de disputas de poder dentro do próprio Partido Progressista, bem como também disputas políticas com outros partidos; QUE com a saída de PAULO ROBERTO COSTA, o declarante afirma que algumas pagamentos continuaram de "obrigações" assumidas naquela época; QUE vários pagamentos continuaram a ser realizados com a saída de PAULO ROBERTO COSTA; QUE os pagamentos posteriores foram divididos na proporção de 70% para PAULO ROBERTO COSTA, 15% para o declarante e 15 % para JOÃO CLÁUDIO GENU; QUE com a saída de PAULO ROBERTO fizeram um "acerto" das despesas ainda pendentes em relação a contratos da época em que o mesmo ocupava a diretoria de abastecimento; QUE os pagamentos via de regra eram feitos por meio de TED e o declarante repassava os valores por meio de entrega física de numerário para o PAULO ROBERTO COSTA e JOÃO CLAUDIO GENU; QUE os pagamentos geralmente eram embasados em serviços que não eram prestados ou alguma fraude na medição de

up

7

8

9



303

CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas

serviços; QUE esclarece que alguns pagamentos realizados para PAULO ROBERTO COSTA foram formalizados como contratos de consultoria firmados diretamente com o mesmo; QUE os pagamentos por meio de consultoria diretamente a PAULO ROBERTO COSTA, com intermediação do declarante, foram formalizados com as empreiteiras CAMARGO CORREIA e ENGEVIX; QUE as outras empreiteiras repassavam os valores para o declarante, que se responsabilizava pela distribuição dos valores; QUE com relação ao contrato com a ENGEVIX e a COSTA GLOBAL foi tratado diretamente com GERSON ALMADA; QUE os contratos de consultoria com a CAMARGO CORREIRA foram intermediados com EDUARDO LEITE, vice-presidente comercial da empresa; QUE os contratos foram formalizados, devidamente amparados por emissão de notas fiscais e seus respectivos pagamentos; QUE acredita que CAMARGO CORREIA e ENGEVIX ainda possuam pagamentos a realizar; QUE indagado acerca dos valores dos contratos de consultoria intermediados pelo declarante com a CAMARGO CORREIA e ENGEVIX, sabe que o contrato com a CAMARGO CORREIA era de três milhões pagos em parcelas mensais de cem mil reais; QUE o contrato com a ENGEVIX alcançava o valor aproximadamente de R\$ 730.000,00, pagos em parcelas mensais de R\$ 30.000,00; QUE todos os envolvidos (o declarante, PAULO ROBERTO, JOÃO CLÁUDIO GENU, Partido Progressista, mantinham um "controle" desses valores pagos); QUE JOÃO CLÁUDIO GENU, mesmo após a saída de PAULO ROBERTO COSTA, continuo recebendo os valores, que eram distribuídos pelo declarante, mediante entregas físicas em BRASÍLIA/DF; QUE os pagamentos eram realizados por meio de TED para pessoas físicas ou jurídicas utilizando-se do operador CARLOS HABIB CHATER ou ainda mediante entregas físicas que eram transportadas até BRASÍLIA/DF; QUE o transporte físico geralmente era feito pelo declarante, por RAFAEL ÂNGULO LOPEZ ou por ADARICO MONTENEGRO; QUE indagado acerca da participação de GRAÇA FOSTER, o declarante esclarece acreditar que a mesma soubesse da estrutura de repasses das construtoras para partidos, mas não pode afirmar; QUE entretanto a prática da indicação de cargos políticos visando pagamentos é rotineira e ocorre em todos os casos; QUE o declarante esclarece ainda que, quando da saída de PAULO ROBERTO COSTA houve uma reunião entre ele, o declarante e JOÃO CLÁUDIO GENU em que foi realizado o "acerto de contas" dos valores ainda pendentes a serem pagos para PAULO ROBERTO e os demais envolvidos; QUE indagado acerca da continuidade do esquema de distribuição de valores com a saída de PAULO ROBERTO COSTA o declarante esclarece que tal "esquema" não tenha se encerrado; QUE afirma que o Partido Progressista não possui qualquer influência na atual diretoria de abastecimento. Nada mais havendo a ser consignado, determinou-se que fosse encerrado o presente termo que, lido e achado conforme vai por todos assinado e lacrado em envelopes com lacres número 10597 e 10598 padrão Polícia Federal.

AUTORIDADE POLICIAL:

Márcio Adriano Anselmo



304
Y

CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas

DECLARANTE:

Alberto Youssef

PROCURADOR DA REPÚBLICA:

Roberson Henrique Pozzobon

ADVOGADO:

Tracy Joseph Reinaldo dos Santos

TESTEMUNHA:

EPE João Paulo de Alcantara

A difusão não autorizada deste conhecimento caracteriza violação de sigilo funcional capitulado no art. 326 do Código Penal Brasileiro.
Pena: reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos e multa.

Constitui crime realizar a interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo de Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei, nos termos do art. 10 da Lei 9.296/96.
Pena: Reclusão de dois a quatro anos, e multa.

164022728



CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 25

TERMO DE DECLARAÇÕES que presta ALBERTO YOUSSEF

Ao(s) 23 dia(s) do mês de outubro de 2014, nesta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal, em Curitiba/PR, perante FELIPE EDUARDO HIDEO HAYASHI, Delegado de Polícia Federal, Primeira Classe, matrícula nº 16.027, atendendo a requisição do Procurador Geral da República constante do Ofício nº 1152/Gab para se proceder à oitiva de ALBERTO YOUSSEF, brasileiro, casado, RG 3506470-2/PR, CPF 532.050.659-72, filho de Kalim Youssef e de Antonieta Youssef, o qual firmou acordo de colaboração que será levado à ratificação do Procurador Geral da República, e na presença do Procurador da República ANTÔNIO CARLOS WELTER, com delegação daquele para atuar no caso, e do advogado do declarante, TRACY JOSEPH REINALDET DOS SANTOS, OAB/PR 56300, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, inquirido, ALBERTO YOUSSEF RESPONDEU: QUE o declarante afirma que o advogado TRACY JOSEPH REINALDET DOS SANTOS, OAB/PR 56300, ora presente, é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o §15 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE o declarante afirma que pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações policiais e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE o declarante renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, firmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE o declarante e sua defensora autorizam expressamente e estão cientes do registro audiovisual do presente ato de colaboração em mídia digital (HD Samsung 1Tera, Serial Number E2FWJJHD2223B7), além do registro escrito (duas vias do termo assinadas em papel), nos termos do §13 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, os quais serão, ao final do ato, devidamente lacrados e entregues ao representante do Ministério Público Federal ora presente, o qual ficará responsável pela guarda, custódia e preservação do sigilo das informações; QUE o declarante afirma estar ciente de que o presente ato de colaboração dependerá da homologação do Poder Judiciário, o qual verificará a sua regularidade, legalidade e voluntariedade, podendo o juiz recusar a homologação caso não atenda aos requisitos legais ou adequá-la ao caso concreto, estando ciente, ainda que, os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; bem como a concessão do benefício levará em conta a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão



CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas

social do fato criminoso e a eficácia da colaboração; QUE o declarante também declara estar ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013: I – usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica; II – ter nome, qualificação, imagem e demais informações preservados; III – ser conduzido, em juízo, separadamente dos demais coautores e partícipes; IV – participar das audiências sem contato visual com os outros acusados; V – não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito; VI – cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados; QUE, a respeito do que consta do Anexo 24, intitulado CELSO DANIEL, afirma que foi apreendido um documento pela Polícia Federal no escritório de MEIRE POZZA, intitulado "ENIVALDO CONFIDENCIAL" e que se trata de um contrato referente a um proprietário de uma empresa de ônibus de Santo André/SP; QUE soube da apreensão de tais documentos por intermédio de seus advogados, os quais tomaram conhecimento dos mesmos pelo e-proc; QUE o declarante sabia que ENIVALDO QUADRADO tinha os documentos guardados no escritório de contabilidade de MEIRE POZZA, a pedido daquele, por uma questão de resguardo pessoal; QUE indagado sobre o que ENIVALDO QUADRADO temia, o declarante afirma que não sabe, mas que ENIVALDO guardava o documento "a sete chaves"; QUE o declarante recorda que em 2007 ou 2008, ENIVALDO pediu ao declarante que guardasse o documento, mas o declarante não quis se envolver e não aceitou; QUE afirma que não havia participado da origem do documento e não gostaria de ficar na posse do mesmo em favor de ENIVALDO QUADRADO; QUE ENIVALDO QUADRADO disse que preparou a triangulação de pessoas que figurariam em tal contrato; QUE o contrato foi feito entre a empresa de MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE SOUZA, isto é, a 2S PARTICIPAÇÕES LTDA., e uma outra empresa que ENIVALDO QUADRADO indicou; QUE quem pediu para que ENIVALDO QUADRADO fizesse o documento era uma pessoa ligada ao PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT, chamada BRENO ALTIMAN; QUE por meio de tal operação, ENIVALDO QUADRADO, receberia dinheiro ou algum outro favor; QUE sabe que BRENO ALTIMAN é ligado ao PT, pois o declarante foi a Cuba duas vezes realizar negócios e o mesmo estava presente; QUE o pai de BRENO foi um dos fundadores do PT; QUE conheceu BRENO ALTIMAN por intermédio de ENIVALDO QUADRADO; QUE indagado sobre o que motivou BRENO a realizar tal operação, foi o fato de que o PT estaria sendo ameaçado por conta do caso "Celso Daniel", de maneira que a documentação foi preparada para atender a determinada pessoa, que seria o proprietário de uma empresa de ônibus; QUE não sabe dizer que tipo de chantagem tal indivíduo praticava; QUE a chantagem, no entanto, objetivava que tal pessoa "ficasse quieta" em relação ao Caso Celso Daniel; QUE apresentado ao declarante cópia de dois contratos de mútuo apreendidos no escritório de MEIRE POZZA, afirma que toma conhecimento de tais contratos neste momento; QUE indagado se conhece a pessoa jurídica ou o responsável legal que constam como "MUTUÁRIO" no mencionado contrato, isto é, REMAR AGENCIAMENTO E ASSESSORIA LTDA. e OSWALDO RODRIGUES VIEIRA FILHO, afirma que não os conhece; QUE apresentada fotografia de OSWALDO, afirma que não a reconhece; QUE apesar disso,

2



389M

CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas

ENIVALDO QUADRADO chegou a comentar com o declarante sobre uma pessoa chamada OSWALDO que era dono de uma factoring e este às vezes viabilizava recursos por meio de empréstimo; QUE indagado se o OSWALDO mencionado se trata da mesma pessoa que consta dos contratos apreendidos, afirma que acredita que sim; QUE ENIVALDO QUADRADO, no entanto, não detalhou a participação de OSWALDO no que se refere ao Caso Celso Daniel; QUE indagado sobre o valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) que constam de tal contrato, afirma que não sabe se o mesmo foi pago, como e para quem; QUE indagado se ENIVALDO comentou qual seria a finalidade dos R\$ 6.000.000,00, afirma que disse que era relacionado ao Caso Celso Daniel, mas não entrou em detalhes; QUE indagado se ENIVALDO QUADRADO foi o destinatário dos recursos, afirma que não pode afirmar; QUE são anexados ao presente termo uma cópia das vias de cada contrato de mútuo apreendido (fls. 1256 a 1258 e 1259 a 1261, do Apenso do IPL 1041/2013-SR/DPF/PR). Nada mais havendo a ser consignado, determinou-se que fosse encerrado o presente termo que, lido e achado conforme vai por todos assinado e lacrado em envelopes com lacres número 10658 e 10659 padrão Polícia Federal.

AUTORIDADE POLICIAL:

Felipe Eduardo Hideo Hayashi

DECLARANTE:

Alberto Youssef

PROCURADOR DA REPÚBLICA:

Antônio Carlos Welter

ADVOGADO:

Tracy Joseph Reinaldet dos Santos

TESTEMUNHA:

APPELIZ Carlos Milhomem

A difusão não autorizada deste conhecimento caracteriza violação do sigilo funcional capitulado no art. 325 do Código Penal Brasileiro.
Pena: reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos e multa.

Constitui crime realizar a interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo de Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei, nos termos do art. 10 da Lei 9.296/96.
Pena: Reclusão de dois a quatro anos, e multa.

CONTRATO DE MÚTUO



001256

1-10
386
y

MUTUANTE: Empresa 2 S Participações Ltda., localizada na Rua Sergipe n.º295- 4º andar- Belo Horizonte/MG, cep.: 30130-171, inscrita sob o CNPJ n.º 05.221.885/0001-72. representado por seu sócio Marcos Valério Fernandes de Souza, RG No. M 1 651.871 e CPF No. 403.760.956-87.

MUTUÁRIO: Remar Agenciamento e Assessoria Ltda., localizada na Rua Joaquim de Castro, n.º24- sala 02- Centro- Rio Bonito, cep.: 28800-000, inscrita sob o CNPJ n.º 28.259.075/0001-00 representada por seu sócio Oswaldo Rodrigues Vieira Filho, CPF n.º 161449617-04.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Mútuo, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

CLÁUSULA PRIMEIRA - CARACTERÍSTICAS DO CRÉDITO - Valor do Empréstimo: R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Fluxo de carência: 6 (seis) meses, com pagamento da seguinte forma:

Parcelas fixas- 54 (Cinquenta e quatro) parcelas.

Valor de cada parcela fixa -R\$ 223.824,12 (Duzentos e vinte e três mil, oitocentos e vinte e quatro reais e doze centavos).

Início das Parcelas Fixas: 30/04/2005.

Término das Parcelas Fixas: 30/09/2009.

Forma de liberação do crédito: Depósito em conta corrente.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES A QUE AS PARTES SE VINCULAM

Parágrafo Primeiro -Natureza da operação - O mutuante concede em favor do mutuário um empréstimo cujo valor, prazo, vencimento e forma de pagamento estão mencionados e caracterizados na cláusula primeira, mediante crédito a favor da conta-corrente do mutuário.

Parágrafo Segundo - Encargos Financeiros - Sobre o valor principal mutuado incidirão encargos financeiros, previstos na cláusula primeira, calculados no período compreendido entre a presente data, até a data do vencimento da quantia devida por força do presente contrato. Os juros serão calculados, sempre e invariavelmente, de forma mensal, como permitido em lei.

Parágrafo Terceiro -Forma de pagamento- Todos os pagamentos devidos pelo mutuário, na forma e vencimento mencionados na cláusula primeira do presente contrato, serão realizados mediante depósito em conta corrente ou integralmente se ocorrer qualquer das hipóteses de pagamento antecipado. Fica assegurado ao mutuário o direito à liquidação antecipada do débito, mediante redução proporcional dos juros.

Parágrafo Quarto - Garantia - Para garantir o pagamento do principal e acessórios do seu débito, além de eventuais penalidades moratórias, despesas de cobrança, custas,

001257



honorários advocatícios e tudo o mais que fique a dever por força do presente contrato de mútuo, o mutuário constitui a favor do mutuante a seguinte garantia: (notas promissórias, etc.).

Parágrafo Quinto - Encargos Moratórios - Qualquer quantia devida pelo mutuário, por força do presente contrato, vencida e não paga, na época própria, será considerada automaticamente em mora, ficando o débito sujeito, do vencimento ao efetivo pagamento, à atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos e que reflitam a desvalorização da moeda, a juros de mora de 1,00% a.m., aplicável sobre o capital devidamente corrigido, além da multa irredutível de 2% sobre o total apurado, de acordo com as despesas de cobrança na fase extrajudicial e, também, as custas e honorários de advogado. Se o recebimento do crédito se der através de processo extrajudicial, os honorários advocatícios serão pagos, na base de 10%, sobre o valor total devido.

Parágrafo Sexto - Para efeitos do presente contrato, entende-se por mora, o retardamento do mutuário na liquidação da dívida. A configuração da mora independe de qualquer aviso, notificação ou interpelação ao mutuário, resultando ela do simples inadimplemento.

Parágrafo Sétimo - Vencimento Antecipado da Dívida - O mutuante poderá considerar, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, antecipadamente vencida a dívida, de pleno direito, nas seguintes hipóteses:

- a) se o mutuário deixar de pagar, em seu vencimento, qualquer quantia devida por força do presente contrato.
- b) se o mutuário deixar de cumprir qualquer obrigação decorrente desta operação de crédito, no tempo e modo convencionados.
- c) se for movida contra o mutuário, medida judicial que possa afetar os direitos creditórios do credor.
- d) se o mutuário falir, impetrar concordata, se tornar insolvente, entrar em estado de liquidação, suspender em suas atividades por mais de trinta dias, ou sofrer protestos de qualquer título.
- e) se houver a dissolução da sociedade, a transferência do controle societário, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa de qualquer um dos co-obrigados, sem o prévio consentimento do mutuante, por escrito.
- f) se o mutuário propuser qualquer medida judicial em face do mutuante configurando assim, a quebra do relacionamento comercial entre as partes.
- g) se por qualquer ato do mutuário for alterada as condições iniciais quer seja com relação as garantias oferecidas, dados contábeis, societários, dentre outros, que tenham sido informados e constatados, quando da concessão do crédito decorrente do presente título.
- h) ou, ainda, por iniciativa de qualquer das partes sem prejuízo das garantias constituídas, mediante prévio aviso por escrito com prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Parágrafo Oitavo - Da Certeza e Liquidez do Crédito - Fica expressa e plenamente assentada, a certeza e liquidez da presente dívida, compreendendo o cálculo de juros, taxa, e demais encargos que, com o principal formarão o débito.



001258

388
M

Parágrafo Nono Fica estipulado que o presente contrato será rescindido de pleno direito, sem qualquer ônus para as partes, caso seja descumprido qualquer cláusula do Contrato de Mútuo no qual a Remar Agenciamento e Assessoria Ltda., figura como mutuante e a empresa Expresso Nova Santo André Ltda., como mutuário.


Parágrafo Décimo - Declaração - O mutuário declara para os devidos fins que ao assinar o presente contrato compreendeu o sentido e o alcance de suas disposições após terem lido e discutido, sob todos os aspectos e consequências, as condições que regem a presente operação de crédito.

Parágrafo Décimo Primeiro - Eleição do Foro - Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca da cidade do RIO DE JANEIRO.

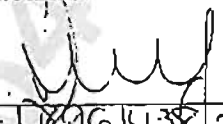
As partes aceitando as condições ora estipuladas e declarando ter conhecimento do contrato de mútuo que segue anexo, firmado entre Remar Agenciamento e Assessoria Ltda. (mutuante) e Expresso Nova Santo André Ltda., (mutuário), firmam a presente em duas vias de igual teor.

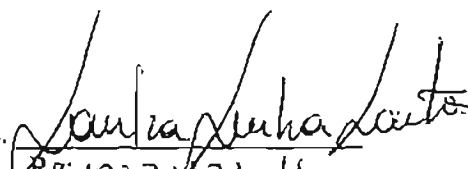
Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2004.

MUTUANTE : 2 S Participações Ltda
CNPJ : CNPJ n.º 05.221.885/0001-72

MUTUÁRIO: 
Remar Agenciamento e Assessoria Ltda
CNPJ n.º 28.259.075/0001-00

Testemunhas:

1. 
Rg: 089614382

2. 
Rg: 13232432-4



001259

CONTRATO DE MÚTUO

MUTUANTE: Empresa 2 S Participações Ltda., localizada na Rua Sergipe n.º295- 4º andar- Belo Horizonte/MG, cep.: 30130-171, inscrita sob o CNPJ n.º 05.221.885/0001-72. representado por seu sócio Marcos Valério Fernandes de Souza, RG No. M 1 651.871 e CPF No. 403.760.956-87.

MUTUÁRIO: Remar Agenciamento e Assessoria Ltda., localizada na Rua Joaquim de Castro, n.º24- sala 02- Centro- Rio Bonito, cep.: 28800-000, inscrita sob o CNPJ n.º 28.259.075/0001-00 representada por seu sócio Oswaldo Rodrigues Vieira Filho, CPF n.º 161449617-04.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Mútuo, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

CLÁUSULA PRIMEIRA - CARACTERÍSTICAS DO CRÉDITO - Valor do Empréstimo: R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Fluxo de carência: 6 (seis) meses, com pagamento da seguinte forma:

R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) em 30/11/2004;

R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) em 30/12/2004;

R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) em 30/01/2005;

R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) em 28/02/2005

R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) em 30/03/2005;

R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) em 30/04/2005.

Parcelas fixas- 60(sessenta) parcelas.

Valor de cada parcela fixa -R\$ 172.607,79 (cento e setenta e dois mil e seiscentos e sete reais e setenta e nove centavos).

Início das Parcelas Fixas: 31/05/2005.

Término das Parcelas Fixas: 30/04/2010.

Forma de liberação do crédito: Depósito em conta corrente.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES A QUE AS PARTES SE VINCULAM

Parágrafo Primeiro -Natureza da operação - O mutuante concede em favor do mutuário um empréstimo cujo valor, prazo, vencimento e forma de pagamento estão mencionados e caracterizados na cláusula primeira, mediante crédito a favor da conta-corrente do mutuário.

Parágrafo Segundo - Encargos Financeiros - Sobre o valor principal mutuado incidirão encargos financeiros, previstos na cláusula primeira, calculados no período compreendido entre a presente data, até a data do vencimento da quantia devida por força do presente contrato. Os juros serão calculados, sempre e invariavelmente, de forma mensal, como permitido em lei.

Parágrafo Terceiro -Forma de pagamento- Todos os pagamentos devidos pelo mutuário, na forma e vencimento mencionados na cláusula primeira do presente



001260

390

contrato, serão realizados mediante depósito em conta corrente ou integralmente se ocorrer qualquer das hipóteses de pagamento antecipado. Fica assegurado ao mutuário o direito à liquidação antecipada do débito, mediante redução proporcional dos juros.

Parágrafo Quarto - Garantia - Para garantir o pagamento do principal e acessórios do seu débito, além de eventuais penalidades moratórias, despesas de cobrança, custas, honorários advocatícios e tudo o mais que fique a dever por força do presente contrato de mútuo, o mutuário constitui a favor do mutuante a seguinte garantia: (notas promissórias, etc.).

Parágrafo Quinto - Encargos Moratórios - Qualquer quantia devida pelo mutuário, por força do presente contrato, vencida e não paga, na época própria, será considerada automaticamente em mora, ficando o débito sujeito, do vencimento ao efetivo pagamento, à atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos e que reflitam a desvalorização da moeda, a juros de mora de 1,00% a.m., aplicável sobre o capital devidamente corrigido, além da multa irredutível de 2% sobre o total apurado, de acordo com as despesas de cobrança na fase extrajudicial e, também, as custas e honorários de advogado. Se o recebimento do crédito se der através de processo extrajudicial, os honorários advocatícios serão pagos, na base de 10%, sobre o valor total devido.

Parágrafo Sexto - Para efeitos do presente contrato, entende-se por mora, o retardamento do mutuário na liquidação da dívida. A configuração da mora independe de qualquer aviso, notificação ou interpelação ao mutuário, resultando ela do simples inadimplemento.

Parágrafo Sétimo - Vencimento Antecipado da Dívida - O mutuante poderá considerar, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, antecipadamente vencida a dívida, de pleno direito, nas seguintes hipóteses:

- a) se o mutuário deixar de pagar, em seu vencimento, qualquer quantia devida por força do presente contrato.
- b) se o mutuário deixar de cumprir qualquer obrigação decorrente desta operação de crédito, no tempo e modo convencionados.
- c) se for movida contra o mutuário, medida judicial que possa afetar os direitos creditórios do credor.
- d) se o mutuário falir, impetrar concordata, se tornar insolvente, entrar em estado de liquidação, suspender em suas atividades por mais de trinta dias, ou sofrer protestos de qualquer título.
- e) se houver a dissolução da sociedade, a transferência do controle societário, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa de qualquer um dos co-obrigados, sem o prévio consentimento do mutuante, por escrito.
- f) se o mutuário propuser qualquer medida judicial em face do mutuante configurando assim, a quebra do relacionamento comercial entre as partes.
- g) se por qualquer ato do mutuário for alterada as condições iniciais quer seja com relação as garantias oferecidas, dados contábeis, societários, dentre outros, que tenham sido informados e constatados, quando da concessão do crédito decorrente do presente título.



001261

3911

h) ou, ainda, por iniciativa de qualquer das partes sem prejuízo das garantias constituídas, mediante prévio aviso por escrito com prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Parágrafo Oitavo - Da Certeza e Liquidez do Crédito - Fica expressa e plenamente assentada, a certeza e liquidez da presente dívida, compreendendo o cálculo de juros, taxa, e demais encargos que, com o principal formarão o débito.

Parágrafo Nono Fica estipulado que o presente contrato será rescindido de pleno direito, sem qualquer ônus para as partes, caso seja descumprido qualquer cláusula do Contrato de Mútuo no qual a Remar Agenciamento e Assessoria Ltda., figura como mutuante e a empresa Expresso Nova Santo André Ltda., como mutuário.

Parágrafo Décimo - Declaração - O mutuário declara para os devidos fins que ao assinar o presente contrato compreendeu o sentido e o alcance de suas disposições após terem lido e discutido, sob todos os aspectos e consequências, as condições que regem a presente operação de crédito.

Parágrafo Décimo Primeiro - Eleição do Foro - Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca da cidade do RIO DE JANEIRO.

As partes aceitando as condições ora estipuladas e declarando ter conhecimento do contrato de mútuo que segue anexo, firmado entre Remar Agenciamento e Assessoria Ltda. (mutuante) e Expresso Nova Santo André Ltda., (mutuário), firmam a presente em duas vias de igual teor.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2004.

MUTUANTE:

2 S Participações Ltda
CNPJ / CNPJ n.º 05.221.885/0001-72

MUTUÁRIO:

Remar Agenciamento e Assessoria Ltda
CNPJ n.º 28.259.075/0001-00

Testemunhas:

1. _____
Rg:

2. _____
Rg:



CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL



485M

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvº de Verbas Públicas

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 55

TERMO DE DECLARAÇÕES que presta ALBERTO YOUSSEF

Ao(s) 25 dia(s) do mês de novembro de 2014, nesta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal, em Curitiba/PR, perante ERIKA MIALIK MARENA Delegada de Polícia Federal, Classe Especial, matrícula nº 10.491, atendendo a requisição do Procurador Geral da República constante do Ofício nº 1152/Gab para se proceder à oitiva de ALBERTO YOUSSEF, brasileiro, casado, RG 3506470-2/PR, CPF 532.050.659-72, filho de Kalim Youssef e de Antonieta Youssef, o qual firmou acordo de colaboração que será levado à ratificação do Procurador Geral da República, e na presença do Procurador da República ROBERSON HENRIQUE POZZOBON, com delegação daquele para atuar no caso, e do advogado do declarante, TRACY JOSEPH REINALDET DOS SANTOS, OAB/PR 56300, sob todas as cautelas de sigilo determinadas, atendendo aos ditames da Lei 12.850/2013, notadamente quanto ao disposto nos artigos 4º a 7º, inquirido, ALBERTO YOUSSEF RESPONDEU: QUE o declarante afirma que o advogado TRACY JOSEPH REINALDET DOS SANTOS, OAB/PR 56300, ora presente, é seu defensor legalmente nomeado para lhe assistir no presente ato, conforme determina o §15 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE o declarante afirma que pretende colaborar de forma efetiva e voluntária com investigações policiais e processos criminais, nos termos firmados com o Ministério Público Federal; QUE o declarante renuncia, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio, firmando o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do §14 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013; QUE o declarante e sua defensora autorizam expressamente e estão cientes do registro audiovisual do presente ato de colaboração em mídia digital (HD Samsung 1Tera, Serial Number E2FWJJHD2223B7), além do registro escrito (duas vias do termo assinadas em papel), nos termos do §13 do art. 4º da Lei nº 12.850/2013, os quais serão, ao final do ato, devidamente lacrados e entregues ao representante do Ministério Público Federal ora presente, o qual ficará responsável pela guarda, custódia e preservação do sigilo das informações; QUE o declarante afirma estar ciente de que o presente ato de colaboração dependerá da homologação do Poder Judiciário, o qual verificará a sua regularidade, legalidade e voluntariedade, podendo o juiz recusar a homologação caso não atenda aos requisitos legais ou adequá-la ao caso concreto, estando ciente, ainda que, os efeitos da colaboração premiada dependem de um ou mais dos seguintes resultados, dentre outros, conforme o art. 4º da Lei nº 12.850/2013: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização

(Assinaturas manuscritas)



CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas

criminosa; bem como a concessão do benefício levará em conta a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração; QUE o declarante também declara estar ciente dos direitos do colaborador previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013: I – usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica; II – ter nome, qualificação, imagem e demais informações preservados; III – ser conduzido, em julzo, separadamente dos demais coautores e partícipes; IV – participar das audiências sem contato visual com os outros acusados; V – não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito; VI – cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados; QUE, com relação ao que consta do ANEXO 56 – JOÃO VACCARI (TOSHIBA) afirma que a TOSHIBA participou de uma licitação para uma obra na COMPERJ, em 2009 ou 2010, obra esta relativa à casa de força, salvo engano, e que girava em torno de R\$ 130 milhões, e, com descontos, ficou em R\$ 117 milhões; QUE o presidente da TOSHIBA no Brasil, que ficava em São Paulo, e também o diretor comercial, de nome PIVA, trataram diretamente com o declarante de que iriam dar um por cento do valor da obra para o PP (Partido Progressista) e um por cento para o PT (Partido dos Trabalhadores); QUE sabe que o valor do PT foi negociado com JOÃO VACCARI, que na época era quem representava o PT nos recebimentos oriundos dos contratos com a PETROBRAS; QUE o presidente da TOSHIBA à época, cujo nome não se recorda, e o diretor comercial da empresa, PIVA, pediram ao declarante se poderiam usar os repasses à MO CONSULTORIA para fazer o repasse tanto do PP quanto do PT, sendo que o declarante aquiesceu; QUE após a TOSHIBA ter feito as transferências para a conta da MO CONSULTORIA, o declarante sacou da conta da MO pouco mais de R\$ 400 mil reais, e entregou a uma emissária de VACCARI, chamada de MARICE; QUE atendeu referida pessoa no seu escritório em São Paulo/SP e lhe entregou o dinheiro; QUE quem passou ao declarante o nome desta MARICE como sendo a pessoa a quem deveriam ser entregues os valores destinados ao PT foi o Diretor comercial da TOSHIBA, chamado PIVA; QUE PIVA informou que MARICE chegaria pela garagem e passou o dia e hora que a mesma iria encontrar o declarante; QUE alguns meses depois, PIVA marcou em um restaurante em São Paulo/SP o recebimento de mais uma parcela dos valores destinados ao PT que haviam sido transferidos ao declarante mediante contrato e repasse à MO CONSULTORIA ou CONSTRUTORA RIGIDEZ; QUE PIVA informou que almoçaria com JOÃO VACCARI e ali aproveitaria para fazer a entrega da parte restante destinada ao PT; QUE PIVA havia ido até o escritório do declarante um tempo antes, mas ficou receoso de sair com uma quantia alta e, por isso, marcou uma segunda oportunidade para receber os valores e de imediato já entregar a VACCARI; QUE então o declarante pediu para RAFAEL ÂNGULO LOPES ir até o restaurante indicado por PIVA, que ficava perto da Av. Paulista, e ali lhe entregar uma sacola lacrada com os valores devidos; QUE este valor também girava em pouco mais de R\$ 400 mil reais; QUE houve contratos da TOSHIBA com a MO CONSULTORIA, e acredita que possa ter havido contrato com a EMPREITEIRA RIGIDEZ também, para justificar o repasse dos valores; QUE do valor recebido da



487M

CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado

DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas

TOSHIBA, do um por cento repassado pela TOSHIBA como propina, sessenta por cento era destinado ao PP, trinta por cento foi para PAULO ROBERTO COSTA, cinco por cento para JOÃO GENU, e cinco por cento para o declarante; sobre o valor líquido, deduzidos os vinte por cento dos custos de operacionalização, como emissão de notas e impostos; QUE destes vinte por cento de custos, quatorze e meio eram destinados a WALDOMIRO DE OLIVEIRA, que cuidava da contabilidade das empresas utilizadas, visto que as empresas eram deste, de quem o declarante apenas comprava as notas; QUE o restante destes vinte por cento de custos ficavam com o declarante para fazer frente a despesas do seu escritório, como passagens aéreas, fretamento de aeronaves, etc; QUE PAULO ROBERTO COSTA sabia que os valores recebidos eram oriundos da TOSHIBA; QUE se recorda que houve inclusive uma reunião, salvo engano no Hotel Hyat, com o presidente da TOSHIBA, e também PIVA, GENU, PAULO ROBERTO e o declarante, justamente para discutir o repasse dos valores; QUE acredita que o pessoal da TOSHIBA tenha tido reunião semelhante com emissários do Partido dos Trabalhadores; QUE a TOSHIBA fazia parte do cartel, contudo, atuava mais como subcontratada de outras empresas, principalmente para a realização de parte elétrica, por exemplo; QUE, assim, não concorria com as grandes empreiteiras; QUE especificamente nessa licitação da COMPERJ, recorda-se que havia alguma razão que levaria a TOSHIBA a ser desclassificada, assim, foi procurado por PIVA, sabendo que o declarante era o operador do PP; QUE PIVA pediu ao declarante que fizesse um contato com PAULO ROBERTO COSTA em nome da TOSHIBA, indagando se poderia fazer algo para que a empresa ganhasse o contrato; QUE após o declarante ter acertado os valores que deveriam ser pagos pela TOSHIBA caso conseguisse o contrato, conversou com PAULO ROBERTO, que confirmou que poderia fazer algo pela contratação da empresa; QUE, após isso, marcou a reunião acima citada; QUE nessa primeira conversa com PIVA recomendou que o mesmo também procurasse VACCARI, pois o mesmo tipo de pagamento também deveria ser acertado na Diretoria de Serviços da PETROBRÁS, ocupada por RENATO DUQUE, indicado do Partido dos Trabalhadores; QUE mostradas três fotos para o declarante, reconhece a primeira como sendo a senhora MARICE, consignando que estava com o cabelo mais comprido e com óculos de grau; QUE referida foto consta dos arquivos de passaporte da Polícia Federal e se refere a MARICE CORREA DE LIMA. Nada mais havendo a ser consignado, determinou-se que fosse encerrado o presente termo que, lido e achado conforme, vai por todos assinado e lacrado em envelopes com lacres número 10829 e 10830, padrão da Polícia Federal.

AUTORIDADE POLICIAL:

Erika M. Marens

Erika Mialik Marens

DECLARANTE:

Alberto Youssef

Alberto Youssef



h88 M

CONFIDENCIAL
POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes contra o Sistema Financeiro e Desvio de Verbas Públicas

PROCURADOR DA REPÚBLICA: _____
Roberson Henrique Pozzobon

ADVOGADO: _____
Tracy Joseph Reinaldet dos Santos

TESTEMUNHA: _____
APF Luis Carlos Milhomen

A difusão não autorizada deste conhecimento caracteriza violação de sigilo funcional capitulado no art. 325 do Código Penal Brasileiro.
Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (seis) anos e multa.

Constitui crime realizar a interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo de Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei, nos termos do art. 10 da Lei 9.296/96.
Pena: Reclusão de dois a quatro anos, e multa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANEXO I - DECRETOS DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES PUBLICADOS ENTRE 05-11-2014 E 14-12-2014

Data Decreto	Órgãos	Página DCU	Superávit financeiro	Excesso de arrecadação	Anulação de despesa	Emissão de títulos	Geração própria e operações de crédito	R\$	
								1,00	Total
10/11/2014	MPS, MS, MTE, MC, ME e MDS	10 - Seção I	104.496.899	1.239.400	909.698.597			1.015.434.896	✓
10/11/2014	JE, JT e PE	5 - Seção I	405.621.832	189.346.096	98.386.450			693.354.378	✓
13/11/2014	PE	20 - Seção I	20.336.767	8.054.443	67.562.216			95.943.426	✓
13/11/2014	PE, EFU e Transf. Estados e Municípios e OC(25 - Seção I			26.825.241	403.150.426			429.975.667	✓
13/11/2014	TELEBRAS	30 - Seção I					81.189.000	81.189.000	✓
14/11/2014	MAPA, MEC, MS, MDA e MIN	109 - Seção I			19.404.263			19.404.263	✓
26/11/2014	PR, SAE e SMPE	3 - Seção I			10.964.200			10.964.200	✓
26/11/2014	MC&T, MS, MC e MPU	4 - Seção I			4.939.400			4.939.400	✓
04/12/2014	PE	11 - Seção I		11.010.627	51.208.742			62.219.369	✓
04/12/2014	JMU, PE, EFU e Transf. Estados e Municípios	15 - Seção I	3.457.159.047	7.976.525.871	2.088.302.321	1.499.685.000		15.021.672.239	✓
04/12/2014	MS	21 - Seção I			475.887.240			475.887.240	✓
04/12/2014	JT e TJDF	23 - Seção I	157.636	12.414.040				12.571.676	✓
04/12/2014	PE	3 - Seção I	2.614.355	72.406.687	334.075.012			409.096.054	✓
04/12/2014	PE e EFU	8 - Seção I			115.831.571			115.831.571	✓
TOTAL			3.990.386.536	8.297.822.405	4.579.400.438	1.499.685.000	81.189.000	18.448.483.379	✓

Fonte: Diário Oficial da União

[Handwritten signature]





DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLI Nº 217

Brasília - DF, segunda-feira, 10 de novembro de 2014



SEÇÃO

1

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Judiciário	1
Atos do Poder Executivo	5
Presidência da República	18
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	19
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	21
Ministério da Cultura	24
Ministério da Defesa	30
Ministério da Educação	34
Ministério da Fazenda	34
Ministério da Integração Nacional	45
Ministério da Justiça	45
Ministério da Pesca e Aquicultura	50
Ministério da Previdência Social	51
Ministério da Saúde	51
Ministério das Cidades	71
Ministério das Comunicações	72
Ministério das Relações Exteriores	73
Ministério de Minas e Energia	73
Ministério do Desenvolvimento Agrário	81
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	82
Ministério do Esporte	83
Ministério do Meio Ambiente	83
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	88
Ministério do Trabalho e Emprego	90
Ministério dos Transportes	92
Conselho Nacional do Ministério Público	93
Ministério Público da União	93
Tribunal de Contas da União	94
Poder Legislativo	134
Poder Judiciário	134
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	135

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PLENÁRIO

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 239 (1)
ORIGEM : RIO DE JANEIRO
PROCED. : MIN. DIAS TOFFOLI
RELATOR : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
REQTE(S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 29 a 78	R\$ 0,50	R\$ 2,60
de 79 a 158	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 159 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 251 a 300	R\$ 3,00	R\$ 4,50

* Acima de 300 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou parcialmente procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "pelo prazo máximo de um ano", contida no art. 90, § 3º, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e reconhecer a não recepção da expressão "com vencimentos e vantagens integrais", contida no mesmo dispositivo, pela Constituição Federal de 1988, tendo em vista a redação dada ao dispositivo constitucional paradigmático pela EC nº 19, de 4 de junho de 1998. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausente, neste julgamento, o Ministro Marco Aurélio. Plenário, 19.02.2014.

EMENTA

Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 90, § 3º, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Disponibilidade remunerada dos servidores públicos. Edição da EC nº 19/98. Substancial alteração do parâmetro de controle. Artigo 41, § 3º, da Constituição Federal. Não ocorrência de prejuízo. Fixação de prazo para aproveitamento do servidor. Inconstitucionalidade, integralidade da remuneração. Não recepção pela EC nº 19/98.

1. A Emenda Constitucional nº 19/98 alterou substancialmente parte do art. 41, § 3º, da Constituição Federal, o qual figura como paradigma de controle na ação. Necessidade de adoção de dois juízos subsequentes pelo Tribunal. O primeiro entre o preceito impugnado e o texto constitucional vigente na proposição da ação, com o fim de se averiguar a existência de compatibilidade entre ambos (juízo de constitucionalidade). Já o segundo entre o dispositivo questionado e o parâmetro alterado (atualmente em vigor) com o escopo de se atestar sua eventual recepção pelo texto constitucional superveniente.

2. A imposição do prazo de um ano para aproveitamento do servidor em disponibilidade ofende materialmente a Carta Federal, pois consiste em obrigação criada pelo Poder Legislativo que não decorre direta ou indiretamente dos pressupostos essenciais à aplicação do instituto da disponibilidade definidos na Constituição da República (art. 41, § 3º), e, principalmente, porque não condiz com o postulado da independência dos Poderes instituídos, ainda que um se de o primeiro exercício do poder constituinte decorrente.

3. O art. 41, § 3º, da Constituição Federal, na sua redação originária, se silencia em relação ao quantum da remuneração que seria devida ao servidor posto em disponibilidade. Esse vazio normativo até então existente autorizava os estados a legislar sobre a matéria, assegurando a integralidade remuneratória aos seus servidores. Contudo, a modificação trazida pela EC 19/98 suplantou a previsão contida na Carta estadual, pois passou a determinar, expressamente, que a remuneração do servidor em disponibilidade seria proporcional ao tempo de serviço.

4. Ação direta julgada parcialmente procedente

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 429 (2)
ORIGEM : ADI - 445 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : CEARÁ
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
ADV.(A/S) : SÍLVIO BRAZ PEIXOTO DA SILVA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Decisão: Recurso de pauta ante a aposentadoria do Senhor Ministro Eros Grau (Relator). Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 04.08.2010.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente o pedido em relação ao § 1º do art. 192 da Constituição do Estado do Ceará. Por maioria e nos termos do voto do Relator, o Tribunal julgou parcialmente procedente a ação direta para dar interpretação conforme a CF ao § 2º do art. 192 da Constituição do Estado do Ceará, sem declaração de nulidade, concedendo o prazo de sobrevivência do benefício por 12 (doze) meses a partir da publicação da ata desta sessão, vencido, em parte, o Ministro Marco Aurélio, que declarava integralmente procedente a ação para julgar inconstitucional o dispositivo, por vício formal. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Vice-Presidente no exercício da Presidência. Plenário, 20.08.2014.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. TRIBUNÁRIO. NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO. ICMS. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. IMPUGNAÇÃO AOS ARTIGOS 192, § 1º E 2º, 193 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO, 201 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO, 273, PARÁGRAFO ÚNICO, E 283, III, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ADEQUADO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO AO ATO COOPERATIVO E ISENÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS AS PEQUENAS E MICROEMPRESAS; PEQUENOS E MICROPRODUTORES RURAIS; BEM COMO PARA AS EMPRESAS QUE ABSORVAM CONTINGENTES DE DEFICIENTES NO SEU QUADRO FUNCIONAL OU CONFECÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE AQUELHES DE FABRICAÇÃO ALTERNATIVA PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ARTIGO 146, INCISO III, ALÍNEA "C", DA CRFB/88. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO TRIBUTÁRIO. ARTIGO 14, INCISO I, DA CRFB/88. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DE MAIS DISPOSITIVOS OBJURGADOS. CONCESSÃO UNILATERAL DE BENEFÍCIOS E INCENTIVOS FISCAIS. ICMS. AUSÊNCIA DE CONVENIO INTERESTADUAL. AFRONTA AO DISPOSTO NO ARTIGO 155, § 2º, INCISO XII, "C", DA CRFB/88. CAPUT DO ART. 193 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO SEM DECLARAÇÃO DE NULIDADE. EXCLUSÃO DO ICMS DO SEU CAMPO DE INCIDÊNCIA.

1. O Federalismo brasileiro exterioriza-se, dentre outros campos, no segmento tributário pela previsão de competências legislativas fiscais privativas dos entes políticos, reservada à Lei Complementar estabelecer normas gerais.

2. A concessão de benefícios fiscais não é matéria relativa à iniciativa legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do estabelecido no artigo 61, § 1º, inciso II, alínea b, da CRFB/88.

3. O poder de exonerar corresponde a uma derivação do poder de tributar, assim, presente este, não há impedimentos para que as entidades investidas de competência tributária, como o são os Estados-membros, definam hipóteses de isenção ou de não-incidência das capções tributárias em geral, à luz das regras de competência tributária, o que não interdita a Constituição estadual de dispor sobre o tema.

4. O art. 146, III, "c", da CRFB/88 determina que lei complementar estabeleça normas gerais sobre matéria tributária e, em especial, quanto ao adequado tratamento tributário a ser conferido ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

5. Não há a alegada inconstitucionalidade da Constituição estadual, porquanto a competência para legislar sobre direito tributário é concorrente, cabendo à União estabelecer normas gerais, aos Estados-membros e o Distrito Federal suplementar as lacunas da lei federal sobre normas gerais, afim de adequá-las às particularidades locais, por isso que inexistindo lei federal de normas gerais, acerca das matérias enunciadas no citado artigo constitucional, os Estados podem exercer a competência legislativa plena (§ 3º, do art. 24 da CRFB/88).

6. Consequentemente, o § 1º do artigo 192 da Constituição cearense que estabelece que "o ato cooperativo, praticado entre o associado e sua cooperativa, não implica em operação de mercado", não é inconstitucional.

7. É que a Suprema Corte, ao apreciar situação análoga, assentou que, enquanto não promulgada a lei complementar a que se refere o art. 146, III, "c", da CRFB/88, não se pode pretender que, com base na legislação local, não possa o Estado-membro, que tem competência concorrente em se tratando de direito tributário (artigo 24, I e § 3º, da Carta Magna), de as cooperativas o tratamento que julgar adequado, até porque tratamento adequado não significa necessariamente tratamento privilegiado, verbis: "Inexiste, no caso, ofensa ao artigo 146, III, 'c', da Constituição, porquanto esse dispositivo constitucional não concede às cooperativas imunidade tributária, basta por que, enquanto não for promulgada a lei complementar a que ele alude, não se pode pretender que, com base na legislação local mencionada no artigo recorrente, não possa o Estado-membro, que tem competência concorrente em se tratando de direito tributário (artigo 24, I e § 3º da Carta Magna), dar às Cooperativas



Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente, sem modulação de efeitos.

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.130 (10)
ORIGEM ADI 5.130 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. DISTRITO FEDERAL
RELATOR MIN. GILMAR MENDES
REDAÇÃO DO ACÓRDÃO MIN. ROSA WEBER
REOTE (S) MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
INTDO (A/S) PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV(A/S) ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO (A/S) CONGRESSO NACIONAL
INTDO (A/S) TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais do Ministro Luiz Inácio Lula da Silva, pela Advocacia-Geral da União, e do Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República, pelo Ministério Público Federal, o julgamento foi suspenso. Ausente, justificadamente, o Ministro Luiz Fux. Presidência do Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 11.06.2014.

Decisão: Após os votos dos Ministros Gilmar Mendes (Relator), Roberto Barroso e Dias Toffoli, julgando imprecidente a ação direta, e os votos dos Ministros Rosa Weber, Teori Zavascki, Joaquim Barbosa (Presidente), Luiz Fux, Marco Aurélio, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski, julgando a procedente, o julgamento foi suspenso. Ausente a Ministra Cármen Lúcia, representando o Tribunal no *XX Encontro de Presidentes e Magistrados de Tribunais, Solos y Cortes Constitucionales de América Latina*, em Buenos Aires, Argentina, e no *Primer Encuentro Internacional sobre "Justicia Constitucional con Perspectiva de Género"*, em Quito, Equador. Plenário, 18.06.2014.

Decisão: Colhido o voto do Ministro Cármen Lúcia, o Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993, e da Resolução nº 23.389/2013, do Tribunal Superior Eleitoral, vencidos os Ministros Gilmar Mendes, Roberto Barroso e Dias Toffoli, que julgavam imprecidente o pedido. O Ministro Teori Zavascki julgou parcialmente procedente a ação para dar interpretação conforme ao parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 78/1993 e declarar a inconstitucionalidade da Resolução nº 23.389/2013. Em seguida, após os votos dos Ministros Rosa Weber, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski, modulando os efeitos da decisão para que a Resolução nº 23.389/2013, do Tribunal Superior Eleitoral, tenha vigência para as eleições de 2014, e os votos dos Ministros Marco Aurélio, Teori Zavascki e Luiz Fux, que não modulavam os efeitos da decisão, o julgamento foi suspenso para colher o voto, quanto à modulação, do Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), ausente justificadamente. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, Vice-Presidente do exercício da Presidência. Plenário, 25.06.2014.

Decisão: Colhido o voto do Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), o Tribunal deixou de modular os efeitos da declaração de inconstitucionalidade por não ter alcançado o *quorum* previsto no art. 27 da Lei nº 9.882/99. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello, com voto proferido na sessão anterior. Plenário, 01.07.2014.

EMENTA

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL ELEITORAL. ART. 1º, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 78/1993. RESOLUÇÃO Nº 23.389/2013 DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. DEFINIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. ART. 1º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PROPORCIONALIDADE RELATIVAMENTE À POPULAÇÃO. OBSERVÂNCIA DE NÚMEROS MÍNIMO E MÁXIMO DE REPRESENTANTES. CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO. MATÉRIA RESERVADA À LEI COMPLEMENTAR. INDELEGABILIDADE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. FUNÇÃO NORMATIVA EM SEDE ADMINISTRATIVA. LIMITES. INVASÃO DE COMPETÊNCIA.

1. Segundo a jurisprudence desta Suprema Corte, viável o controle abstrato da constitucionalidade de ato do Tribunal Superior Eleitoral de conteúdo jurídico-normativo essencialmente primário. A Resolução nº 23.389/2013 do TSE, ao inaugurar conteúdo normativo primário com abstração, generalidade e autonomia não veiculada na Lei Complementar nº 78/1993 nem passível de ser dela deduzido, em afronta ao texto constitucional a que remete - o art. 45, caput e § 1º, da Constituição Federal -, expõe-se ao controle de constitucionalidade concentrado. Precedentes.

2. Embora apto a produzir atos abstratos com força de lei, o poder de editar normas do Tribunal Superior Eleitoral, no âmbito administrativo, tem os seus limites materiais condicionados aos parâmetros de legislador complementar, no caso a Lei Complementar nº 78/1993 e, de modo mais amplo, o Código Eleitoral, reconhecido como lei complementar. Poder normativo não é poder legislativo. A norma de caráter regulatório preserva a sua legitimidade quando cumpre o conteúdo material da legislação eleitoral. Pode conter regras novas, desde que preservada a ordem vigente de direitos e obrigações, limite do agir administrativo. Regras novas, e não direito novo.

3. Da Lei Complementar nº 78/1993, à luz da Magna Carta e do Código Eleitoral, não se infere delegação legislativa da Resolução nº 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral.

4. O art. 45, § 1º, da Constituição da República comanda a definição, por lei complementar (i) do número total de Deputados e

(ii) da representação dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente à população - o não ao número de eleitores -, respeitados o piso de oito e o teto de setenta cadeiras por ente federado. Tal preceito não comporta a inferência de que suficiente à espécie normativa complementar - a LC 78/1993 -, o número total de deputados. Indispensável, em seu bojo, a fixação da representação dos Estados e do Distrito Federal. A delegação implícita do tal responsabilidade política ao Tribunal Superior Eleitoral traduz descumprimento do comando constitucional em sua íntima essência.

5. Compete ao legislador complementar definir, dentre as possibilidades existentes, o critério de distribuição do número de Deputados dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente à população, observados os demais parâmetros constitucionais. De todo inviável transferir a escolha de tal critério, que necessariamente envolve juízo de valor, ao Tribunal Superior Eleitoral ou a outro órgão.

6. A Resolução impugnada contempla o exercício de ampla discricionariedade pelo TSE na definição do critério de apuração da distribuição proporcional da representação dos Estados, matéria reservada à lei complementar. A renúncia do legislador complementar ao exercício da sua competência exclusiva não legitima o preenchimento da lacuna legislativa por órgão diverso.

7. Inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 78/1993 por omissão do legislador complementar quanto aos comandos do art. 45, § 1º, da Carta Política de definição do número total de parlamentares e da representação por ente federado, e da Resolução nº 23.389/2013 do TSE, por violação do postulado da reserva de lei complementar ao introduzir inovação do caráter primário na ordem jurídica, em usurpação da competência legislativa complementar.

Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente, sem modulação de efeitos.

MEDEJA CAUTELAR NA ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.136
ORIGEM ADI 5.136 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. DISTRITO FEDERAL
RELATOR MIN. GILMAR MENDES
REOTE (S) PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB
ADV(A/S) MARILDA DE PAULA SILVEIRA E OUTRO(A/S)
INTDO (A/S) PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO (A/S) CONGRESSO NACIONAL
ADV(A/S) ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após o voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), indeferindo o pedido de medida cautelar, no qual foi acompanhado pelos Ministros Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber e Cármen Lúcia, o Tribunal, por unanimidade, acolheu proposta da Ministra Cármen Lúcia para julgar o mérito da ação. Em seguida, colida a manifestação do Ministério Público Federal, o Tribunal, por maioria, julgou imprecidente a ação, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Joaquim Barbosa (Presidente). Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Foi pelo requerente a Dra. Marilda de Paula Silveira. Plenário, 01.07.2014.

Ação direta de inconstitucionalidade, § 1º do art. 28 da Lei nº 12.663/2012 ("Lei Geral da Copa"). Violação da liberdade de expressão, inexistência. Aplicação do princípio da proporcionalidade. Juízo de ponderação do legislador para limitar manifestações que tendem a gerar maiores conflitos e ameaçar a segurança dos participantes de evento de grande porte. Medida cautelar indeferida. Ação julgada imprecidente.

DECISÕES

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 3.12.1999)

Acórdãos

AG.REG. NA ARGÜÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 237
ORIGEM RMS - 32.704 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PROCED. SANTA CATARINA
RELATOR MIN. CELSO DE MELLO
AGTE (S) PARTIDO DOS TRABALHADORES
ADV(A/S) JEAN CHRISTIAN WEISS E OUTRO(A/S)
AGDO(A/S) RELATOR DO RMS Nº 32.704 NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Dias Toffoli. Plenário, 28.05.2014.

E M E N T A: ARGÜÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (CF, ART. 102, § 1º) - ACÇÃO ESPECIAL DE INOLE CONSTITUCIONAL - PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE (LEI Nº 9.882/99, ART. 4º, § 1º) - EXISTÊNCIA DE OUTRO MEIO APTO A NEUTRALIZAR A SITUAÇÃO DE LESIVIDADE QUE ALGADAMENTE EMERGE DOS ATOS IMPUGNADOS - INVIABILIDADE DA PRESENTE ARGÜÇÃO DE DESCUMPRIMENTO - PRECEDENTES - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.
Questão - O ajustamento do modo constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental rege-se pelo princípio da subsidiariedade (Lei nº 9.882/99, art. 4º, § 1º), a significar que não será ela admitida, sempre que houver qualquer outro meio juridicamente idôneo apto a sanar, com efetividade real, o estado de lesividade emergente do ato impugnado. Precedentes.

A mera possibilidade de utilização de outros meios processuais, contudo, não basta, só por si, para justificar a invocação do princípio da subsidiariedade, pois, para esse postulado possa legitimamente incidir - impedido, desse modo, o acesso imediato à arguição de descumprimento de preceito fundamental - resulta-se essencial que os instrumentos disponíveis *mostrem-se capazes de neutralizar, de maneira eficaz, a situação de lesividade que se busca afastar com o ajustamento desse "ritm" constitucional.*

- A norma inscrite no art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99 - que *consagra o postulado da subsidiariedade* - estabelece, validamente, sem qualquer ofensa ao texto da Constituição, pressuposto *negativo* de admissibilidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental, pois *condicionou, legitimamente, o ajustamento dessa especial ação de índole constitucional à observância de um (in)atenuante requisito de procedibilidade, consistente na ausência de qualquer outro meio processual revestido de aptidão para fazer cessar, prontamente, a situação de lesividade (ou de potencialidade danosa) decorrente do ato impugnado.*

Secretaria Judiciária
JOÃO BOSCO MARCIAL DE CASTRO
Secretário

Atos do Poder Executivo

DECRETO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre no Orçamento Fiscal da União, em favor das Judicaturas Eleitoral e do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 693.354.378,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente:

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alíneas "a", "d" e "e", inciso II, inciso VIII, inciso XI, alínea "b", e inciso XXII, alíneas "a" e "b", e § 1º, da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor das Judicaturas Eleitoral e do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 693.354.378,00 (seiscentos e noventa e três milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e setenta e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no valor de R\$ 405.621.832,00 (quatrocentos e cinco milhões, seiscentos e vinte e um mil, oitocentos e trinta e dois reais), sendo:

a) R\$ 172.188.527,00 (cento e setenta e dois milhões, cento e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte e sete reais) de Recursos Ordinários;

b) R\$ 28.787.000,00 (vinte e oito milhões, quinhentos e oitenta e sete mil reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais;

c) R\$ 476.700,00 (quatrocentos e setenta e seis mil e setecentos reais) de Recursos de Convênios; e

d) R\$ 304.369.638,00 (duzentos e quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, seiscentos e cinco reais) de Recursos Próprios Não Financeiros.

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 189.346.096,00 (cento e oitenta e nove milhões, trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e seis reais), sendo:

a) R\$ 17.420.341,00 (dezessete milhões, quatrocentos e vinte mil, trezentos e quarenta e um reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais;

b) R\$ 71.929.891,00 (setenta e um milhões, novecentos e vinte e nove mil, oitocentos e noventa e um reais) de Recursos de Convênios;

c) R\$ 95.713.993,00 (noventa e cinco milhões, setecentos e treze mil, novecentos e noventa e três reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e

d) R\$ 4.281.871,00 (quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e setenta e um reais) de Recursos Próprios Não Financeiros; e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 98.386.450,00 (noventa e oito milhões, trezentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de novembro de 2014. 197ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Mariane Belchior



ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral															
UNIDADE: 14001 - Pólo Eleitoral															
ANEXO I													Crédito Suplementar		
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)													Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00		
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR-PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	VALOR
			S	P	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	
	9909	Operações Especiais, Outros Empregos Especiais													7.620.341
		Operações Especiais													
28 846	0909 0413	Manutenção e Operação dos Partidos Políticos - Operações Especiais													1.620.341
28 846	0909 9413 0001	Manutenção e Operação dos Partidos Políticos - Nacional													7.620.341
TOTAL - FISCAL															2.620.341
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															2.620.341

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00											VALOR	
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U		T
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista													2.314.580
		Afiliação													
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho													1.813.200
02 122	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais													1.413.200
TOTAL - FISCAL															1.813.200
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															1.813.200
02 122	0571 1321V	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Muriae - MG													174.830
02 122	0571 1321V 2849	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Muriae - MG - No Município de Muriae - MG													174.830
02 122	0571 133E	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Montes Claros - MG													314.635
02 122	0571 133E 2843	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Montes Claros - MG - No Município de Montes Claros - MG													314.635
02 122	0571 133O	Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG													314.635
02 122	0571 133O 3918	Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG - No Município de Pedro Leopoldo - MG													314.635
TOTAL - FISCAL															1.813.200
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															1.813.200

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho															
UNIDADE: 15101 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco															
ANEXO I															
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)															
FUNÇÃO			PROGRAMÁTICA			PROGRAMAÇÃO			LOCALIZADOR/PRODUTO			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00			VALOR
						10						S N P O U T E			
			0571						Prestação Jurisdicional Trabalhista						5.000.000
									Atividades						
02 122			0571 4256						Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho						5.000.000
02 122			0571 4256 0024						Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco						5.000.000
												2 4 2 00 0 181			1.000.000
TOTAL - FISCAL															5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															5.000.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho													Crédito Suplementar		
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná													Reserva de Todas as Fontes R\$ 1,00		
ANEXO I															
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)															
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista													6.026.700
		Atividades													
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho													6.026.700
02 122	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná													6.026.700

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho															
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Goiás															
ANEXO I															
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)															
FUNÇÃO- RACIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00											VALOR	
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U		T
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista - Atividades													327.311
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho													327.311
02 122	0571 4256 0032	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás													81.311
TOTAL - FISCAL															408.622
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															408.622

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho													Crédito Suplementar	
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Mato Grosso													Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
ANEXO I														
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)														
FUNÇÃO NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T	R	VALOR				
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista - Atividades												370.000
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho												800.000
02 122	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso												100.000
TOTAL - FISCAL			F	3	2	96	0	181						550.000
TOTAL - SEGURIDADE			F	4	2	90	0	181						250.000
TOTAL - GERAL														800.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República													Credito Suplementar		
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI															
ANEXO I															
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)															
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00											VALOR
				E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	
	2020		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública - Atividades												378.000
04 125	1048 0517		Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raz da Infraestrutura da ICP-Brasil												975.000
04 125	2034 4917 0001		Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raz da Infraestrutura da ICP-Brasil - Nacional												975.000
				F	3	1	90	0	650						314.000
				F	4	2	90	0	650						264.000
	2101		Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República - Atividades												1.628.750
04 123	3101 2000		Administração da Unidade												1.628.750
04 123	3101 2000 0001		Administração da Unidade - Nacional												1.628.750
				F	1	2	90	0	650						128.750
				F	1	2	90	0	650						128.750
TOTAL - FISCAL															128.750
TOTAL - SEGURIDADE															2.596.250
TOTAL - GERAL															2.596.250

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			Credito Suplementar												
UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			Exercício 2010 - Anexo 1												
ANEXO I			Recursos de Todas as Fontes - Anexo 1												
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO) LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	VALOR
	2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres													10.398.000
		Atividades													
19 571	2040 10CB	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN)													100.000
19 571	2040 20CB 0001	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) - Nacional													200.000
		Projeto	F	5	2	90	0	150							200.000
19 571	2040 17QU	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN													10.000.000
19 571	2040 12QB 0001	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN - Nacional													10.000.000
		Projeto	F	3	2	50	0	100							10.000.000
	3104	Programa de Gestão e Modernização do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação													864.475
		Atividades													
19 133	2106 2006	Administração da Unidade													864.475
19 122	2106 2006 0001	Administração da Unidade - Nacional													864.475
		Projeto	F	3	2	50	0	100							864.475
TOTAL - FISCAL															11.064.475
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															11.064.475

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação															
UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico															
ANEXO I															
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)															
FUNÇÃO- Matr.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00											VALOR	
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U		T
	2051	Ciência, Tecnologia e Inovação - Operações Especiais													5.713.593
19 571	2021 001V	Formação, Capacitação e Fluxo de Recursos Humanos Qualificados para CT&I													5.713.593
19 571	2021 001V 0001	Formação, Capacitação e Fluxo de Recursos Humanos Qualificados para CT&I - Nacional													5.713.593
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Atividades													5.713.593
19 122	2106 2000	Administração da Unidade													500.000
19 122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional													100.000
TOTAL - FISCAL															6.213.579
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															6.213.579

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00012014111000006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ÓRGÃO: 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação									
UNIDADE: 2104 - Comissão Nacional de Energia Nuclear									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					
				E	G	R	M	I	F
				S	N	P	O	U	T
				F	D				E
2059	Política Nuclear	Atividades							8.701.532
19 125	2059 20UW	Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas							1.000.000
19 125	2059 20UW 0001	Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas - Nacional							1.000.000
19 572	2059 20UX	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nuclear		F	3	2	90	0	174
19 572	2059 20UX 0001	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nuclear - Nacional		F	3	2	90	0	174
19 115	2059 20UY	Radioproteção, Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes		F	3	2	90	0	250
19 115	2059 20UY 0001	Radioproteção, Dosimetria e Metrologia das Radiações Ionizantes - Nacional		F	3	2	90	0	250
19 540	2059 2464	Armazenamento Intermediário de Rejeitos Radioativos de Baixo ou Médio Nível de Radiação		F	3	2	90	0	100
19 540	2059 2464 0001	Armazenamento Intermediário de Rejeitos Radioativos de Baixo ou Médio Nível de Radiação - Nacional		F	3	2	90	0	100
19 182	2059 2468	Atendimento a Emergências Radiológicas e Nucleares		F	3	2	90	0	100
19 182	2059 2468 0001	Atendimento a Emergências Radiológicas e Nucleares - Nacional		F	3	2	90	0	100
19 667	2059 2478	Fornecimento de Radiolabels e Radiofármacos no País		F	3	2	90	0	100
19 667	2059 2478 0001	Fornecimento de Radiolabels e Radiofármacos no País - Nacional		F	3	2	90	0	100
19 118	2059 2832	Formação Especializada para o Setor Nuclear		F	3	2	90	0	250
19 124	2059 2832 0001	Formação Especializada para o Setor Nuclear - Nacional		F	3	2	90	0	250
2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Atividades							988.983
19 123	2106 2000	Administração da Unidade							988.983
19 123	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		F	3	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL									9.690.522
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.690.522

ÓRGÃO: 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação									
UNIDADE: 2106 - Indústria Nuclear do Brasil S.A. - INB									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					
				E	G	R	M	I	F
				S	N	P	O	U	T
				F	D				E
2059	Política Nuclear	Atividades							21.722.740
19 662	2059 2482	Fabricação de Combustível Nuclear							21.722.740
19 662	2059 2482 0001	Fabricação de Combustível Nuclear - Nacional		F	3	2	90	0	250
19 572	2059 12CR	Implantação da Usina de Conversão de Urânio							1.649.000
19 572	2059 12CR 0001	Implantação da Usina de Conversão de Urânio - Nacional		F	4	2	90	0	250
2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Atividades							2.000.000
19 123	2106 2000	Administração da Unidade							2.000.000
19 123	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		F	3	2	90	0	250
TOTAL - FISCAL									24.773.740
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.773.740

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30101 - Departamento de Polícia Federal									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					
				E	G	R	M	I	F
				S	N	P	O	U	T
				F	D				E
2020	Cidadania e Justiça	Atividades							1.028.569
14 422	2020 2334	Proteção e Defesa do Consumidor							400.000
14 422	2020 2334 0001	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional		F	3	2	90	0	100
14 422	2020 8974	Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça							628.569
14 422	2020 8974 0001	Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça - Nacional		F	3	2	90	0	100
2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça	Atividades							17.739.455
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							10.265.000
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		F	4	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL									1.028.569
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.028.569

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 0001201411100007

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30102 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					
				E	G	R	M	I	F
				S	N	P	O	U	T
				F	D				E
2020	Cidadania e Justiça	Atividades							2.246.407
04 391	2020 3910	Patrimônio Arquivístico Nacional							2.246.407
04 391	2020 3910 0001	Patrimônio Arquivístico Nacional - Nacional		F	3	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL									2.246.407
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.246.407

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30102 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					
				E	G	R	M	I	F
				S	N	P	O	U	T
				F	D				E
2020	Cidadania e Justiça	Atividades							3.486.000
04 391	2020 3910	Patrimônio Arquivístico Nacional							3.486.000
04 391	2020 3910 0001	Patrimônio Arquivístico Nacional - Nacional		F	3	2	90	0	100
TOTAL - FISCAL									3.486.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.486.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30102 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					
				E	G	R	M	I	F
				S	N	P	O	U	T
				F	D				E
2020	Segurança Pública com Cidadania	Atividades							10.424.691
06 181	2020 201C	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON							5.611.833
06 181	2020 201C 0001	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON - Nacional		F	4	2	90	0	174
06 181	2020 2713	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais							5.611.858
06 181	2020 2713 0001	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional		F	3	2	90	0	174
06 181	2020 2713	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais							5.611.858
06 181	2020 2713 0001	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional		F	3	2	90	0	174
06 181	2020 2713	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais							5.611.858
06 181	2020 2713 0001	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional		F	3	2	90	0	174
TOTAL - FISCAL									20.424.691
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.424.691

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30102 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					
				E	G	R	M	I	F
				S	N	P	O	U	T
				F	D				E
2020	Segurança Pública com Cidadania	Atividades							3.800.000
06 181	2020 201C	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL							800.000
06 181	2020 201C 0001	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL - Nacional		F	3	2	90	0	174
06 181	2020 2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União							800.000
06 181	2020 2726 0001	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional		F	3	2	90	0	174
2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça	Atividades							2.000.000
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							27.110.160
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional		F	3	2	90	0	174
TOTAL - FISCAL									39.910.160
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.910.160

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça										
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional de Índio - FUNAI										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
FUNÇÃO NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.000,00							
			E S F	G R F	M O D	I T E	F T R	VALOR		
	2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas							1.500,00	
		Atividades								
14 125	2065 20UF	Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato							1.500,00	
14 125	2065 20UF 0001	Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato - Nacional							1.500,00	
TOTAL - FISCAL			F	1	1	0	0	0	1.500,00	
TOTAL - SEGURIDADE									1.500,00	
TOTAL - GERAL									1.500,00	



ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça										
FUNDAÇÃO: 30995 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO) LOCALIZADOR/PRODUTO	Credito Suplementar							
			E	G	R	M	I	T	VALOR	
			F	D	P	O	D	I	T	
	2020	Cidadania e Justiça								461.910
		Atividades								461.910
14 422	2020 6067	Defesa dos Direitos Difusos								461.910
14 422	2020 6067 0001	Defesa dos Direitos Difusos - Nacional								417.125
			F	3	2	40	0	174		17.000
			F	3	2	50	0	150		18.318
			F	3	2	50	0	150		9.571
TOTAL - FISCAL										461.910
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										461.910

ORÇÃO: 30000 - Ministério da Justiça										Crédito Suplementar	
UNIDADE: 39911 - Fundo Nacional de Segurança Pública											
ANEXO 1											
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 100	
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	P		VALOR	
NAL			S	N	D	O	T	Y			
	2070	Segurança Pública com Cidadania								9.997.984	
		Atividades								9.992.984	
06 181	2070 2000	Força Nacional de Segurança Pública								9.982.984	
06 181	2070 2000 0001	Força Nacional de Segurança Pública - Nacional								9.982.984	
				1	3	2	99	0	100		
TOTAL - FISCAL										9.982.984	
TOTAL - SEGURIDADE										9.982.984	
TOTAL - GERAL										9.982.984	

[illegible]

ÓRGÃO: S2000 - Ministério da Defesa								
UNIDADE: S2111 - Comando de Exército								
ANEXO I								
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAR)						Crédito Suplementar		
FUNÇÃO NAL.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUT TO	R S F D	G N P D	M O U E	V L O R	VALOR	
	1959	Política Nacional de Defesa					\$7.568.000	
		Atividades:						
05 244	2058 10XII	Ações de Cooperação das Forças Armadas					\$7.568.000	
05 244	2058 10XIII 0001	Ações de Cooperação do Exército - Nacional					\$7.568.000	
TOTAL = FISCAL			F	L	2	90	0 141	
TOTAL = SEGURANÇA DE							\$7.568.000	
TOTAL = GERAL							\$7.568.000	

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa													Credito Suplementar		
UNIDADE: 5291L - Fundo Aeronáutico													Recurso de Todos os Fontes R\$ 1,00		
ANEXO I															
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)															
PROGRAMA(AÇÃO) LOCALIZADOR PRODUTO													VALOR		
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA														
NAL															
2058 Política Nacional de Defesa															118.106.332
Atividades															
05 151	2058 105A	Sistemas Militares da Aeronáutica											1.200.000		
05 151	2058 105A 0001	Sistemas Militares de Aeronáutica - Nacional											1.200.000		
05 181	2058 105A	Aprestamento de Aeronáutica											F 4 2 90 0 650	1.200.000	
05 181	2058 105A 0001	Aprestamento de Aeronáutica - Nacional											901.663	901.663	
05 572	2058 10XB	Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeronáutico											F 3 2 90 0 650	901.663	
05 572	2058 10XB 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeronáutico - Nacional												7.312.000	

[illegible][illegible][illegible]

ORÇÃO: 68000 - Secretaria de Portos										Crédito Suplementar	
UNIDADE: 68201 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários										Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,0	
ANEXO 1											
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTADO)											
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO-LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F		VALOR	
			F	D	P	O	U	T			
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República								6.053,02	
		Atividades									
26	121	2101 1000								6.053,03	
26	121	2101 2000 0001								6.053,03	
		Administração da Unidade									
		Administração de Unidade - Nacional									
			F	3	2	90			250	4.381,87	
			F	3	2	90			650	1.771,16	
TOTAL = FISCAL											
TOTAL = SEGURIDADE											
TOTAL = GERAL											6.053,03

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República										
UNIDADE: 2101 - Presidência da República										
ANEXO II										
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										
Recurso de Tesouro em Contas 05.1.8										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	P	M	O	U
NAL				F	D			D		T
										VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República								2.546,96
		Projetos								
04 132	2101 121Y	Restauração e Modernização do Palácio do Planalto								600,00
04 132	2101 121Y 0053	Restauração e Modernização do Palácio do Planalto - No Distrito Federal								800,00
04 132	2101 1HJ3	Ampliação do Complexo de Anexos do Palácio do Planalto								600,00
										1.946,96

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014111000018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/03/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



04.122	2101 1403 0053	Ampliação do Complexo de Anéis do Palácio do Planalto - No Distrito Federal	F	4	2	90	0	100	1.946.000
TOTAL - FISCAL									1.946.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.946.000

ÓRGÃO: 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 14101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) - Crédito Suplementar
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	F	G	R	M	I	J	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	D	U	T	

2021		Ciência, Tecnologia e Inovação								878.499
------	--	--------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

19.571	2021 20UR	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA								200.000
--------	-----------	--------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

19.571	2021 20UR 0010	Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA - Na Região Norte	F	3	2	90	0	150		200.000
--------	----------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	---------

19.571	2021 212C	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia								128.200
--------	-----------	-------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

19.571	2021 212C 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA - Nacional	F	3	2	90	0	100		128.200
--------	----------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	---------

19.573	2021 4133	Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT								550.290
--------	-----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

19.573	2021 4133 0001	Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT - Nacional	F	3	2	90	0	100		550.290
--------	----------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	---------

2040		Gestão de Riscos e Resposta a Desastres								10.000.000
------	--	-----------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	------------

19.571	2040 11QR	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN								10.000.000
--------	-----------	------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	------------

19.571	2040 12QB 0001	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN - Nacional	F	4	2	90	0	100		10.000.000
--------	----------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	------------

2106		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação								186.000
------	--	---------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

19.122	2106 2000	Atividades								186.000
--------	-----------	------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

19.122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100		186.000
--------	----------------	-------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	---------

TOTAL - FISCAL									11.864.499
----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	------------

TOTAL - SEGURIDADE									0
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	---

TOTAL - GERAL									11.864.499
---------------	--	--	--	--	--	--	--	--	------------

ÓRGÃO: 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 14101 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) - Crédito Suplementar
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	F	G	R	M	I	J	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	D	U	T	

2106		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação								500.000
------	--	---------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

19.122	2106 2000	Atividades								500.000
--------	-----------	------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

19.122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100		500.000
--------	----------------	-------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	---------

TOTAL - FISCAL									500.000
----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	---------

TOTAL - SEGURIDADE									0
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	---

TOTAL - GERAL									500.000
---------------	--	--	--	--	--	--	--	--	---------

ÓRGÃO: 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 14101 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) - Crédito Suplementar
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	F	G	R	M	I	J	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	D	U	T	

2106		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação								500.000
------	--	---------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

19.122	2106 2000	Atividades								500.000
--------	-----------	------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

19.122	2106 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100		500.000
--------	----------------	-------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	---------

TOTAL - FISCAL									500.000
----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	---------

TOTAL - SEGURIDADE									0
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	---

TOTAL - GERAL									500.000
---------------	--	--	--	--	--	--	--	--	---------

ÓRGÃO: 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 14101 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) - Crédito Suplementar
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	F	G	R	M	I	J	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	D	U	T	

2020		Política Nuclear								8.701.529
------	--	------------------	--	--	--	--	--	--	--	-----------

19.123	2020 201W	Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radioativas								1.000.000
--------	-----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	-----------

19.123	2020 201W 0001	Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radioativas - Nacional	F	4	2	90	0	174		1.000.000
--------	----------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	-----------

19.572	2020 201X	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nuclear								3.225.127
--------	-----------	----------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	-----------

19.572	2020 201X 0001	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nuclear - Nacional	F	4	2	90	0	100		3.225.127
--------	----------------	---------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	-----------

19.125	2020 201Y	Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radioativas								2.800.801
--------	-----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	-----------

19.125	2020 201Y 0001	Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radioativas - Nacional	F	4	2	90	0	250		2.800.801
--------	----------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	-----------

19.125	2020 201Y 0001	Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radioativas - Nacional	F	4	2	90	0	250		2.800.801
--------	----------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	-----------

19.542	2020 2464	Armazenamento Intermediário de Resíduos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Radioatividade								2.304.095
--------	-----------	----------------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	-----------

19.542	2020 2464 0001	Armazenamento Intermediário de Resíduos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Radioatividade - Nacional	F	4	2	90	0	100		2.304.095
--------	----------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	-----------

19.542	2020 2464 0001	Armazenamento Intermediário de Resíduos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Radioatividade - Nacional	F	4	2	90	0	100		2.304.095
--------	----------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	-----------

19.182	2020 3408	Atendimento a Emergências Radiológicas e Nucleares								198.125
--------	-----------	----------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

19.182	2020 3408 0001	Atendimento a Emergências Radiológicas e Nucleares - Nacional	F	4	2	90	0	100		198.125
--------	----------------	---------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	---------

TOTAL - FISCAL									131.192
----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	---------

TOTAL - SEGURIDADE									0
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	---

TOTAL - GERAL									131.192
---------------	--	--	--	--	--	--	--	--	---------

ÓRGÃO: 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 14101 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) - Crédito Suplementar
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	F	G	R	M	I	J	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	D	U	T	

2020		Cidadania e Justiça								1.028.558
------	--	---------------------	--	--	--	--	--	--	--	-----------

14.421	2020 2234	Proteção e Defesa do Consumidor								400.000
--------	-----------	---------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

14.421	2020 2234 0001	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	F	4	2	90	0	100		400.000
--------	----------------	--------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	---------

14.421	2020 8974	Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça								628.558
--------	-----------	--------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

14.421	2020 8974 0001	Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça - Nacional	F	4	2	90	0	100		628.558
--------	----------------	-------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	---------

2112		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça								17.725.493
------	--	----------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	------------

06.122	2112 2000	Atividades								1.381.082
--------	-----------	------------	--	--	--	--	--	--	--	-----------

06.122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100		1.381.082
--------	----------------	-------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	-----------

03.121	2112 2641	Publicidade de Utilidade Pública								11.100.000
--------	-----------	----------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	------------

03.121	2112 2641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional	F	3	2	90	0	100		11.100.000
--------	----------------	---------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	------------

06.183	2112 3974	Implementação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública								3.244.407
--------	-----------	---------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	-----------

06.183	2112 3974 0001	Implementação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública - Nacional	F	3	2	90	0	100		3.244.407
--------	----------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	-----------

TOTAL - FISCAL									18.764.932
----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	------------

TOTAL - SEGURIDADE									0
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	---

TOTAL - GERAL									18.764.932
---------------	--	--	--	--	--	--	--	--	------------

ÓRGÃO: 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 14101 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) - Crédito Suplementar
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	F	G	R	M	I	J	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	D	U	T	

2020		Cidadania e Justiça								1.028.558
------	--	---------------------	--	--	--	--	--	--	--	-----------

14.421	2020 2234	Proteção e Defesa do Consumidor								400.000
--------	-----------	---------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

14.421	2020 2234 0001	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	F	4	2	90	0	100		400.000
--------	----------------	--------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	---------

14.421	2020 8974	Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça								628.558
--------	-----------	--------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	---------

14.421	2020 8974 0001	Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça - Nacional	F	4	2	90	0	100		628.558
--------	----------------	-------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	---------

2112		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça								17.725.493
------	--	----------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	------------

06.122	2112 2000	Atividades								1.381.082
--------	-----------	------------	--	--	--	--	--	--	--	-----------

06.122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100		1.381.082
--------	----------------	-------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	-----------

03.121	2112 2641	Publicidade de Utilidade Pública								11.100.000
--------	-----------	----------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	------------

03.121	2112 2641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional	F	3	2	90	0	100		11.100.000
--------	----------------	---------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	------------

06.183	2112 3974	Implementação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública								3.244.407
--------	-----------	---------------------------------------------------------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	-----------

06.183	2112 3974 0001	Implementação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública - Nacional	F	3	2	90	0	100		3.244.407
--------	----------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----	--	-----------

TOTAL - FISCAL				
----------------	--	--	--	--



ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						
			E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
06 181	2070	Segurança Pública com Cidadania							10.694.691
		Atividades							5.611.833
06 181	2070 201C	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON							5.611.833
06 181	2070 201C 0001	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON - Nacional							5.611.833
06 181	2070 2123	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	F	3	2	90	0	174	5.082.858
06 181	2070 2123 0001	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional	F	3	2	90	0	174	5.082.858
TOTAL - FISCAL									10.694.691
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.694.691

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						
			E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
06 181	2070	Segurança Pública com Cidadania							3.832.360
		Atividades							1.832.360
06 181	2070 201V	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL							1.832.360
06 181	2070 201V 0001	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL - Nacional							1.832.360
06 181	2070 2126	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bão, Serviços e Interesses da União	F	4	2	90	0	174	2.000.000
06 181	2070 2126 0001	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bão, Serviços e Interesses da União - Nacional	F	4	2	90	0	174	2.000.000
TOTAL - FISCAL									6.077.800
TOTAL - SEGURIDADE									6.077.800
TOTAL - GERAL									12.155.600

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30902 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						
			E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
14 421	2030	Cidadania e Justiça							461.910
		Atividades							461.910
14 421	2030 4067	Defesa dos Direitos Difusos							461.910
14 421	2030 4067 0001	Defesa dos Direitos Difusos - Nacional							461.910
TOTAL - FISCAL									461.910
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									461.910

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça									
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						
			E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
06 181	2070	Segurança Pública com Cidadania							9.992.894
		Atividades							9.992.894
06 181	2070 2100	Força Nacional de Segurança Pública							9.992.894
06 181	2070 2100 0001	Força Nacional de Segurança Pública - Nacional							9.992.894
TOTAL - FISCAL									9.992.894
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.992.894

DECRETO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 1.015.434.896,00, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista as autorizações contidas no art. 4º, caput, inciso I, alíneas "a", "c" e "e", inciso II e inciso V, alínea "a", e § 1º, da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, e no art. 28, § 2º, da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 1.015.434.896,00 (um bilhão, quinze milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil,

oitocentos e noventa e seis reais), para atender a programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários a abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no valor de R\$ 104.496.899,00 (cento e quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais), dos quais

a) R\$ 852.899,00 (oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e nove reais) de Recursos Ordinários,

b) R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) de Recursos de Concessões e Permissões;

c) R\$ 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil reais) de Taxas e Multas pelo Poder da Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais;

d) R\$ 90.944.000,00 (noventa milhões, novecentos e quarenta e quatro mil reais) de Recursos Próprios Não Financeiros, e

e) R\$ 1.680.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) de Recursos Próprios Financeiros;

II - excesso de arrecadação de Recursos Próprios Financeiros, no valor de R\$ 1.239.400,00 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil e quatrocentos reais), e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 909.698.597,00 (novecentos e nove milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quinhentos e noventa e seis reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Minim Bechur

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Previdência Social									
UNIDADE: 33201 - Instituto Nacional de Seguro Social									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						
			E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
09 121	2061	Previdência Social							3.681.097
		Atividades							1.500.000
09 121	2061 2015	Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social							1.500.000
09 121	2061 2015 0001	Funcionamento do Conselho de Recursos da Previdência Social - Nacional							1.500.000
09 121	2061 2274	Assistência Técnica aos Regimes Próprios de Previdência Social	S	3	2	90	0	131	3.181.097
09 121	2061 2274 0001	Assistência Técnica aos Regimes Próprios de Previdência Social - Nacional	S	3	2	90	0	131	3.181.097
TOTAL - FISCAL									3.181.097
TOTAL - SEGURIDADE									3.181.097
TOTAL - GERAL									6.362.194

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Previdência Social									
UNIDADE: 33201 - Instituto Nacional de Seguro Social									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						
			E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
09 121	2061	Previdência Social							94.114.000
		Atividades							65.641.000
09 121	2061 2292	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários							65.641.000
09 121	2061 2292 0001	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - Nacional							65.641.000
09 121	2061 2563	Gestão de Cadastros para a Previdência Social	S	3	2	90	0	131	7.500.000
09 121	2061 2563 0001	Gestão de Cadastros para a Previdência Social - Nacional	S	3	2	90	0	131	7.500.000
TOTAL - FISCAL									7.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									7.500.000
TOTAL - GERAL									15.141.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde									
UNIDADE: 36201 - Fundação Coordenação de Ação									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						
			E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
	2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)							35.891.892
		Atividades							
10 273	2015 20AQ	Manutenção das Coleções Biológicas da Ciência e da Saúde no Brasil							47.000
10 273	2015 20AQ 0001	Manutenção de Coleções Biológicas da Ciência e da Saúde no Brasil - Nacional							47.000
10 273	2015 20Q4	Operação do Canal Saúde	S	3	2	90	0	131	606.000
10 273	2015 20Q4 0001	Operação do Canal Saúde - Nacional	S	3	2	90	0	131	606.000
TOTAL - FISCAL									606.000
TOTAL - SEGURIDADE									





11.332	2071 1553	Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS	S	4	2	90	0	100	353.334	4.000.000
11.332	2071 2553 0001	Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - Nacional	S	4	2	90	0	100	3.600.000	4.000.000
TOTAL - FISCAL										4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										4.000.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura										
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO										
13.392	2027 1027	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	S	4	2	90	0	100	3.465.886	4.000.000
13.392	2027 1027 0001	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	S	4	2	90	0	100	3.465.886	4.000.000
TOTAL - FISCAL										4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										4.000.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura										
UNIDADE: 42101 - Fundação Casa de Rui Barbosa										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO										
13.392	2027 1027	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	S	4	2	90	0	100	94.000	100.000
13.392	2027 1027 0001	Produção e Difusão do Conhecimento na Área Cultural	S	4	2	90	0	100	94.000	100.000
TOTAL - FISCAL										100.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										100.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura										
UNIDADE: 42101 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO										
13.123	2107 1000	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura	S	4	2	90	0	100	4.000.000	4.000.000
13.123	2107 2000 0001	Administração da Unidade	S	4	2	90	0	100	4.000.000	4.000.000
TOTAL - FISCAL										4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										4.000.000

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte										
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO										
17.812	2035 1000	Esporte e Grandes Eventos Esportivos	S	4	2	90	0	100	7.551.235	8.000.000
17.812	2035 2000 0001	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social	S	4	2	90	0	100	7.551.235	8.000.000
17.812	2035 2102 0001	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social - Nacional	S	4	2	90	0	100	7.551.235	8.000.000
17.812	2035 2102 0001	Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem	S	4	2	90	0	100	3.600.000	4.000.000
17.812	2035 2102 0001	Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem - Nacional	S	4	2	90	0	100	3.600.000	4.000.000
17.812	2035 2102 0001	Melhoria nas Condições de Segurança dos Estádios e Garantias dos Direitos do Torcedor	S	4	2	90	0	100	100.000	100.000
17.812	2035 2102 0001	Melhoria nas Condições de Segurança dos Estádios e Garantias dos Direitos do Torcedor - Nacional	S	4	2	90	0	100	200.000	200.000
TOTAL - FISCAL										8.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										8.000.000

17.123	2113 2000	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte	S	4	2	90	0	100	2.000.000	2.000.000
17.123	2113 2000 0001	Administração da Unidade	S	4	2	90	0	100	2.000.000	2.000.000
17.123	2113 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	S	4	2	90	0	100	2.000.000	2.000.000
TOTAL - FISCAL										2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.000.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO										
17.123	2113 2000	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte	S	4	2	90	0	100	2.000.000	2.000.000
17.123	2113 2000 0001	Administração da Unidade	S	4	2	90	0	100	2.000.000	2.000.000
17.123	2113 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	S	4	2	90	0	100	2.000.000	2.000.000
TOTAL - FISCAL										2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.000.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome										
UNIDADE: 55101 - Fundação Nacional de Assistência Social										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO										
17.123	2113 2000	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte	S	4	2	90	0	100	2.000.000	2.000.000
17.123	2113 2000 0001	Administração da Unidade	S	4	2	90	0	100	2.000.000	2.000.000
17.123	2113 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	S	4	2	90	0	100	2.000.000	2.000.000
TOTAL - FISCAL										2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.000.000



ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social									
UNIDADE: 33101 - Ministério da Previdência Social									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
PROGRAMÁTICA: 33000 - Previdência Social									
FUNÇÃO: 33000 - Previdência Social									
Código									
2061									
Atividades									
2061 2010									
Sustentabilidade e Fomento aos Regimes Públicos e Geral da Previdência Social									
2061 2010 0001									
Sustentabilidade e Fomento aos Regimes Públicos e Geral da Previdência Social - Nacional									
2061 2216									
Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos									
2061 2216 0001									
Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos - Nacional									
2114									
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social									
2114 2000									
Administração da Unidade									
2114 2000 0001									
Administração da Unidade - Nacional									
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social									
UNIDADE: 33101 - Instituto Nacional do Seguro Social									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
PROGRAMÁTICA: 33000 - Previdência Social									
FUNÇÃO: 33000 - Previdência Social									
Código									
2061									
Atividades									
2061 2501									
Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários									
2061 2501 0001									
Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários - Nacional									
2061 4405									
Previdência Eletrônica									
2061 4405 0001									
Previdência Eletrônica - Nacional									
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde									
UNIDADE: 36101 - Fundação Oswaldo Cruz									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
PROGRAMÁTICA: 36000 - Fundação Oswaldo Cruz									
FUNÇÃO: 36000 - Fundação Oswaldo Cruz									
Código									
2012									
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)									
2012 2010									
Manutenção de Coleções Biológicas da Ciência e da Saúde no Brasil									
2012 2010 0001									
Manutenção de Coleções Biológicas da Ciência e da Saúde no Brasil - Nacional									
2012 2004									
Operação do Canal Saúde									
2012 2004 0001									
Operação do Canal Saúde - Nacional									
2012 2007									
Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Floresta									
2012 2007 0001									
Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Floresta - Nacional									
2012 2008									
Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas									
2012 2008 0001									
Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas - Nacional									
2012 2015									
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde									
2012 2015 0001									
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - Nacional									
2012 2017									
Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças									
2012 2017 0001									
Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças - Nacional									
2012 2018									
Desenvolvimento Produtivo									
2012 2018 0001									
Construção do Centro de Documentação e História da Saúde									
2012 2018 0001 0001									
Construção do Centro de Documentação e História da Saúde - No Estado do Rio de Janeiro									
2012 2018 7074									
Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz									
2012 2018 7074 0001									
Modernização de Unidades de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - Nacional									
2115									
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde									
2115 2000									
Administração da Unidade									
2115 2000 0001									
Administração da Unidade - Nacional									
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde									
UNIDADE: 36101 - Fundação Nacional de Saúde									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
PROGRAMÁTICA: 36000 - Fundação Nacional de Saúde									
Código									
2012									
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)									
2012 2015									
Publicidade de Utilidade Pública									
2012 2015 0001									
Publicidade de Utilidade Pública - Nacional									
2012 2016									
Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados									
2012 2016 0001									
Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados - Nacional									



10 301	2015 4705 0024	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Pernambuco	S	3	1	31	6	151	182.000
									4.212.000
10 303	2015 4705 0027	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Alagoas	S	3	1	31	6	151	223.000
									700.000
10 303	2015 4705 0028	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Sergipe	S	3	1	31	6	151	700.000
									5.660.000
10 303	2015 4705 0029	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado da Bahia	S	3	1	31	6	151	5.660.000
									10.000.000
10 303	2015 4705 0031	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	31	6	151	13.000.000
									3.275.000
10 303	2015 4705 0032	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Espírito Santo	S	3	1	31	6	151	3.275.000
									3.221.000
10 303	2015 4705 0033	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	31	6	151	3.221.000
									41.700.000
10 303	2015 4705 0035	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado de São Paulo	S	3	1	31	6	151	41.700.000
									2.200.000
10 301	2015 4705 0041	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Paraná	S	3	1	31	6	151	2.200.000
									6.700.000
10 303	2015 4705 0043	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	31	6	151	6.700.000
									2.591.000
10 303	2015 4705 0051	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Mato Grosso	S	3	1	31	6	151	2.591.000
									1.700.000
10 303	2015 4705 0053	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Distrito Federal	S	3	1	31	6	151	1.700.000
									3.150.000
10 303	2015 4705 0054	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - No Estado do Mato Grosso do Sul	S	3	1	31	6	151	3.150.000
									11.000.000
10 301	2015 4705 0057	Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família - Nacional	S	3	1	31	6	151	11.000.000
									1.000.000
10 301	2015 4705 0061	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde para o Aperfeiçoamento do SUS - Nacional	S	3	1	31	6	148	10.000.000
									939.000
10 121	2015 4705 0062	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde para o Aperfeiçoamento do SUS - Nacional	S	3	1	31	6	148	939.000
									2.000.000
10 126	2015 4705 0063	Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde - Nacional	S	3	1	31	6	148	2.000.000
									1.000.000
10 301	2015 4705 0064	Ampliação da Resolutividade da Saúde Rural na Atenção Básica e Especializada	S	4	2	50	6	151	1.000.000
									1.000.000
10 301	2015 4705 0065	Ampliação da Resolutividade da Saúde Rural na Atenção Básica e Especializada - Nacional	S	4	2	50	6	151	4.997.965
									4.997.965
10 124	2015 4705 0066	Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS - Nacional	S	3	2	41	6	151	4.997.965
									2.400.000
10 124	2015 4705 0067	Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS - Nacional	S	3	2	41	6	151	2.400.000
									2.400.000
10 124	2015 4705 0068	Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS - Nacional	S	3	2	41	6	151	2.400.000
									15.700.000
10 122	2015 2000	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde - Atividades	S	3	2	90	6	151	8.300.003
									8.300.003
10 122	2015 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	S	4	2	90	6	151	8.300.003
									4.500.000
10 122	2015 2000 Q	Apoio Institucional para Aperfeiçoamento do SUS - Nacional	S	3	2	90	6	151	4.500.000
									4.500.000
10 122	2015 2000 Q 0001	Apoio Institucional para Aperfeiçoamento do SUS - Nacional	S	3	2	90	6	151	4.500.000
									2.900.000
10 122	2015 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional	S	3	2	90	6	151	2.900.000
									655.540.174
TOTAL - FISCAL									655.540.174
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									655.540.174

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/ufpa/ufpa.html>, pelo código 00012014111006016

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego									
UNIDADE: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
1071		Trabalho, Emprego e Renda							1.559.600
		Atividades							
11 125	2071 20VU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho							1.300.000
11 125	2071 20VU 0001	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - Nacional							1.300.000
11 128	2071 20VU	Democratização das Relações de Trabalho							1.300.000
11 128	2071 20VU 0001	Democratização das Relações de Trabalho - Nacional							50.000
11 331	2071 2C45	Agenda Nacional do Trabalho Decente							10.000
11 331	2071 2C45 0001	Agenda Nacional do Trabalho Decente - Nacional							200.000
									200.000
2127		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego							2.619.000
		Atividades							
11 122	2127 2000	Administração da Unidade							3.500.000
11 122	2127 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.500.000
11 661	2127 2374	Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte							1.000.000
11 661	2127 2374 0001	Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte - Nacional							119.000
TOTAL - FISCAL									1.169.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.169.000

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego									
UNIDADE: 38205 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
1071		Trabalho, Emprego e Renda							300.000
		Atividades							
11 591	2071 20VU	Produção e Defesa de Combustíveis para a Promoção da Política Pública em Segurança e Saúde no Trabalho							300.000
11 591	2071 20VU 0001	Produção e Defesa de Combustíveis para a Promoção da Política Pública em Segurança e Saúde no Trabalho - Nacional							300.000
									300.000
2127		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego							460.000
		Atividades							
11 122	2127 2000	Administração da Unidade							460.000
11 122	2127 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							460.000
TOTAL - FISCAL									760.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									760.000

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego									
UNIDADE: 38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2071		Trabalho, Emprego e Renda							6.837.278
		Atividades							
11 333	2071 20VU	Manutenção, Modernização e Ampliação do Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Nacional							1.343.544
11 333	2071 20VU 0001	Manutenção, Modernização e Ampliação do Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Nacional							1.343.544
11 333	2071 20VU	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores							333.334
11 333	2071 20VU 0001	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores - Nacional							333.334
11 333	2071 3553	Identificação da População por meio do Cadastro de Trabalho e Previdência Social - CTPPS							4.000.000
11 333	2071 20VU 0001	Identificação da População por meio do Cadastro de Trabalho e Previdência Social - CTPPS - Nacional							4.000.000
11 333	2071 20VU	Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito							1.165.000
11 333	2071 20VU 0001	Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito - Nacional							1.165.000
2127		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego							1.165.000
		Atividades							
11 122	2127 2000	Administração da Unidade							1.165.000
11 122	2127 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.165.000
TOTAL - FISCAL									6.837.278
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.837.278

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ÓRGÃO: 4200 - Ministério da Cultura													Crédito Suplementar			
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura													Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00			
ANEXO II																
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)																
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	VALOR	
	2027	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso													3.000.000	
		Atividades														
13 392	2027 2027	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira													3.000.000	
13 392	2027 2027 0001	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional													3.000.000	
TOTAL - FISCAL															3.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE															0	
TOTAL - GERAL															3.000.000	

ÓRGÃO: 4200 - Ministério da Cultura															
UNIDADE: 42101 - Fundação Casa de Rui Barbosa															
ANEXO II															
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)															
Crédito Suplementar															
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00															
FUNCIÓNAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	VALOR
			S	D											
	2027	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso													24.000
		Atividades													
13 392	2027 2027M	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural													94.000
13 392	2027 2027M 0001	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural - Nacional													94.000
						F	4	2	99	0	100				94.000
TOTAL - FISCAL															94.000
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															94.000

ÓRGÃO: 0300 - Ministério da Cultura														
UNIDADE: 0102 - Fundação Biblioteca Nacional - BN														
ANEXO II														
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)														
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00											
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T
			S	D	F	D	O	D	E					VALOR
	1922	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso												465.886
		Atividades												
13 392	2027 2027	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira												465.886
13 392	2027 2027 0001	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional												465.886
TOTAL - FISCAL					F	3	2	99	0	100				465.886
TOTAL - SEGURIDADE														0
TOTAL - GERAL														465.886

ÓRGÃO: 4200 - Ministério da Cultura															
UNIDADE: 42101 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional															
ANEXO II															
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)															
			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	VALOR
			F	D											
	2027	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso													4.000.000
		Atividades													
13 391	2027 2027	Preservação de Bens e Acervos Culturais													4.000.000
13 391	2027 2027 0001	Preservação de Bens e Acervos Culturais - Nacional													4.000.000
			F	3	2	99	0	100							4.000.000
TOTAL - FISCAL															4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															4.000.000

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte			Credito Suplementar												
UNIDADE: 51001 - Ministério do Esporte			Resumo de Todas as Fontes R\$ 1,00												
ANEXO II															
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)															
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	VALOR
NAL			F	D		D		E							
	2025	Esporte e Grandes Eventos Esportivos													7.531.235
		Atividades													
17 812	2025 2025	Desenvolvimento de Atletas e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social													1.831.235
27 812	2025 2025 0001	Desenvolvimento de Atletas e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social - Nacional													1.831.235
			F	4	2	40	0	116							1.610.178
			F	4	2	50	0	118							116.000
			F	4	2	90	0	116							102.057
27 813	2025 2025	Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social													1.990.040
27 812	2025 2025 0001	Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social - Nacional													1.990.040
			F	3	2	99	0	118							1.900.000
17 813	2025 2112	Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle do Doping													3.600.000
27 813	2025 2112 0001	Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle do Doping - Nacional													3.600.000
			F	3	2	99	0	100							3.600.000
		Projetos													
17 811	2025 126V	Melhoria nas Condições de Segurança dos Estádios e Garantia dos Direitos do Torcedor													200.000
27 811	2025 126V 0001	Melhoria nas Condições de Segurança dos Estádios e Garantia dos Direitos do Torcedor - Nacional													200.000
			F	1	1	2	90	0	118						200.000
TOTAL - FISCAL															7.531.235
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															7.531.235

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 0001201411000017

2122		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte										2.000.000
		Atividades										
27 121	2122 2000	Administração da Unidade										2.000.000
27 122	2122 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional										2.000.000
		F 4 2 90 0 100										2.000.000
TOTAL - FISCAL												2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												2.000.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome															
UNIDADE: 55001 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome															
ANEXO II															
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)															
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00															
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	VALOR
	2027	Atividades													1.100,000
08 126	2027 6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único													1.100,000
08 126	2027 6414 0001	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único - Nacional													1.100,000
			F	4	2	90	0	100							1.100,000
TOTAL - FISCAL															1.100,000
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															1.100,000

2009		Segurança Alimentar e Nutricional											120.332.145
		Atividade											
08 244	2009 2023 0020	Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva das Póvoas Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares											500.000
08 244	2009 2023 0001	Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva das Póvoas Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares - Nacional											500.000
08 206	2009 8023	Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN											500.000
08 206	2009 8023 0001	Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Nacional											2.350.000
08 206	2009 8023 0001	Apoio à Implantação e Gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Nacional											2.350.000
													150.000
													2.000.000
08 244	2009 8023	Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos											1.300.000
08 244	2009 8023 0001	Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos - Nacional											1.300.000
08 511	2009 8048	Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural											123.189.245
08 511	2009 8048 0001	Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural - Nacional											123.189.245
													75.789.000
													40.400.245

1121		Programa de Orç. e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome										700.000
		Atividades										
08 122	2123 3000	Administração da Unidade										700.000
08 122	2123 3000 0001	Administração da Unidade - Nacional										700.000
TOTAL - FISCAL												700.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												700.000

ORÇÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome															
UNIDADE: 55001 - Fundo Nacional de Assistência Social															
ANEXO II															
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)															
										Crédito Suplementar					
										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	VALOR
			F	3	2	90	0	100							
	2027	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)													5.750.000
		Atividades													
08 244	2027 2445	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade													5.750.000
08 244	2027 2445 0001	Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade - Nacional													5.750.000
												5.750.000			
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															5.750.000
TOTAL - GERAL															5.750.000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLI Nº 220

Brasília - DF, quinta-feira, 13 de novembro de 2014

ISSN 1677-7042



SEÇÃO

1



Sumário

	PÁGINA
Ato do Poder Judiciário	1
Ato do Poder Executivo	2
Presidência da República	31
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	33
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	33
Ministério da Cultura	35
Ministério da Defesa	39
Ministério da Educação	41
Ministério da Fazenda	44
Ministério da Justiça	59
Ministério da Previdência Social	62
Ministério da Saúde	66
Ministério das Comunicações	131
Ministério das Relações Exteriores	133
Ministério de Minas e Energia	133
Ministério do Desenvolvimento Agrário	140
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	140
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	140
Ministério do Esporte	141
Ministério do Meio Ambiente	143
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	145
Ministério do Trabalho e Emprego	146
Ministério dos Transportes	149
Conselho Nacional do Ministério Público	151
Ministério Público da União	151
Tribunal de Contas da União	153
Poder Judiciário	202
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	210

Ato do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PLENÁRIO

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.922 (1)
ORIGEM : ADI - 91745 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQUERENTE(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS-AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 29 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 77 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 157 a 236	R\$ 1,30	R\$ 3,00
de 237 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assinada.html>, pelo código 00012014111300061

INTDO (A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO (A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Gilmar Mendes (Relator), julgou improcedente a ação direta, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Luiz Fux. Ausentes, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e os Senhores Ministros Ayres Brito e Joaquim Barbosa. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peloso. Plenário, 17.03.2011.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente a ação direta. Votou o Presidente, Ausentes, neste julgamento, os Ministros Joaquim Barbosa (Presidente) e Marco Aurélio. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Plenário, 03.04.2014.

Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Estadual que disciplina a homologação judicial de acordo alimentar firmado com a intervenção da Defensoria Pública (Lei 1.504/1989, do Estado do Rio de Janeiro). 3. O Estado do Rio de Janeiro disciplinou a homologação judicial de acordo alimentar nos casos específicos em que há participação da Defensoria Pública, não estabelecendo novo processo, mas a forma como este será executado. Lei sobre procedimento em matéria processual. 4. A prerrogativa de legislar sobre procedimentos possui o condão de transformar os Estados em verdadeiros "laboratórios legislativos". Ao conceder-se aos entes federados o poder de regular o procedimento de uma matéria, baseando-se em peculiaridades próprias, está a possibilitar-se que novas e exitosas experiências sejam formuladas. Os Estados passam a ser participantes importantes no desenvolvimento do direito nacional e a atuar ativamente na construção de possíveis experiências que poderão ser adotadas por outros entes ou em todo território federal. 5. Desjudicialização. A ventura extrajudicial da assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública permite a orientação (informação em direito), a realização de mediações, conciliações e arbitragem (resolução alternativa de litígios), entre outros serviços, evitando, muitas vezes, a propositura de ações judiciais. 6. Ação direta julgada julgada improcedente.

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.360 (3)
ORIGEM : ADI - 49378 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQUERENTE(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO (A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV(A/S) : ALEXANDRE ISSA KIMURA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "nos crimes apenados com reclusão, atentatórios ao decoro parlamentar", contida no art. 16, inciso VI, da Constituição do Estado de São Paulo, introduzida pela Emenda Constitucional nº 18, de 30 de março de 2004. Votou o Presidente. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Joaquim Barbosa (Presidente), Dias Toffoli e Teori Zavascki. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski (Vice-Presidente). Plenário, 22.05.2014.

MANDATO - DEPUTADO ESTADUAL - CONDENAÇÃO CRIMINAL - PERDA. Contraria a Constituição Federal jure e a atuação da Assembleia Legislativa, quanto a perda do mandato de deputado estadual, no caso de condenação criminal, aos crimes apenados com reclusão e atentatórios ao decoro parlamentar.

PARLAMENTAR - PERDA DE MANDATO - CONDENAÇÃO CRIMINAL - CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - RESTRIÇÃO. Conflita com o disposto no artigo 27, § 1º, do Diploma Maior norma local, ainda que de convergência maior - contida na Carta estadual -, que implique limitação à perda do mandato a certas situações criminais.

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.377 (3)
ORIGEM : ADI - 10924 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQUERENTE(S) : MIN. CARMEN LÚCIA
DO ACÓRDÃO : MIN. CARMEN LÚCIA

REQUERENTE(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO (A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO (A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: Após os votos dos Ministros Dias Toffoli (Relator), Rosa Weber, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski, julgando procedente a ação direta, e os votos dos Ministros Carmen Lúcia, Marco Aurélio, Celso de Mello e Presidente, Ministro Joaquim Barbosa, julgando-a improcedente, o julgamento foi suspenso para colher os votos dos Ministros Teori Zavascki e Gilmar Mendes, ausentes neste julgamento. Plenário, 11.04.2013.

Decisão: Colhidos os votos dos Ministros Teori Zavascki e Gilmar Mendes, que julgaram improcedente a ação direta, o verificado o empate na votação, o Tribunal suspendeu o julgamento para colher o voto do ministro a ser empossado. Reajustou o voto proferido anteriormente o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 16.05.2013.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação direta, vencidos os Ministros Dias Toffoli (Relator), Rosa Weber, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio. Redigiu o acórdão a Ministra Carmen Lúcia. Ausente, neste julgamento, o Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), que votou em assente anterior. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski (Vice-Presidente). Plenário, 08.08.2013.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEIS CAPIXABAS Ns. 3.717/1998 E 6.931/2001. AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO, PELA POLÍCIA MILITAR OU PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO, DE VEÍCULOS APREENHIDOS E NÃO IDENTIFICADOS QUANTO À PROCEDÊNCIA E À PROPRIEDADE. EXCLUSIVAMENTE NO TRABALHO DE REPRESSÃO PENAL. QUESTÃO AFETA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. COMPETÊNCIA NÃO ATRIBUÍDA PRIVATIVAMENTE À UNIÃO. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.954 (4)
ORIGEM : ADI - 4954 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ACRE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQUERENTE(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO (A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
AM. CURIAE : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS SERVIÇOS E TURISMO - CNC
ADV(A/S) : CACITO AUGUSTO DE FREITAS ESTEVES E OUTROS(A/S)
AM. CURIAE : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REDES DE FARMACIAS E DROGARIAS - ABRAFARMA
ADV(A/S) : CANDIDO RANGEL DINAMARCO E OUTROS(A/S)
AM. CURIAE : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO - ABCFARMA
ADV(A/S) : ANDRÉ BEDRAN JABR E OUTROS(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente a ação direta. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Falaram, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Raulino Janat de Brito, Procurador-Geral da República, e, pelo *amicus curiae* Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias - ABRAFARMA, o Dr. Pedro da Silva Dinamarco. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Plenário, 20.08.2014.

PROCESSO OBJETIVO - INCONSTITUCIONALIDADE DE CRIVO DO SUPREMO - ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO - ATUAÇÃO. A teor do disposto no artigo 103, § 3º, da Carta Federal, no processo objetivo em que o Supremo aprecia a inconstitucionalidade de norma legal ou ato normativo, o Advogado-Geral da União atua como *cumcor*, cabendo-lhe defender o ato ou extingui-lo, sendo imprópria a emissão de entendimento sobre a procedência da peça.

CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE - OBJETO. O controle concentrado de constitucionalidade é feito a partir do teor do pronunciamento atado com o Diploma Maior, mostrando-se desinfluido o fato de haver norma diversa, de índole federal, a tratar de certo tema - procedente Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.643/PR. Pleno, relator ministro Ellen Gracie.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 3º, art. 5º, caput, alíneas "n" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos arts. 29, caput, inciso VIII, e art. 31, caput, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.138975/2013-71,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, localizados no Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, necessários à execução das obras de implantação de passarela de pedestres no km 089+530m.

I - Área 1 - inicia-se o perímetro no ponto P02A (E: 730.042,516m e N: 7.048.748,075m), segue com AZPlano= 84°42'48" e distância de 44,81m, até o ponto P03 (E: 730.049,143m e N: 7.048.792,388m), segue com AZPlano= 96°34'03" e distância de 6,57m, até o ponto P04 (E: 730.055,646m e N: 7.048.791,442m), segue com AZPlano= 188°11'08" e distância de 44,06m, até o ponto P04A (E: 730.049,300m e N: 7.048.747,820m), segue com AZPlano= 272°8'57" e distância de 6,79m, até o ponto P02A (E: 730.042,516m e N: 7.048.748,075m), fechando o perímetro com 102,24m e a área com 293,95m².

II - Área 2 - inicia-se o perímetro no ponto P01 (E: 730.042,742m e N: 7.048.748,481m), segue com AZPlano= 278°16'34" e distância de 7,15m, até o ponto P02 (E: 730.037,669m e N: 7.048.717,509m), segue com AZPlano= 08°42'18" e distância de 30,95m, até o ponto P02A (E: 730.042,516m e N: 7.048.748,075m), segue com AZPlano= 92°08'57" e distância de 6,79m, até o ponto P04A (E: 730.049,300m e N: 7.048.747,820m), segue com AZPlano= 188°11'08" e distância de 44,06m, até o ponto P01 (E: 730.042,742m e N: 7.048.748,481m), fechando o perímetro com 76,55m e a área com 217,48m².

III - Área 3 - inicia-se o perímetro no ponto P1C (E: 729.981,978m e N: 7.048.821,659m), segue com AZPlano= 08°16'32" e distância de 12,55m, até o ponto P2 (E: 729.983,784m e N: 7.048.834,080m), segue com AZPlano= 98°16'33" e distância de 10,87m, até o ponto P3 (E: 729.994,539m e N: 7.048.832,515m), segue com AZPlano= 188°33'22" e distância de 12,60m, até o ponto P3A (E: 729.992,668m e N: 7.048.820,031m), segue com AZPlano= 278°33'22" e distância de 10,87m, até o ponto P1C (E: 729.981,978m e N: 7.048.821,659m), fechando o perímetro com 46,84m e a área com 136,35m².

IV - Área 4 - inicia-se o perímetro no ponto P1B (E: 729.980,107m e N: 7.048.808,794m), segue com AZPlano= 08°16'32" e distância de 13,00m, até o ponto P1C (E: 729.981,978m e N: 7.048.821,659m), segue com AZPlano= 98°16'33" e distância de 10,87m, até o ponto P3A (E: 729.992,668m e N: 7.048.820,031m), segue com AZPlano= 188°33'22" e distância de 12,60m, até o ponto P3B (E: 729.990,734m e N: 7.048.807,196m), segue com AZPlano= 278°33'16" e distância de 10,75m, até o ponto P1B (E: 729.980,107m e N: 7.048.808,794m), fechando o perímetro com 47,56m e a área com 140,12m².

V - Área 5 - inicia-se o perímetro no ponto P1A (E: 729.978,164m e N: 7.048.795,435m), segue com AZPlano= 08°16'32" e distância de 13,00m, até o ponto P1B (E: 729.980,107m e N: 7.048.808,794m), segue com AZPlano= 98°16'33" e distância de 10,75m, até o ponto P3B (E: 729.990,734m e N: 7.048.807,196m), segue com AZPlano= 188°33'22" e distância de 12,60m, até o ponto P3C (E: 729.988,725m e N: 7.048.793,846m), segue com AZPlano= 278°33'22" e distância de 10,68m, até o ponto P1A (E: 729.978,164m e N: 7.048.795,435m), fechando o perímetro com 48,43m e a área com 144,65m².

Parágrafo único. As coordenadas descritas no caput estão georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, representadas ao Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51º W, tendo como o Datum o SIRGAS2000, e os azimutes verdadeiros e as distâncias, áreas e perímetros calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º Fica a concessionária Autopista Litoral Sul S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Fênix S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de São Joaquim, Estado de Minas Gerais.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 3º, art. 5º, caput, alíneas "n" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos arts. 29, caput, inciso VIII, e art. 31, caput, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.164974/2013-81,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Autopista Fênix S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia Fênix S.A., BR-381/MG, localizados no Município de São Joaquim, Estado de Minas Gerais, necessários à execução das obras de implantação de trevo em derivel no km 508+600m.

I - Área 1 - inicia-se o perímetro no ponto I, de coordenadas E=577.338,358 e N=7.783.899,306, localizado às margens da Rodovia Fênix S.A., BR-381/MG, segue com azimute de 57°48'00" e distância de 23,55m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P2, de coordenadas E=577.358,298 e N=7.783.911,857, segue com azimute de 67°50'02" e distância de 103,66m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P3, de coordenadas E=577.454,290 e N=7.783.950,968, segue com azimute de 36°44'49" e distância de 19,19m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P4, de coordenadas E=577.470,333 e N=7.783.961,488, segue com azimute de 44°58'50" e distância de 21,83m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P5, de coordenadas E=577.483,777 e N=7.783.976,941, segue com azimute de 32°07'38" e distância de 24,38m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P6, de coordenadas E=577.501,403 e N=7.784.001,826, segue com azimute de 27°51'22" e distância de 22,40m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P7, de coordenadas E=577.511,860 e N=7.784.021,630, segue com azimute de 32°13'23" e distância de 21,05m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P8, de coordenadas E=577.523,093 e N=7.784.039,437, segue com azimute de 31°28'12" e distância de 46,99m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P9, de coordenadas E=577.559,852 e N=7.784.068,708, segue com azimute de 80°03'12" e distância de 23,64m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P10, de coordenadas E=577.583,138 e N=7.784.072,791, segue com azimute de 98°54'14" e distância de 13,93m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P11, de coordenadas E=577.596,897 e N=7.784.070,636, segue com azimute de 114°54'36" e distância de 25,11m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P12, de coordenadas E=577.619,668 e N=7.784.060,061, segue com azimute de 132°59'08" e distância de 42,38m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P13, de coordenadas E=577.650,561 e N=7.784.051,268, segue com azimute de 166°51'42" e distância de 15,07m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P14, de coordenadas E=577.654,190 e N=7.784.015,720, segue com azimute de 249°45'59" e distância de 324,62m, fazendo a marginal da BR-381/MG até o ponto P15, de coordenadas E=577.349,602 e N=7.784.003,451, segue com azimute de 249°45'59" e distância de 11,99m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Fênix S.A., BR-381/MG até o ponto P1, com a área de 11.680,15m².

II - Área 2 - inicia-se o perímetro no ponto I, de coordenadas E=577.698,461 e N=7.783.946,306, localizado na face da faixa de domínio existente; segue com azimute de 141°21'39" e distância de 18,76m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P2, de coordenadas E=577.710,176 e N=7.783.931,851, segue com azimute de 140°48'27" e distância de 42,36m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P3, de coordenadas E=577.736,942 e N=7.783.899,024, segue com azimute de 157°53'05" e distância de 29,35m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P4, de coordenadas E=577.747,591 e N=7.783.871,834, segue com azimute de 171°51'16" e distância de 33,42m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P5, de coordenadas E=577.752,726 e N=7.783.838,754, segue com azimute de 188°09'07" e distância de 41,01m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P6, de coordenadas E=577.746,911 e N=7.783.798,161, segue com azimute de 210°06'24" e distância de 9,83m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P7, de coordenadas E=577.740,577 e N=7.783.790,641, segue com azimute de 172°51'52" e distância de 27,59m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P8, de coordenadas E=577.744,004 e N=7.783.763,268, segue com azimute de 177°05'26" e distância de 40,39m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P9, de coordenadas E=577.746,054 e

N=7.783.722,931; segue com azimute de 269°41'37" e distância de 29,93m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P10, de coordenadas E=577.716,122 e N=7.783.722,771, segue com azimute de 352°44'54" e distância de 51,17m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P11, de coordenadas E=577.708,661 e N=7.783.777,536, segue com azimute de 334°45'17" e distância de 18,31m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P12, de coordenadas E=577.701,835 e N=7.783.790,094, segue com azimute de 301°23'49" e distância de 27,95m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P13, de coordenadas E=577.677,998 e N=7.783.804,654, segue com azimute de 331°51'48" e distância de 25,40m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P14, de coordenadas E=577.666,018 e N=7.783.827,056, segue com azimute de 1°01'32" e distância de 22,39m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P15, de coordenadas E=577.666,419 e N=7.783.840,442, segue com azimute de 335°52'56" e distância de 30,94m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P16, de coordenadas E=577.653,778 e N=7.783.877,678, segue com azimute de 329°03'57" e distância de 23,22m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P17, de coordenadas E=577.641,840 e N=7.783.897,598, segue com azimute de 294°56'47" e distância de 37,45m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P18, de coordenadas E=577.607,887 e N=7.783.913,392, segue com azimute de 69°55'03" e distância de 96,44m, confrontando com a faixa de domínio existente, até o ponto P1, com a área de 14.671,03m².

Art. 2º Fica a concessionária Autopista Fênix S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 95.943.426,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alíneas "a" e "b", inciso II e inciso XXII alínea "b", e § 1º, da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 95.943.426,00 (noventa e cinco milhões, novecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no valor de R\$ 20.336.767,00 (vinte milhões, trezentos e trinta e seis mil, setecentos e sessenta e sete reais), sendo:

- a) R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) relativos a Recursos de Concessões e Permissões; e
- b) R\$ 18.736.767,00 (dezoito milhões, setecentos e trinta e seis mil, setecentos e sessenta e sete reais), a Recursos Próprios Não Financeiros.

II - excesso de arrecadação do Recurso de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos, no valor de R\$ 8.034.443,00 (oito milhões, cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais); e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor R\$ 67.552.216,00 (sessenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, duzentos e dezesseis reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

MICHEL TEMER
Artiom Belchior



15 452	2049 20VZ 0001	Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito - Nacional	F	3	2	90	0	150	10.225.000
			F	3	2	90	0	174	225.000
									10.000.000
									10.225.000
									0
									10.225.000

ÓRGÃO: 31000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 31263 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

PROGRAMÁTICA: 2049 20VZ 0001

PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

2049 20VZ 0001

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

PROGRAMÁTICA: 2126 6058

PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

2126 6058

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

2126 6058 0001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.gov.br/brasil/2014/11/13/00023>.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



ÓRGÃO: 15000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	D	U	T	F		
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda											320.500
		Atividades											
04 002	2110 1344	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional											370.500
04 002	2110 2244 0001	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional											320.500
TOTAL - FISCAL													320.500
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													320.500

ÓRGÃO: 15000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25101 - Banco Central do Brasil

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	D	U	T	F		
	2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional											12.600.000
		Atividades											
04 122	2039 202A	Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária											12.600.000
04 122	2039 202A 0001	Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária - Nacional											12.600.000
TOTAL - FISCAL													12.600.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													12.600.000

ÓRGÃO: 19000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

UNIDADE: 23101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	D	U	T	F		
	2024	Comércio Exterior											6.000.000
		Projetos											
23 091	2024 140H	Participação Brasileira na Exposição Universal de Milão											6.000.000
23 091	2024 140H 0001	Participação Brasileira na Exposição Universal de Milão - Nacional											6.000.000
TOTAL - FISCAL													6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													6.000.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	D	U	T	F		
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior											5.000.000
		Atividades											
22 122	2121 3000	Administração da Unidade											5.000.000
22 122	2121 3000 0001	Administração da Unidade - Nacional											5.000.000
TOTAL - FISCAL													5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													5.000.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

UNIDADE: 28223 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	D	U	T	F		
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior											5.650.000
		Atividades											
22 122	2121 3000	Administração da Unidade											1.150.000
22 122	2121 3000 0001	Administração da Unidade - Nacional											1.150.000
22 461	2121 3073	Gestão da Infraestrutura dos Distritos Industrial e Agropecuario de Manaus											4.500.000
22 461	2121 3073 0001	Gestão da Infraestrutura dos Distritos Industrial e Agropecuario de Manaus - Na Região Norte											4.500.000
TOTAL - FISCAL													5.650.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													5.650.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014111300026

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	D	U	T	F		
	2038	Democratização e Aperfeiçoamento da Gestão Pública											700.000
		Atividades											
04 127	2038 2014	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União											700.000
04 127	2038 2014 0101	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União - Nacional											700.000
TOTAL - FISCAL													700.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													700.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	D	U	T	F		
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão											9.200.000
		Atividades											
04 122	2125 3000	Administração da Unidade											9.200.000
04 122	2125 3000 0001	Administração da Unidade - Nacional											9.200.000
TOTAL - FISCAL													9.200.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													9.200.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	D	U	T	F		
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão											2.580.000
		Atividades											
04 122	2125 3000	Administração da Unidade											2.580.000
04 122	2125 3000 0001	Administração da Unidade - Nacional											2.580.000
TOTAL - FISCAL													2.580.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													2.580.000

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	D	U	T	F		
	2120	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário											10.000.000
		Atividades											
21 122	2120 3000	Administração da Unidade											10.000.000
21 122	2120 3000 0001	Administração da Unidade - Nacional											10.000.000
TOTAL - FISCAL													10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													10.000.000

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

UNIDADE: 49101 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S E	N D E	R P	M O D	I U	F T					
	2066	Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária										41.500.392	
		Atividades											
21 363	2066 210T	Promocão da Educação no Campo										4.000.000	
21 360	2066 210T 0001	Promocão da Educação no Campo - Nacional										4.000.000	
21 631	2066 211A	Desenvolvimento de Assentamentos Rurais										33.000.292	
21 631	2066 211A 6002	Desenvolvimento de Assentamentos Rurais - Nacional										33.000.292	
21 127	2066 211C	Regularização da Estrutura Fundiária nas Áreas de Abastecimento da Lei 11.952, de 2009										4.000.000	
21 127	2066 211C 6000	Regularização da Estrutura Fundiária nas Áreas de Abastecimento da Lei 11.952, de 2009 - No Assentação Legal										4.000.000	
												4.000.000	
TOTAL - FISCAL												41.500.392	
TOTAL - SEGURIDADE												0	
TOTAL - GERAL												41.500.392	

[illegible]

ÓRGÃO: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura									
UNIDADE: 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura									
ANEXO 1									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar						
			Resumo de Todos os Fontes R\$ 1,00						
			E	G	R	M	F	VALOR	
			S	N	P	O	D	E	
			F	D					
	1652	Pesca e Aquicultura							3.682.963
		Atividades							
16 608	1652 10Y1	Desenvolvimento de Infraestrutura Pesquisa e Aquícola							3.682.963
20 601	2052 10Y1 0001	Desenvolvimento de Infraestrutura Pesquisa e Aquícola - Nacional							3.682.963
			F	4	2	50	0	100	1.540.988
			F	4	2	40	0	100	2.101.974
	2113	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura							2.600.000
		Atividades							
20 123	2113 2000	Administração da Unidade							2.600.000
20 132	2113 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.600.000
			F	1	1	90	0	100	2.600.000
									3.682.963
TOTAL - FUNCAO									6.283.963
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.283.963

ÓRGÃO: 7100 - Energias Financeiras da União
UNIDADE: 7101 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

DOCUMENTO DE CREDITO		CREDITO SUPLEMENTAR	
ANEXO 1		RECURSO DE FOMENTO	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSO DE FOMENTO	
FUNCIONAL	PROGRAMAÇÃO	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PRODUTO	VALOR

0910		Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais						15.49K.55
		Operações Especiais						
28.846	0910 0000	Contribuição ao Centro Pan-Americano de Fisiologia Alérgica - PANAFATOSA (MIAFA)						1.500.000
28.846	0910 0000 0001	Contribuição ao Centro Pan-Americano de Fisiologia Alérgica - PANAFATOSA (MIAFA) - Nacional						1.500.000
28.846	0910 0000 0002	Contribuição ao Fundo para a Cerebelografia Estrutural do Maracouli - FOCERM (MIRE)						1.590.000
28.846	0910 0000 0003	Contribuição ao Fundo para a Cerebelografia Estrutural do Maracouli - FOCERM (MIRE) - No Exterior						2.787.202
28.846	0910 0000 0004	Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PIR)						2.787.202
28.846	0910 0000 0005	Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PIR) - No Exterior						15.000
28.846	0910 0000 0006	Contribuição à Agência Brasileira-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MIRE)						25.000
28.846	0910 0000 0007	Contribuição à Agência Brasileira-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MIRE) - No Exterior						330.000
28.846	0910 0000 0008	Contribuição à Comissão Preparatória do Tratado de Testes Nucleares - CTCTO (MIRE)						330.000
28.846	0910 0000 0009	Contribuição à Comissão Preparatória do Tratado de Testes Nucleares - CTCTO (MIRE) - No Exterior						2.900.000
28.846	0910 0000 0010	Contribuição ao Tribunal Internacional do Direito do Mar - TIDM (MIRE)						2.900.000
28.846	0910 0000 0011	Contribuição ao Tribunal Internacional do Direito do Mar - TIDM (MIRE) - No Exterior						950.000
28.846	0910 0000 0012	Contribuição ao Conselho Internacional de Arqueologia - CIA (MINE)						210
28.846	0910 0000 0013	Contribuição ao Conselho Internacional de Arqueologia - CIA (MINE) - No Exterior						200
28.846	0910 0000 0014	Contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM (MITE)						950.000
28.846	0910 0000 0015	Contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM (MITE) - No Exterior						950.000
28.846	0910 0000 0016	Contribuição Voluntária ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura - TIRFIAA (MIRE)						111.000
28.846	0910 0000 0017	Contribuição Voluntária ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura - TIRFIAA (MIRE) - No Exterior						200.000
28.846	0910 0000 0018	Contribuição ao Fundo Fiduciário para o Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPICI (MINE)						110.000
28.846	0910 0000 0019	Contribuição ao Fundo Fiduciário para o Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPICI (MINE) - No Exterior						80.000
28.846	0910 0000 0020	Contribuição Voluntária à Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco - CQCT (MINE)						410.000

28.846	0910 00LS 0002	Contribuição Voluntária à Convenção-Quadro sobre Controle do Uso de Tóxicos - CQCT FETC (IMS) - No Exterior	F	3	2	20	0	100	130.000
28.846	0910 0106	Contribuição à Associação Internacional de Supervisores de Seguros - IAIS (IMP)	F	3	2	20	0	100	130.000
28.846	0910 0106 0002	Contribuição à Associação Internacional de Supervisores de Seguros - IAIS (IMP) - No Exterior	F	3	2	20	0	100	70.000
28.846	0910 0132	Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL (MIM)	F	3	2	20	0	100	70.000
28.846	0910 0132 0002	Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL (MIM) - No Exterior	F	3	2	20	0	100	70.000
28.846	0910 0148	Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINE)	F	3	2	20	0	100	100.000
28.846	0910 0148 0002	Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINE) - No Exterior	F	3	2	20	0	100	100.000
28.846	0910 0186	Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (MID)	F	3	2	20	0	100	1.000.000
28.846	0910 0186 0002	Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (MID) - No Exterior	F	3	2	20	0	100	1.000.000
28.846	0910 0348	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MIP)	F	3	2	20	0	100	25.000
28.846	0910 0348 0002	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MIP) - No Exterior	F	3	2	20	0	100	25.000
28.846	0910 0809	Contribuição à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA (NIRE)	F	3	2	20	0	100	3.700.000
28.846	0910 0809 0002	Contribuição à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA (NIRE) - No Exterior	F	3	2	20	0	100	3.700.000
28.846	0910 09AV	Contribuição à Convenção de Zonas Unidas de Importância Internacional - Convênio de Barmas (MIMA)	F	3	2	20	0	100	140.000
28.846	0910 09AV 0002	Contribuição à Convenção de Zonas Unidas de Importância Internacional - Convênio de Barmas (MIMA) - No Exterior	F	3	2	20	0	100	140.000
TOTAL - FISCAL			F	3	2	20	0	100	14.000.000
TOTAL - SEGURIDADE			F	3	2	20	0	100	14.000.000
TOTAL - GERAR			F	3	2	20	0	100	14.000.000

ÓRGÃO: 71007 - *Relatório Financeiro da União*
UNIDADE: 71104 - *Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia*

[illegible]

ÓRGÃO: 72000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 72101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

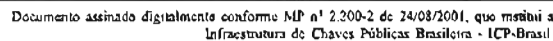
[illegible]

2119		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	6.693.240
		AUXÍLIOS	
04 123	2110 8507	Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Estados Territoriais (Lei 10.405/2002, Art.65)	1.699.424
04 129	2110 6565 0911	Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Estados Territoriais (Lei 10.405/2002, Art.65) - No Estado de Rondônia	256.111
04 132	2110 8567 0618	Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Estados Territoriais (Lei 10.405/2002, Art.65) - No Estado de Roraima	236.172
			1.443.150
			1.443.150
TOTAL - PISCAL			1.443.150
TOTAL - NÃO PISCALIDADE			0
TOTAL - GERAL			1.443.150

UNIDADE: 74114 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Credito Suplementar	
Retorno de Todas as Fichas 184 (06)										VALOR	
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	LOCALIZADOR	PROJETO	F	G	R	M	I	F	
NAL					N	N	9	0	U	T	

2012		Agricultura Familiar	Operações Especiais	
20 008	2012 0941	Multicamada Escavadeira para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)		170.000,00
20 006	2012 0281 0000	Suavizador Escavadeira para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional		230.000,00
TOTAL - FINEAC			5 6 1 90 0 100	230.000,00
TOTAL - SEGURIDADE				230.000,00
TOTAL - GERAL				130.000,00





ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão																
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão																
ANEXO II																
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)																
			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00													
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	F	G	R	M	I	F	T	P	O	U	T	VALOR
			F	D												
	TOT	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública														700.000
		Atividades														
04 127	2038 10U4	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União														700.000
04 127	2038 20U4 0001	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União - Nacional														700.000
			F	3	2	90	0	148								700.000
TOTAL - FISCAL																700.000
TOTAL - SEGURIDADE																0
TOTAL - GERAL																700.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão																
UNIDADE: 47105 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística																
ANEXO II																
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)																
Crédito Suplementar																
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00																
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	F	G	R	M	I	F	T	P	O	U	T	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública														9.200.000
		Atividades														
04 125	3038 20U7	Censos Demográfico e Agropecuário														9.200.000
04 125	3038 20U7 0001	Censos Demográfico e Agropecuário - Nacional														9.200.000
			F	3	2	90	0	100								9.200.000
TOTAL - FISCAL																
TOTAL - SEGURIDADE																
TOTAL - GERAL																

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão													Credito Suplementar		
UNIDADE: 47110 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública															
ANEXO II															
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)													Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00		
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	F	G	R	M	I	F	T	P	O	U	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública													2.580.000
		Atividades													
04 128	2038 20U9	Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos, Pesquisa e Disseminação de Conhecimento em Gestão Pública													2.580.000
04 128	2038 20U9 0001	Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos, Pesquisa e Disseminação de Conhecimento em Gestão Pública - Nacional													2.580.000
			F	3	2	90	0	100							2.580.000
TOTAL - FISCAL															2.580.000
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															2.580.000

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	S	F	G	R	M	I	F	T	P	O	U	
	2029	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária													3.442.000
		Atividades													
11 117	2029 210X	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais													3.442.000
11 127	2029 210X 0001	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - Nacional													3.442.000
			F	3	2	90	0	100							3.442.000
	2066	Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária													2.408.000
		Atividades													
11 631	2066 210Q	Estruturação e Consolidação de Unidades Produtivas - Crédito Fundiário													2.408.000
11 631	2066 210Q 0001	Estruturação e Consolidação de Unidades Produtivas - Crédito Fundiário - Nacional													2.408.000
			F	3	2	30	0	100							645.000
			F	4	2	30	0	100							1.763.000
	2069	Segurança Alimentar e Nutricional													4.150.000
		Atividades													
11 605	2069 20B1	Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA													4.150.000
11 605	2069 20B1 0001	Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA - Nacional													4.150.000
			F	3	2	90	0	100							1.910.000
			F	3	2	91	0	100							1.464.000
			F	3	2	90	0	100							776.000
TOTAL - FISCAL															10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															10.000.000

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário															
UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA															
ANEXO II															
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)															
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	S	F	G	R	M	I	F	T	P	O	U	
	2012	Agricultura Familiar													11.738.572
		Atividades													
11 606	2012 210X	Auxílio Técnico e Extensão Rural para Reforma Agrária													11.738.572
21 606	2012 210X 0001	Auxílio Técnico e Extensão Rural para Reforma Agrária - Nacional													11.738.572
			F	3	2	90	0	176							1.158.572
	2034	Enfrentamento ao Narcotráfico e Promoção da Igualdade Racial													100.000
		Atividades													
11 631	2034 210Z	Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas													100.000
21 631	2034 210Z 0001	Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas - Nacional													100.000
			F	3	2	90	0	176							100.000

2066		Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	Atividades												VALOR
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	F	G	R	M	I	F	T	P	O	U	T
21 126	2066 210S	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural													1.140.000
21 126	2066 210S 0001	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural - Nacional													1.140.000
			F	3	2	90	0	176							1.140.000
21 127	2066 210U	Organização da Estrutura Fundiária													5.549.012
21 127	2066 210U 8001	Organização da Estrutura Fundiária - Nacional													5.549.012
			F	3	2	30	0	176							1.443.012
			F	3	2	90	0	176							900.000
			F	4	2	90	0	176							1.205.000
21 631	2066 211A	Desenvolvimento de Assentamentos Rurais													19.372.634
21 631	2066 211A 0001	Desenvolvimento de Assentamentos Rurais - Nacional													19.372.634
			F	3	2	90	0	176							18.672.639
			F	4	2	90	0	176							360.000
			F	4	2	90	0	176							399.999
21 121	2066 211C	Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei 11.952, de 2009													4.000.000
21 127	2066 211C 6000	Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei 11.952, de 2009 - Na Agricultura Legal													4.000.000
			F	3	2	10	0	100							4.000.000
TOTAL - FISCAL															41.000.293
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															41.000.293

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte													Crédito Suplementar/		
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte													Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00		
ANEXO II															
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)															
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	S	F	G	R	M	I	F	T	P	O	U	
	2055	Esporte e Grandes Eventos Esportivos													278.414
		Operações Especiais													
17 811	2055 091W	Concessão de Bolsa a Atletas													278.414
17 811	2055 091W 0001	Concessão de Bolsa a Atletas - Nacional													278.414
						F	3	2	90	0	100				278.414
TOTAL - FISCAL															278.414
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															278.414

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa														
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército														
ANEXO II														
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)														
Crédito Suplementar														
Resumo de Todas as Fontes R\$ 1,00														
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P M	O D	I U T	F T E	VALOR					
	2058	Política Nacional de Defesa							4.000.000					
		Projeto												
05 153	2058 11U7	Construção e Instalação do Acampamento do Comando Militar do Planalto							4.000.000					
05 153	2058 11U7 5664	Construção e Instalação do Acampamento do Comando Militar do Planalto - Em Brasília - DF							4.000.000					
			F	4	2	90	0	100	4.000.000					
TOTAL - FISCAL									4.000.000					
TOTAL - SEGURIDADE									0					
TOTAL - GERAL									4.000.000					

ÓRGÃO: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura															Crédito Suplementar	
UNIDADE: 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura															Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
ANEXO II																
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)																
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	P	O	U	T	VALOR		
	2028	Defesa Agropecuária												372.700		
		Atividades														
20 609	2028 20XZ	Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola												372.700		
20 609	2028 20XZ 0001	Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola - Nacional												372.700		
			F	3	2	90	0	100						372.700		
			F	4	2	90	0	100						3.912.261		
	2052	Pesca e Aquicultura														
		Atividades														
20 609	2052 20YH	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola												4.410.263		
20 609	2052 20YH 0001	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola - Nacional												4.410.263		
			F	3	2	90	0	100						1.516.097		
			F	4	2	10	0	100						989.979		
			F	4	2	45	0	100						625.902		
			F	4	2	90	0	100						1.208.245		
														1.200.000		
20 125	2052 20YV	Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas														
20 125	2052 20YV 0001	Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas - Nacional												1.300.000		
			F	3	2	90	0	100						920.925		
			F	4	2	90	0	100						179.075		
TOTAL - FISCAL														6.282.965		
TOTAL - SEGURIDADE														6.282.965		
TOTAL - GERAL														6.282.965		



ÓRGÃO: 41006 - Ministério das Comunicações

UNIDADE: 41202 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS

ANEXO: PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

24 - Comunicações	TOTAL GERAL	R\$ 189.000
		R\$ 189.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

722 - Telecomunicações	TOTAL GERAL	R\$ 189.000
		R\$ 189.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

24 - Comunicações	R\$ 189.000
722 - Telecomunicações	R\$ 189.000
TOTAL GERAL	R\$ 189.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

3035 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	TOTAL GERAL	R\$ 189.000
		R\$ 189.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	TOTAL GERAL	R\$ 189.000
		R\$ 189.000

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

4.6.6.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	R\$ 189.000
4.1.6.0.00.00 - Recursos Próprios	R\$ 883.045
4.1.1.0.00.00 - Gerência Própria	R\$ 335.315
4.3.6.0.00.00 - Operações de Crédito de Longo Prazo	R\$ 335.315
6.1.1.0.00.00 - Internas	R\$ 189.000
TOTAL GERAL	R\$ 189.000
RECEITAS CORRENTES	R\$ 883.045
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 335.315

ÓRGÃO: 41006 - Ministério das Comunicações

UNIDADE: 41202 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS

ANEXO: PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	F	D	R	M	P	O	L	I	F	T	VALOR
2025		Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia													R\$ 189.000
24 722	1025 1462	Projetos													R\$ 189.000
24 722	2025 1462 0001	Aquisição de um Satélite em Posição Orbital - Nacional													R\$ 189.000
		Satélite lançado (percentual de execução física): 1	4-INV	2	50	0	495								R\$ 189.000
TOTAL - INVESTIMENTOS															R\$ 189.000

Presidência da República

DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 367, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do Relatório Anual com informações referentes à implementação da Lei nº 12-527/2011.

Nº 368, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal da Programação Monetária, destinada à Comissão de Assuntos Econômicos daquela Casa.

Nº 369, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal sobre Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010.

Nº 370, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Tóquio, em 24 de janeiro de 2014.

Nº 371, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica, celebrado em Córdoba, Espanha, em 28 de novembro de 2007.

Nº 372, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Estatuto do Comitê Internacional de Medicina Militar (CIMM), atualizado em 5 de outubro de 2009.

Nº 373, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, celebrado em Ancara, em 7 de outubro de 2011.

Nº 374, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009.

Nº 375, de 12 de novembro de 2014. Solicita ao Congresso Nacional que seja atribuído o regime de urgência ao Projeto de Lei nº 36, de 2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014", encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 365, de 10 de novembro de 2014.

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

RETIFICAÇÕES

No Termo de Liberação de Operação nº 13/2014, de 11 de novembro de 2014, publicado no DOU de 12 de novembro de 2014, Seção 1, página 3, onde se lê: "... Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2014...", leia-se: "... Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014...".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014111300031

No Termo de Liberação de Operação nº 14/2014, de 11 de novembro de 2014, publicado no DOU de 12 de novembro de 2014, Seção 1, página 3, onde se lê: "... Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2014...", leia-se: "... Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014...".

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Decisão nº 155, de 10 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2014, Seção 1, página 3, onde se lê: "... Declaração de inaplicabilidade do art. 10 da Portaria nº 306/GC-3, de 25 de março de 2003", leia-se: "... Declaração de inaplicabilidade do art. 10 da Instrução sobre a Cobrança das Tarifas Aeroportuárias de Embarque, de Pouso e de Permanência, aprovada pela Portaria nº 306/GC-3, de 25 de março de 2003".

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIAS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, resolve:

Nº 2.661 - Revogar a suspensão cautelar da homologação do Curso de Comissário de Voo da FLORIPA FLIGHT TRAINING ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, localizada à Rua Professor Americo Vasquez Prates, nº 45, Bairro Cananás, CEP: 88047-710, na cidade de Florianópolis - SC. Processo nº 00065.034367/2014-86.

Nº 2.662 - Renovar a Autorização de funcionamento da EIAC - Escola Internacional de Aviação Civil, por 5 (cinco) anos, situada à Avenida Alcindo Casella nº 411, Bairro Umarizal, em Belém - PA, CEP: 66.060-000, e renovar a Homologação dos cursos técnicos do Piloto Privado - Avião, Piloto Privado - Helicóptero, Piloto Comercial IFR - Avião, Piloto Comercial-Helicóptero, Voo por Instrumentos, dos cursos teórico e prático de Comissário de Voo e Mecânico de Manutenção Aeronáutica nas Habilitações Célula, Grupo Motores e Avionics; e do curso prático do Piloto Privado-Avião por 5 (cinco) anos da EIAC - Escola Internacional de Aviação Civil. Processo nº 00065.077255/2014-10.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no site da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 3375/SPO, de 30 de dezembro de 2013 tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.663 - Tornar pública a suspensão, a pedido, do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) nº 2003-08-0CCN-01-01, emitido em 04 de junho de 2014, em favor da sociedade empresária BERTOL AEROTAXI LTDA, com base no documento protocolado nesta Agência em 17 de outubro de 2014 sob o nº 00068.066104/2014-57, a partir da comunicação à interessada por meio do FOP 121 nº 45/2014/GOAG/SPO, a contar do 7 de novembro de 2014. Processo nº 00068.005802/2014-35.

Nº 2.664 - Tornar pública a emissão do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2014-11-00AB-01-00, emitido em 07 de novembro de 2014, em favor da sociedade empresária SOLAR TAXI AEREO LTDA, em virtude do atendimento no estabelecido no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135), a partir da comunicação à interessada por meio do Ofício nº 68/2014/GOAG/SPO, a contar da data de 10 de novembro de 2014. Processo nº 00067.003970/2013-15.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no site da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIAS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com suas alterações posteriores, tendo em vista o disposto na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, resolve:

Nº 2.639 - Autorizar, por 12 (doze) meses, o funcionamento jurídico da sociedade empresária LIMBERGER & REUS TAXI AEREO LTDA, com sede social em Toledo (SC), como empresa de serviço de transporte público não regular na modalidade taxi aéreo e serviço aéreo especializado na atividade de aeropublicidade. Processo nº 00058.082652/2014-01.

Nº 2.660 - Autorizar, por 12 (doze) meses, o funcionamento jurídico da sociedade empresária CAMEJO TAXI AEREO LTDA, com sede social em Osório (RS), como empresa de serviço de transporte público não regular na modalidade taxi aéreo. Processo nº 00058.092140/2014-41.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no site da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ISSN 1677-7042



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLI Nº 221

Brasília - DF, sexta-feira, 14 de novembro de 2014



SEÇÃO

1

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Judiciário	1
Atos do Poder Legislativo	3
Atos do Poder Executivo	14
Presidência da República	112
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	114
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	114
Ministério da Cultura	117
Ministério da Defesa	121
Ministério da Educação	123
Ministério da Fazenda	124
Ministério da Integração Nacional	135
Ministério da Justiça	135
Ministério da Pesca e Aquicultura	143
Ministério da Saúde	144
Ministério das Comunicações	177
Ministério de Minas e Energia	183
Ministério do Desenvolvimento Agrário	192
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	193
Ministério do Esporte	193
Ministério do Meio Ambiente	201
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	201
Ministério do Trabalho e Emprego	202
Ministério dos Transportes	204
Conselho Nacional do Ministério Público	205
Ministério Público da União	206
Tribunal de Contas da União	209
Poder Judiciário	221
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	351

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.333 -1
ORIGEM : ADI - 023841/95 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CARMEN LÚCIA

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,60	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,6107

REQTE(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV(A/S) : MANOEL ANDRÉ DA ROCHA E OUTRO
INTDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV(A/S) : REGIS ARNOLDO FERRETTI E OUTROS

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencido o Ministro Marco Aurélio, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 10.385, de 18 de abril de 1995, do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do voto da Relatora. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 29.10.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.807 -2
ORIGEM : ADI - 11999 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
INTDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Decisão: Após o voto do Ministro Dias Toffoli (Relator), julgando procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 9º e 60, com os respectivos incisos, da Lei nº 6.176/93, do Estado de Mato Grosso, com as alterações operadas pela Lei estadual nº 6.490/94, pediu vista dos autos o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 29.10.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.672 -3
ORIGEM : ADI - 63861 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATORA : MIN. CARMEN LÚCIA
REQTE(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV(A/S) : PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO
INTDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV(A/S) : REGIS A. FERRETTI E OUTRO

Decisão: O Tribunal, apreciando pedido do requerente à Relatora, adiou o julgamento do feito. O Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, manifestou-se de acordo com o adiamento. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 29.10.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.186 -4
ORIGEM : DI - 23096 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV(A/S) : PGE-SP - MARCIO SOTELO FELIPPE
INTDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV(A/S) : ALEXANDRE ISSA KIMURA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 1º das Disposições Transitórias da Lei nº 10.207, de 8 de janeiro de 1999, do Estado de São Paulo. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 29.10.2014.

AG.REG. NAÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.952 -5
ORIGEM : ADI - 4932 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARAIBA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
AGTE(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
AGDO(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA
AGDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAIBA
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÉUTICO - ABIFARMA
ADV(A/S) : ANDRÉ BEDRAN IABR E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO
ADV(A/S) : DOLIMAR TOLEDO PIMENTEL E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REDES DE FARMÁCIAS E DROGARIAS - ABRAFARMA
ADV(A/S) : CANDIDO DA SILVA DINAMARCO E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, deu provimento ao agravo regimental e julgou improcedente a ação direta. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 29.10.2014.

Acórdãos

ACÓRDÃOÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.798 -6
ORIGEM : ADI - 9834 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE(S) : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT
ADV(A/S) : IAN RODRIGUES DIAS E OUTROS
INTDO(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
INTDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta. Ausente o Ministro Dias Toffoli, participando da VI Conferência Ibero-Americana sobre Justiça Eleitoral, no México, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Vice-Presidente no exercício da Presidência. Plenário, 27.08.2014.

Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Servidor Público. 3. Aposentadoria. 4. Contagem do tempo de contribuição na atividade privada para fins de compensação financeira. 5. Restrição do período por lei estadual. 6. Ofensa ao art. 202, § 2º, da Carta Magna (atual art. 201, § 9º). 7. Precedentes. 8. Ação julgada procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.443 -7
ORIGEM : ADI - 47554 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV(A/S) : PGE-RS - PAULO PERETTI TORELLY E OUTRO(A/S)
INTDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão: O Tribunal, preliminarmente, por votação unânime, rejeitou a alegação de prejudicialidade da presente ação direta. Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, também por votação unânime, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 11.529, de 21 de setembro de 2000, do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do voto do Relator. Ausentes o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidência), em viagem oficial à República da Coreia para participar do 3º Congresso Mundial sobre Justiça Constitucional, e, neste julgamento, a Ministra Carmen Lúcia (Vice-Presidente). Falou pelo requerente o Dr. Ernesto Tomiolo. OAB/RS nº 54.701. Presidiu o julgamento o Ministro Celso de Mello (art. 37, I, do RISTF). Plenário, 24.09.2014.

PROCESSO LEGISLATIVO - ORIGEM - SERVIÇO DO EXECUTIVO. Consoante disposto na Carta da República, incumbido ao Chefe do Poder Executivo o encaminhamento de projeto de lei que vise alterar procedimento adotado no respectivo âmbito.

CENTRAL DE ATENDIMENTO TELEFÔNICO - EXECUTIVO - DISCIPLINA - INICIATIVA DE PROJETO DE LEI. A iniciativa de projeto de lei objetivando a disciplina de central de atendimento telefônico de serviço do Executivo cabe a este último e não ao Parlamento.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.827 -8
ORIGEM : ADI - 6703 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE(S) : PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL

Credito Suplementar							
Recurso de Totaliz. Ponto Rd. J.00.							
E	O	S	M	I	F		VALOR
S	N	P	O	U	T		
P	D		D		E		
Zq. Krimin. Pesquisa e Extens.							1.013,00
							1.013,00
							213,00



12 302	2032 4086 7018	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Instituto de Psiquiatria e Psiquiatria Marquês Unifera - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	6	90	0	100	213.368	400.000
			S	3	6	90	0	100	213.368	400.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										1.013.396
TOTAL - GERAL										1.013.396

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36001 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

VALOR

2015

Atividades

10 122 2015 4515 Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde

10 122 2015 4575 0041 Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado do Paraná

10 122 2015 4525 1183 Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Lagarto - SE

10 122 2015 4525 7032 Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - Fundação Cristiano Varella - No Município de Mirandópolis - SP

10 122 2015 4525 7072 Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - Centro de Valorização da Vida - Francisca Julia - No Município de São José dos Campos - SP

10 302 2015 8335 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

10 302 2015 8335 0023 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Ceará

10 302 2015 8335 0029 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado da Bahia

10 302 2015 8335 0031 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Minas Gerais

10 302 2015 8335 0042 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Santa Catarina

10 302 2015 8335 7746 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Hospital Municipal - No Município de Santa Teresinha - PE

10 301 2015 8381 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde

10 301 2015 8381 0018 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Roraima

10 301 2015 8381 0077 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Alagoas

10 301 2015 8381 0035 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de São Paulo

10 301 2015 8381 0041 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Paraná

10 301 2015 8381 0012 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul

10 301 2015 8381 0043 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Rio Grande do Sul

10 301 2015 8381 5334 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Santo Antônio - MT

2066 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Atividades

10 423 2066 2017 Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena

10 423 2066 2017 0225 Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena - No Município de São Gabriel da Cachoeira - AM

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42001 - Ministério da Cultura

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

VALOR

2027

Atividades

13 392 2027 20607 Apoio Integrado de Cultura e Educação

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392 2027 20607 0033 Apoio Integrado de Cultura e Educação - No Estado de São Paulo

13 392	2027 20607 0013	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado do Pará	F	3	6	40	0	100	150.000	150.000
13 392	2027 20607 0026	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado de Pernambuco	F	3	6	40	0	100	150.000	150.000
13 392	2027 20607 0033	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado de São Paulo	F	3	6	40	0	100	150.000	150.000
13 392	2027 20607 0043	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	6	40	0	100	150.000	150.000
13 392	2027 20607 0053	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Município de Poredo - MT	F	3	6	40	0	100	150.000	150.000
TOTAL - FISCAL										1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.500.000

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

UNIDADE: 49001 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

VALOR

2029

Atividades

31 127 2029 210X Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

31 127 2029 210X 0043 Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - No Estado do Rio Grande do Sul

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

UNIDADE: 49001 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

VALOR

2066

Atividades

31 631 2066 211A Desenvolvimento de Assentamentos Rurais

31 631 2066 211A 0033 Desenvolvimento de Assentamentos Rurais - No Estado de Minas Gerais

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52001 - Ministério da Defesa

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

VALOR

2030

Atividades

05 241 2030 12 B1 Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios do Região do Alto Norte

05 241 2030 12 B1 B1 Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios do Região do Alto Norte - No Município de Manaus - AP

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53001 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

VALOR

2029

Atividades

15 134 2029 7856 Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014111400110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ISSN 1677-7042



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLI Nº 229

Brasília - DF, quarta-feira, 26 de novembro de 2014



SEÇÃO 1

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Legislativo.....	1
Atos do Poder Executivo.....	2
Presidência da República.....	5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	29
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.....	31
Ministério da Cultura.....	32
Ministério da Defesa.....	37
Ministério da Educação.....	43
Ministério da Fazenda.....	46
Ministério da Justiça.....	73
Ministério da Previdência Social.....	80
Ministério da Saúde.....	80
Ministério das Cidades.....	86
Ministério das Comunicações.....	86
Ministério de Minas e Energia.....	90
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	98
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.....	99
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	99
Ministério do Esporte.....	102
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	102
Ministério do Trabalho e Emprego.....	104
Ministério dos Transportes.....	104
Conselho Nacional do Ministério Público.....	105
Ministério Público da União.....	105
Tribunal de Contas da União.....	111
Poder Judiciário.....	111
Entidades de Fiscalização do exercício das Profissões Liberais.....	112

Atos do Poder Legislativo

N. da Coeja. Toma sem efeito a republicação da Lei nº 12.843, de 13 de novembro de 2014, ocorrida no DOU nº 227-A, de 34-11-2014, Seção 1, pag. 1.

LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Lei Complementar nº 161, de 4 de maio de 2000, que estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 29	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 79	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 158	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,30	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

* Acima de 500 páginas = preço da tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,5107

Art. 1º (VETADO).

Art. 2º É a União autorizada a adotar, nos contratos de refinanciamento de dívidas celebradas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com base, respectivamente, na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, o nos contratos de empréstimos firmados com os Estados e o Distrito Federal ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, as seguintes condições, aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2013:

I - juros calculados e debitados mensalmente, à taxa nominal de 4% a.a. (quatro por cento ao ano) sobre o saldo devedor previamente atualizado; e

II - atualização monetária calculada mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo.

§ 1º Os encargos de que trata o caput ficam limitados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para os títulos federais.

§ 2º Para fins de aplicação da limitação referida no § 1º, será comparada mensalmente a variação acumulada do IPCA + 4% a.a. (quatro por cento ao ano) com a variação acumulada da taxa Selic.

§ 3º O IPCA e a taxa Selic estarão referenciados ao segundo mês anterior ao do sua aplicação.

§ 4º (VETADO).

Art. 3º É a União autorizada a conceder descontos sobre os saldos devedores dos contratos referidos no art. 2º, em valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura dos respectivos contratos, observadas todas as ocorrências que impactaram o saldo devedor no período.

Art. 4º Os efeitos financeiros decorrentes das condições previstas nos arts. 2º e 3º serão aplicados ao saldo devedor, mediante aditamento contratual.

Art. 5º É a União autorizada a firmar Programas de Acompanhamento Fiscal, sob a gestão do Ministério da Fazenda, com os Municípios das capitais e com os Estados que não estão obrigados a manter Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal nos termos do § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

§ 1º Os Programas de Acompanhamento Fiscal terão, obrigatoriamente, além de objetivos específicos para cada unidade da Federação, metas ou compromissos quanto:

I - à dívida financeira em relação à Receita Líquida Real (RLR);

II - ao resultado primário, entendido como a diferença entre as receitas e as despesas não financeiras;

III - às despesas com funcionalismo público;

IV - às receitas de arrecadação próprias;

V - à gestão pública; e

VI - ao investimento.

§ 2º A unidade da Federação deverá obter autorização legislativa específica para o estabelecimento do Programa de Acompanhamento Fiscal.

§ 3º O Programa de Acompanhamento Fiscal será mantido:

I - no caso dos Municípios, enquanto houver obrigação financeira decorrente de contrato de refinanciamento firmado com a União no âmbito da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, ou durante, no mínimo, 5 (cinco) exercícios financeiros a partir daquele em que houver contratação de operação de crédito ao seu amparo;

II - no caso dos Estados, durante, no mínimo, 5 (cinco) exercícios financeiros a partir daquele em que houver contratação de operação de crédito ao seu amparo.

Art. 6º O § 1º do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 8º - ...

§ 1º - ...

VI - as operações de crédito de Municípios das capitais, desde que incluídas em Programa de Acompanhamento Fiscal firmado com a União.

... (NR)

Art. 7º É a União autorizada a formalizar aditivo aos contratos de refinanciamento de dívidas dos Municípios das capitais efetuados no âmbito da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para incluir a regra de que trata o inciso VI do § 1º do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001.

Art. 8º O § 5º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - ...

§ 3º Enquanto for exigível o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, o contrato de refinanciamento deverá prever que a unidade da Federação:

b) somente poderá contrair novas dívidas desde que incluídas no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal.

... (NR)

Art. 9º É a União autorizada a formalizar aditivo aos contratos de refinanciamento de dívidas dos Estados e do Distrito Federal efetuados no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, para alterar a regra de que trata o § 3º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Art. 10. O Ministério da Fazenda, mediante ato normativo, estabelecerá critérios para a verificação prevista no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, diretamente pelas instituições financeiras de que trata o art. 33 da citada Lei Complementar, levando em consideração o valor da operação de crédito e a situação econômico-financeira do ente da Federação, de maneira a atender aos princípios da eficiência e da economicidade.

Parágrafo único. Na hipótese de verificação prevista no caput, deverá o Poder Executivo do ente da Federação formalizar o pleito à instituição financeira, acompanhado de demonstração da existência de margem da operação de crédito nos limites de endividamento e de certidão do Tribunal de Contas de sua jurisdição sobre o cumprimento das condições nos termos definidos pelo Senado Federal.

Art. 11. É vedada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a emissão de títulos da dívida pública mobiliária.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de novembro de 2014; 193ª da Independência e 129ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Guinda Mantega

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014112600001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Art. 5º - Os países signatários concordam em iniciar a análise para possível inclusão de novos produtos e zonas francas no primeiro semestre do ano 2014.

Art. 6º - As consultas em matéria de origem, no âmbito do presente Protocolo, serão dirigidas à Comissão de Comércio Bilateral (CIB), criada pelo artigo 2º do 71º Protocolo Adicional ao ACE-2.

Art. 7º - O modelo de Certificado de Origem a ser utilizado para a certificação de origem dos produtos amparados pelo presente Protocolo será o do Regime de Origem do MERCOSUL. No campo "Observações" deverá constar a seguinte menção: "ACE-2 - 72º Protocolo Adicional".

Art. 8º - Os produtos listados no Anexo I e as quotas previstas no Anexo 3º poderão ser revisados no segundo semestre de cada ano de vigência deste Protocolo.

Art. 9º - O presente Protocolo Adicional entrará em vigor simultaneamente no território de ambas as partes na data em que a Secretaria Geral da ALADI comunicar a ambos os países a notificação de que foram cumpridas as formalidades necessárias para sua aplicação.

Art. 10 - A Secretaria Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos dos países signatários.

Art. 11 - As Partes signatárias instituirão suas Delegações na ALADI a protocolar o presente Protocolo antes do dia 31 de dezembro de 2013, no âmbito do Acordo de Complementação Econômica Nº 2.

EM FÉ DO QUE, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevideo, aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e treze, em um original nos idiomas espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente válidos.

(a.) Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Maria da Graça Nunes Corrêa;

Pelo Governo da República Oriental do Uruguai: Juan Alejandro Miernez Falcone.

DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e das Secretarias de Assuntos Estratégicos e da Micro e Pequena Empresa, crédito suplementar no valor de R\$ 10.964.200,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alínea "a", e inciso II, o § 1º, da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor da Presidência da República e das Secretarias de Assuntos Estratégicos e da Micro e Pequena Empresa, crédito suplementar no valor de R\$ 10.964.200,00 (dez milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e duzentos reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial das dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de novembro de 2014; 193ª da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Astram Belchior

ÓRGÃO: 30000 - Presidência da República										
UNIDADE: 30101 - Presidência da República										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
FUNÇÃO NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$1,00							
			E S P D	S N P O	R M P O	M U O	I T E	F F E	VALOR	
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							9.020.000	
		Atividades								
04 121	2101 2000	Administração da Unidade							9.000.000	
04 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	7.500.000	
			F	3	2	90	0	300	1.500.000	
04 125	2101 2103	Fortalecimento da Capacidade Institucional do Estado Brasileiro para Gestão em Regulação							20.000	
04 115	2101 2002 0001	Fortalecimento da Capacidade Institucional do Estado Brasileiro para Gestão em Regulação - Nacional							20.000	
			F	3	2	90	0	100	50.000	
TOTAL - FISCAL									9.020.000	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									9.020.000	



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



19 391	2021 2010Q 0002	Apoio a Estudos Tecnológicos para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável - No Estado do Espírito Santo	F	4	6	40	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									350.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 46901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	S	N	R	M	I	F	T	
			F	D	D	F	D	D	D	D	
2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)											
Atividades											
10 302	2015 8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde									350.000
10 302	2015 8535 0029	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado da Bahia									350.000
TOTAL - FISCAL											
TOTAL - SEGURIDADE											
TOTAL - GERAL											

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	S	N	R	M	I	F	T	
			F	D	D	F	D	D	D	D	
2027 Cultura: Preservação, Promoção e Acesso											
Atividades											
13 391	2027 202F	Promulgação e Fomento à Cultura Brasileira									1.000.000
13 391	2027 202F 3323	Promulgação e Fomento à Cultura Brasileira - No Município de Nova Iguaçu - RJ									1.000.000
TOTAL - FISCAL											
TOTAL - SEGURIDADE											
TOTAL - GERAL											

13 392	2027 14U2 7026	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - Reforma da Biblioteca Maria Ilza Rocha de Almeida - No Município de Maracá - RJ	F	3	6	40	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									350.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42101 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	S	N	R	M	I	F	T	
			F	D	D	F	D	D	D	D	
2027 Cultura: Preservação, Promoção e Acesso											
Atividades											
13 391	2027 202F	Preservação de Bens e Acervos Culturais									100.000
13 391	2027 202F 7002	Preservação de Bens e Acervos Culturais - Reforma da Igreja Maria Nova Senhora da Conceição - No Município de Paraty do Alentejo - RJ									100.000
TOTAL - FISCAL											
TOTAL - SEGURIDADE											
TOTAL - GERAL											

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	S	N	R	M	I	F	T	
			F	D	D	F	D	D	D	D	
2027 Cultura: Preservação, Promoção e Acesso											
Atividades											
13 391	2027 14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais									600.000
13 391	2027 14U2 5644	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - Em Brasília - DF									600.000
TOTAL - FISCAL											
TOTAL - SEGURIDADE											
TOTAL - GERAL											

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42902 - Fundo Nacional de Cultura

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	S	N	R	M	I	F	T	
			F	D	D	F	D	D	D	D	
2027 Cultura: Preservação, Promoção e Acesso											
Atividades											
13 391	2027 14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais									550.000
13 391	2027 14U2 0011	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Estado de Rondônia									550.000
TOTAL - FISCAL											
TOTAL - SEGURIDADE											
TOTAL - GERAL											

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 400, de 25 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor CLAUDIO RAJA GABAGLIA LINS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, na República do Tadjiquistão.

Nº 401, de 25 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor CARLOS RICARDO MARTINS CEGLIA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Sultanato do Brunei Darussalam.

Nº 402, de 25 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor MANOEL ANTONIO DA FONSECA COUTO GOMES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Bósnia e Herzegovina.

Nº 403, de 25 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor MANUEL INNOCENCIO DE LACERDA SANTOS JÚNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Nº 404, de 25 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Indonésia.

Nº 405, de 25 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Angola.

Nº 406, de 25 de novembro de 2014. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.045, de 25 de novembro de 2014.

Nº 407, de 25 de novembro de 2014

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 99, de 2013 - Complementar (nº 238/13 - Complementar na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências".

Ouvindo, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Art. 1º

"Art. 1º O art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 14.

II - estar acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, da ampliação da base de cálculo ou da majoração ou criação de tributo ou contribuição, no exercício em que for instituída e no exercício seguinte, caso não seja possível a demonstração referida no inciso I do caput.

III - ter seu impacto orçamentário-financeiro considerado nas reavaliações bimestrais, na forma do art. 9º, de modo a não afetar o alcance das metas de resultados fiscais previstas no inciso II do § 2º do art. 4º.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou de ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput estiver condicionado ao disposto nos seus incisos II ou III, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas nos mencionados incisos.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos tributos previstos nos incisos I, II, IV e V do caput do art. 153, na forma de seu § 1º, e no § 4º do art. 177, todas da Constituição Federal;

III - aos incentivos fiscais relacionados a bens e serviços que não sejam produzidos ou prestados no território nacional na data de sua concessão e cujo objetivo seja a internalização de tecnologia em período definido;



ISSN 1677-7042



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLI Nº 235

Brasília - DF, quinta-feira, 4 de dezembro de 2014



SEÇÃO

1

Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Judiciário	1
Atos do Poder Executivo	2
Presidência da República	24
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	25
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	26
Ministério da Cultura	27
Ministério da Defesa	29
Ministério da Educação	31
Ministério da Fazenda	32
Ministério da Integração Nacional	43
Ministério da Justiça	43
Ministério da Saúde	55
Ministério das Cidades	66
Ministério das Comunicações	66
Ministério de Minas e Energia	69
Ministério do Desenvolvimento Agrário	79
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	79
Ministério do Meio Ambiente	80
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	82
Ministério do Trabalho e Emprego	86
Ministério dos Transportes	89
Conselho Nacional do Ministério Público	90
Ministério Público da União	92
Poder Judiciário	93
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	93

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PLENÁRIO

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.368, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.167 (1)
ORIGEM : ADI - 35876 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE(S) : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS-AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 230	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedentes de páginas multiplicado por R\$ 0,0107		

ADV(A/S) : MARIA DOLORES SERRA NELLO MARTINS
E OUTROS
INTDO(A/S) : CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente a ação direta. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.11.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.124 (2)
ORIGEM : ADI - 300206 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV(A/S) : EGEIRO - LUCIANO ALVES DE SOUZA NETO E OUTRA
INTDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido de inconstitucionalidade do inciso I do art. 189 da Constituição do Estado de Rondônia, inserido pela Emenda Constitucional estadual nº 17, de 30 de novembro de 1999, e improcedente no que diz respeito aos §§ 5º e 6º, do artigo 189, da Constituição do Estado de Rondônia, inseridos pela mesma Emenda Constitucional. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.11.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.155 (3)
ORIGEM : ADI - 56915 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV(A/S) : CARLOS HENRIQUE STABAUER RIBEIRO
INTDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente a ação direta. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.11.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.575 (4)
ORIGEM : ADI - 143851 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE(S) : PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL
ADV(A/S) : WLADIMIR SÉRGIO REALE
INTDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO(A/S) : ASSOCIAÇÃO DE CRIMINALÍSTICA DO ESTADO DO PARANÁ - ASCEP
ADV(A/S) : JOÃO GUSTAVO DUARTE NADAL

Decisão: Retirado de pauta por indicação da Presidência. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 10.09.2009.

Decisão: Após o voto do Ministro Dias Toffoli (Relator), que julgava parcialmente procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da Emenda à Constituição do Estado do Paraná nº 10, de 16 de outubro de 2004, bem como para conferir interpretação conforme à expressão "Polícia Científica", contida na redação originária do art. 50 da Constituição estadual. Não somente para afastar qualquer interpretação que confira a esse órgão o caráter de órgão de segurança pública, e o voto do Ministro Roberto Barroso, que a julgava integralmente procedente, pôde vista dos autos o Ministro Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.11.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.616 (5)
ORIGEM : ADI - 19457 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

REQTE(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
ADV(A/S) : PGE-PR - MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO
INTDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: Retirado de pauta por indicação da Presidência. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 10.09.2009.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 10, de 16 de outubro de 2001, do Estado do Paraná. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.11.2014.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.777 (6)
ORIGEM : ADI - 114469 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE(S) : ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO BRASIL - ADEPOL-BRASIL
ADV(A/S) : WLADIMIR SÉRGIO REALE
INTDO(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, não conheceu do pedido formulado no aditamento à inicial e julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade formal e material do art. 47, caput, da Constituição do Estado da Bahia, impedido o Ministro Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio. Falou, pela requerente, o Dr. Wladimir Sérgio Reale. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.11.2014.

AG.REG. NAÇÃOÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.942 (7)
ORIGEM : ADI - 132117 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. CARMEN LÚCIA
REQTE(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAMATRA
ADV(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO
AGDO(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AGDO(A/S) : PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.11.2014.

AG.REG. NAÇÃOÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.344 (8)
ORIGEM : ADI - 4344 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. CARMEN LÚCIA
REQTE(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS ESTADUAIS - ANAMAGES
ADV(A/S) : DANIEL CALAZANS PALOMINO TEIXEIRA
AGDO(A/S) : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.11.2014.

AG.REG. NAÇÃOÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.443 (9)
ORIGEM : ADI - 4443 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www10.gov.br/imprensa/verificar>, pelo código 0001201412040001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



06 187	2040 2200 6501	Ações de Defesa Civil - Nacional (Crédito Extraordinário)							R\$ 60.000.000
			F	3	2	90	0	338	60.000.000,
TOTAL - FISCAL:									60.000.000,
TOTAL - SEGURIDADE									60.000.000,
TOTAL - GERAL:									60.000.000,

FUNÇÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional		Outras Alterações Orçamentárias									
UNIDADE: 53010 - Ministério da Integração Nacional		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
ANEXO II											
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)											
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	O D	R P	M O D	I F T E	VALOR			
	2049	Gratuito de Rêncio e Resposta a Desastres						60.000.000			
		Aktividades						60.000.000			
06 193	2346 2120	Ações de Defesa Civil						60.000.000			
06 192	2340 2220 6581	Ações de Defesa Civil - Nacional (Credito Extraordinário)	F	4	2	90	0 288	60.000.000			
TOTAL - ESFNCAL								60.000.000			
TOTAL - SEGURIDADE								60.000.000			
TOTAL - GERAL								60.000.000			

DECRETO DE 1 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 409.696.054,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alínea "a", "c" e "d", inciso II, inciso VIII, inciso XII, alínea "b", itens "1" e "2", e §§ 1º e 6º, da Lei nº 12.932, de 20 de agosto de 2012

DECRETA:

Art. 1º Fica aberta aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.932 de 20 de janeiro de 2014), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 409.096.054,00 (quatrocentos e nove mil, noventa e seis mil, cinquenta e quatro reais), para atender a programação constante da Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º docorrem do

1 - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no valor de R\$ 2.614.355,00 (dois milhões, seiscentos e quatorze mil, trezentos e cinquenta e cinco reais), sendo:

a) R\$ 1.951.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e um mil reais) de Recursos Próprios Não Financeiros, e

b) R\$ 663.355,00 (seiscentos e sessenta e três mil, trezentos e cinquenta e cinco reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais.

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 72.406.687,00 (setenta e dois milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentos e oitenta e sete reais), sendo:

a) R\$ 406,687,00 (quatrocentos e seis mil, seiscentos e oitenta e sete reais) de Recursos Próprios Não Financeiros, e

b) R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 334.075.012,00 (trezentos e trinta e quatro milhões, setenta e cinco mil e doze reais), conforme indicado no Anexo II

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de dezembro de 2014. 193^o da Independência e 126^o da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

DILMA ROUSS
Midem Belvoir

[illegible]

FUNÇÃO		PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PRODUTO	A	S	R	M	I	F	VALOR
				E	D	P	O	T	E	
Credito Suplementar										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.000										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
2021			Ciência, Tecnologia e Inovação							1.651.400
19 572	2021 10UP		Atividades Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Inovativa							1.224.000
19 572	2021 10UP 0001		Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Inovativa Nacional							1.244.000

[illegible]

ÓRGÃO: 2000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação									
UNIDADE: 2101 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico									
ANEXO 1									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Credito Suplementar						
			Recurso de Total e Fonte R\$ 1,00						
			E S F	G N D	R P D	M I D	U T E	F E	VALOR
	2021	Ciência, Tecnologia e Inovação							72.000,000
		Operações Especiais							
19.571	2021 00LV	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para CTA1							72.000,000
19.571	2021 00LV 0001	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para CTA1 - Nacional							72.000,000
			F	3	2	90	R	256	72.000,000
TOTAL - FUNCAO									72.000,000
TOTAL - SEGURIDADE									72.000,000
TOTAL - GERAL									72.000,000

ORÇÃO 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							Credito Suplementar
LDBA/DLZ-12089 - Comissão Nacional de Energia Nuclear							
ANEXO 1							Recursos de Todas as Fontes R\$ 1.00
FUNÇÃO-	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PROGR-	E	S	M	O	VALOR
NAL		TD	F	G	P	I	
			D	N	D	E	
	2029	Política Nuclear					16.784.714
		Aktividades					
19 115	2059 2010W	Segurança Nuclear e Controle do Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas					120.800
19 115	2059 2010W 0001	Segurança Nuclear e Controle do Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas - Nacional					220.000
19 571	2059 2010X	Desenvolvimento da Ciência e de Tecnologia Nuclear					120.000
19 572	2059 2010X 0001	Desenvolvimento da Ciência e de Tecnologia Nuclear - Nacional	F	3	2	90	134
							1.519.636
19 542	2059 2468	Ajusteamento Intermediário de Rejeitos Radioativos de Baixo ou Médio Nível de Radiação	F	3	1	90	100
			P	3	1	90	250
							139.050
19 542	2059 2468 0001	Ajusteamento Intermediário de Rejeitos Radioativos de Baixo ou Médio Nível de Radiação - Nacional					40.579
19 561	2059 2478	Fornecimento de Radiodiágnósticos e Radioterapias no País	F	3	1	95	100
							15.006,111
19 562	2059 2478 0001	Fornecimento de Radiodiágnósticos e Radioterapias no País - Nacional	F	3	2	95	100
			T	3	2	95	250
							17.000,000
							1.506,111
							16.784.714
TOTAL - FISCAL							
TOTAL - SEGURIDADE							

ORÇÃO 1800 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação												
UNIDADE: 24001 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico												
ANEXO 1												
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)												
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	LOCALIZADOR	PROJETO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1.000							
					E S F	E S D	E S N	E S P	E S M	E S O	E S F T	E S U T
	2021	Ciência, Tecnologia e Inovação									11.000,00	
		Atividades										
19.572	2021.2095	Fomento a Projetos de Implantação e Realização de Infra-estrutura de Pesquisa das Instituições de Ensino Superior									11.000,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>,
pelo código 00012014120400163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - (ICP-Brasil).



19 372	2021 2095 0001	Fortalecimento de Projetos de Implantação e Recuperação da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Info) - Nacional	F	4	2	90	0	172	32.000.000
TOTAL - FISCAL									32.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									32.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2020 Cidadania e Justiça									1.100.000
Atividades									
14 432	2020 8974	Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça							1.100.000
14 432	2020 8974 0001	Democratização do Acesso à Cidadania e à Justiça - Nacional	F	4	2	30	0	100	1.100.000
2070 Segurança Pública com Cidadania									15.022.145
Atividades									
06 181	2070 8265	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública							15.022.145
06 181	2070 8265 0001	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública - Nacional	F	3	2	90	0	100	15.022.145
TOTAL - FISCAL									16.122.145
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.122.145

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30109 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2070 Segurança Pública com Cidadania									10.400.000
Atividades									
06 181	2070 3726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União							10.400.000
06 181	2070 3726 0001	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional	F	4	2	30	0	174	10.400.000
TOTAL - FISCAL									10.400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.400.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2020 Cidadania e Justiça									663.355
Atividades									
14 432	2020 6067	Defesa dos Direitos Difusos							663.355
14 432	2020 6067 0001	Defesa dos Direitos Difusos - Nacional	F	3	2	90	0	374	663.355
TOTAL - FISCAL									663.355
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									663.355

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30907 - Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2070 Segurança Pública com Cidadania									4.788.000
Atividades									
14 431	2070 20UG	Reintegração Social, Alternativas Penais e Controle Social							1.300.000
14 431	2070 20UG 0001	Reintegração Social, Alternativas Penais e Controle Social - Nacional	F	3	2	30	0	118	1.300.000
2070 20UG									960.000
Atividades									
14 431	2070 20UG	Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário							400.000
14 431	2070 20UG 0001	Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário - Nacional	F	3	2	30	0	150	400.000
2070 20UG									3.488.000
Atividades									
14 431	2070 20UG	Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário							500.000
14 431	2070 20UG 0001	Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário - Nacional	F	4	2	30	0	118	500.000
2112 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça									2.888.000
Atividades									
14 122	2112 2000	Administração da Unidade							100.000
14 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	30	0	118	100.000
TOTAL - FISCAL									4.788.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.788.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014120400094

14 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	180	100.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2058 Política Nacional de Defesa									6.711.160
Atividades									
05 542	2058 20X4	Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM							519.160
05 542	2058 20X4 0001	Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM - Nacional	F	3	2	90	0	100	519.160
2058 20X4									519.160
Atividades									
05 153	2058 14SV	Apelo à Realização de Grandes Eventos							1.470.000
05 153	2058 14SV 0001	Apelo à Realização de Grandes Eventos - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.470.000
2058 14SV									1.470.000
Atividades									
05 151	2058 151S	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais							2.722.000
05 151	2058 151S 0001	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.722.000
2108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa									372.643
Atividades									
05 128	2108 7065	Curso de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra							272.643
05 128	2108 7065 0001	Curso de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra - Nacional	F	3	2	90	0	100	272.643
TOTAL - FISCAL									6.993.803
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.993.803

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52101 - Comando da Aeronáutica

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
		PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO								
		TO								
		S N P O U T								
		F D								
2058		Política Nacional de Defesa								62.953.833
		Atividades								
05 151	2058 2048	Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico								9.123.600
05 151	2058 2048 0001	Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico - Nacional								9.123.600
05 151	2058 2011	Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados								50.000.000
05 151	2058 2011 0001	Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados - Nacional								50.000.000
05 151	2058 2069	Adequação de Organizações Militares da Aeronáutica								254.014
05 151	2058 2069 0001	Adequação de Organizações Militares de Aeronáutica - Nacional								254.014
05 373	2058 20XII	Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial								2.477.332
05 373	2058 20XII 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial - Nacional								2.477.332
		Projetos								47.507
05 151	2058 1477	Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa								47.507
05 151	2058 1477 0001	Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa - Nacional								47.507
		TOTAL - FISCAL								62.953.833
		TOTAL - SEGURIDADE								0
		TOTAL - GERAL								62.953.833



78.646	2308.0A08.0001	Concurso de Boleia - Educação Especial (Artigo 5º da Lei nº 10.421, de 18 de dezembro de 2003) - Nacional		P	3	1	90	0	100	1.422
										1.422
TOTAL - FISCAL										41.325,276
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										41.325,276

ÓRGÃO: 51000 - Ministério da Defesa			Credito Suplementar							
ESMADE: 62131 - Comando da Marinha										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.000							
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO) LOCALIZADOR PRODEL	E S P D	G N F D	R M O D	P Q U T	I E T	VALOR		
	2058	Política Nacional de Defesa						98.788.861,		
		Atividades								
65 153	2058 20XN	Aprestamento da Marinha						94.288.361,		
65 153	2058 20XN 0001	Aprestamento da Marinha - Nacional						21.194.700		
			F	5	2	90	0 100			
			T	3	2	90	0 342	65.726.861		
			F	4	2	90	0 100	2.363.700		
			F	4	2	90	0 342	5.000.000		
05 331	2058 21Z0	Movimentação de Militares						4.500.000		
05 331	2058 21Z0 0001	Movimentação de Militares - Nacional						4.500.000		
			F	3	1	90	0 100	4.500.000		
TOTAL - FISCAL								98.788.861,		
TOTAL - SEGURIDADE								0		
TOTAL - GERAL								98.788.861,		

ORÇÃO: \$1000 - Ministério da Defesa										UNIDADE: \$1001 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas										Crédito Suplementar									
ANEXO I										PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 100									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	LOCALIZADOR	PROJETO	E	G	N	P	M	O	I	F	VALOR																
					F	D																							
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa												9.673.027															
		Atividades																											
05 132	2108 2000	Administração da Unidade												1.673.027															
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional												1.673.027															
05 361	2108 20XT	Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas												1.673.027															
05 302	2108 20XT 0001	Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas - Nacional												8.000.000															
					8	3	1	90	0	100			8.000.000																
TOTAL - FISCAL													0																
TOTAL - SEGURIDADE													9.673.027																
TOTAL - GERAL													9.673.027																

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa			Crédito Suplementar							
UNIDADE: 52331 - Tropa Naval			Recurso de Toda as Fontes R\$ 1,00							
ANEXO 1			PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA							
PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO			PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO							
JUNCA- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E F	S N	O P	M I	E F	T	VALOR	
	2058	Política Nacional de Defesa							10.247.112	
		Atividades								
05	153	3058 2058							20.347.113	
05	152	2058 2058 0001							20.347.112	
		Aprestamento da Marinha							13.787.111	
		Aprestamento da Marinha - Nacional							5.559.095	
			F	3	2	90	0	250		
			F	3	2	90	0	250		
TOTAL - DESPESA									20.347.112	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									20.347.112	

[illegible]

GRUPO: 6-000 - Secretaria de Direitos Humanos												
ENTIDADE: 6-010 - Secretaria de Direitos Humanos												
ANEXO I												
Credito Suplementar												
Resumo de Todos os Fontes R\$ 1,00												
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO)	LOCALIZADOR/PRODUTO	E S Y	G N D	R P	M D	I U	F T E	VALOR		
	2062	Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Atividades									1.450,000	
14 242	2062 210N	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Atividades									1.450,000	
14 242	2062 210N 0001	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Nacional									1.450,000	
				K S	3 4	2 2	00 90	0 0	100 100	1.800,000 450,000		
	2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - Atividades									1.574,000	
14 022	2064 2072N	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos									1.784,000	

[illegible]

ÓRGÃO: 44006 - Secretaria de Direitos Humanos							Crédito Suplementar	
UNIDADE: 64902 - Fundo Nacional do Idoso - FNI								
ANEXO I								
PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO:							Recursos de Outras Fontes R\$ 1.00	
FUNCIONAL	PROG RAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PRODUTO	E F	S D	O N	P O	V LOR	
			R	M	T	I	F	
			D	O	J	A	N	
	2064	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos					\$40.000	
		Atividades						
11.241	2064.0015	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa					100.000	
14.241	2064.1819-0001	Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas - Nacional					400.000	
			6	3	2	32	9.100	
TOTAL - FISCAL							\$60.000	
TOTAL - SEGURIDADE							400.000	
TOTAL - GERAL							460.000	

ÓRGÃO: 08090 - Secretaria de Portos												
UNIDADE: 0801 - Secretaria de Portos												
ANEXO I						Crédito Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO						Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNCO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO) LOCALIZADOR PROD- TO	E F	S D	R P	M O	I U	T E	V LOR			
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República								\$00.000		
		Afiliados										
36 122	2101 2000	Administração da Unidade								\$500,00		
36 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional								\$500,00		
TOTAL - FISCAL										\$100,00		
TOTAL - SEGURIDADE										0		
TOTAL - GERAL										\$100,00		

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República				Credito Suplementar									
UNIDADE: 20501 - Presidência da República				Recursos de Todas as Fontes: 83.100									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				VALOR									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	LOCALIZADOR	PRODUTO	E	G	K	M	O	U	V	VALOR	
					F	N	P	D	O	E			
	2059		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública									50.000	
			Atividades										
64.132	2038 20D5		Gerenciamento das Relações Institucionais do Governo									50.000	
64.122	2038 20D5 0001		Gerenciamento das Relações Institucionais do Governo - Nacional									10.000	
					F	3	2	90	P	100		50.000	
TOTAL - FISCAL												50.000	
TOTAL - SEGURIDADE												0	
TOTAL - GERAL												50.000	

ORÇÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação										
UNIDADE: 24108 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação										
ANEXO II				Crédito Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				Recursos de Todas as Fontes R\$ 100						
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E F	G N D	R P	M O D	I F T	VALOR		
2021			Ciência, Tecnologia e Inovação						1.189.400	
2021 104/O			Atividades							
19 571	2021 104/O	Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável							R\$ 400	
19 571	2021 104/O 0001	Apoio a Extensão Tecnológica para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável - Nacional	F	3	2	90	0	100	R\$ 400	
19 571	2021 201/S	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores							R\$ 200	
19 571	2021 201/S 0001	Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores - Nacional	F	4	2	90	0	100	R\$ 200	
19 571	2021 212/D	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Instituto Nacional de Águas							75.000	
19 571	2021 212/D 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Instituto Nacional de Águas - Nacional	F	3	2	90	0	100	75.000	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.ia.gov.br/acumidade.html>, pelo código 00012014120400005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



12 661	2121 207X 0010	Gestão da Infraestrutura dos Distritos Industrial e Agropecuário de Manaus - Na Região Norte	F	4	2	32	0	174	4.200.000
TOTAL - FISCAL									4.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.200.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
1125		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							3.100.000
Atividades									
04 136	2125 211V	Gestão Integrada de Tecnologia da Informação							3.100.000
04 126	2125 211V 0001	Gestão Integrada de Tecnologia da Informação - Nacional	F	3	2	90	0	100	3.100.000
TOTAL - FISCAL									3.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.100.000

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2013		Agricultura Familiar							50.000.000
Atividades									
11 604	2013 2105	Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária							50.000.000
21 606	2013 2105 0001	Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária - Nacional	F	3	2	90	0	100	50.000.000
TOTAL - FISCAL									50.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000.000

ÓRGÃO: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura

UNIDADE: 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
1632		Pesca e Aquicultura							4.656.440
Atividades									
16 608	1632 2070	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola							2.161.263
26 604	1632 2070 0001	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola - Nacional	F	4	2	90	0	100	2.161.263
TOTAL - FISCAL									2.161.263
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.161.263

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
0910		Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais							2.654.012

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/imprensa/ver.php?p=2014120409009>

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
28 846	0910 0055	Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (NME)							61.800
29 846	0910 0055 0001	Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (NME) - No Exterior	F	3	2	80	0	100	61.800
TOTAL - FISCAL									61.800
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									61.800

TOTAL - FISCAL	2.654.012
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	2.654.012

ÓRGÃO: 73000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 73104 - Recurso sob Supervisão de Agências Financeiras - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
0911		Operações Especiais - Remuneração de Agências Financeiras							18.644.707
Direção Especial									
28 846	0911 00514	Remuneração a Agências Financeiras							18.644.707
29 846	0911 00514 0001	Remuneração a Agências Financeiras - Nacional	F	3	2	80	0	100	18.644.707
TOTAL - FISCAL									18.644.707
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.644.707

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
3305		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							1.300.000
Atividades									
30 312	3305 2009	Administração da Unidade							1.300.000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



20 122	2105 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.300.000
									2.300.000
TOTAL - FISCAL									2.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.300.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E		
3119		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							18.644.707
Atividades									
04 132	2110 2000	Administração da Unidade							18.644.707
04 122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	18.644.707
TOTAL - FISCAL									18.644.707
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.644.707

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25101 - Secretaria da Receita Federal do Brasil

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E		
3119		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							4.900.000
Projetos									
04 132	2110 10B3	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal - RN							300.000
04 122	2110 10B3 0024	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal - RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	2	90	0	139	300.000
04 132	2110 147Z	Construção do Anexo do Ministério da Fazenda em Fortaleza-CE							300.000
04 122	2110 147Z 0023	Construção do Anexo do Ministério da Fazenda em Fortaleza-CE - No Estado da Ceará	F	4	2	90	0	139	300.000
04 132	2110 148K	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Porto Alegre - RS							3.000.000
04 122	2110 148K 0043	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Porto Alegre - RS - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	2	90	0	139	3.000.000
04 132	2110 148L	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Recife-PE							700.000
04 122	2110 148L 0026	Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Recife-PE - No Estado de Pernambuco	F	4	2	90	0	139	700.000
04 132	2110 147E	Obras de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro - RJ							600.000
04 122	2110 147E 0033	Obras de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro - RJ - No Estado do Rio de Janeiro	F	4	2	90	0	132	600.000
TOTAL - FISCAL									4.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.900.000

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

UNIDADE: 38233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E		
3829		Desenvolvimento Regional, Territorial, Científico e Econômico Sustentável							1.400.000
Unidades									
22 461	2029 13DN	Construção da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CIBA							1.400.000
22 461	2029 13DN 0410	Construção da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CIBA - Na Região Norte	F	4	2	90	0	174	1.400.000
2023		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior							8.990.000
Atividades									
22 132	2121 2000	Administração da Unidade							8.990.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assinadadigital.html>, pelo código 00012014120400010

22 132	2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	174	8.990.000
									8.990.000
TOTAL - FISCAL									8.990.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.990.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E		
2038		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							1.300.000
Atividades									
04 136	2038 2073	Gestão e Aperfeiçoamento dos Recursos de Tecnologia da Informação e de Logística do Serviço Público Federal							1.300.000
04 126	2038 2073 0001	Gestão e Aperfeiçoamento dos Recursos de Tecnologia da Informação e de Logística do Serviço Público Federal - Nacional	F	3	2	90	0	150	1.300.000
3125		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							4.119.049
Atividades									
04 132	2125 2000	Administração da Unidade							1.319.049
04 122	2125 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	1.319.049
04 136	2125 2073	Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações no Âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							600.000
04 126	2125 2073 0001	Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações no Âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Nacional	F	3	2	90	0	100	600.000
04 136	2125 211V	Sistema Integrado de Tecnologia da Informação							1.500.000
04 126	2125 211V 0001	Sistema Integrado de Tecnologia da Informação - Nacional	F	4	2	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									5.719.049
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.719.049

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E		
2012		Agricultura Familiar							50.000.000
Atividades									
21 606	2012 2180	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar							50.000.000
21 606	2012 2180 0001	Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar - Nacional	F	3	2	90	0	100	50.000.000
TOTAL - FISCAL									50.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000.000

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

UNIDADE: 49700 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E		
2064		Reforma Agrária - Ordenamento da Estrutura Fundiária							3.400.074
Atividades									
21 631	2064 2158	Desapropriação de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária							4.274.074
21 631	2064 2158 0001	Desapropriação de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária - Nacional	F	3	2	90	0	174	4.274.074
21 117	2064 216C	Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abastecimento de Lul 11 952, de 1009							5.115.976

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

[illegible]

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
- DNIT

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO			Recursos de Todas as Fontes R\$ em						
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA (ACÓRDO LOCALIZADOR) PROJETO	E S F	G N D	M P O	M U D	F T E	VALOR	
	2073	Transporte Hidroviário						150.000	
		Projeto							
14 784	2073 137G	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte						160.000	
26 784	2073 1270 0215	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Nhamundá - AM						10.000	
			F	4	2	90	6	100	
TOTAL - FISCAL								150.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								150.000	

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 4101 - Ministério das Comunicações

ANEXO I

[illegible]

ORÇÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO			Recursos de Todas as Fontes R\$ 100						
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P O	M Q D	I U E	J T E	VALOR
	2069	Segurança Alimentar e Nutricional							15.791.772
		Atividades							
10.541	2069 8495	Descontaminação de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria							13.791.772
14.544	2069 8495 0020	Descontaminação de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria - Na Região Nordeste							1.104.097
16.544	2069 8495 0030	Descontaminação de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria - Na Região Sudeste	F	4	2	36	0	100	1.104.097
			F	4	2	36	0	100	5.687.676
TOTAL - FISCAL									13.791.772
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.791.772

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas -

A NEXUS 3

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAR(C)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO) LOCALIZADOR-PRODUTO	E S F O D	G N D	M P D	I P D	U E	VALOR	
	1076	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos Operações Especiais						3.010.627	
10 544	1076 001X	Transferência dos Recursos da Colaboração às Agências de Águas (Lei nº 9.433/1997 e nº 10.893/2004).						3.010.627	
11 544	2026 001X 0030	Transferência dos Recursos da Colaboração às Agências de Águas (Lei nº 9.433/1997 e nº 10.893/2004) - Na Região Sudeste						5,0(0,627	
			F	3	1	20	9	3.010.627	
	1124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente Atividades						2.000.000	
10 321	1124 1000	Administração da Unidade						2.000.000	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014120400012

16 122	7124 2650 0001	Administração da Unidade - Nacional	7	3	2	90	0	588	2.000.000
									2.000.000
TOTAL - FISCAL									5.010.617
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.010.617

ORGAO: 41010 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
JBRJ

2,300
INNOV. I

ANEXO I			Crédito Suplementar								
PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO)			Registro de Todas as Fontes R\$ 1,00								
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR PROPS- YO	E S F	G N D	R P D	M D D	I L E	T T R	VALOR		
	2021	Ciência, Tecnologia e Inovação								112.892	
		Aktividades									
R\$ 541	2021 201W	Preservação e Difusão do Acervo Botânico do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro								112.800	
R\$ 541	2021 201W 3241	Preservação e Difusão do Acervo Botânico do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - No Município do Rio de Janeiro - RJ								112.800	
			F	3	2	90	0	100		112.800	
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Extensão, Pesquisa e Extens- ão								87.200	
		Aktividades									
R\$ 128	2032 4909	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente								\$7.200	
R\$ 128	2032 4909 0033	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente - No Estado do Rio de Janeiro								\$7.200	
			F	1	3	2	90	0	100	\$7.200	
TOTAL - FISCAL											(80.690)
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											(80.690)

ORGÃO: 4001 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 4001 - Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade

ANSWER:
ANSWER 1

PROGRAMA DE TRABALHO COMPLEMENTAÇÃO			Recursos de Todos os Postos RS 1,00								VALOR
FUNÇÃO- NOM.	PROGR/AB/DETA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PROD- TO	E T	O D	N F	R F	M O	I O	F E		
2018		Biodiversidade								7.000,00	
		Atividades									
18 541	2018 20W31	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais								6.100,00	
18 541	2018 20W31 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional								6.100,00	
			F	9	2	90	0	100		5.900,00	
			F	4	2	90	0	100		400,00	
18 115	2018 20W00	Fiscalização Ambiental em Unidades de Con- servação								1.100,00	
18 115	2018 20W00 0001	Fiscalização Ambiental em Unidades de Conser- vação - Nacional								1.100,00	
			F	3	0	90	0	100		5.600,00	
2036		Plano de, Projetos e Controle de Documentação e dos Insumos								1.000,00	
		Atividades									
18 542	2036 20A1V	Desenvolvimento e Controle de Insumos Florestais em Unidades de Conservação Federais								1.000,00	
18 542	2036 20A1V 0001	Desenvolvimento e Controle de Insumos Florestais em Unidades de Conservação Federais - Nacional								1.000,00	
			F	3	0	90	0	100		1.000,00	
2124		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente								350,00	
		Atividades									
18 120	2124 2000	Administração da Unidade - Nacional								150,00	
18 120	2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional								350,00	
			F	9	0	100	0	100		150,00	
TOTAL - FISCAL										8.750,00	
TOTAL - SEGURANÇA										0	
TOTAL - GERAL										8.750,00	

000105 51001 - Météorologie de l'atmosphère Sédouy

USDA/ARS: 61401 - Ministério da Integração Nacional

U.S. D.A. 15
U.S. D.C. 15

[illegible]

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



06 182	2040 8348 0001	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional	F	3	2	90	0	100	438.737
TOTAL - FISCAL									438.737
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									438.737

ÓRGÃO: 51000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 51004 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							2.400.000
		Atividades							
04 112	2111 2000	Administração da Unidade							2.400.000
04 112	2111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.400.000
TOTAL - FISCAL									2.400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.400.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
	2054	Planejamento Urbano							113.437
		Atividades							
15 452	2054 0072	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades							30.800
15 452	2054 0072 0001	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Nacional	F	4	2	90	0	100	30.800
TOTAL - FISCAL									30.800
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.800

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							650.000
		Atividades							
15 123	2119 2000	Administração da Unidade							650.000
15 122	2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	124	650.000
TOTAL - FISCAL									650.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									650.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							1.856.764
		Atividades							
15 121	2119 1402	Aquisições e Reformas de Imóveis para Unidades Regionais do DNPM							1.856.764

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014120400013

25 122	2119 1402 0001	Aquisições e Reformas de Imóveis para Unidades Regionais do DNPM - Nacional	F	3	2	90	0	124	1.856.764
TOTAL - FISCAL									1.856.764
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.856.764

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
	2033	Energia Elétrica							4.126.160
		Atividades							
15 351	2033 2093	Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica							2.819.606
15 352	2033 2093 0001	Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica - Nacional	F	3	2	90	0	174	2.819.606
15 352	2033 2042	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico							33.660
15 352	2033 2042 0001	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico - Nacional	F	3	2	90	0	174	33.660
15 115	2033 0000	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica							1.271.094
15 125	2033 0000 0001	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - Nacional	F	3	2	90	0	174	1.271.094
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							276.817
		Atividades							
15 128	2119 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							276.817
15 128	2119 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional	F	3	2	90	0	174	276.817
TOTAL - FISCAL									4.403.177
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.403.177

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes							100.000
		Obras Especiais							
28 346	2126 09EX	Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA							100.000
28 346	2126 09EX 0001	Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA - Nacional	F	3	2	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39107 - VALEC - Engenharia, Construção e Ferrovias S.A.

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes							500.000
		Atividades							
26 122	2126 2000	Administração da Unidade							500.000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



26 123	2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	E	3	2	90	0	100	900.000
TOTAL - FISCAL									900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									900.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
- DNIT

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2073	Transporte Hidroviário								150.000
Projeto									
26 784	2073 1270	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte							150.000
26 784	2073 1270 0140	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Antares - AM							150.000
TOTAL - FISCAL									150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41101 - Ministério das Comunicações

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2025	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democratização								21.098.000
Projeto									
24 718	2025 1493M	Serviços de Telecomunicações para Grandes Eventos							21.098.000
24 722	2025 1493M 0004	Serviços de Telecomunicações para Grandes Eventos - Nacional							21.098.000
TOTAL - FISCAL									21.098.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									21.098.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
1069	Saneamento Ambiental e Sanitário								15.791.772
Atividades									
18 546	1069 8095	Descontaminação de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria							5.104.097
18 546	1069 8095 0030	Descontaminação de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria - São Leopoldo (Rio de Janeiro)							5.104.097
18 546	1069 8095 0030	Descontaminação de Água - Água Doce - Plano Brasil sem Miséria - São Leopoldo (Rio de Janeiro)							5.104.097
TOTAL - FISCAL									15.791.772
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.791.772

ÓRGÃO: 41000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 41101 - Ministério da Integração Nacional

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
1026	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos								1.000.000
Atividades									
18 544	1026 10W	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos							1.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014120400014

18 544	2026 20W1 0001	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - Nacional	E	3	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
- IBRJA

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2021	Ciência, Tecnologia e Inovação								123.800
Atividades									
18 541	2021 20W1	Preservação e Difusão do Acervo Museológico do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro							123.800
18 541	2021 20W1 2541	Preservação e Difusão do Acervo Museológico do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - No Município do Rio de Janeiro - RJ							123.800
TOTAL - FISCAL									123.800
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									123.800

2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								57.200
Atividades									
18 128	2032 1005	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente							57.200
18 128	2032 4009 0033	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente - No Estado do Rio de Janeiro							57.200
TOTAL - FISCAL									114.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									114.400

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2018	Biodiversidade								400.000
Atividades									
18 541	2018 10W1	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							400.000
18 541	2018 10W1 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional							400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

2114	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente								350.000
Atividades									
18 123	2114 10W1	Modernização da Gestão de Atividades Ligadas ao Meio Ambiente							350.000
18 123	2114 20W1 0001	Modernização da Gestão de Atividades Ligadas ao Meio Ambiente - Nacional							350.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 41000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 41101 - Ministério da Integração Nacional

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional								618.731
Atividades									
04 112	2111 10W1	Administração do Território							618.731

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



04 122	1111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	634.737
TOTAL - FISCAL									634.737
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									634.737

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53004 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						VALOR
			E	G	R	M	I	F	
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2012		Agricultura Irrigada							2.000.000
Atividades									
20 607	2013 20EY	Administração de Perímetros Públicos de Irrigação							400.000
20 607	2013 20EY 0001	Administração de Perímetros Públicos de Irrigação - Nacional	F	3	2	90	0	100	400.000
20 607	2013 12OB	Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação							1.200.000
20 607	2013 12OB 0001	Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.200.000
18 607	2013 146N	Regularização Ambiental e Fundiária de Perímetros Públicos de Irrigação							400.000
18 607	2013 146N 0001	Regularização Ambiental e Fundiária de Perímetros Públicos de Irrigação - Nacional	F	3	2	90	0	100	400.000
2026		Conservação e Gestão de Recursos Hídricos							200.000
Atividades									
18 542	2026 2D93	Monitoramento Hidroambiental nos Reservatórios do DNOCS							200.000
18 542	2026 2D93 0020	Monitoramento Hidroambiental nos Reservatórios do DNOCS - Na Região Nordeste	F	3	2	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									2.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.200.000

ÓRGÃO: 56900 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56901 - Ministério das Cidades

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						VALOR
			E	G	R	M	I	F	
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2090		Gestão de Riscos e Resposta a Desastres							43.432
Atividades									
15 452	2040 20NN	Planejamento e Monitoramento da Ocupação Urbana em Áreas Suscetíveis a Inundações, Encostas e Deslizamentos							43.432
15 452	2040 20NN 0001	Planejamento e Monitoramento da Ocupação Urbana em Áreas Suscetíveis a Inundações, Encostas e Deslizamentos - Nacional	F	3	2	90	0	100	43.432
2054		Planejamento Urbano							80.000
Atividades									
15 452	2054 8872	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades							80.000
15 452	2054 8872 0001	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Nacional	F	3	2	90	0	100	80.000
TOTAL - FISCAL									123.432
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									123.432

DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Militar da União, de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 13.021.672.239,00, para refugo de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alíneas "a" e "d", inciso III, inciso IV, alínea "e", inciso V, alínea "a", inciso X, alíneas "a" e "e", inciso XVI, inciso XVII, alíneas "a" e "b", inciso XX, alíneas "a" e "b", e inciso XXVII, da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor da Justiça Militar da União, de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 13.021.672.239,00 (treze bilhões, vinte e um milhões, seiscentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/atospublicos/htm>, pelo código 00012014120400015

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no valor de R\$ 3.457.159.047,00 (três bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, cento e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais), sendo:

a) R\$ 271.785.957,00 (duzentos e setenta e um milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e sete reais) de Alienação de Bens Apreendidos;

b) R\$ 999.251.157,00 (novecentos e noventa e nove milhões, duzentos e cinquenta e um mil, cento e cinquenta e sete reais) de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas;

c) R\$ 2.001.252.000,00 (dois bilhões, um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil reais) de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; e

d) R\$ 184.869.933,00 (cento e oitenta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, novecentos e trinta e três reais) de Recursos Próprios Financeiros;

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 7.976.525.871,00 (sete bilhões, novecentos e setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e um reais), sendo:

a) R\$ 150.345.916,00 (cento e cinquenta milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e dezesseis reais) de Transferência do Imposto Territorial Rural;

b) R\$ 6.332.884,00 (seis milhões, trezentos e vinte e dois mil, oitenta e quatro reais) de Contribuições sobre Concursos de Prognósticos; e

c) R\$ 7.819.817.871,00 (sete bilhões, oitocentos e dezanove milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e setenta e um reais) de Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional;

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 2.088.302.321,00 (dois bilhões, oitenta e oito milhões, trezentos e dois mil, trezentos e vinte e um reais), conforme indicado no Anexo II;

IV - emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, no valor de R\$ 1.499.685.000,00 (um bilhão, quatrocentos e noventa e nove milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de dezembro de 2014, 193º da Independência e 126ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam BelchiorÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União
UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						VALOR
			E	G	R	M	I	F	
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0566		Proteção Jurisdicional Militar							316.000
Atividades									
07 311	0566 2012	Auxílio Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							316.000
07 311	0566 2012 0001	Auxílio Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	316.000
TOTAL - FISCAL									316.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									316.000

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22201 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						VALOR
			E	G	R	M	I	F	
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.143.971
Operações Especiais									
28 826	0901 0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.143.971
28 826	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	F	3	1	90	0	100	1.143.971
TOTAL - FISCAL									1.143.971
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.143.971

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22201 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						VALOR
			E	G	R	M	I	F	
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							8.233.811
Operações Especiais									
28 826	0901 0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							8.233.811

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



28.846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	F	3	1	90	0	100	5.233.811
			F	3	1	90	0	100	5.233.811
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 14208 - Indústria Nuclear do Brasil S.A. - INB

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.140.000
		Operações Especiais							
28.846	0901 0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.140.000
28.846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	F	3	1	90	0	100	1.140.000
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16278 - Fundação Universidade do Amazonas

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							11.122
		Operações Especiais							
28.846	0901 0005	Cumprimento de Sentenças Judiciais Transmitidas em Julgado (Precatórios)							11.122
28.846	0901 0005 0013	Cumprimento de Sentenças Judiciais Transmitidas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas	F	1	1	90	0	100	11.122
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16278 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2020		Educação Básica							504.100.000
		Operações Especiais							
12.847	2020 0036	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB							504.100.000
12.847	2020 0036 0001	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Nacional	F	3	1	90	0	100	504.100.000
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social

UNIDADE: 33994 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							330.500.000
		Operações Especiais							
28.846	0901 0025	Cumprimento de Sentença Judicial Transmitida em Julgado de Pequeno Valor							330.500.000
28.846	0901 0025 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transmitida em Julgado de Pequeno Valor - Nacional	S	3	1	90	0	100	330.500.000
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									
2061		Previdência Social							6.929.062.311
		Operações Especiais							
09.271	2061 0028	Benefícios Previdenciários Urbanos							5.026.182.253
09.271	2061 0028 0001	Benefícios Previdenciários Urbanos - Nacional	S	3	1	90	0	100	5.026.182.253
			S	3	1	90	0	100	2.015.679.096
			S	3	1	90	0	100	999.251.157
			S	3	1	90	0	100	2.001.252.000
09.271	2061 0028	Benefícios Previdenciários Rurais							1.932.880.058

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014120400016

09.271	2061 0028 0001	Benefícios Previdenciários Rurais - Nacional	S	3	1	90	0	100	1.932.880.058
			S	3	1	90	0	100	150.000.000
			S	3	1	90	0	151	100.000.000
			S	3	1	90	0	154	200.000.000
			S	3	1	90	0	188	1.412.880.058
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 34000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 34211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.453.841
		Operações Especiais							
28.846	0901 0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transmitida em Julgado (Precatórios)							1.453.841
28.846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transmitida em Julgado (Precatórios) - Nacional	S	1	1	90	0	100	1.453.841
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

UNIDADE: 38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2071		Trabalho, Emprego e Renda							3.710.849.692
		Operações Especiais							
11.331	2071 0217	Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspensão							7.560.000
11.331	2071 0217 0001	Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspensão - Nacional	S	3	1	90	0	100	7.560.000
11.331	2071 0503	Pagamento do Seguro-Desemprego							3.730.464.693
11.331	2071 0503 0001	Pagamento do Seguro-Desemprego - Nacional	S	3	1	90	0	100	3.730.464.693
11.331	2071 0653	Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico							184.869.933
11.331	2071 0653 0001	Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico - Nacional	S	3	1	90	0	100	184.869.933
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2037		Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)							1.434.564.934
		Operações Especiais							
08.242	2037 0568	Renda Mensal Vitalícia por Invalidez							140.000.000
08.242	2037 0568 0001	Renda Mensal Vitalícia por Invalidez - Nacional	S	3	1	90	0	153	140.000.000
08.241	2037 0573	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social a Pessoa Idosa							1.294.564.934
08.241	2037 0573 0001	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social a Pessoa Idosa - Nacional	S	3	1	90	0	100	1.294.564.934
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TREN-URB

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							5.078.655
		Operações Especiais							
28.846	0901 0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							5.078.655

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 do 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



28		44	6901 0005 0026	Complemento de Saneamento Judicial Transilândia em Itajubá (Prestador) - Na Estado de Pernambuco							1,268
					F	J	I	R	O	T	3,263
TOTAL - FISCAL											3,268
(TOTAL - SEGURIDADE)											0
TOTAL - GERAL											3,268

ORÇÃO: 23000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 23002 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)						Recursos de Trabalho em Contas R\$ 100						
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U T	V L R				
	0901	Operações Especiais, Cumprimento de Sentenças Judiciais										3.237
		Operações Especiais										
18 E46	0901 0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Prescritivos)										3.237
24 E46	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Procedimentos) - Nacional										3.237
			F	1	1	90	0	100				3.237
TOTAL - FISCAL												3.237
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												3.237

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI

[illegible]

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33201 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO II						Crédito Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO - CANCELAMENTO						Recursos de Todas as Fontes R\$ 100,00						
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA-AÇÃO LOCALIZADOR-PRODUTO	E F	S D	G N	R P	M O	I D	T U	V E	VALOR	
	0901	Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais									3.020.174,00	
		Operações Especiais										
28.846	0901.0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Procedimentos)									3.020.174,00	
28.846	0901.0005.0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Procedimentos) - Nacional									3.020.174,00	
					8	1	1	90	0	100	3.020.174,00	
TOTAL - FISCAL											0	
TOTAL - SEGURIDADE											3.020.174,00	
TOTAL - GERAL											3.020.174,00	

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

UNIDADE: 32294 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social										Crédito Suplementar	
ANEXO II										Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										VALOR	
FUNÇÃO:	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M I D	J U D	F T F			
	0999	Reserva de Contingência								250.000,00	
		Operações Especiais									
99 999	0999 0701	Reserva de Contingência Fiscal - Primária								250.000,00	
99 999	0999 0201 7000	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Reserva para Atendimento de Benefícios Previdenciários								250.000,00	
					X	9	1	90	0	100	
					R	9	1	90	0	100	
	2061	Previdência Social								200.000,00	
		Operações Especiais									
09 371	2061 099W	Compensação Previdenciária								200.000,00	
09 371	2061 099W 0001	Compensação Previdenciária - Nacional								200.000,00	
					S	3	1	90	0	114	
TOTAL - FISCAL											
TOTAL - SEGURIDADE										450.000,00	
TOTAL - GERAL										450.000,00	

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz

UNIDADE: 35281 - FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTO		Credito Suplementar	
ANEXO II		Resumo de Todas as Fontes R\$ 1,00	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	VALOR
FUNCI- NAL		S E N D	O R P M O D U L O E
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	
		Operações Especiais	
78 546	0901 0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Prescritiva	

[illegible]

ÓRGÃO: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego
UNIDADE: 38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANEXO II						Crédito Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO			CANCELAMENTO	RECURSO DE Todas as Fontes R\$ 100								
FUNCION- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	O N D	R M P	I F O	T U E	VALOR			
	3071	Trabalho, Emprego e Renda							989.600,000			
		Operações Especiais										
II 331	3071 05R1	Abaixo Salarial							999.450,000			
II 331	3071 05B1 0001	Abaixo Salarial - Nacional							919.410,000			
				S	3	1	90	0	183			
II 331	3071 05RS	Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal							30.150,000			
II 331	3071 05B5 0001	Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal - Nacional							30.150,000			
				S	3	1	90	0	183			
TOTAL - FISCAL									0			
TOTAL - SEGURIDADE									999.600,000			
TOTAL - GERAL									999.600,000			

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39152 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

ANEXO II										Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										Recursos de Todos os Fontes R\$ 1,00	
PROG- RAMA- FUND- ACIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO)	LOCALIZADOR PROD- UTO	E S P	G N P	M O D	U I T	F E	VALOR		
	9991	Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais							438.765		
		Operações Especiais									
28.846	0901.0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transmitida em Julgado (Procuratários)							438.765		
28.846	0901.0003.0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transmitida em Julgado (Procuratários) - Nacional							438.765		
				F	1	1	90	0	100		
TOTAL - FISCAL									438.765		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									438.765		

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42201 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNIDADE: 4202 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional										Crédito Suplementar	
ANEXO II											
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNÇÃO	PROGRAMA	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	O	I	F	VALOR
NAL				F	D	V	D	U	T		
	0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								2.809
			Operações Especiais								
28 346	0901 0003		Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)								2.809
28 446	0901 0003 0001		Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - Nacional								2.809
				F	3	1	30	0	100		2.809
TOTAL - FISCAL											2.809
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											2.809

ONGÃO: 2000 e Ministério da Cultura
 revista 199: 138-145. Rio de Janeiro: Nacional de Antropologia.

[illegible]

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Nat-

[illegible]

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>
pelo código 00012014120400019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



28.846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - Nacional	F	I	I	90	0	100	18.609
TOTAL - FISCAL									18.609
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.609

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.000.000
		Operações Especiais							
28.846	0901 0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							3.000.000
28.846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	F	I	I	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									29.730.000
TOTAL - GERAL									34.730.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							199.443
		Operações Especiais							
28.846	0901 0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)							199.443
28.846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - Nacional	F	I	I	90	0	100	199.443
TOTAL - FISCAL									199.443
TOTAL - SEGURIDADE									185.542
TOTAL - GERAL									384.985

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49101 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							354.383
		Operações Especiais							
28.846	0901 0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)							354.383
28.846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - Nacional	F	I	I	90	0	100	354.383
TOTAL - FISCAL									354.383
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									354.383

ÓRGÃO: 51000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 51211 - Casa de Elencamento Imobiliária da Aeronáutica

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							137.761
		Operações Especiais							
28.846	0901 0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)							137.761
28.846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - Nacional	F	I	I	90	0	100	137.761
TOTAL - FISCAL									137.761
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									137.761

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							31.902
		Operações Especiais							
28.846	0901 0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)							31.902

28.846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - Nacional	F	I	I	90	0	100	31.902
TOTAL - FISCAL									31.902
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.902

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							141.153.957
		Operações Especiais							
28.846	0901 0625	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor							141.153.957
28.846	0901 0625 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional	F	I	I	90	0	100	141.153.957
TOTAL - FISCAL									141.153.957
TOTAL - SEGURIDADE									140.008.000
TOTAL - GERAL									281.161.957

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TREX-SURB

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.498.599
		Operações Especiais							
28.846	0901 0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							2.498.599
28.846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	F	I	I	90	0	100	2.498.599
TOTAL - FISCAL									2.498.599
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.498.599

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.214.611
		Operações Especiais							
28.846	0901 0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.214.611
28.846	0901 0022 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	F	I	I	90	0	100	1.214.611
TOTAL - FISCAL									1.214.611
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.214.611

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							6.781.055
		Operações Especiais							
28.846	0901 0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)							6.781.055
28.846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) - Nacional	F	I	I	90	0	100	6.781.055
TOTAL - FISCAL									6.781.055
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.781.055

ÓRGÃO: 71000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 71901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D				E	
0903		Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							319.000.000
		Operações Especiais							
28.845	0903 00NR	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							330.000.000
28.845	0903 00NR 0053	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal	F	I	I	90	0	100	330.000.000
TOTAL - FISCAL									330.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									330.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00012014120406020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



10 302	2015 8593 0025	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Pará	S	3	1	31	6	186	6.000.000
10 303	2015 8585 0036	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Amapá	S	3	1	41	6	186	74.000.000 5.000.000
10 302	2015 8583 0021	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Maranhão	S	3	1	31	6	153	1.000.000 5.000.000
10 302	2015 8585 0022	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - No Estado do Piauí	S	3	1	41	6	186	5.000.000 15.000.000
10 136	2015 8785	Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	S	3	1	41	6	186	45.000.000 300.000
10 136	2015 8718 0001	Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde - Nacional	S	3	2	90	6	151	300.000 6.000.000
10 302	2015 8721	Implementação de Reguladoras, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde	S	4	2	30	6	151	8.000.000 5.543.000
10 301	2015 8730	Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada	S	3	2	41	6	151	7.543.000 36.600.000
10 301	2015 8730 0501	Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada - Nacional	S	3	2	41	6	151	7.543.000 36.600.000
10 301	2015 8741	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192	S	3	2	41	6	151	7.543.000 36.600.000
10 302	2015 8761 0011	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Rondônia	S	3	2	41	6	153	340.000 190.000
10 302	2015 8761 0012	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Acre	S	3	2	31	6	153	190.000 2.800.000
10 302	2015 8761 0013	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Amazonas	S	3	2	41	6	153	2.800.000 1.500.000
10 302	2015 8761 0015	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Pará	S	3	2	41	6	153	1.500.000 100.000
10 302	2015 8761 0017	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Tocantins	S	3	2	41	6	153	100.000 680.000
10 302	2015 8761 0021	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Maranhão	S	3	2	41	6	153	680.000 2.200.000
10 302	2015 8761 0022	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Piauí	S	3	2	41	6	153	2.200.000 4.550.000
10 302	2015 8761 0023	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Ceará	S	3	2	31	6	153	4.550.000 900.000
10 302	2015 8761 0026	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Pernambuco	S	3	2	41	6	153	900.000 1.850.000
10 302	2015 8761 0029	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado da Bahia	S	3	2	41	6	153	1.850.000 13.400.000
10 302	2015 8761 0033	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	31	6	153	13.400.000 1.850.000
10 302	2015 8761 0032	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Espírito Santo	S	3	2	31	6	153	1.850.000 2.600.000
10 302	2015 8761 0043	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	2	41	6	153	2.600.000 5.800.000
10 302	2015 8761 0012	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192 - No Estado de Goiás	S	3	2	41	6	153	5.800.000 3.800.000
10 302	2015 8933	Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial	S	3	2	41	6	153	3.800.000 8.900.000
10 302	2015 1733 0001	Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial - Nacional	S	4	2	90	6	151	8.900.000
10 122	2015 7666	Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS	S	3	2	31	9	148	39.100.000
10 122	2015 7666 0001	Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS - Nacional	S	3	2	31	9	148	39.100.000 59.100.000 4.400.000
2055		Desenvolvimento Produtivo							
10 571	2055 10627	Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde	S	3	2	90	6	151	3.100.000
10 572	2055 20627 0001	Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde - Nacional	S	4	2	90	6	151	3.100.000 2.780.000 1.000.000
10 303	2055 8636	Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde	S	3	2	90	6	151	1.000.000 1.300.000
10 303	2055 8636 0001	Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde - Nacional	S	4	2	90	6	151	1.300.000 6.000.000
2055		Proteção e Promoção dos Direitos das Populações Indígenas							
10 311	2055 7684	Saneamento Básico em Áreas Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	S	3	2	90	6		6.000.000
10 311	2055 7684 0001	Saneamento Básico em Áreas Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos - Nacional	S	4	2	90	6	153	6.000.000 6.000.000
2119		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							
10 123	2115 20YQ	Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS	S	3	2	90	6	151	2.500.000
10 122	2115 20YQ 0001	Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS - Nacional	S	3	2	90	6	151	2.500.000 2.500.000
TOTAL - SUSICAL			S	3	2	90	6	151	2.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									448.637.240
TOTAL - GERAL									448.637.240

DECRETO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justças do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 12.571.676,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alínea "c", e inciso VIII, da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor das Justiças do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R\$ 12.571.676,00 (doze milhões, quinhentos e setenta e um mil, seiscentos e setenta e seis reais), para atender à programação constante do Anexo

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, relativo a Recursos de Convênios no valor de R\$ 157.636,00 (cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e trinta e seis reais), e

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 12.414,640,00 (doze milhões, quatrocentos e quatorze mil e quarenta reais), sendo:

a) R\$ 2.412.937,00 (dois milhões, quatrocentos e doze mil, novecentos e trinta e sete reais) do Recursos Próprios Não Financeiros, a

b) R\$ 10 MIL 103,00 (dez mil e três reais) de Recursos de Convênios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de dezembro de 2014, 193^o da Independência e 126^o da República

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

ÓRGÃO: INDIQUE: JORNAL DE TRIBUNA

UNIDADE: 13102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

[illegible]

ÓRGÃO: 14000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 • Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região • Minas

Gerais						Crédito Suplementar								
ANEXO PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO:								Recurso de Todos os Fundos R\$ 1,00 VALOR:						
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO LOCAL E ADICIONA TO				E S F	R P D	M M O	I U D	T E				
	0571	Proteção Jurisdicional Trabalhista										278.494		
		Atividades												
02.112	0571.4256	Aplicação do Casus na Justiça do Trabalho										375.404		
02.122	0571.4256.0035	Aplicação de Casus na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais				F	3	+	99	=	310	375.404		
TOTAL - FISCAL												375.404		
TOTAL - SEGURIDADE												375.404		
TOTAL - GERAL												750.808		

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande

ANEXO		Cédulas Suplementares										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 100									
FUNCA- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/COORDENADOR PROD- UTO	E C	R D	P O	M D	I O	T T	VALOR			
	0571	Prestação Jurisdiccional Trabalhista							R\$ 40.850			
		Atividades										
N2 121	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							R\$ 40.829			
N2 122	0571 4256 9043	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	2	90	8	150	R\$ 40.350			
			F	3	2	90	8	151	1.601,420			
TOTAL - FISCAL									R\$ 40.850			
TOTAL - SEGURIDADE									0			
TOTAL - GERAL									R\$ 40.850			

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

[illegible]

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012014120400023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLII Nº 142

Brasília - DF, terça-feira, 28 de julho de 2015



SEÇÃO 1

Sumário

	PÁGINA
Ato do Poder Legislativo	1
Ato do Poder Executivo	2
Presidência da República	71
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	72
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	72
Ministério da Cultura	73
Ministério da Defesa	76
Ministério da Educação	80
Ministério da Fazenda	83
Ministério da Justiça	91
Ministério da Pesca e Aquicultura	94
Ministério da Previdência Social	94
Ministério da Saúde	95
Ministério das Cidades	98
Ministério das Comunicações	99
Ministério das Relações Exteriores	102
Ministério de Minas e Energia	104
Ministério do Desenvolvimento Agrário	108
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	108
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	109
Ministério do Trabalho e Emprego	110
Ministério dos Transportes	116
Poder Judiciário	116
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	116

Ato do Poder Legislativo

LEI Nº 13.150, DE 27 DE JULHO DE 2015

Cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais, e transforma funções do Chefe de Cartório

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados, nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, os cargos de provimento efetivo e as funções comissionadas quantificados no Anexo I:

I - 2 (dois) cargos efetivos, sendo 1 (um) de Analista Judiciário e 1 (um) de Técnico Judiciário, para cada Zona Eleitoral;

II - 1 (uma) função comissionada do Chefe de Cartório Eleitoral, nível FC-6, para as Zonas Eleitorais localizadas no Distrito Federal e na capital e interior dos Estados;

III - 1 (uma) função comissionada de Assessor L, nível FC-1, para as Zonas Eleitorais localizadas no Distrito Federal e na capital e interior dos Estados.

Art. 2º Ficam transformadas para o nível FC-6 as funções comissionadas de Chefe de Cartório das Zonas Eleitorais do Distrito Federal e da capital e interior dos Estados, constantes do art. 1º da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, e indicadas e quantificadas no Anexo II.

Art. 3º Fica criada, nas Zonas Eleitorais do Distrito Federal e da capital e interior dos Estados, constantes do art. 1º da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, 1 (uma) função comissionada de Assessor L, nível FC-1, indicada e quantificada no Anexo III.

Art. 4º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias à aplicação desta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias consignadas aos Tribunais Regionais Eleitorais.

Art. 6º A eficácia desta Lei e de seus efeitos financeiros fica condicionada nos limites orçamentários autorizados na lei de diretrizes orçamentárias e em anexo próprio da lei orçamentária anual, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2015; 194ª da Independência e 127ª da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Nelson Barbosa

ANEXO I

(Art. 1º da Lei nº 13.150, de 27 de julho de 2015)

CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS DESTINADOS ÀS ZONAS ELEITORAIS

Quadro de Pessoal	Analista Judiciário	Técnico Judiciário	FC-1	FC-6
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral de Amapá	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	3	3	3	3
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	4	4	4	4
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	12	12	12	12
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	5	5	5	5
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	4	4	4	4
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	19	19	19	19

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	29	29	29	29
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	17	17	17	17
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	1	1	1	1
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	5	5	5	5
Tribunal Regional Eleitoral de Piauí	1	1	1	1
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	14	14	14	14
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	1	1	1	1
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	3	3	3	3
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	4	4	4	4
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	33	33	33	33
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	1	1	1	1
TOTAL	166	166	167	167

ANEXO II

(Art. 2º da Lei nº 13.150, de 27 de julho de 2015)

TRANSFORMAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DESTINADAS ÀS ZONAS ELEITORAIS

Quadro de Pessoal	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO NOVA
	FC-4	FC-1
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	3	7
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	3	50
Tribunal Regional Eleitoral de Amapá	2	9
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	11	56
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	20	181
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	6	105

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,80
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/imprensa/diario.html>, pelo código 00012015072800001.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	17	-	17
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	2	53	55
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	10	118	128
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	9	83	92
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	11	49	60
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	4	48	52
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	14	308	322
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	7	80	87
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	4	72	76
Tribunal Regional Eleitoral da Paraná	10	196	206
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	9	137	146
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	4	93	97
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	97	145	242
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	4	64	68
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	10	163	173
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	7	25	32
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	1	2	3
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	4	98	102
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	41	351	392
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	3	32	35
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	1	34	35
TOTAL	314	2.559	2.873

ANEXO III

(Art. 3º da Lei nº 13.150, de 27 de julho de 2015)

CRIAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS
DESTINADAS ÀS ZONAS ELEITORAIS

Quadro de Pessoal	FC-1
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	10
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	53
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	11
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	67
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	201
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	111
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	17
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	55
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	128
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	92
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	60
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	52
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	322
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	87
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	76
Tribunal Regional Eleitoral da Paraná	206
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	146
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	97
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	242
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	68
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	173
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	32
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	3
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	102
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	392
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	35
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	35
TOTAL	2.873

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.495, DE 27 DE JULHO DE 2015

Autoriza a integralização de cotas no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educacional.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e no art. 1º da Lei nº 12.380, de 10 de janeiro de 2011,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a integralização de cotas pela União do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educacional - FGEDUC, de que trata a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, mediante a transferência de ações ordinárias de sua titularidade e de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil RE, excetadas no necessário à manutenção da União no grupo de controle por acordo de votos.

§ 1º A integralização de cotas do FGEDUC será efetuada mediante a transferência das participações acionárias de que trata o caput e efetuada após a publicação de portaria editada pelo Ministro de Estado da Fazenda, que deverá conter o valor da subscrição e a quantidade de ações a serem transferidas.

§ 2º Para fins de atendimento no disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.380, de 10 de janeiro de 2011, o valor das ações deverá ser o valor patrimonial calculado a partir do último balanço patrimonial publicado e auditado.

Art. 2º A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda adotará as providências para a transferência das ações e para assegurar que a operação não exclua a participação da União no grupo de controle do IRB Brasil RE.

Art. 3º Ficam excluídas do Fundo Nacional de Desestatização - FND as ações de emissão do IRB Brasil RE de titularidade da União.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2015; 194ª da Independência e 127ª da República.

DILMA ROUSSEFF

Joaquim Vieira Ferreira Levy

DECRETO DE 27 DE JULHO DE 2015

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 1.629.519.495,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 3º, caput, inciso I, alínea "a", inciso IV, alíneas "b" e "c", inciso VI, alíneas "a" e "b", inciso XVI, alínea "c", e inciso XXX, alíneas "a" e "c", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 1.629.519.495,00 (um bilhão, seiscentos e vinte e nove mil e quatrocentos e noventa e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2014, no valor de R\$ 56.550.100,00 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta mil e cem reais), relativo à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 1.572.969.395,00 (um bilhão, quinhentos e setenta e dois milhões, novecentos e sessenta e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2015; 194ª da Independência e 127ª da República.

DILMA ROUSSEFF

Nelson Barbosa

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

IMPrensa NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2

Publicação de atos relativos a pessoal da

Administração Pública Federal

SEÇÃO 3

Publicação de contratos,

editais, decisões e impositivos

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados

para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.diofbrasil.gov.br

SIC, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF

CNPJ: 04196645/0001-00

Fone: 0610 725 4242

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA

Coordenador-Geral de

Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO

Coordenador de Editoração e

Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

BERGMANN RODRIGUES TELES

Coordenador de Produção

Substituto



ÓRGÃO: 02000 - Senado Federal
UNIDADE: 02101 - Senado Federal
ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	S	G	R	M	I	F	T	F	D	O	U	
	0551	Atuação Legislativa do Senado Federal													1.500.000
	0551 2004	Atividades													1.500.000
01 301	0551 2004 5664	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes													1.500.000
01 301	0551 2004 5664	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF													1.500.000
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															1.500.000
TOTAL - GERAL															1.500.000

ÓRGÃO: 03000 - Tribunal de Contas da União
UNIDADE: 03101 - Tribunal de Contas da União
ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	S	G	R	M	I	F	T	F	D	O	U	
	0550	Controle Externo													1.595.800
	0550 2010	Atividades													408.000
01 331	0550 2010 0001	Auxílio Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares													305.000
01 331	0550 2010 0001	Auxílio Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - Nacional													305.000
01 331	0550 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares													10.800
01 331	0550 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - Nacional													10.800
01 331	0550 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares													1.280.000
01 331	0550 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - Nacional													1.280.000
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															1.595.800
TOTAL - GERAL															1.595.800

ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal
UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal
ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	S	G	R	M	I	F	T	F	D	O	U	
	0566	Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal													300.000
02 331	0566 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade													300.000
02 331	0566 0001 5664	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Em Brasília - DF													300.000
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															300.000
TOTAL - GERAL															300.000

ÓRGÃO: 11000 - Superior Tribunal de Justiça
UNIDADE: 11101 - Superior Tribunal de Justiça
ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	S	G	R	M	I	F	T	F	D	O	U	
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais													500
09 274	0909 0536	Operações Especiais													500
09 274	0909 0536 5664	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais													500
09 274	0909 0536 5664	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Em Brasília - DF													500
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															500
TOTAL - GERAL															500

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	S	G	R	M	I	F	T	F	D	O	U	
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal													7.060.399
02 331	0569 2011	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares													7.060.399
02 331	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - Nacional													7.060.399
02 122	0569 2012	Pagamento de Pessoal Ativo da União													818.007
02 122	0569 2012 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional													818.007
02 122	0569 0910R	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais													97.083
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															14.938.805
TOTAL - GERAL															14.938.805

ÓRGÃO: 13000 - Justiça Militar da União
UNIDADE: 13101 - Justiça Militar da União
ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	S	G	R	M	I	F	T	F	D	O	U	
	0566	Prestação Jurisdicional Militar													48.000
02 331	0566 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares													48.000
02 331	0566 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - Nacional													48.000
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															48.000
TOTAL - GERAL															48.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	S	G	R	M	I	F	T	F	D	O	U	
	0570	Gestão do Processo Eleitoral													315.300
02 301	0570 2004	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes													175.740
02 301	0570 2004 0053	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal													175.740
02 331	0570 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares													35.557
02 331	0570 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Distrito Federal													35.557
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															37.557
TOTAL - GERAL															37.557

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	S	G	R	M	I	F	T	F	D	O	U	
	0570	Gestão do Processo Eleitoral													481.844
02 331	0570 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares													47.000
02 331	0570 2011 0013	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas													47.000
02 331	0570 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares													434.844
02 331	0570 2012 0013	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas													434.844
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															911.844
TOTAL - GERAL															911.844

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral do Bahia
ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	S	G	R	M	I	F	T	F	D	O	U	
	0570	Gestão do Processo Eleitoral													189.167
02 331	0570 2010	Auxílio Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares													121.730
02 331	0570 2010 0029	Auxílio Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado da Bahia													121.730
02 331	0570 2011	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares													60.427
02 331	0570 2012 0029	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado da Bahia													60.427
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															363.887
TOTAL - GERAL															363.887

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	S	G	R	M	I	F	T	F	D	O	U	
	0570	Gestão do Processo Eleitoral													10.785
02 331	0570 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares													10.785
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															10.785
TOTAL - GERAL															10.785



Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 142, terça-feira, 28 de julho de 2015



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



02 331	0570 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									30.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
	0570	Gestão do Processo Eleitoral								74.817
		Atividades								
02 331	0570 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares								14.472
02 331	0570 2010 0024	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte								14.472
02 331	0570 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	F	3	1	90	0	100		14.472
02 331	0570 2011 0024	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte								2.655
02 331	0570 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	F	3	1	90	0	100		2.655
02 331	0570 2012 0024	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte								57.690
TOTAL - FISCAL										74.817
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										74.817

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
	0570	Gestão do Processo Eleitoral								38.231
		Atividades								
02 301	0570 2004	Auxílio-Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes								23.633
02 301	0570 2004 0043	Auxílio-Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul								23.633
02 301	0570 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	S	3	1	90	0	100		23.633
02 331	0570 2010 0043	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul								14.588
TOTAL - FISCAL										38.231
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										38.231

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
	0570	Gestão do Processo Eleitoral								197.833
		Atividades								
02 331	0570 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	F	3	1	90	0	100		197.833
02 331	0570 2012 0011	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia								197.833
TOTAL - FISCAL										197.833
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										197.833

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
	0570	Gestão do Processo Eleitoral								196.099
		Atividades								
02 331	0570 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares								28.715
02 331	0570 2010 0043	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina								28.715
TOTAL - FISCAL										196.099
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										196.099

02 331	0570 2011	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares								167.384
02 331	0570 2011 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina								167.384
TOTAL - FISCAL										167.384
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										167.384

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
	0570	Gestão do Processo Eleitoral								341.620
		Atividades								
02 301	0570 2004	Auxílio-Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes								127.480
02 301	0570 2004 0033	Auxílio-Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo								237.480
02 331	0570 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	S	3	1	90	0	100		237.480
02 331	0570 2010 0033	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo								79.140
02 331	0570 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	F	3	1	90	0	100		79.140
02 331	0570 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo								25.000
TOTAL - FISCAL										341.620
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										341.620

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
	0570	Gestão do Processo Eleitoral								72.504
		Atividades								
02 331	0570 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares								72.504
02 331	0570 2012 0016	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe								72.504
TOTAL - FISCAL										72.504
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										72.504

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
	0571	Proteção Jurisdicional Trabalhista								1.483.620
		Atividades								
02 331	0571 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares								376.161
02 331	0571 2010 0033	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro								376.161
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	F	3	1	90	0	100		376.161
02 331	0571 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro								281.701
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	F	3	1	90	0	100		281.701
02 331	0571 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro								124.568
TOTAL - FISCAL										1.483.620
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1,483,620

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - São Paulo

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
	0571	Proteção Jurisdicional Trabalhista								1,483,620
		Atividades								
02 301	0571 2004	Auxílio-Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes								1,484,000
02 301	0571 2004 0033	Auxílio-Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo								1,484,000
02 331	0571 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	S	3	1	90	0	100		1,484,000
02 331	0571 2010 0033	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo								130.741
TOTAL - FISCAL										1,484,000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1,484,000



02 331	0571 2010 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	100	130.741
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							130.741
02 331	0571 2011 0035	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	100	330.000
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							330.000
02 331	0571 2012 0035	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	0	100	2.636.700
TOTAL - FISCAL									3.097.441
TOTAL - SEGURIDADE									1.886.000
TOTAL - GERAL									4.983.441

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - Minas Gerais

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	G	R	M	I	F	T		
			S	N	P	O	U	T	E		
02 331	0571 2010	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares									280.608
02 331	0571 2010 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	100			280.608
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares									34.029
02 331	0571 2011 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	100			34.029
TOTAL - FISCAL											314.637
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											314.637

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	G	R	M	I	F	T		
			S	N	P	O	U	T	E		
02 331	0571 2010	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares									151.680
02 331	0571 2010 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	100			151.680
02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares									48.029
02 331	0571 2011 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	100			48.029
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares									120.768
02 331	0571 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	100			120.768
TOTAL - FISCAL											320.477
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											320.477

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	G	R	M	I	F	T		
			S	N	P	O	U	T	E		
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares									287.640
02 331	0571 2012 0029	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia	F	3	1	90	0	100			287.640
TOTAL - FISCAL											287.640
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											287.640

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Paraná

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	G	R	M	I	F	T		
			S	N	P	O	U	T	E		
02 331	0571 2010	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares									289.060
02 331	0571 2010 0041	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	100			289.060
TOTAL - FISCAL											289.060
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											289.060

02 331	0571 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares									32.740
02 331	0571 2011 0041	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	100			32.740
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares									41.056
02 331	0571 2012 0041	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	100			41.056
TOTAL - FISCAL											116.596
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											116.596

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região - Amazonas/Brasília

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	G	R	M	I	F	T		
			S	N	P	O	U	T	E		
02 301	0571 2004	Auxílio-Médico e Odontológico aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes									740.000
02 301	0571 2004 6019	Auxílio-Médico e Odontológico aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - 11ª Região do Trabalho - AM, RR	S	3	1	90	0	100			740.000
TOTAL - FISCAL											0
TOTAL - SEGURIDADE											740.000
TOTAL - GERAL											740.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Ceará/SP

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	G	R	M	I	F	T		
			S	N	P	O	U	T	E		
02 331	0571 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares									573.280
02 331	0571 2012 0035	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará	F	3	1	90	0	100			573.280
TOTAL - FISCAL											573.280
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											573.280

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Maranhão

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	G	R	M	I	F	T		
			S	N	P	O	U	T	E		
02 301	0571 2004	Auxílio-Médico e Odontológico aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes									355.000
02 301	0571 2004 6013	Auxílio-Médico e Odontológico aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão	S	3	1	90	0	100			355.000
TOTAL - FISCAL											0
TOTAL - SEGURIDADE											355.000
TOTAL - GERAL											355.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região - Espírito Santo

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	G	R	M	I	F	T		
			S	N	P	O	U	T	E		
02 301	0571 2004	Auxílio-Médico e Odontológico aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes									3.000
02 301	0571 2004 6032	Auxílio-Médico e Odontológico aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo	S	3	1	90	0	100			3.000
02 331	0571 2010	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares									17.920
02 331	0571 2010 0032	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo	F	3	1	90	0	100			17.920
TOTAL - FISCAL											37.920
TOTAL - SEGURIDADE											3.000
TOTAL - GERAL											40.920

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/imprensa/visualizar.jspx?codigo=99042015072800006>

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região - Goiás

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista													219.936
02 331	0571 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares													219.936
02 331	0571 2010 0052	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás													219.936
TOTAL - FISCAL															219.936
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															219.936

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região - Alagoas

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista													45.000
02 331	0571 2010	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares													45.000
02 331	0571 2010 0037	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas													45.000
TOTAL - FISCAL															45.000
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															45.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - Mato Grosso

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista													106.176
02 331	0571 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares													106.176
02 331	0571 2010 0051	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso													106.176
TOTAL - FISCAL															106.176
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															106.176

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
0567		Prestação Jurisdicional no Distrito Federal													6.914.575
01 301	0567 2004	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes													509.950
01 301	0567 2004 0051	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal													509.950
02 122	0567 201P	Pagamento de Pessoal Ativo da União													5.645.474
02 122	0567 201P 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal													5.645.474
02 123	0567 0910B	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais													759.151
02 123	0567 0910B 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal													759.151
TOTAL - FISCAL															6.914.575
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															6.914.575

ÓRGÃO: 17000 - Conselho Nacional de Justiça
UNIDADE: 17101 - Conselho Nacional de Justiça

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
1289		Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário													866.902
02 301	1289 2004	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes													140.800
02 301	1289 2004 0001	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional													140.800
02 331	1289 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares													151.680

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
02 331	1389 2010 0001	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional													151.680
02 331	1389 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares													574.280
02 331	1389 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional													375.136
TOTAL - FISCAL															575.216
TOTAL - SEGURIDADE															226.992
TOTAL - GERAL															802.208

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
2101		Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República													1.076
04 122	2101 0910B	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais													1.076
04 122	2101 0910B 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional													1.076
TOTAL - FISCAL															1.076
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															1.076

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
0089		Presidência de Imprensa e Facilitação da União													2.452.501
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis													2.452.501
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - Nacional													2.452.501
TOTAL - FISCAL															2.452.501
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															2.452.501

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
0901		Operações Especiais, Cumprimento de Sentenças Judiciais													1.500.000
28 846	0901 0023	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais													1.500.000
28 846	0901 0023 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional													1.500.000
2101		Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República													6.691.009
04 301	2101 2004	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes													951.000
04 301	2101 2004 0001	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional													951.000
04 331	2101 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares													690.000
04 331	2101 2010 0001	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional													690.000
04 331	2101 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares													490.000
04 331	2101 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional													490.000
04 331	2101 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares													1.560.000
04 331	2101 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional													1.560.000
TOTAL - FISCAL															8.240.009
TOTAL - SEGURIDADE															951.000
TOTAL - GERAL															9.191.009

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
3105		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento													1.153.000
30 331	3105 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares													13.000
30 331	3105 2010 0001	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional													13.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015072800007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

[illegible]ANEXO I Ordello Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)					Resumo de Todas as Fontes R\$ 1,00				
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACÇÃO LOCALIZADORA/PRODUT.	E	G	R	M	I	E	VALOR

[illegible]

UNIDADE: 14206 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB.

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO

Credito Suplementar

Horários de Trabalho em Equilíbrio R\$ 1,00

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODU	E	G	R	M	I	F	VALOR
--------	--------------	---------------------------------	---	---	---	---	---	---	-------

[illegible]

UNIDADE: 24297 - Nuclebrás Equipamentos Pesados, S.A. - NUCLEP

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUÇÃO	E	G	R	M	I	F	VALOR
--------	--------------	----------------------------------	---	---	---	---	---	---	-------

ANEXO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALORES					TOTAL
			P	D	F	D	F	
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação						1.231.600
		Atividades						
19.301	2106.2004	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						72.000
19.301	2106.2004.0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro						72.000
19.331	2106.2010	Auxílio-Pre-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	S	3	1	90	0	183
19.331	2106.2010.0033	Auxílio-Pre-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro						110.000
19.331	2106.2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	F	5	1	90	0	183
19.331	2106.2012.0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro						2.059.200
			F	3	1	90	0	183
								2.059.200
		TOTAL - FISCAL						1.169.000
		TOTAL - SEGURIDADE						72.000
		TOTAL - GERAL						2.232.000

TOTAL - FISCAL	1,160.00
----------------	----------

TOTAL - SEGURIDADE	72,90
TOTAL - GERAL	2.332,06

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A.

CEITEC

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

PROGRAMA DE TRABALHO		SUPLEMENTAÇÃO		Recursos de Outras Fontes R\$ 1,00		VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	LOCALIZADOR PRODUTO	E S F D	O P D U T	
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				R\$ 0,00
		Atividades				
19.331	2106.2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares				R\$ 0,00
19.331	2106.2010.0043	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul				R\$ 0,00
						R\$ 0,00
TOTAL - FISCAL						R\$ 0,00
TOTAL - SEGURIDADE						R\$ 0,00
TOTAL - GERAL						R\$ 0,00

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25191 - Ministério da Fazenda

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA | PROGRAMAÇÃO

[illegible]

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: | PROGRAMÁTICA | PROGRAMAÇÃO

[illegible]

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25291 - Banco Central do Brasil

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA | PROGRAMAÇÃO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AGLOMERADOR PRODUTO	E S N F G K P O U T E	VALOR
	9909	Operações Especiais Outros Encargos Especiais		16.000
09 171	9909 0534	Operações Especiais Benefícios e Pequenos Indenizatórios Decorrentes de Legislação Especial s/ôn Decisões Judiciais		15.000
09 171	9909 0536 0001	Benefícios e Pequenos Indenizatórios Decorrentes de Legislação Especial s/ôn Decisões Judiciais - Nacional		15.000
			S 7 1 90 0 180	15.000
	3110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda		5.736.000
		Atividades		
04 301	3110 2004	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes		5.736.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.an.gov.br/unicod/cid.html>, pelo código (UN)12013072800009

04 301	2110 2004 0001	Atendimento Médico e Odontológico aos Serviços Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	5	3	1	92	0	181	5.735,00
TOTAL - FISCAL									5.735,00
TOTAL - SEGURIDADE									5.781,00
TOTAL - GERAL									5.781,00

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 15W - Comissão de Valores Mobiliários

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		
FUNÇÃO	PROBLEMATICA	PROGRAMAÇÃO
Coordenador de Curso	Definição da estrutura curricular e dos conteúdos programáticos.	Elaboração do plano de ensino e dos materiais didáticos.
Professor	Ministração das aulas teóricas e práticas.	Avaliação dos alunos e acompanhamento de seu desenvolvimento.
Tutor	Orientação aos alunos durante as atividades práticas.	Monitoramento da frequência e participação dos alunos.
Bibliotecário	Gestão da biblioteca e acesso aos recursos bibliográficos.	Atualização do acervo bibliográfico e organização de eventos culturais.
Administrativo	Gestão financeira e administrativa do curso.	Manutenção dos registros administrativos e comunicação com o corpo discente.

FUNCI- ONAL	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PRODUTO	E N D	O R D	S E C U D	P T E	VALOR
	0099	Presidência de Inativos e Pensionistas da União					302.580
		Operações Especiais					
09 272	0099 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Ser- vidores Civis					302.580
09 272	0099 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Ser- vidores Civis - Nacional					302.580
			9	1	1	90 0 188	302.580
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Exatidão					31.000
		Atribuições					
04 331	2110 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Em- pregados e Militares					31.000
04 331	2110 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Em- pregados e Militares - No Estado do Rio de Ja- neiro					31.000
			F	3	1	96 0 174	31.000
TOTAL - FISCAL							31.000
TOTAL - SEGURIDADE							302.580
TOTAL - GERAL							333.580

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABAJO (S)PLEMENTACIÓN
 EDUCACIÓN: ☐ PROGRAMAS DE TRABAJO ☐ PROGRAMAS DE TRABAJO

[illegible]

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO

[illegible]

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar						VALOR
			E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	D	
12 331	2109 2010	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							360.000
		Atividades							
12 331	2109 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							20.000
12 331	2109 2010 0033	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							20.000
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							340.000
12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							340.000
			F	3	1	90	0	188	
			F	3	1	90	0	188	340.000
									360.000
									360.000
									360.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26220 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar						VALOR
			E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	D	
12 331	2109 0910	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							46.643
		Operações Especiais							
12 331	2109 0910	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							46.643
12 331	2109 0910 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste							46.643
			F	1	0	91	0	100	
			F	1	0	91	0	100	46.643
									46.643
									46.643
									46.643

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar						VALOR
			E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	D	
12 331	2109 2010	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							395.000
		Atividades							
12 331	2109 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							50.000
12 331	2109 2010 0037	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas							50.000
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							215.000
12 331	2109 2011 0027	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas							215.000
12 331	2109 2011	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							130.000
12 331	2109 2011 0027	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Alagoas							130.000
			F	3	1	90	0	188	
			F	3	1	90	0	188	395.000
									395.000
									395.000
									395.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26232 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar						VALOR
			E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	D	
09 274	0909 0536	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							3.600
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							3.600
09 274	0909 0536 0020	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado da Bahia							3.600
			S	3	1	90	0	188	
			S	3	1	90	0	188	3.600
									3.600
									3.600
									3.600

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26232 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar						VALOR
			E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	D	
12 331	2109 2010	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.000
		Atividades							
12 331	2109 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							6.000

12 331	2109 2010 0023	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará							20.000
			F	3	1	90	0	188	
			F	3	1	90	0	188	20.000
									20.000
									20.000
									20.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar						VALOR
			E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	D	
09 274	0909 0536	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							500
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536 0032	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							500
		Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Espírito Santo							500
			S	3	1	90	0	188	
			S	3	1	90	0	188	500
									500
									500
									500

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar						VALOR
			E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	D	
09 274	0909 0536	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							100
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536 0052	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							100
		Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Goiás							100
			S	3	1	90	0	188	
			S	3	1	90	0	188	100
									100
									100
									100

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26236 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Crédito Suplementar						VALOR
			E	G	R	M	I	F	
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	D	
09 274	0909 0536	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							28.000
		Operações Especiais							
09 274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							28.000
09 274	0909 0536 0033	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio de Janeiro							28.000
			S	3	1	90	0	188	
			S	3	1	90	0	188	28.000
									28.000
									28.000
									28.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015072800010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



12.331	2109 2011 0035	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	188	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									148.000
TOTAL - GERAL									648.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	G	R	M	I	F	T		
			S	N	P	O	U	T			
			F	D							
1109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação									1.620.000
		Atividades									
12.331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares									70.000
12.331	2109 2010 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	188			70.000
TOTAL - FISCAL											70.000
TOTAL - SEGURIDADE											1.550.000
TOTAL - GERAL											1.620.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E N D	G P D	R P D	M O D	I U T	F T E	VALOR
	1109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Atividades							155.000
12.331	1109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares							155.000
12.331	1109 2011 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	188	155.000
TOTAL - FISCAL									155.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									155.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	P	O	U	T		VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação									510.000
		Atividades									
12.331	2109 2013	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares									510.000
12.331	2109 2013 0015	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado do Pará	F	3	1	90	0	188			510.000
TOTAL - FISCAL											510.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											510.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	VALOR	
			S <td>N<td>P<td>O<td>U<td>T<td></td><td></td></td></td></td></td></td>	N <td>P<td>O<td>U<td>T<td></td><td></td></td></td></td></td>	P <td>O<td>U<td>T<td></td><td></td></td></td></td>	O <td>U<td>T<td></td><td></td></td></td>	U <td>T<td></td><td></td></td>	T <td></td> <td></td>			
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								24.900	
		Operações Especiais									
09.274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais								24.900	
09.274	0909 0536 0041	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Paraná	S	1	1	90	0	100		24.900	
TOTAL - FISCAL											24.900
TOTAL - SEGURIDADE											270.000
TOTAL - GERAL											294.900

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00052015072800011

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	F	E	G	R	M	I	T	VALOR	
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								400	
		Operações Especiais									
09.274	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais								400	
09.274	0909 0536 0026	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Pernambuco	S	1	1	90	0	100		400	
TOTAL - FISCAL											400
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação								20.000	
		Atividades									
12.331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares								30.600	
12.331	2109 2011 0026	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	99	0	100		20.000	
TOTAL - SEGURIDADE											400
TOTAL - GERAL											20.400

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR
			E	G	R	M	I	F	T		
			S	N	P	O	U	T			
			F	D							
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação								86.241	
		Operações Especiais									
12.122	2109 0911B	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								86.241	
12.122	2109 0911B 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	90	0	100		86.241	
TOTAL - FISCAL											86.241
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											86.241

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	VALOR	
			S <td>N<td>P<td>O<td>U<td>T<td></td><td></td></td></td></td></td></td>	N <td>P<td>O<td>U<td>T<td></td><td></td></td></td></td></td>	P <td>O<td>U<td>T<td></td><td></td></td></td></td>	O <td>U<td>T<td></td><td></td></td></td>	U <td>T<td></td><td></td></td>	T <td></td> <td></td>			
			F <td>D<td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></td>	D <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>							
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação								1.376.884	
		Atividades									
12.331	2109 2013	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares								420.000	
12.331	2109 2013 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	188		420.000	
TOTAL - FISCAL											420.000
		Operações Especiais									
12.332	2109 0918	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								1.906.884	
12.332	2109 0918 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	0	90	0	100		1.906.884	
TOTAL - SEGURIDADE											1.906.884
TOTAL - GERAL											2.326.884

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	VALOR
			S <td>N<td>P<td>O<td>U<td>T<td></td><td></td></td></td></td></td></td>	N <td>P<td>O<td>U<td>T<td></td><td></td></td></td></td></td>	P <td>O<td>U<td>T<td></td><td></td></td></td></td>	O <td>U<td>T<td></td><td></td></td></td>	U <td>T<td></td><td></td></td>	T <td></td> <td></td>		
			F <td>D</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td>	D						
	0909	Previdência de Inativos e Pensionistas da União								759.087
		Operações Especiais								
09.272	0909 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis								759.087
09.272	0909 0181 0042	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - No Estado de Santa Catarina	S	1	1	90	0	188		759.087
	2109	Programa de Apoio e Manutenção do Mobiliário de Educação								155.000
		Atividades								
12.331	2109 3010	Auxílio-Pré-Escolar aos Dependentes das Servidoras Cíveis, Empregadas e Militares								30.000
12.331	2109 3010 0042	Auxílio-Pré-Escolar aos Dependentes das Servidoras Cíveis, Empregadas e Militares - No Estado de Santa Catarina								30.000
12.331	2109 3012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	F	3	1	90	0	188		30.000
12.331	2109 3012 0042	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina	F	3	1	90	0	188		155.000
TOTAL - FISCAL										155.000
TOTAL - SEGURIDADE										759.087
TOTAL - GERAL										914.087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.



ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	U	T	F	D		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											160.000
		Atividades											
12.331	2109.2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares											160.000
12.331	2109.2011.0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul											160.000
			F	3								188	160.000
TOTAL - FISCAL													160.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													160.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	U	T	F	D		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											25.000
		Atividades											
12.331	2109.2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares											5.000
12.331	2109.2010.0020	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco											5.000
			F	3								188	5.000
12.331	2109.2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares											20.000
12.331	2109.2011.0028	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco											20.000
			F	3								188	20.000
TOTAL - FISCAL													25.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													25.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	U	T	F	D		
	0082	Presidência de Inativos e Pensionistas da União											78.431
		Operações Especiais											
09.272	0089.0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis											78.431
09.272	0089.0181.0014	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - No Estado de Roraima											78.431
			S	1								188	78.431
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											180.000
		Atividades											
12.331	2109.2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes											140.000
12.331	2109.2004.0014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima											140.000
			S	3								188	140.000
12.331	2109.2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares											40.000
12.331	2109.2011.0014	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Roraima											40.000
			F	3								188	40.000
TOTAL - FISCAL													258.431
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													258.431

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	U	T	F	D		
	0082	Presidência de Inativos e Pensionistas da União											156.027
		Operações Especiais											
09.272	0089.0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis											156.027
09.272	0089.0181.0017	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - No Estado do Tocantins											156.027
			S	1								188	156.027
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											810.000
		Atividades											
12.331	2109.2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares											10.000
12.331	2109.2011.0017	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Tocantins											10.000
			F	3								188	10.000
12.331	2109.2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares											800.000
12.331	2109.2012.0017	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Tocantins											800.000
			F	3								188	800.000
TOTAL - FISCAL													810.027
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													810.027

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26252 - Universidade Federal do Rio Grande

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	U	T	F	D		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											2.382.254
		Operações Especiais											
12.331	2109.0018	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais											2.382.254
12.331	2109.0018.0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba											2.382.254
			F	1								100	2.382.254
TOTAL - FISCAL													2.382.254
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													2.382.254

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural de Amazônia

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	U	T	F	D		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											18.000
		Atividades											
12.331	2109.2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares											36.000
12.331	2109.2010.0015	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Pará											20.000
			F	3								188	20.000
TOTAL - FISCAL													18.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													18.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26254 - Universidade Federal de Triunfo Mineiro

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	S	N	P	O	U	T	F	D		
	0082	Presidência de Inativos e Pensionistas da União											1.338.924
		Operações Especiais											
09.272	0089.0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis											1.338.924
09.272	0089.0181.0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - No Estado de Minas Gerais											1.338.924
			S	1								188	1.338.924
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											110.000
		Atividades											
12.331	2109.2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares											80.000
12.331	2109.2011.0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais											80.000
			F	3								188	80.000
12.331	2109.2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares											30.000
12.331	2109.2012.0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais											30.000
			F	3								188	30.000
TOTAL - FISCAL													1.448.924
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													1.448.924

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26255 - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00			
--------	--------------	-----------------------------------	-------------------------------------	--	--	--



ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Silva

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
			S	N	P	O	U	T			
	2102	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação									3.193.972
		Atividades									
13 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							790.000		
12 331	2109 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							790.000		
			F	3	1	90	0	183			
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							1.000.000		
12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro							1.000.000		
			F	3	1	90	0	112			
		Operações Especiais							1.000.000		
12 122	2109 0910	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							324.972		
12 123	2109 0910 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							324.972		
			F	1	0	91	0	100			
TOTAL - FISCAL									3.193.972		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									3.193.972		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
			S	N	P	O	U	T			
	0089	Presidência de Instâncias e Pensionistas da União									3.285.694
		Operações Especiais									
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis							2.285.694		
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - No Estado de Minas Gerais							2.285.694		
			S	1	1	90	0	183			
	2102	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							450.000		
		Atividades									
13 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							40.000		
13 331	2109 2010 0031	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							40.000		
			F	3	1	90	0	183			
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							120.000		
12 331	2109 2011 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							120.000		
			F	3	1	90	0	183			
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							200.000		
12 331	2109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							200.000		
			F	3	1	90	0	183			
TOTAL - FISCAL									450.000		
TOTAL - SEGURIDADE									3.285.694		
TOTAL - GERAL									3.735.694		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
			S	N	P	O	U	T			
	0089	Presidência de Instâncias e Pensionistas da União									318.643
		Operações Especiais									
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis							328.643		
09 272	0089 0181 0041	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - No Estado do Paraná							328.643		
			S	1	1	90	0	183			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.872.000		
		Atividades									
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							22.000		
12 331	2109 2010 0041	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná							22.000		
			F	3	1	90	0	183			
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							300.000		
12 331	2109 2011 0041	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná							300.000		
			F	3	1	90	0	183			
TOTAL - FISCAL									1.872.000		
TOTAL - SEGURIDADE									318.643		
TOTAL - GERAL									2.190.643		

12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							1.550.000		
12 331	2109 2012 0041	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná							1.550.000		
			F	3	1	90	0	112			
TOTAL - FISCAL									1.550.000		
TOTAL - SEGURIDADE									318.643		
TOTAL - GERAL									1.868.643		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
			S	N	P	O	U	T			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							10.000		
		Atividades									
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							10.000		
12 331	2109 2010 0031	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							10.000		
			F	3	1	90	0	183			
TOTAL - FISCAL									10.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									10.000		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
			S	N	P	O	U	T			
	0089	Presidência de Instâncias e Pensionistas da União									3.819.726
		Operações Especiais									
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis							3.819.726		
09 272	0089 0181 0035	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - No Estado de São Paulo							3.819.726		
			S	1	1	90	0	183			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							340.000		
		Atividades									
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							10.000		
12 331	2109 2010 0035	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo							10.000		
			F	3	1	90	0	183			
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							10.000		
12 331	2109 2011 0035	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo							10.000		
			F	3	1	90	0	183			
TOTAL - FISCAL									340.000		
TOTAL - SEGURIDADE									3.819.726		
TOTAL - GERAL									4.159.726		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
			S	N	P	O	U	T			
	0089	Presidência de Instâncias e Pensionistas da União									1.107.823
		Operações Especiais									
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis							1.107.823		
09 272	0089 0181 0021	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - No Estado de Minas Gerais							1.107.823		
			S	1	1	90	0	183			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							70.000		
		Atividades									
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							35.000		
12 331	2109 2010 0031	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							35.000		
			F	3	1	90	0	183			
12 331	2109 2011	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							45.000		
12 331	2109 2011 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							45.000		
			F	3	1	90	0	183			
TOTAL - FISCAL									70.000		
TOTAL - SEGURIDADE									1.107.823		
TOTAL - GERAL									1.177.823		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural de Semi-Árido

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
			S	N	P	O	U	T			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							30.000		
		Atividades									
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							10.000		
12 331	2109 2010 0024	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Norte							10.000		
			F	3	1	90	0	183			
TOTAL - FISCAL									30.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									30.000		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0601201507280



12.334	2109.2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares								152.000		
12.331	2109.2012.0012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Acre								152.000		
						F	3	1	501	0	133	152.000
TOTAL - FISCAL											165.000	
TOTAL - SEGURIDADE											0	
TOTAL - GERAL											165.000	

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 2627E - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso										
ANEXO 1										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1.000							VALOR
			E S F	O N D	R P F	M I O	J U E	F T E		
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								3.000
		Operações Especiais								
09 374	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais								3.000
09 374	0909 0536 0651	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Mato Grosso								3.500
			S	3	1	90	0	100		3.000
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação								640.000
		Atividades								
13 301	2109 3004	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes								640.000
13 301	2109 3004 0651	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso								640.000
			S	3	1	90	0	100		640.000
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										643.000
TOTAL - GERAL										643.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAR									
Credito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1000									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R F D	M O D	I T E	F E	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							74.700
		Operações Especiais							
09 174	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							74.700
09 174	0909 0536 0043	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul	8	3	1	90	0	100	74.700
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									74.700
TOTAL - GERAL									74.700

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação			Credito Suplementar						
UNIDADE: 24279 - Fundação Universidade Federal do Piaui			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1.000,00						
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇ- NAL	PROGRÁMATICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G D	R P	M O D	I T	P E	VALOR
	0909	Operações Especiais Outros Entornos Especiais Operações Especiais							20.000
09 374	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizações Decorrentes de Legislação Especial com Decisões Judiciais							30.000
09 274	0909 0536 0022	Benefícios e Pensões Indenizações Decorrentes de Legislação Especial com Decisões Judiciais - No Estado do Piaui	S	X	1	99	0	100	20.000
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.784.711
		Atividade:							
12 331	2109 2010	Auxílio Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares							30.000
12 331	2109 2010 0022	Auxílio Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado do Piaui	F	J	1	99	0	100	30.000
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares							65.000
12 331	2109 2012 0022	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado do Piaui	F	X	1	99	0	100	65.000
		Operações Especiais							
13 132	2109 0911II	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.659.711
12 122	2109 0911III 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piaui	F	1	0	91	0	100	2.659.711
TOTAL - FINANCIAL									2.784.711
TOTAL - SEGURIDADE									20.000
TOTAL - GERAL									2.774.711

ÓRGÃO: 26090 - Ministério da Educação											C.R.	
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos											C.R.	
ANEXO I											Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)											Recurso de Outras Fontes RS 1.00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/OCCASIONADOR/PRODUTO	E	G	R	M	O	T	V	VALOR		
			S	N	P	D	Q	D	I			
	0009	Presidência de Inativos e Pensionistas da União								4.196.847		
		Operações Especiais										
09 172	0009 0101	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis								4.196.847		
09 277	0009 0101 0015	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - No Estado de São Paulo								4.196.847		
			S	I	J	90	P	100		4.196.847		
TOTAL - FISCAL												0
TOTAL - SEGURIDADE												4.196.847
TOTAL - GERAL												4.196.847

ÓRGÃO: 20000 - Ministério da Educação									
ENTIDADE: 20201 - Fundação Universidade Federal de Sergipe									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO									
Resumo de Todos os Fatos R\$ 1,00									
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	F	VALOR	
			S	N	P	O	T		
			F	D		D	E		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						535.000	
		Atividades							
12.331	2109.2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares						110.000	
12.331	2109.2011.0018	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe						110.000	
12.331	2109.2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	P	3	1	90	0	114	
								325.000	
12.331	2109.2012.0028	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe						325.000	
			F	3	1	90	0	114	
								325.000	
TOTAL - FISCAL								535.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								535.000	

ÓRGÃO: 20900 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 24302 - Fundação Universidade Federal de Viçosa									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAR:									
Credito Suplementar									
Recursos de Todas as Fontes R\$ (R\$)									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F D	N O P M O U T C	VALOR				
	3109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							50.000,
		Atividades							
12.331	2109.2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							50.000,
12.331	2109.2010.0031	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							50.000,
TOTAL - FINANC.									50.000,
TOTAL - SEGURIDADE									-R-
TOTAL - GERAL									50.000,

ORÇÃO: 20000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 20301 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAR) (30)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00									
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E S N F D	G P R F D	M P O D U	I D U E	T E	VALOR	
	1129	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						20.000	
		Atividades							
12.331	2109 2040	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						20.000	
12.331	2109 2050 0054	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul						20.000	
								F 3 1 20 0 100	20.000
TOTAL - FISCAL									20.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000

[illegible]

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015072800013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - (ICP-Brasil).



09 272	0089 0181 0027	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Alagoas	S	1	1	90	0	188	2.009.929
TOTAL - FISCAL									2.009.929
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.009.929

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26262 - Hospital Universitário Vitor Cantúlio									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA									
PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO									
Credito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
0089	0089 0181	Presidência de Instituto e Pensionistas da União - Operações Especiais	S	1	1	90	0	188	1.198.957
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.198.957
09 272	0089 0181 0023	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará	S	1	1	90	0	188	1.198.957
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.198.957
TOTAL - GERAL									1.198.957

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26262 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA									
PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO									
Credito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
0089	0089 0181	Presidência de Instituto e Pensionistas da União - Operações Especiais	S	1	1	90	0	188	1.225.660
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.225.660
09 272	0089 0181 0023	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Ceará	S	1	1	90	0	188	1.225.660
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.225.660
TOTAL - GERAL									1.225.660

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26262 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA									
PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO									
Credito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
0089	0089 0181	Presidência de Instituto e Pensionistas da União - Operações Especiais	S	1	1	90	0	188	1.325.422
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.325.422
09 272	0089 0181 0023	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Espírito Santo	S	1	1	90	0	188	1.325.422
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.325.422
TOTAL - GERAL									1.325.422

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26262 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA									
PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO									
Credito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
0089	0089 0536	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	S	1	1	90	0	188	7.000
09 272	0089 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							7.000
09 272	0089 0536 0052	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Goiás	S	1	1	90	0	188	7.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.000
TOTAL - GERAL									7.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26262 - Hospital Universitário Antônio Pedro									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA									
PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO									
Credito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
11 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	S	1	1	90	0	188	10.000
12 331	2109 2011 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.000
TOTAL - GERAL									20.000

12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	S	1	1	90	0	188	10.000
12 331	2109 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.000
TOTAL - GERAL									20.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26262 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA									
PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO									
Credito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
0089	0089 0181	Presidência de Instituto e Pensionistas da União - Operações Especiais	S	1	1	90	0	188	863.940
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							863.940
09 272	0089 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	863.940
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									863.940
TOTAL - GERAL									863.940

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26262 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA									
PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO									
Credito Suplementar									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
0089	0089 0181	Presidência de Instituto e Pensionistas da União - Operações Especiais	S	1	1	90	0	188	687.911
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							687.911
09 272	0089 0181 0021	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais	S	1	1	90	0	188	687.911
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									687.911
TOTAL - GERAL									687.911

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26262 - Hospital Universitário João de Barros Barreto									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO: NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E N D	O P D	M O D	I F E	T E	VALOR	Credito Suplementar
0089		Presidência de Instituto e Pensionistas da União - Operações Especiais						712.947	
00 252	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						712.947	
00 272	0089 0181 0013	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Pará						712.947	
TOTAL - FISCAL			5	1	1	90	0	188	712.947
TOTAL - SEGURIDADE								712.947	
TOTAL - GERAL								712.947	



09 272	0049 0181 0023	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba	S	1	1	90	0	188	1.437.205
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.437.205
TOTAL - GERAL									1.437.205

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná									
ANEXO 1									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Credito Suplementar									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							60.000
Atividades									
12 331	2109 1011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							60.000
12 331	2109 2011 0041	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	S	3	1	90	0	188	60.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									60.000
TOTAL - GERAL									60.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco									
ANEXO 1									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Credito Suplementar									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0089		Presidência de Instâncias e Pensionistas da União							2.520.541
Operações Especiais									
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.576.541
09 272	0089 0181 0026	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Pernambuco	S	1	1	90	0	188	2.520.541
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.520.541
TOTAL - GERAL									2.520.541

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte									
ANEXO 1									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Credito Suplementar									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.333.861
Operações Especiais									
12 121	2109 0918	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.333.861
12 121	2109 0918 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte	S	1	0	91	0	100	1.333.861
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.333.861
TOTAL - GERAL									1.333.861

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados									
ANEXO 1									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Credito Suplementar									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							10.000
Atividades									
12 335	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							10.000
12 331	2109 2011 0054	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Mato Grosso do Sul	S	3	1	90	0	188	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000
TOTAL - GERAL									10.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Politécnico Ernani de São Thiago									
ANEXO 1									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Credito Suplementar									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0089		Presidência de Instâncias e Pensionistas da União							1.590.656
Operações Especiais									
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.590.656
09 272	0089 0181 0042	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina	S	1	1	90	0	188	1.590.656
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.590.656
TOTAL - GERAL									1.590.656

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.an.gov.br/autenticacao.html> pelo código 00012015072800019

12 122	2109 0918 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina	S	1	0	91	0	100	973.829
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									973.829
TOTAL - GERAL									973.829

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26387 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria									
ANEXO 1									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Credito Suplementar									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
0089		Presidência de Instâncias e Pensionistas da União							3.772.451
Operações Especiais									
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							3.772.451
09 272	0089 0181 0043	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio Grande do Sul	S	1	1	90	0	188	3.772.451
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.772.451
TOTAL - GERAL									3.772.451

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26388 - Hospital Universitário Alípio Carneiro									
ANEXO 1									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Credito Suplementar									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.513.238
Atividades									
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							180.000
12 331	2109 2012 0025	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Paraíba	S	3	1	90	0	188	180.000
12 303	2109 2017	Pagamento de Pessoal Alvo da União							2.333.238
12 303	2109 2017 0025	Pagamento de Pessoal Alvo da União - No Estado da Paraíba	S	1	1	90	0	188	2.333.238
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.513.238
TOTAL - GERAL									2.513.238

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Góes e Coutinho									
ANEXO 1									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Credito Suplementar									
Requisito de Trabalho em Função de Valor									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D					
	0089	Presidência de Instâncias e Pensionistas da União							176.598
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							176.598
09 272	0089 0181 5033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	188	176.598
TOTAL - FUNCAO									176.598
TOTAL - SEGURIDADE									176.598
TOTAL - GERAL									176.598

[illegible]

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 28396 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO 1			Crédito Suplementar									
PROGRAMA DE TRABALHO			SUSCITAÇÃO			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	PROJETO	Q	O	P	M	O	U	F	VALOR	
				S	D			D		E		
	0099	Presidência de Instâncias e Pensionistas da União									1.574	
		Operações Especiais										
09 171	0099 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis									1.574	
09 171	0014 0141 0011	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais									1.574	
				S	1	1	90	0	188		1.574	
TOTAL - FISCAL											0	
TOTAL - SEGURIDADE											1.574	
TOTAL - GERAL											1.574	

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas

[illegible]

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas

PROGRAMA DE TRABALHO			Crédito Suplementar						
ANEXO I - Descrição dos Recursos do Exercício de 2019			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO-FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	SUPLEMENTAÇÃO PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR-PRODUTO	C S N P D	O R M O I D	P M O I Z	T F T	VALOR		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					18.320,048		
		Atividades							
12.331	2109.3010	Auxílio-Pre-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					15.000		
12.331	2109.3010.0013	Auxílio-Pre-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Amazonia					15.000		
31.231	2109.1012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	F	3	1	50	0 12A	35.160 980.000	
12.331	2109.2012.0013	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Amazonas	F	3	1	50	0 12A	980.000	
12.363	2109.7017	Pagamento de Pessoal Ativo da União					12.807,460		
12.363	2109.7017.0013	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amazonas	F	3	1	50	0 12A	12.807,460	
		Operações Especiais	F	1	1	50	0 12B	53.307,460	
17.112	2109.05H1	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					3.617.589		
12.121	2109.50H1.0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas					3.617.589		
			F	5	0	91	0 100	3.617.589	
TOTAL - FISCAL							18.320,048		
TOTAL - SEGURIDADE							0		
TOTAL - GERAL							18.320,048		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/noticias/01.html>, pelo código 0001201507280019

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26104 - Instituto Federal Brasileiro

ANEXO I - Anexo - Instrução Federal nº 06			Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Toda as Fontes Nº 3.90							
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO) LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	P M P	M O D	T E	V A L O R		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							125.000	
		Auxílio								
12.331	2109.2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares							115.000	
12.331	2109.2011.0029	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia							125.000	
			F	1	1	20	0	111	125.000	
TOTAL - FUNCAI									125.000	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									125.000	

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26405 - Instituto Federal de Ceará

ANEXO I							Crédito Suplementar				
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)							Resumo de Todas as Frestas R\$ 1,00				
FUNCIÓNAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E F	S N	R P	M O	I U	T E	VALOR		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação								31.658.112	
		Atividades									
12.331	2109.2010	Auxílio-Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares								10.000	
12.331	2109.2010.0023	Auxílio-Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará								10.000	
12.331	2109.2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	F	3	1	90	0	181		20.600	
12.331	2109.2012.0023	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará								960.000	
12.360	2109.20TF	Pagamento de Pessoal Ativo da União	F	3	1	90	0	181		960.000	
12.363	2109.20TF.0023	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará								19.638.482	
		Operações Especiais	F	1	1	90	0	181		19.638.482	
12.122	2109.6910H	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								836.631	
12.122	2109.6910H.0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará								836.631	
			F	1	0	91	0	100		33.631	
TOTAL - FUNCAO										31.658.112	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										31.658.112	

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26406 - Instituto Federal de Educação Santa

ANEXO I			Crédito Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO (SOLICITAÇÃO)			Retorno de Tapes ao Fornecedor R\$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PRODUTO	E S F	U N D	P	M O D	I U E	T	VALOR
	2104	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							663.932
		Atividades							
11 331	2109 2011	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							170.000
12 331	2109 2012 0032	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Espírito Santo							170.000
12 360	2109 201P	Pagamento de Pessoal Ativo da União	F	3	1	90	0	188	170.000
12 363	2109 201V 0032	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo							4.472.932
			F	1	1	90	0	188	4.472.932
TOTAL - FISCAL									663.932
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									663.932

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Credito Suplementar									
			Resumo de Todas as Fontes R\$ 1.000									
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO) LOCALIZADOR DE PRODUTO	E S F	O N D	R F D	M O D	I T E	U T E	VALOR			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							10.612.457			
		Atividades										
12.351	2109.2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							460.000			
12.351	2109.2012.0052	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Roteiro de Goiás							460.000			
12.363	2109.2017	Pagamento de Pessoal Ativo da União	F	3	1	20	0	118	7.399.664			
12.363	2109.2017.0052	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Roteiro de Goiás							7.399.664			
		Orcamentos Especiais	F	1	1	20	0	118	7.192.663			
13.121	2109.0910	Contribuição de União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.361.787			

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil).

13 122	2109 09/HB 6052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás													2.562.789,					
														5	1	0	91	0	100	2.562.789,
TOTAL - FISCAL																			10.422.453,	
TOTAL - SEGURIDADE																			o	
TOTAL - GERAL																			10.422.453,	

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16408 - Instituto Federal do Maranhão

[illegible]

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S C N F D	G N F D	R P F D	M O D D	I U D E	T E E	VALOR			
	0009	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							172.475			
		Operações Especiais										
09 272	0009 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							172.475			
09 272	0009 0181 0031	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Minas Gerais							172.475			
			S	1	1	90	0	188	172.475			
	3109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.371.466			
		Atividades										
12 331	3109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							180.000			
12 331	3109 2011 0031	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							180.000			
			F	3	1	90	0	188	180.000			
12 331	3109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							275.000			
12 331	3109 2012 0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais							275.000			
			F	3	1	90	0	188	275.000			
12 363	3109 2017P	Pagamento de Pensão Ativo da União							4.429.086			
12 363	3109 2017P 0031	Pagamento de Pensão Ativo da União - No Estado de Minas Gerais							4.429.086			
			F	1	1	90	0	188	4.429.086			
		Operações Especiais										
12 122	3109 0911B	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							387.380			
12 122	3109 0911B 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							387.380			
			F	1	0	91	0	100	387.380			
TOTAL - FISCAL									5.371.466			
TOTAL - SEGURIDADE									172.475			
TOTAL - GERAL									5.443.941			

ORGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

[illegible]

02.331	2109.2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	F	3	1	90	0	188	36.000,00
02.331	2109.2012.0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	0	188	680.000,00
TOTAL - FISCAL:									680.000,00
TOTAL - SEGURIDADE:									710.000,00
TOTAL - GERAL:									710.000,00

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAR(3)			Crédito Suplementar Resumo de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O	I D	F T	E	VALOR		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação								764.972		
		Atividade										
12.331	2109.2013	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares								260.000		
12.331	2109.2012.0031	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais								260.000		
12.363	2109.207P	Pagamento de Pessoal Ativo da União		F	3	1	90	0	100	269.006		
12.363	2109.207P.0025	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Minas Gerais								304.972		
				F	1	1	90	0	100	264.972		
TOTAL - FISCAL										764.972		
TOTAL - SEGURIDADE										0		
TOTAL - GERAL										764.972		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
 ENTIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

[illegible]

ORGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 2441 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro

[illegible]



ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16414 - Instituto Federal do Mato Grosso

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Credito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	T	VALOR			
	0009	Presidência de Intitutivos e Pensionistas da União									262.396			
		Operações Especiais												
09 172	0009 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis									262.396			
09 272	0009 0181 0051	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso	S	1	1	90	0	188			262.396			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação									7.446.262			
		Atividades												
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares									10.000			
12 331	2109 2010 0051	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso	F	3	1	90	0	188			10.000			
12 363	2109 2017	Pagamento de Pessoal Ativo da União									3.449.240			
12 363	2109 2017 0051	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso	F	3	1	90	0	188			3.449.240			
		Operações Especiais												
12 122	2109 0910	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais									4.987.006			
12 122	2109 0910 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso	F	1	1	90	0	188			4.987.006			
		Operações Especiais												
		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais									7.446.262			
		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso									262.396			
		TOTAL - FISCAL									7.708.558			
		TOTAL - SEGURIDADE												
		TOTAL - GERAL									7.708.558			

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Credito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	T	VALOR			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação									4.096.162			
		Atividades												
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares									20.000			
12 331	2109 2010 0051	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	1	90	0	188			20.000			
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares									20.000			
12 331	2109 2011 0051	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	1	90	0	188			20.000			
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares									40.000			
12 331	2109 2012 0051	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	1	90	0	188			40.000			
12 363	2109 2017	Pagamento de Pessoal Ativo da União									3.516.922			
12 363	2109 2017 0051	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	3	1	90	0	188			3.516.922			
		Operações Especiais												
12 122	2109 0910	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais									359.240			
12 122	2109 0910 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	F	1	1	90	0	188			359.240			
		TOTAL - FISCAL									4.096.162			
		TOTAL - SEGURIDADE												
		TOTAL - GERAL									4.096.162			

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16416 - Instituto Federal do Pará

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Credito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	T	VALOR			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação									592.326			
		Atividades												
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares									40.000			
12 331	2109 2010 0051	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Pará	F	3	1	90	0	188			40.000			
12 363	2109 2017	Pagamento de Pessoal Ativo da União									542.326			
12 363	2109 2017 0051	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará	F	3	1	90	0	188			542.326			
		TOTAL - FISCAL									592.326			
		TOTAL - SEGURIDADE												
		TOTAL - GERAL									592.326			

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16417 - Instituto Federal do Paraná

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Credito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	T	VALOR			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação									1.324.241			
		Atividades												
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares									10.000			
12 331	2109 2010 0051	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	188			10.000			
12 331	2109 2011	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares									20.000			
12 331	2109 2011 0051	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	188			20.000			
12 363	2109 2017	Pagamento de Pessoal Ativo da União									1.982.277			
12 363	2109 2017 0051	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná	F	3	1	90	0	188			1.982.277			
		Operações Especiais												
12 122	2109 0910	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais									976.654			
12 122	2109 0910 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná	F	1	1	90	0	188			976.654			
		TOTAL - FISCAL									1.324.241			
		TOTAL - SEGURIDADE												
		TOTAL - GERAL									1.324.241			

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16418 - Instituto Federal do Pernambuco

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Credito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	T	VALOR			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação									3.516.614			
		Atividades												
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares									145.000			
12 331	2109 2010 0051	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	188			145.000			
12 331	2109 2011	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares									145.000			
12 331	2109 2011 0051	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	188			145.000			
12 363	2109 2017	Pagamento de Pessoal Ativo da União									667.000			
12 363	2109 2017 0051	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco	F	3	1	90	0	188			667.000			
		Operações Especiais												
12 122	2109 0910	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais									1.344.775			
12 122	2109 0910 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco	F	1	1	90	0	188			1.344.775			
		TOTAL - FISCAL									3.516.614			
		TOTAL - SEGURIDADE												
		TOTAL - GERAL									3.516.614			

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Credito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	T	VALOR			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação									1.119.998			
		Atividades												
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares									40.000			
12 331	2109 2010 0051	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	188			40.000			
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares									300.000			
12 331	2109 2011 0051	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	188			300.000			
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares									770.000			
12 331	2109 2012 0051	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	0	188			770.000			
		TOTAL - FISCAL									1.119.998			
		TOTAL - SEGURIDADE												
		TOTAL - GERAL									1.119.998			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00012015072800021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26420 - Instituto Federal do Rio de Janeiro

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Credito Suplementar										VALOR
			E	S	F	G	N	P	O	U	T	F	
1109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											10.511.185
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares											50.000
12 331	2109 2010 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul											50.000
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares											290.000
12 331	2109 2011 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul											290.000
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares											910.000
12 331	2109 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul											910.000
12 363	2109 2013	Pagamento de Pessoal Ativo da União											9.261.105
12 363	2109 2013 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul											9.261.105
TOTAL - FISCAL													10.511.185
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													10.511.185

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Credito Suplementar										VALOR
			E	S	F	G	N	P	O	U	T	F	
1109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											55.000
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares											50.000
12 331	2109 2011 0011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia											50.000
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares											5.000
12 331	2109 2012 0011	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Rondônia											5.000
TOTAL - FISCAL													55.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													55.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26422 - Instituto Federal do Rio de Janeiro

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Credito Suplementar										VALOR
			E	S	F	G	N	P	O	U	T	F	
1109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											547.402
09 272	0099 0101	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis											547.402
09 272	0099 0101 0042	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Santa Catarina											547.402
1109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											2.036.614
12 331	2109 2004	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares											220.000
12 331	2109 2004 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina											220.000
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares											240.000
12 331	2109 2011 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina											240.000
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares											900.000
12 331	2109 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina											900.000
12 363	2109 2013	Pagamento de Pessoal Ativo da União											900.000
12 363	2109 2013 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Santa Catarina											900.000
12 331	2109 2014	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares											125.759
12 331	2109 2014 0043	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina											125.759
12 331	2109 2015	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares											125.759
12 331	2109 2015 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Santa Catarina											125.759
TOTAL - FISCAL													1.816.618
TOTAL - SEGURIDADE													767.319
TOTAL - GERAL													2.583.937

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015072800022

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Credito Suplementar										VALOR
			E	S	F	G	N	P	O	U	T	F	
1109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											11.201.354
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares											10.000
12 331	2109 2011 0028	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe											10.000
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares											30.000
12 331	2109 2012 0028	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Sergipe											30.000
12 363	2109 2013	Pagamento de Pessoal Ativo da União											640.000
12 363	2109 2013 0028	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Sergipe											640.000
12 122	2109 0910H	Operações Especiais											853.644
12 122	2109 0910H 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais											853.644
TOTAL - FISCAL													11.201.354
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													11.201.354

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Credito Suplementar										VALOR
			E	S	F	G	N	P	O	U	T	F	
1109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											10.196.441
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares											450.000
12 331	2109 2010 0017	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Tocantins											450.000
12 363	2109 2013	Pagamento de Pessoal Ativo da União											450.000
12 363	2109 2013 0017	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Tocantins											450.000
12 122	2109 0910H	Operações Especiais											846.444
12 122	2109 0910H 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais											846.444
TOTAL - FISCAL													10.196.441
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													10.196.441

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Credito Suplementar										VALOR
			E	S	F	G	N	P	O	U	T	F	
1109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											2.806
09 272	0099 0101	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis											2.806
09 272	0099 0101 0012	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Acre											2.806
12 331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares											270.000
12 331	2109 2010 0012	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Acre											270.000
TOTAL - FISCAL													2.806
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													2.806

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26426 - Instituto Federal do Amapá

FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Credito Suplementar										VALOR
			E	S	F	G	N	P	O	U	T	F	
1109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											2.414.943
12 363	2109 2013	Pagamento de Pessoal Ativo da União											2.414.943
12 363	2109 2013 0016	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Amapá											2.414.943
TOTAL - FISCAL													2.414.943
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													2.414.943

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ÓRGÃO: 14009 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		
UNICID	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAS/PROJ.

[illegible]

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA | PROGRAMAÇÃO:

FUNDO- NÃO	PROGRAMA/TÍTULO	PROGRAMA/PAV/LOCALIZAÇÃO/PROD- TO	FUNDO					VALOR
			S P D	S P O	S P U	S P T		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						190.000
		Atividades						
12 331	3109 2013	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Em- pregados e Militares						190.000
12 331	3109 1013 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Em- pregados e Militares - No Distrito Federal						190.000
			F	2	1	20	0 109	190.000
TOTAL - FISCAL								190.000
TOTAL - SEGURIDADE								190.000
TOTAL - GERAL								190.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 14029 - Instituto Federal de Goiás

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA | PROGRAMAÇÃO

FUNÇÃO NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO LOCAL/ADMO/PRODUTO	F	E	N	R	O	U	T	VALOR		
	2109	Programas de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação								120.000		
		Atribuições										
12.331	2109.2042	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares								120.000		
12.333	2109.2052.0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado de Goiás										
			F	E	N	R	O	U	T	120.000		
							3	1	90	6	100	120.000
TOTAL - FISCAL										120.000		
TOTAL - SEGURIDADE										120.000		
TOTAL - GERAL										120.000		

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 2640 - Instituto Federal do Sertão

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO

[illegible]

ORGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDEP, 2643L - Instituto Federal de Piauí

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA / PROGRAMAÇÃO

FUN- CIONAL	PROGRAMA 1	PROGRAMA 2	PROGRAMA 3	VALORES										
				S	N	P	Q	U	T	E				
	1109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação												24.649.661,00
		Atividades												
13 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes												335.066,00
12 304	2109 2004 5032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí												335.000,00
11 331	2109 3010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Militares												255.000,00
														10.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.an.gov.br/comunidade/jmi/>, pelo código 00012015072800023

12.331	3109 2010 0022	Auxílio-Prob-Escolas aos Dependentes dos Servidores Civis Empregados e Militares - No Estado do Piauí	F	3	1	90	0	100
12.331	3109 3011	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	F	3	1	90	0	100
12.331	3109 3012 0023	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Piauí	F	3	1	90	0	112
12.363	3109 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	F	1	3	50	0	118
12.365	3109 20TP 0022	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Piauí	F	1	3	50	0	118
		Operações Especiais						
12.121	3109 0911B	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	F	1	0	91	0	100
12.122	3109 0911B 6022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí	F	1	0	91	0	100
TOTAL - FISCAL			F	1	0	91	0	100
TOTAL - SEGURIDADE								
TOTAL - GERAL								

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26432 - Instituto Federal de Paraná

ANEXO I
INDICADORES

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO

NAL	FUNÇÃO/FUNÇÃO	REGIMEN DE EXERCÍCIO	TOTAL	S	F	N	P	O	D	E	T
1109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	17.272.514								
12.331	2109 2010	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	60.000								
12.331	2109 2010 0041	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	60.000								
12.331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	60.000	F	3	1	90	8	100		
12.331	2109 2011 0041	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	60.000								
12.331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	110.000	F	3	1	90	8	100		
12.331	2109 2012 0041	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Paraná	1.245.000								
12.363	2109 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	1.745.000	F	3	1	90	8	112		
12.363	2109 20TP 0041	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná	15.099.547								
		Operações Especiais	15.492.547	F	1	1	99	0	118		
12.432	2109 49H41	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	348.572								
12.432	2109 49H41 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná	361.579								
				F	1	0	91	0	108		
TOTAL - FISCAL			361.572								
TOTAL - SEGURIDADE			17.372.514								
TOTAL - GERAL			9								
			17.372.514								

ÓRGÃO: 26090 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26433 - Instituto Federal de Rio de Janeiro

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO

[illegible]

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO

FUNCA- RAL	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES PRODU- TO	E S S E N C I A L	U R P O D	J U T E	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				18.991.428
12.351	2109.2010	Auxílio-Fin-Exercício aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados Militares				10.000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26449 - Universidade Federal de Fronteira Sul - UFES

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	VALOR		
				S	N	P	O	U	T	E			
12 331	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Atividades								630.000		
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares									50.000		
12 331	2109 2011 0040	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - Na Região Sul									50.000		
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares		F	3	1	90	0	100		50.000		
12 331	2109 2012 0040	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - Na Região Sul		F	3	1	90	0	100		50.000		
TOTAL - FISCAL											630.000		
TOTAL - SEGURIDADE											0		
TOTAL - GERAL											630.000		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	VALOR		
				S	N	P	O	U	T	E			
12 331	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Atividades								1.180.000		
12 331	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes									90.000		
12 331	2109 2004 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará									90.000		
12 331	2109 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares		S	3	1	90	0	100		90.000		
12 331	2109 2010 0015	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado do Pará		S	3	1	90	0	100		90.000		
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares		F	3	1	90	0	100		1.070.000		
12 331	2109 2012 0015	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado do Pará		F	3	1	90	0	100		1.070.000		
TOTAL - FISCAL											1.070.000		
TOTAL - SEGURIDADE											90.000		
TOTAL - GERAL											1.160.000		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	VALOR		
				S	N	P	O	U	T	E			
09 272	0004 0133	Operações Especiais									400.000		
09 272	0004 0133 0020	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cívicos									400.000		
09 272	0004 0133 0020	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cívicos - Na Região Nordeste		S	3	1	90	0	100		400.000		
12 331	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Atividades								1.093.311		
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares									40.000		
12 331	2109 2011 0020	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - Na Região Nordeste									40.000		
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares		F	3	1	90	0	100		160.000		
12 331	2109 2012 0020	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - Na Região Nordeste		F	3	1	90	0	100		160.000		
12 364	2109 201P	Pagamento de Pessoal Ativo da União		F	3	1	90	0	100		803.311		
12 364	2109 201P 0020	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Na Região Nordeste		F	3	1	90	0	100		803.311		
TOTAL - FISCAL											1.093.311		
TOTAL - SEGURIDADE											0		
TOTAL - GERAL											1.093.311		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	VALOR		
				S	N	P	O	U	T	E			
12 331	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Atividades								17.890.000		
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares									17.890.000		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/sistema/validar.html>, pelo código 00012015072800025

12 331	2109 2012 0033	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Distrito Federal									17.890.000		
TOTAL - FISCAL											17.890.000		
TOTAL - SEGURIDADE											0		
TOTAL - GERAL											17.890.000		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	VALOR		
				S	N	P	O	U	T	E			
12 331	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Atividades								19.307.411		
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares									183.000		
12 331	2109 2011 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo		S	3	1	90	0	100		183.000		
12 302	2109 201P	Pagamento de Pessoal Ativo da União									18.482.074		
12 302	2109 201P 0033	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de São Paulo		S	3	1	90	0	100		18.482.074		
12 132	2109 0010	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais									440.333		
12 132	2109 0010 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo		S	3	1	90	0	100		440.333		
TOTAL - FISCAL											19.307.411		
TOTAL - SEGURIDADE											0		
TOTAL - GERAL											19.307.411		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	VALOR		
				S	N	P	O	U	T	E			
12 331	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Atividades								150.000		
12 331	2109 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares									10.000		
12 331	2109 2010 0020	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado do Bahia		F	3	1	90	0	100		10.000		
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares		F	3	1	90	0	100		140.000		
12 331	2109 2012 0020	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado do Bahia		F	3	1	90	0	100		140.000		
TOTAL - FISCAL											150.000		
TOTAL - SEGURIDADE											0		
TOTAL - GERAL											150.000		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	VALOR		
				S	N	P	O	U	T	E			
12 331	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	Atividades								710.000		
12 331	2109 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares									10.000		
12 331	2109 2010 0015	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado do Pará		F	3	1	90	0	100		10.000		
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares		F	3	1	90	0	100		10.000		
12 331	2109 2011 0015	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado do Pará		F	3	1	90	0	100		10.000		
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares		F	3	1	90	0	100		150.000		
12 331	2109 2012 0015	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares - No Estado do Pará		F	3	1	90	0	100		150.000		
TOTAL - FISCAL											710.000		
TOTAL - SEGURIDADE											0		
TOTAL - GERAL											710.000		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Suplementar	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	VALOR		
				S	N	P	O	U	T	E			
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes									43.000		
12 301	2109 2004 0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará		S	3	1	90	0	100		43.000		
12 331	2109 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares									150.000		

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil



13.331	2109 2012 0023	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Ceará	750.000
13.364	2109 2017	Pagamento de Pessoal Ativo da União	5.947.838
13.364	2109 2017 0023	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Ceará	5.947.838
TOTAL - FISCAL			6.697.838
TOTAL - SEGURIDADE			45.000
TOTAL - GERAL			6.742.838

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Credito Suplementar									
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	O	U	T
NAL			S	N	P	D	O	L	T	E		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação										465.000
		Atividades										
13.301	2109 2004	Auxílio-Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes										455.000
12.301	2109 2004 0029	Auxílio-Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia										455.000
13.331	2109 2010	Auxílio-Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares										10.000
12.331	2109 2010 0029	Auxílio-Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado da Bahia										10.000
TOTAL - FISCAL												10.000
TOTAL - SEGURIDADE												455.000
TOTAL - GERAL												465.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26451 - Hospital de Evlson Dr. Washington Antonio de Baccos

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Credito Suplementar									
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	O	U	T
NAL			S	N	P	D	O	L	T	E		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação										319.000
		Atividades										
13.301	2109 2017	Pagamento de Pessoal Ativo da União										319.000
12.301	2109 2017 0026	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado de Pernambuco										319.000
TOTAL - FISCAL												0
TOTAL - SEGURIDADE												319.000
TOTAL - GERAL												319.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Credito Suplementar									
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	O	U	T
NAL			S	N	P	D	O	L	T	E		
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior										5.000
		Atividades										
13.331	2121 2041	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares										5.000
22.331	2121 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal										5.000
TOTAL - FISCAL												5.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												5.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Credito Suplementar									
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	O	U	T
NAL			S	N	P	D	O	L	T	E		
	0099	Presidência de Instâncias e Comissões da União										692.680
		Operações Especiais										
09.272	0049 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis										492.680
09.272	0049 0181 0033	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro										492.680
TOTAL - FISCAL												692.680
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												692.680

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28203 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Credito Suplementar									
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	O	U	T
NAL			S	N	P	D	O	L	T	E		
	0099	Presidência de Instâncias e Comissões da União										5.004.412
		Operações Especiais										
09.272	0049 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis										1.014.412

06.272	0049 0181 0010	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na Região Norte										1.014.412
												1.014.412
												955.000
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior										
		Atividades										
21.301	2121 2004	Auxílio-Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes										180.000
12.301	2121 2004 0010	Auxílio-Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Norte										180.000
12.331	2121 2010	Auxílio-Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares										150.000
22.331	2121 2010 0010	Auxílio-Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Norte										10.200
13.331	2121 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares										10.200
22.331	2121 2011 0010	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Norte										1.000
21.331	2121 2013	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares										180.000
21.331	2121 2012 0010	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Na Região Norte										760.000
TOTAL - FISCAL												760.000
TOTAL - SEGURIDADE												273.200
TOTAL - GERAL												1.033.200

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Credito Suplementar									
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	O	U	T
NAL			S	N	P	D	O	L	T	E		
	2020	Cidadania e Justiça										1.796.000
		Atividades										
43.301	2020 2004	Auxílio-Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes										51.000
43.301	2020 2004 0001	Auxílio-Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional										51.000
43.331	2020 2010	Auxílio-Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares										575.000
43.331	2020 2010 0001	Auxílio-Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional										575.000
43.331	2020 2013	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares										1.170.000
43.331	2020 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional										1.170.000
TOTAL - FISCAL												1.796.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												1.796.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Credito Suplementar									
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	O	U	T
NAL			S	N	P	D	O	L	T	E		
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça										130.000
		Atividades										
14.331	2112 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares										130.000
14.331	2112 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal										130.000
TOTAL - FISCAL												130.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												130.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Credito Suplementar									
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	P	O	U	T
NAL			S	N	P	D	O	L	T	E		
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça										15.000
		Atividades										
44.331	2112 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares										15.000
44.331	2112 2011 0053	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro										15.000
TOTAL - FISCAL												15.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												15.000



ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30100 - Departamento de Polícia Federal
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00		Crédito Suplementar
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	VALOR
3111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça	145.000
06 331	Atividade	145.000
06 331	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	145.000
06 331	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional	145.000
TOTAL - FISCAL		145.000
TOTAL - SEGURIDADE		0
TOTAL - GERAL		145.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30200 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00		Crédito Suplementar
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	VALOR
0909	Operações Especiais, Outros Encargos Especiais	16.405
09 274	Operações Especiais	16.405
09 274	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	16.405
09 274	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	16.405
TOTAL - FISCAL		16.405
TOTAL - SEGURIDADE		0
TOTAL - GERAL		16.405

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00		Crédito Suplementar
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	VALOR
3111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça	252.222
14 111	Atividade	252.222
14 111	Pagamento de Pessoal Ativo da União	252.222
14 111	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal	252.222
TOTAL - FISCAL		252.222
TOTAL - SEGURIDADE		0
TOTAL - GERAL		252.222

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00		Crédito Suplementar
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	1.000.000
28 846	Operações Especiais	1.000.000
28 846	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	1.000.000
28 846	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	1.000.000
09 274	Operações Especiais, Outros Encargos Especiais	4.000
09 274	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	4.000
09 274	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	4.000
2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	5.621.000
21 301	Atividade	1.660.000
21 301	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	1.660.000
21 301	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional	1.660.000
21 331	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	3.961.000
21 331	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional	3.961.000
TOTAL - FISCAL		1.664.000
TOTAL - SEGURIDADE		1.664.000
TOTAL - GERAL		6.625.000

ÓRGÃO: 33000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 33263 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00		Crédito Suplementar
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	VALOR
0089	Presidência de Justiva e Pensionistas da União	1.178.820
09 272	Operações Especiais	1.178.820
09 272	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis	1.178.820
09 272	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - No Distrito Federal	1.178.820
TOTAL - FISCAL		1.178.820
TOTAL - SEGURIDADE		0
TOTAL - GERAL		1.178.820

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00		Crédito Suplementar
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	VALOR
0089	Presidência de Justiva e Pensionistas da União	207.622
09 272	Operações Especiais	207.622
09 272	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis	207.622
09 272	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - Nacional	207.622
2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	8.000
25 331	Atividade	8.000
25 331	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	8.000
25 331	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional	8.000
TOTAL - FISCAL		8.000
TOTAL - SEGURIDADE		0
TOTAL - GERAL		215.622

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32214 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00		Crédito Suplementar
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	50.000
28 846	Operações Especiais	50.000
28 846	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	50.000
28 846	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio de Janeiro	50.000
2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	60.000
21 331	Atividade	40.000
21 331	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	40.000
21 331	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - Nacional	40.000
21 331	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares - No Estado do Rio de Janeiro	20.000
TOTAL - FISCAL		110.000
TOTAL - SEGURIDADE		0
TOTAL - GERAL		110.000

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00		Crédito Suplementar
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	VALOR
0089	Presidência de Justiva e Pensionistas da União	94.045.871
09 272	Operações Especiais	94.045.871
09 272	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis	94.045.871
09 272	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - Nacional	94.045.871
09 272	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - No Distrito Federal	116.000.000
09 274	Operações Especiais, Outros Encargos Especiais	116.000.000
09 274	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	116.000.000
09 274	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	116.000.000
TOTAL - FISCAL		59.449.000
TOTAL - SEGURIDADE		56.596.871
TOTAL - GERAL		216.045.871

ÓRGÃO: 33000 - Ministério da Previdência Social
UNIDADE: 33204 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00		Crédito Suplementar
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	65.000.000
28 846	Operações Especiais	65.000.000
28 846	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor	65.000.000
28 846	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional	65.000.000
TOTAL - FISCAL		0
TOTAL - SEGURIDADE		65.000.000
TOTAL - GERAL		65.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015072804027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

NAL	70		S E N P O U T F F D D D D D F D												
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde													4.465.000
		Atividades													
10 331	2115 2015	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares													4.465.000
10 331	2115 2015 0033	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal													4.465.000
			S 3 1 90 0 100												4.465.000
TOTAL - FISCAL															4.465.000
TOTAL - SEGURIDADE															4.465.000
TOTAL - GERAL															4.465.000

ÓRGÃO: 31000 - Ministério do Trabalho e Emprego

UNIDADE: 31001 - Ministério do Trabalho e Emprego

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR		
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O		U	T
			F	D	D	D	D	D	F	D					

ÓRGÃO: 36000 - Ministério do Trabalho e Emprego

UNIDADE: 36201 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	F	VALOR
	0089	Presidência de Instâncias e Permanências da União														8.846
		Operações Especiais														
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis														8.846
09 272	0089 0181 0035	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de São Paulo														8.846
	1127	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego														5.000
		Atividades														
11 331	1127 1011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares														5.000
11 331	1127 1011 0035	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de São Paulo														5.000
			F	3	1	90	0	100								5.000
TOTAL - FISCAL																5.000
TOTAL - SEGURIDADE																8.846
TOTAL - GERAL																13.846

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39201 - Ministério dos Transportes

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR		
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O		U	T
			F	D	D	D	D	D	F	D					
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes													171.000
		Atividades													
26 331	2126 2014	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares													171.000
26 331	2126 2014 0035	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados, e Militares - No Distrito Federal													171.000
															171.000
TOTAL - FISCAL															171.000
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															171.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39201 - VAREC - Engenharia, Construção e Ferrovias S.A.

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR		
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O		U	T
			F	D	D	D	D	D	F	D					
	0901	Operações Especiais, Cumprimento de Sentenças Judiciais													6.465.000
		Operações Especiais													
28 846	0901 0021	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais													6.465.000
28 846	0901 0021 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional													6.465.000
															6.465.000
			F	1	1	90	0	100							2.650.000
			F	1	1	90	0	100							3.815.000
TOTAL - FISCAL															6.465.000
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															6.465.000
	3126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes													3.395.000
		Atividades													
16 301	3126 1004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes													1.335.000
26 301	3126 1004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional													1.335.000
															1.335.000
			E	1	1	90	0	100							20.000
16 331	3126 1010	Assistência Pré-Estado aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares													20.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html> pelo código 00012015072800029

26 331	2126 2010 0001	Auxílio-Transporte aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional													20.000
															20.000
26 331	2126 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares													2.050.000
26 331	2126 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional													2.050.000
															2.050.000
			F	3	1	90	0	100							
TOTAL - FISCAL															2.070.000
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															2.070.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39202 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCI- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E S	G R	R D	M D	I D	F T	VALOR
	0089	Presidência de Instâncias e Permanências da União Operações Especiais							11.642.758
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Ser- vidores Civis							11.642.758
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Ser- vidores Civis - Nacional							11.642.758
			S	1	1	90	0	100	11.642.758
	0909	Operações Especiais, Outros Eneergrs Especiais Operações Especiais							151.000
09 274	0909 0534	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes da Legislação Especial sobre Desempenhos Ju- diciais							151.000
09 274	0909 0534 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes da Legislação Especial sobre Desempenhos Ju- diciais - Nacional							151.000
			S	3	1	90	0	100	151.000
	2129	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes Atividades							17.000
16 231	2126 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							17.000
16 231	2126 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Ser- vidores Civis, Empregados e Militares - Nacio- nal							17.000
			F	3	1	90	0	100	17.000
TOTAL - FISCAL									11.642.758
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.642.758

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações

UNIDADE: 41001 - Ministério das Comunicações

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR		
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O		U	T
	2117	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações													6.000
		Atividades													
14 331	2117 2010	Auxílio-Pre-Estado aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares													6.000
14 331	2117 2010 0035	Auxílio-Pre-Estado aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal													6.000
															6.000
TOTAL - FISCAL															6.000
TOTAL - SEGURIDADE															0,000
TOTAL - GERAL															6.000



ÓRGÃO: F000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

UNIDADE: 47265 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO I

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PROJEITO	E S P D	R E C P O	M I T E	P R O J E T O	VALOR
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.					3.470.000
		Aktividades					
04 J31	3125 3010	Auxílio Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					68.990
04 J31	3125 3010 0001	Auxílio Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional					40.000
04 J31	3125 3011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	F	S	I	98 0 100	48.500
04 J31	3125 3011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	S	I	98 0 100	1.159.000
04 J31	3125 3012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	F	S	I	98 0 100	1.250.000
04 J31	3125 3012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	S	I	98 0 100	2.280.000
TOTAL - FISCAL							2.750.000
TOTAL - SEGURIDADE							n.d.a.
TOTAL - GERAL							3.470.000

ÓRGÃO: 49600 - Ministério do Desenvolvimento Agrário

UNIDADE: 49191 - Ministério de Desenvolvimento Agrário

ASESO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

[illegible]

ÓRGÃO: 52060 - Ministério da Defesa

UNIDADE: SIU - Comando da Aeronáutica.

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

[illegible]

ORÇÃO: \$2000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52111 - Comando do Exército

ANEXO I

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R O D	M O D	I U E	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais						17.000
		Operações Especiais						
09 374	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais						17.000
09 274	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional						17.000
			8	3	1	99	9	100
TOTAL - FISCAL								17.000
TOTAL - SEGURIDADE								17.000
TOTAL - GERAL								17.000

ÓRGÃO: Q000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

[illegible]

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

[illegible]

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

[illegible]

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticada.html>, pelo código 00012015072800031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52901 - Fundo Naval

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	P	O	U	T	F	
			S	N	D	P	Q	Z	2	3	4	5	
2128		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa											3.623.573
		Atividades											
05 301	2108 3004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes											3.623.573
05 301	3108 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional											3.623.573
			S	4	1	90	0						3.623.573
TOTAL - FISCAL													0
TOTAL - SEGURIDADE													3.623.573
TOTAL - GERAL													3.623.573

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	P	O	U	T	F	
			S	N	D	P	Q	Z	2	3	4	5	
0901		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais											1.500.000
		Operações Especiais											
28 846	0901 0032	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais											1.500.000
28 846	0901 0032 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional											1.500.000
			F	1	1	90	0						1.500.000
													6.120.000
04 301	3111 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes											2.810.000
04 301	2111 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional											2.810.000
07 331	2111 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares											3.310.000
04 331	2111 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional											3.310.000
			F	3	1	90	0						3.310.000
TOTAL - FISCAL													4.810.000
TOTAL - SEGURIDADE													2.810.000
TOTAL - GERAL													7.620.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53304 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOC

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	P	O	U	T	F	
			S	N	D	P	Q	Z	2	3	4	5	
2128		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional											5.000
		Atividades											
04 331	3111 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares											5.000
04 331	2111 2011 0020	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul											5.000
			F	3	1	90	0						5.000
TOTAL - FISCAL													5.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													5.000

ÓRGÃO: 54000 - Secretaria de Turismo

UNIDADE: 54101 - Empresa Brasileira de Turismo - Embratur

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	P	O	U	T	F	
			S	N	D	P	Q	Z	2	3	4	5	
2128		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Turismo											5.500
		Atividades											
25 331	2128 2040	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares											5.500
25 331	2128 2040 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional											5.500
			F	1	1	90	0						5.500
TOTAL - FISCAL													5.500
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													5.500

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	P	O	U	T	F	
			S	N	D	P	Q	Z	2	3	4	5	
0902		Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais											159.000.000
		Operações Especiais											
28 846	0902 0025	Cumprimento de Sentença Judicial Transmitida em Julgamento de Pequeno Valor											159.000.000
			F	1	1	90	0						159.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015072800052

28 846	0901 0028 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transmitida em Julgamento de Pequeno Valor - Nacional											159.000.000
			F	1	1	90	0						159.000.000
TOTAL - FISCAL													0
TOTAL - SEGURIDADE													159.000.000
TOTAL - GERAL													159.000.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56201 - Ministério das Cidades

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	P	O	U	T	F	
			S	N	D	P	Q	Z	2	3	4	5	
2116		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades											1.015.314
		Atividades											
04 331	2116 2040	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares											14.900
04 331	2116 2040 0003	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal											14.900
			F	3	1	90	0						14.900
15 123	2116 0910	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais											1.015.314
15 123	2116 0910 0003	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal											1.015.314
			F	1	0	91	0						1.015.314
TOTAL - FISCAL													1.929.314
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													1.929.314

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TREN

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAR			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	P	O	U	T	F	
	2009	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais											500
		Operações Especiais											
09 274	0909 0534	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais											500
09 274	0909 0534 0043	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul											500
			F	3	1	90	0						500
	2116	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades											3.563.300
		Atividades											
15 301	2116 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes											2.193.000
15 301	2116 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul											2.193.000
			S	3	1	90	0						2.193.000
15 331	2116 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares											45.000
15 331	2116 2010 0043	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul											45.000
			F	3	1	90	0						45.000
15 331	2116 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares											418.000
15 331	2116 2012 0043	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado do Rio Grande do Sul											418.000
			F	3	1	90	0						418.000
15 123	2116 2070	Pagamento de Pessoal Ativo da União											1.900.334
15 123	2116 2070 0043	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Rio Grande do Sul											1.900.334
			F	1	1	90	0						1.900.334
TOTAL - FISCAL													3.726.634
TOTAL - SEGURIDADE													2.193.334
TOTAL - GERAL													5.919.968



15.341	1116.2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					R\$60.000,00
15.341	1116.2012.0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0 100
							R\$50.000,00
TOTAL - FISCAL							R\$110.000,00
TOTAL - SEGURIDADE							R\$0,00
TOTAL - GERAL							R\$110.000,00

ÓRGÃO: 43000 - Advocacia-Geral da União										
UNIDADE: 0101 - Advocacia-Geral da União										
ANEXO 3										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes: R\$ 1,00							
			E F	S D	G N	P F	M D	U D	T E	VALOR
	0009	Presidência de Inativos e Pensionistas da União								18.270.923
		Operações Especiais								
09 171	0009 0101	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis								18.270.923
09 172	0009 0101 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - Nacional								18.270.923
			X	1	1	90	0	138		18.270.923
TOTAL - FISCAL										0
TOTAL - SEGURIDADE										18.270.923
TOTAL - GERAL										18.270.923

ÓRGÃO: 65006 - Secretaria de Políticas para as Mulheres		Credito Suplementar											
UNIDADE: 05101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres		Resumo de Todos os Fins 051.006											
ANEXO I													
PROGRAMA DE TRABALHO													
PROG- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	LOCALIZADOR PROD- TO	E S N F	O P D	R M D	M P D	O U D	T U D	F I D	V A L O R		
2164		Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mo- lheres									2.196.082		
		Atividades											
14 121	2164 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União									2.196.082		
14 122	2164 20TP 0053	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Dó- tório Federal									2.196.082		
				F	I	I	90	D	183		2.196.082		
TOTAL - FISCAL											2.196.082		
TOTAL - SEGURIDADE											0		
TOTAL - GERAL											2.196.082		

ÓRGÃO: 66006 - Controladoria-Geral da União									
UNIDADE: 66197 - Controladoria-Geral da União									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Crédito Suplementar						
FUNÇ. NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PRODU- TO	Recursos de Total no Fimtes_R\$ 1,00						
			E S N F	G R P D	R M D D	N I D D	P E T E	VALOR	
	0059	Procedência de Inativos e Pensionistas da União Operações Especiais							R\$12.197
09 172	0059 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Ser- vidores Civis							R\$12.197
09 272	0059 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Ser- vidores Civis - Nacional							R\$12.197
TOTAL - FISCAL			8	1	1	90	0	188	R\$12.197
TOTAL - SEGURIDADE									R\$12.197
TOTAL - GERAL									R\$12.197

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Fiscais da União									
UNIDADE: 71005 - Encargos Fiscais da União - Pagamento de Sentenças Judiciais									
ANEXO I			Credito Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNCO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO DO LEGISLADOR PRODU- TO	E S N F	G P D	R P D	M O D	I U E	V T E	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							153.657.651
		Operações Especiais							
28 846	0001 0615	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							153.657.651
28 846	0901 0615 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor - Nacional							153.657.651
TOTAL - FISCAL									153.657.651
TOTAL - SEGURIDADE									

ORÇÃO: 31006 - Encargos Financeiros da União				Crédito Suplementar						
UNIDADE: 71901 - Fundo Contingente da Estiva RFFSA - Recursos sob Su- peção do Ministério da Fazenda				Recurso de Total n.º Fontes: 353.180						
ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
FUNCIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G D	R P	M O D	I U	T E	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								R\$ 000.000
		Operações Especiais								
19 846	0901 0032	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais								R\$ 000.000
28 846	0901 0032 0001	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional								R\$ 000.000
TOTAL - FISCAL				F	1	1	90	0	100	R\$ 000.000

ORÇÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios									
UNIDADE: 73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S	C D	R N	M P	I O	F U	VALOR
									Crédito Suplementar Reserva de Todas as Fontes (R\$ 100)
	0089	Presidência da Instrução e Previdência da União							246.799.370
		Operações Especiais							
09 272	0089 0003	Pagamento de Passal Inativo e Pensionistas dos Estados e Territórios							246.799.370
09 272	0089 0053 0011	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Estados e Territórios - No Estado de Rondônia							133.118.933
09 272	0089 0053 0014	Pagamento de Passal Inativo e Pensionistas dos Estados e Territórios - No Estado de Rondônia	S	1	1	90	0	184	133.118.933
09 272	0089 0053 0053	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Estados e Territórios - No Estado do Rio de Janeiro	S	1	1	90	0	184	10.614.411
			S	1	1	90	0	184	10.992.327
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							11.600
		Operações Especiais							
08 272	0909 0036	Benefícios e Prêmios Indenizatórios Decorrentes de Legislação Especial aos Decedidos Judiciais							11.600
08 272	0909 0036 0001	Benefícios e Prêmios Indenizatórios Decorrentes de Legislação Especial aos Decedidos Judiciais (Nacionais)	S	1	1	90	0	100	11.600
	2110	Programa de Gestão e Movimento do Ministério da Fazenda							31.618.594
		Afiliados							
04 301	2110 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							41.250
04 301	2110 2004 0011	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia							44.000
04 301	2110 2004 0012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre	S	3	1	90	0	184	44.000
04 301	2110 2004 0014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima	S	3	1	90	0	184	35.500
04 301	2110 2004 0016	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe	S	3	1	90	0	184	203.000
04 301	2110 2004 0018	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	3	1	90	0	184	102.000
04 301	2110 2004 0019	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0021	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Mato Grosso	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0037	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0039	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0045	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0047	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0049	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Alagoas	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0051	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Sergipe	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0055	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0057	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Bahia	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0059	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0061	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0063	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0065	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0067	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0069	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0071	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0073	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0075	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0077	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0079	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0081	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0083	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0085	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0087	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0089	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0091	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0093	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0095	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0097	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0099	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0101	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0103	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0105	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0107	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0109	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0111	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0113	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0115	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0117	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0119	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0121	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0123	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0125	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0127	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0129	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0131	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0133	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0135	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0137	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0139	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0141	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0143	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0145	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0147	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0149	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0151	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0153	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0155	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0157	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0159	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0161	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0163	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0165	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0167	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0169	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0171	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0173	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0175	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0177	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0179	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0181	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0183	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0185	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0187	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0189	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0191	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	184	106.000
04 301	2110 2004 0193								

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00612015072800033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/8/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



04 351	2110 2012 0000	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional									500.000
						F	S	E	90	0	100
											500.000
TOTAL - FISCAL											500.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16191 - Ministério da Educação

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1.00								VALOR
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PRODUTO	E S T	G N D	R P	M O D	I U F	T E			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							200.804		
		Atividades									
12 361	2109 2004	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Cívicos, Empregados Militares e seus Dependentes							200.804		
17 361	2109 2004 0033	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Cívicos, Empregados Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							200.804		
			8	3	1	90	0	112	200.804		
TOTAL - FISCAL									0		
TOTAL - SEGURIDADE									200.804		
TOTAL - GERAL									200.804		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO			Recurso de Todas as Fontes R\$ 100							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO) LOCALIZADOR PRODUTO	E S F	G N D	O P	M O U	T E		VALOR	
	2199	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							69.928	
		Auxílios:								
11 301	2199 3004	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							66.918	
12 301	2199 3004 0033	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							66.918	
TOTAL - FISCAL			X	3	1	90	R	112	68.924	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									66.924	

ÓΡΓΑΝΟ: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO			CANCELAMENTO		Recurso de Todas as Fontes R\$ 100								
FUNCO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR PRODU- TO	E S N F D	G G P D	R R P Q	M M O D	I I U L	J J T E	VALOR				
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação								330.560			
		- Atividade:											
12 301	2109 3004	Assistência Médica e Odontológica aos Ser- vidores Civis, Empregados, Militares e seus Depen- dentes								330.560			
12 301	2109 3004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Ser- vidores Civis, Empregados, Militares e seus Depen- dentes - No Estado do Rio de Janeiro	8	3	1	90	0	112		330.560			
TOTAL - FISCAL										0			
TOTAL - SEGURIDADE										330.560			
TOTAL - GERAL										330.560			

ÓRGÃO: 7800 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16110 - Faculdade Universidade Federal do Vale do São Francisco

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S N F	G P D	R M O	I U D	P T E	VÁLOR		
	1109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Atribuídos:						29.750		
13 301	1109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes						29.750		
13 301	1109 2004 0070	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste	S	3	1	90	0 112	29.750		
TOTAL - FISCAL								0		
TOTAL - SEGURIDADE								29.750		
TOTAL - GERAL								29.750		

ORGÃO: 1600 - Ministério da Educação

UNTADEX: 262M - Universidade Federal de Alagoas

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Resumo de Todos os Fontes RS 1.999									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA	AÇÃO	LOCALIZADOR	PRODUTO	S E N D	G R P	M O D	I U E	F T E	VALOR
	1109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Atividades									540.240
13 301	1109 3004	Assistência Médica e Odontológica em seus Serviços Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes									540.240

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/numocad.html>, pelo código 0001201507280035

[illegible]

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26232 - Universidade Federal de Bahia

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Resumo de Todas as Pontas RS 1,00					
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F N	O P D	R M D	I U D	F T E	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						R\$0.00
12.301	2109.2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						R\$0.00
12.301	2109.2004.0020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia						R\$0.00
TOTAL - FISCAL			S	X	I	99	0	R\$0.00
TOTAL - SEGURIDADE								R\$0.00
TOTAL - GERAL								R\$0.00

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recursos de Inicial em Funtos R\$ 100							VALOR
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PROD- TO	E S F	O P N D	M O D	I U T	F E			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Atribuições:							700,00	
13 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							700,00	
12 301	2109 2004 002	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará							700,00	
TOTAL - FISCAL			\$	3	1	90	0	112	700,00	
TOTAL - SEGURIDADE									700,00	
TOTAL - GERAL									700,00	

ORGÃO: 26090 - Ministério da Educação

UNIDADE: 1624 - Universidade Federal do Espírito Santo

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)				Recursos de Todas as Fontes - R\$ 1,0					VALOR	
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	E S N D	G R P D	M O D O	I U T	F T		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							671,89	
			Ações							
12.301	2109.3004		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						491,00	
12.301	2109.3004.0032		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo						491,00	
				8	3	1	90	0	112	452,00
TOTAL - FISCAL										(72,00)
TOTAL - SEGURIDADE										(72,00)
TOTAL - GERAL										(144,00)

ÓRGÃO: 26090 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Resumo de Todas as Fontes (R\$ 100)						
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O P	I U T	F T E	VALOR
	3109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							609.01
		Atividades							
13 304	3109 3004	Atividade Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							608.01
12 301	3109 3004 0052	Atividade Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás							601.01
TOTAL - FISCAL			8	5	1	90	0	112	609.01
TOTAL - SEGURIDADE									608.01
TOTAL - GERAL									608.01

ÓRGÃO Nº 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26338 - Universidade Federal de Minas Gerais

UNIDADE:
ANEXO II

PROGRAMA DE TIPO 1002 (CANCELAMENTO)			Recursos de Todas as Fontes PD 10						
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P M	O U T	V T E	VALOR	
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação — Atividades						1.000,00	
12.301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores CBM, Empregados, Militares e seus Dependentes						1.000,00	

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
3109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação													315.748
12 301	2109 2004	Atividades													415.748
12 301	2109 2004 0021	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão													415.748
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															415.748
TOTAL - GERAL															415.748

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
3109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação													141.864
12 301	2109 2004	Atividades													141.864
12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul													141.864
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															141.864
TOTAL - GERAL															141.864

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26272 - Universidade Federal de Uberlândia
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
3109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação													500.000
12 301	2109 2004	Atividades													500.000
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais													500.000
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															500.000
TOTAL - GERAL															500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
3109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação													176.228
12 301	2109 2004	Atividades													176.228
12 301	2109 2004 0012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre													176.228
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															176.228
TOTAL - GERAL															176.228

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal do Espírito Santo
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
3109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação													262.736
12 301	2109 2004	Atividades													262.736
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais													262.736
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															262.736
TOTAL - GERAL															262.736

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal do Paraná
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
3109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação													392.492
12 301	2109 2004	Atividades													392.492

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
3109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação													410.220
12 301	2109 2004	Atividades													410.220
12 301	2109 2004 0020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí													410.220
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															410.220
TOTAL - GERAL															410.220

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
3109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação													345.308
12 301	2109 2004	Atividades													345.308
12 301	2109 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo													345.308
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															345.308
TOTAL - GERAL															345.308

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
3109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação													1.172.092
12 301	2109 2004	Atividades													672.092
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais													672.092
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares													500.000
12 331	2109 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Minas Gerais													500.000
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															1.172.092
TOTAL - GERAL															1.172.092

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
3109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação													453.364
12 301	2109 2004	Atividades													453.364
12 301	2109 2004 0054	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul													453.364
12 331	2109 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares													500.000
12 331	2109 2012 0054	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Estado de Mato Grosso do Sul													500.000
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															1.406.728
TOTAL - GERAL															1.406.728

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/unicidade/imp/>, pelo código 00012015072800038.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ORGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26134 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de
Porto Alegre

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTOS)[illegible]

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ANEXO II		Crédito Suplementar									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO)	LOCALIZADOR	PRODUTO	R	C	P	M	I	F	VALOR
					S	N	D	O	Q	T	
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais									3.000.000
		Operações Especiais									
28 846	0901 0005	Cumprimento de Sentenças Judiciais Terminada em Julgado (Previdência)									3.000.000
28 846	0901 0005 0043	Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Previdência) - No Estado do Rio Grande do Sul									3.000.000
TOTAL - FISCAL					S	T	I	90	Q	100	3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											3.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 14298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABAJO (CANCELAMIENTO)

ANEXO II			Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 100 MIL VALOR							
FUNÇÃO- NAL	PROGRÁMATICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E N F	G D	R P	M I	O U	T T		
	1109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							10.700	
		- Atividades								
13 361	2109 2064	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							10.700	
12 361	2109 2064 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							10.700	
			S	3	1	99	0	112	10.700	
TOTAL - FISCAL									0	
TOTAL - SEGURIDADE									20.700	
TOTAL - GERAL									20.700	

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26350 - Fundação Universidade Federal de Grande Dourados

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

ANEXO II			Crédito Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recursos de Yndia ao Fomes R\$ 1,00						
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PRODUTO	E S D	G N D	R P O	M I O	I U T	F E	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							R\$ 852
		Atividades:							
13 301	2109 2004	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							R\$ 251
12 301	2109 2004 0054	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul							R\$ 852
			8	3	1	99	8	112	R\$ 852
TOTAL - FISCAL									R\$ 852
TOTAL - SEGURIDADE									R\$ 852
TOTAL - GERAL									R\$ 852

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

						Crédito Suplementar					
ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)						Recurso de Todos os Fontes R\$ 100.000,00					
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR PRODUTO	E S	D N	P F	R M	C D	I U	T T	V L	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Atividade									212.938
11.361	2109.2004	Auxílio Médica e Odontológica aos Servidores Cbta, Empregados Militares e seus Dependentes									212.938
12.361	2109.2004.0029	Auxílio Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia	S	3	1	90	0	112			212.938
TOTAL - FISCAL:											212.938
TOTAL - SEGURIDADE											212.938
TOTAL - GERAL											425.876

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26252 - Fundação Universidade Federal do ABC

ANEXO II

ANEXO II		Crédito Suplementar										
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADA POR PRODUTO										VALOR
NAL		F	E	G	R	M	I	F	V			
		S	N	N	P	D	U	T	X			
	3102	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação									58.577	
		Atividades										
31 301	3109 1004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes									58.577	

12.301	2109.2004.0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	5	2	1	90	5	117
--------	----------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	----	---	-----

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26358 - Instituto Universitário Prof. Alberto Arbores

ANEXO II

ANEXO II			Crédito Suplementar								
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recurso de Opção ao Fim da Lei								
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO-LOCALIZADOR/PRODUTO	E S D	G N D	R P O	M O D	I U T	F F	VALOR		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação								\$ 740	
		Atividade									
12.301	2109.2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes								\$ 740	
12.301	2109.2004.0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas								\$ 740	
				S	3	1	90	P	112	\$ 740	
TOTAL - FISCAL											\$ 8
TOTAL - SEGURIDADE											\$ 740
TOTAL - GERAL											\$ 748

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 24359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										Crédito Suplementar						
FUNÇÃO-PROGRAMÁTICA										Recurso de Todas as Fontes R\$ 100,00						
PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO										E	G	R	M	I	F	VALOR
										S	N	P	O	U	E	
2109										PROGRAMA de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Atividades:					150.568	
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes														150.560
12 361	2109 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Tabas														150.560
TOTAL - FISCAL										5	2	1	90	0	113	150.560
TOTAL - SEGURIDADE															0	
TOTAL - GERAL															150.560	

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16362 - Hospital Universitário Vitor Capistrano

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							Critério Suplementar
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I D E	T U E	VALOR	
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							R\$ 0,00	
		Atividades								
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							R\$ 0,00	
12 301	2109 2004 0623	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará							R\$ 0,00	
			S	3	1	90	0	112	R\$ 0,00	
TOTAL - FUNCAO										R\$ 0,00
TOTAL - SEGURIDADE										R\$ 0,00
TOTAL - GERAL										R\$ 0,00

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26363 - Maternidade Axis C

ANEXO II

[illegible]

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes

ANEXO II

			Credito Suplementar								
			Recursos de Todas as Fontes NS 168								
FUNCA- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O	I U	F T	E	VALOR	
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação								\$0,51	
		Atividades									
11 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes								\$0,51	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/validador.html>, pelo código 00012015072800039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



12.301	2109 2004 0043	Associação Médica e Odontológica dos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	122.404
			122.404
TOTAL - FISCAL			0
TOTAL - SEGURIDADE			122.404
TOTAL - GERAL			122.404

ÓRGÃO: 16090 - Ministério da Educação														
USUBAF: 16412 - Instituto Federal de Sergipe														
ANEXO II					Crédito Suplementar									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)					Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO) LOCALIZADOR PRODUTO	E S N	G P D	R P O	M U I	O F T	V L O R						
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							124.596					
12.361	2109.3004	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes							114.596					
12.361	2109.3004.0018	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe		S	3	1	90	0	112				124.596	
TOTAL - FISCAL									0					
TOTAL - SEGURIDADE									124.596					
TOTAL - GERAL									124.596					

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação																		
UNIDADE: 16424 - Instituto Federal do Tocantins																		
ANEXO II																		
Crédito Suplementar																		
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00																		
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	CANCELAMENTO	PROGRAMAÇÃO	LOCALIZADOR	PRODUTO	E	S	N	D	R	P	O	I	U	F	T	VALOR	
	1109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação													36.268		
			Atividades															
11 301	1109 2004		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes													36.268		
11 301	1109 2004 0017		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins													36.268		
						S	1					95	0	1	12		36.268	
TOTAL - FISCAL																		0
TOTAL - SEGURIDADE																		36.268
TOTAL - GERAL																		36.268

ÓRGÃO: 06000 - Ministério da Educação																		
UNIDADE: 06425 - Instituto Federal de São Carlos																		
ANEXO II						Crédito Suplementar												
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)						Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.000,-												
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR PRODUTO	E S F D	G N P O	R M U I T E	VALOR												
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação									35.904,							
		Atividades																
12 301	2109 3004	Auxílios Médicos e Odontológicos aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes									35.904,							
12 301	2109 3004 0013	Auxílios Médicos e Odontológicos aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre	S	X	I	90	B	112						35.904,				
TOTAL - FISCAL											35.904,							
TOTAL - SEGURIDADE											0-							
TOTAL - GERAL											35.904,							

[illegible]

ORÇÃO: 16000 - Ministério da Educação		Crédito Suplementar											
UNIDADE: 2428 - Instituto Federal de Brasília		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00											
ANEXO II		VALOR											
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA	AÇÃO	LOCALIZADOR	PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	N
NAL						S	N	P	O	U			
						E	D						
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação											
		Atividades											
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes											
12 301	2109 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal											
						8	3	1	90	0	112		
TOTAL - FISCAL													46.916
TOTAL - SEGURIDADE													05.918
TOTAL - GERAL													46.916

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/ufpr/ufpr.html>, pelo código 00012015072800043

[illegible][illegible]

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes - R\$ 1,00						
			E S D	O N D	R F	M O D	I U T	F P E	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							205.568
		Atividades							
13 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							205.568
13 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							205.568
			8	3	1	90	0	112	205.568
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									205.568
TOTAL - GERAL									205.568

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação									
UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recursos de Todas as Fontes: R\$ 1,00									
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	O	R	N	I	P	VALOR
			S	N	P	D	U	F	
	2199	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							209.000,00
		Atividades							
12.361	2109.2001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							209.000,00
12.361	2109.2001.0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							209.000,00
			S	3	1	90	0	112	209.000,00
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									209.000,00
TOTAL - GERAL									209.000,00

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação											
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense											
VEXNO II										Código Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										Recursos de Fins Especiais 54.1.06	
FUNÇÃO NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S T.	G N D.	R P	M O D.	I U	F T E	VALOR		
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							R\$ 329		
		Atividades									
13 301	1109 1004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							R\$ 329		

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



12 301	2109 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Estado da Bahia										44.000
												64.000
TOTAL - FISCAL												0
TOTAL - SEGURIDADE												44.000
TOTAL - GERAL												44.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

UNIDADE: 14108 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará				Credito Suplementar									
ANEXO II				Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.000.000,00									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)													
FUNÇÃO: NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	J	F	VALOR			
				S	N	P	O	O	T	E			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação									140.000		
		Atividades											
12.301	2109.3004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes									140.000		
12.301	2109.3004.0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará									140.000		
				5	3	1	90	0	112	140.000			
TOTAL - FISCAL											0		
TOTAL - SEGURIDADE											140.000		
TOTAL - GERAL											140.000		

ÓRGÃO: 2800 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 18101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

UNICO II			Credito Suplementar									
PROGRAMA DE TRABALHO			[CANCELAMENTO]			Reserva de Total no Fimto R\$ 1.09						
FUNCIONAL	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO LOCALIZADOR PRODUTO	E S F	O N D	P P	M I F	C U E	VALOR				
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior						182.844				
		Atividades										
12 301	3331 3064	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						182.844				
12 301	2121 2004 0053	Auxílio Médico e Odontológico aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal						182.844				
TOTAL - FISCAL			S	3	1	1	20	9	100	182.844		
TOTAL - SEGURIDADE										182.844		
TOTAL - GERAL										182.844		

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28102 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Número		Crédito Suplementar							
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 160							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S N	O R D	M P F	A I U	T F E	VALOR	
NAL			F	D	D	D	E		
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior						215.000	
		Atividades							
12 301	3131 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						215.000	
12 301	3121 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	L	I	90	0 100	215.000	
TOTAL - FISCAL								215.000	
TOTAL - SEGURIDADE								215.000	
TOTAL - GERAL								215.000	

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO II			Crédito Suplementar					
PROGRAMA DE TRABALHO - CANCELAMENTO?			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.000,00					
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR PRODUTO	E S F	O N D	R P O D	M U I Y E	VALOR	
	0909	Operações Especiais, Outros Encargos Especiais					18.000,00	
		Operações Especiais						
28.846	0909 0003	Indenização e Serviços em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)					12.000,00	
28.846	0909 0004 0001	Indenização e Serviços em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) - Nacional					10.000,00	
			F	3	1	90 0 100	10.000,00	
	3112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça					1.500,00	
		Atribuições						
06.303	3112 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					1.500,00	
66.303	3112 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional					1.500,00	
			S	3	1	90 0 100	1.500,00	
TOTAL - FISCAL							10.000,00	
TOTAL - SEGURIDADE							1.500,00	
TOTAL - GERAL							11.500,00	

2112 2004 Assistência Médica e Odontológica
dores Civis, Empregados, Militares
residentes

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - (ICP-Brasil).



DECRETO DE 27 DE JULHO DE 2015

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 1.701.389.028,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alíneas "a", "c", "e" e "g", inciso II, inciso VIII, inciso XII, alínea "a", itens "1º", "2º" e "3º", inciso XIV, alínea "a", e inciso XIX, alínea "b", item 2, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 1.701.389.028,00 (um bilhão, setecentos e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R\$ 666.186.440,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e quarenta reais), sendo:

a) R\$ 344.880.000,00 (trezentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil reais) de Contribuição do Salário-Educação;

b) R\$ 335.918,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e dezoito mil reais) de Contribuições para os Programas PIS/Pasep;

c) R\$ 261.520.753,00 (duzentos e sessenta e dois milhões, trezentos e vinte mil, duzentos e trinta e três reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

d) R\$ 34.962.203,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e sessenta e dois mil e duzentos reais) de Recursos Próprios Financeiros;

e) R\$ 20.571.589,00 (vinte milhões, quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais) de Recursos de Convênios; e

f) R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais;

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 394.113.665,00 (quinhentos e noventa e quatro milhões, cento e treze mil, seiscentos e sessenta e seis reais), sendo:

a) R\$ 12.909.477,00 (doze milhões, novecentos e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R\$ 7.037.311,00 (sete milhões, trinta e sete mil, trezentos e onze reais) de Recursos Próprios Financeiros;

c) R\$ 12.394.170,00 (doze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, cento e setenta reais) de Recursos de Convênios; e

d) R\$ 561.772.708,00 (quinhentos e sessenta e um milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e oito reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 441.088.922,00 (quatrocentos e quarenta e um milhões, oitenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2015; 194ª da Independência e 127ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação				UNIDADE: 26331 - Ministério da Educação				ANEXO I				
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)				Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00				Credito Suplementar				
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E N F D	G P D	R P B	M U B	I U F	P F	VALOR			
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.000.000			
		Atividades										
11 122	2109 2000	Administração da Unidade							1.000.000			
12 122	2109 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal							1.000.000			
TOTAL - FISCAL									1.000.000			
TOTAL - SEGURIDADE									0			
TOTAL - GERAL									1.000.000			

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação				UNIDADE: 26339 - Fundação Universidade Federal do Rio de Janeiro				ANEXO I				Crédito Suplementar			
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)				Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00				VALOR							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	P	F	VALOR					
			E	G	R	M	I	P	F						
			F	N	P	O	D	E							
1601		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								855.000					
		Atividades													
11 364	2032 20RK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								721.000					
11 364	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste								134.000					
			F	3	2	90	6	241		132.000					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/imprensa/dados.htm>, pelo código 60012015072800019

11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Função de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação								433.000
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Atividades								433.000
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Função de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação								433.000
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Função de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação								433.000
TOTAL - FISCAL											433.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											433.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 26332 - Universidade Federal da Bahia										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	P	F	VALOR
			E	G	R	M	I	P	F	
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								9.667.731
		Atividades								
11 364	2032 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior								9.667.731
11 364	2032 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia								9.667.731
			F	3	3	90	0	280		167.731
			F	3	2	90	0	650		7.115.000
			F	3	3	90	0	940		708.000
			F	4	3	90	0	650		330.000
			F	4	4	90	0	680		1.000.000
TOTAL - FISCAL										9.667.731
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										9.667.731

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação				UNIDADE: 26333 - Universidade Federal do Ceará				ANEXO I				Credito Suplementar			
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)				PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO				Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00				VALOR			
FUNÇÃO	NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	P	F	O	I	T	E	VALOR
11 364	2032	20RK	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão												12.275.500
11 364	2032	20RK	Atividades												1.204.360
11 364	2032	20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão												1.204.360
11 364	2032	20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	F	4	2	90	0	850						12.275.500
11 364	2032	20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	F	3	2	90	0	850						6.729.471
TOTAL - FISCAL															12.275.500
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															12.275.500

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação				UNIDADE: 26334 - Universidade Federal do Espírito Santo				ANEXO I				Credito Suplementar			
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)				PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO				Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00				VALOR			
FUNÇÃO	NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	P	F	VALOR				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Atividades								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo								10.000.000				
11 364	2032 20RK	2032 20RK 0020	Fomento às Ações												

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



12 364	2032 1212	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior								1.100.000
12 364	2032 1212 0043	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul								2.100.000
TOTAL - FISCAL										2.100.000
TOTAL - SEGURIDADE										36.111.971
TOTAL - GERAL										38.211.971

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 16045 - Universidade Federal do Rio de Janeiro										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
			F	D						
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							14.813.000	
Atividades										
12 364	2032 10RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							19.313.000	
12 364	2032 10RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro							19.313.000	
12 364	2032 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	F	3	2	90	0	650	19.313.000	
12 364	2032 4002 0033	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro							2.500.000	
12 364	2032 4002 0033	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro							2.500.000	
12 364	2032 10RK	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	F	3	2	90	0	100	2.500.000	
12 364	2032 1212 0033	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro							3.000.000	
TOTAL - FISCAL										24.813.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										24.813.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 16246 - Universidade Federal de Santa Catarina										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
			F	D						
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							4.410.538	
Atividades										
12 364	2032 10RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							4.410.538	
12 364	2032 10RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina							4.410.538	
TOTAL - FISCAL										657.018
TOTAL - SEGURIDADE										206.332
TOTAL - GERAL										3.051.000
TOTAL - FISCAL										338.000
TOTAL - SEGURIDADE										177.038
TOTAL - GERAL										4.410.538

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 16247 - Universidade Federal de Santa Maria										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
			F	D						
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							8.188.067	
Atividades										
12 364	2032 10RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							8.188.067	
12 364	2032 10RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul							154.067	
TOTAL - FISCAL										4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										650.000
TOTAL - GERAL										3.384.000
TOTAL - FISCAL										8.188.067
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										8.188.067

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 16248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
			F	D						
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							5.324.000	
Atividades										
12 364	2032 10RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							5.324.000	

12 364	2032 10RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco								1.500.000
TOTAL - FISCAL										3.759.000
TOTAL - SEGURIDADE										65.000
TOTAL - GERAL										1.560.000
TOTAL - FISCAL										3.759.000
TOTAL - SEGURIDADE										65.000
TOTAL - GERAL										3.824.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 16249 - Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
			F	D						
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							16.629.000	
Atividades										
12 364	2032 10RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							16.629.000	
12 364	2032 10RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro							16.629.000	
TOTAL - FISCAL										11.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										480.000
TOTAL - GERAL										7.149.000
TOTAL - FISCAL										16.629.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										16.629.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 16250 - Fundação Universidade Federal de Roraima										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	O	U	T		
			F	D						
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							157.000	
Atividades										
12 364	2032 10RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							157.000	
12 364	2032 1212 0014	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima							257.000	
TOTAL - FISCAL										257.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										157.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação										
UNIDADE: 16251 - Fundação Universidade Federal de Tocantins										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
Crédito Suplementar										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	P	D	O	U		
			F	D						
2031		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisas e Extensão							3.941.600	
		Atividades								
12 364	2032 20RKC	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							961.000	
12 364	2032 20RKC 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins							961.000	
12 364	2032 8382	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	F	3	2	90	0	650	961.000	
12 364	2032 8382 0017	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins							3.000.000	
			F	3	2	90	0	100	1.000.000	
			F	4	2	90	0	100	3.000.000	
TOTAL - FINCAL									3.961.000	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									3.961.000	



12.304	2032.20RK.0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	90	0	112	1.170.000
			V	3	2	90	0	150	1.000.000
TOTAL - FISCAL									170.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.170.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 36363 - Universidade Federal

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	
PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO

FUNCIÓN	PROCESADOR	PROCESADOR
---------	------------	------------

Matr.	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisas e Extensão	2.084.000
		Atribuições	
12 364	2032 10NK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	3.064.000
12 364	2032 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	2.034.000
		P 3 2 90 0 650	361.250
		F 2 2 90 0 650	39.000
		P 4 2 92 0 650	1.593.750

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26162 - Universidade Federal

UNIDADE 2014 - Universidade Estadual de São Paulo
ANEXO 1
PROGRAMA DE TRABALHO (TUP) - 2014

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	
PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO

Functio						
---------	--	--	--	--	--	--

NAL	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Extensão, Pesquisas e Extensão							6.745,000
			Atribuições						
12.364	2032 20R0K	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							1.260,000
12.364	2032 20R0K 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	F	3	2	90	6	650	1.260,000
			F	4	2	90	8	650	351,000
12.364	2032 R2R02	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							179,000
12.364	2032 R2R02 0035	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	F	3	2	90	8	100	5.000,000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 76263 - Universidade Federal de Lavras

ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO PROGRAMÁTICA)		PROGRAMAÇÃO
---------------------------------------------------	--	-------------

FUNCIO-	PROGRAMAS	PROCESOS
---------	-----------	----------

[illegible]

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16264 - Universidade Federal Rural de Semi-Árido

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO	
PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO

FUNCTION	PROGRAMMER	PROGRAM NAME
1.00		
2.00		
3.00		
4.00		
5.00		
6.00		
7.00		
8.00		
9.00		
10.00		
11.00		
12.00		
13.00		
14.00		
15.00		
16.00		
17.00		
18.00		
19.00		
20.00		
21.00		
22.00		
23.00		
24.00		
25.00		
26.00		
27.00		
28.00		
29.00		
30.00		
31.00		
32.00		
33.00		
34.00		
35.00		
36.00		
37.00		
38.00		
39.00		
40.00		
41.00		
42.00		
43.00		
44.00		
45.00		
46.00		
47.00		
48.00		
49.00		
50.00		
51.00		
52.00		
53.00		
54.00		
55.00		
56.00		
57.00		
58.00		
59.00		
60.00		
61.00		
62.00		
63.00		
64.00		
65.00		
66.00		
67.00		
68.00		
69.00		
70.00		
71.00		
72.00		
73.00		
74.00		
75.00		
76.00		
77.00		
78.00		
79.00		
80.00		
81.00		
82.00		
83.00		
84.00		
85.00		
86.00		
87.00		
88.00		
89.00		
90.00		
91.00		
92.00		
93.00		
94.00		
95.00		
96.00		
97.00		
98.00		
99.00		
100.00		

[illegible]

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
FUNDAÇÃO: 1964 - Fundação Universidade

UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE TRABALHO (NUTRIÇÃO)	
PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO

ANCIQ	PROGRAMMATA	PROGRAMMATA
-------	-------------	-------------

NAL	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	4.119.713
13.364	3032 10RN	Atividade Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	4.119.713

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html> pelo código 00012015072800052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

12 364	2031 0417 0001	Concessão de Bolsas de Estudos no Ensino Superior - Nacional	F	3	2	90	0	100	55.000.000
			F	3	2	90	0	206	561.414.598
TOTAL - FISCAL									616.414.598
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									616.414.598

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16324 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
FUNÇÃO-NAL		S	N	P	O	U	T		
1031	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							29.686.000	
	Atividades								
12 302	2032 4036							29.686.000	
12 302	2032 4036 0043							29.686.000	
	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais								
	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	2	90	0	250	20.000.000	
		S	3	2	90	0	650	9.684.000	
		S	3	2	90	0	650	32.000	
TOTAL - FISCAL									29.686.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.686.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16329 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
FUNÇÃO-NAL		S	N	P	O	U	T		
1033	Educação Básica							344.890.000	
	Operações Especiais								
12 345	2030 0000							30.000.000	
12 345	2030 0000 0001							30.000.000	
	Apoio à Manutenção da Educação Infantil								
	Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Nacional	F	3	2	90	0	313	30.000.000	
12 347	2030 0509							294.890.000	
	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica								
	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional	F	3	2	90	0	313	244.890.000	
		F	4	1	90	0	713	30.000.000	
12 366	2030 0126							20.000.000	
12 366	2030 0126 0001							20.000.000	
	Concessão de Auxílio-Financiário - Professores								
	Concessão de Auxílio-Financiário - Professores - Nacional	F	3	2	90	0	313	20.000.000	
1032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							18.400.000	
	Operações Especiais								
12 364	2031 0412							18.400.000	
12 364	2031 0412 0001							18.400.000	
	Concessão de Bolsas-Pernambuco no Ensino Superior								
	Concessão de Bolsas-Pernambuco no Ensino Superior - Nacional	F	3	2	90	0	100	18.400.000	
TOTAL - FISCAL									363.280.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									363.280.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16351 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
FUNÇÃO-NAL		S	N	P	O	U	T		
1032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							2.006.572	
	Atividades								
12 364	2032 303X							2.006.493	
12 364	2032 303X 0029							2.006.493	
	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior								
	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	F	3	2	90	0	112	1.200.000	
		F	3	2	90	0	250	806.493	
12 364	2031 4002							80	
12 364	2031 4002 0029							80	
	Auxílio aos Estudantes de Ensino Superior								
	Auxílio aos Estudantes de Ensino Superior - No Estado da Bahia	F	4	2	90	0	100	80	
TOTAL - FISCAL									2.006.572
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.006.572

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16359 - Fundação Universidade Federal do ABC

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
FUNÇÃO-NAL		S	N	P	O	U	T		
1033	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							983.000	
	Atividades								
12 364	2031 104X							983.000	
	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior								

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00012015072800053

12 364	2032 303X 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	F	4	2	90	0	100	983.000
			F	4	2	90	0	100	983.000
TOTAL - FISCAL									983.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									983.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
FUNÇÃO-NAL		S	N	P	O	U	T		
1032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.199.000	
	Atividades								
12 302	2032 4036							1.199.000	
12 302	2032 4036 0029							1.199.000	
	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais								
	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	2	90	0	650	1.199.000	
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.199.000
TOTAL - GERAL									1.199.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16361 - Hospital Universidade Estadual Antônio Nogueira

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
FUNÇÃO-NAL		S	N	P	O	U	T		
1032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							144.548	
	Atividades								
12 302	2032 303X							144.548	
12 302	2032 303X 0032							144.548	
	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais								
	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Espírito Santo	S	4	2	90	0	250	144.548	
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									144.548
TOTAL - GERAL									144.548

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16361 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
FUNÇÃO-NAL		S	N	P	O	U	T		
1032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							11.000.000	
	Atividades								
12 302	2032 303X							10.000.000	
12 302	2032 303X 0052							10.000.000	
	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais								
	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Goiás	S	3	2	90	0	100	10.000.000	
12 302	2032 1570							1.000.000	
12 302	2032 1570 0052							1.000.000	
	Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás								
	Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás - No Estado de Goiás	S	3	2	90	0	100	1.000.000	
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.000.000
TOTAL - GERAL									11.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
FUNÇÃO-NAL		S	N	P	O	U	T		
1032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							204.000	
	Atividades								
12 302	2032 4036							204.000	
12 302	2032 4036 0031							204.000	
	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais								
	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais	S	3	2	90	0	650	204.000	
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									204.000
TOTAL - GERAL									204.000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26343 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO I			Crédito Suplementar												
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	VALOR
			S	N	D	P	O	D	O	E					
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão													5.112.538
		Atividades													
12 303	2032 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais													5.112.538
12 302	2032 4086 0031	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais													5.112.538
			S	3	2	90	0	250							4.974.578
			S	3	2	90	0	659							125.000
			S	3	2	90	0	689							13.000
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															5.112.538
TOTAL - GERAL															5.112.538

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26349 - Hospital Universitário João de Barros, Barreto

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão													165.140
		Atividades													
12 303	2032 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais													165.140
12 302	2032 4086 0013	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Pará													165.140
			S	3	2	90	0	250							64.000
			S	3	2	90	0	680							15.500
			S	4	2	90	0	250							31.140
			S	4	2	90	0	680							15.500
			S	4	2	90	0	681							32.000
			S	4	2	90	0	696							3.000
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															165.140
TOTAL - GERAL															165.140

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco

Códigos: 2032/3 - Imprensa da Universidade Federal de Pernambuco
 ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Credito Suplementar											VALOR	
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U		T
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão													4.140.538
		Atividades													
12 303	2032 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais													4.140.538
12 302	2032 4086 0026	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Pernambuco													4.140.538
			S	3	2	90	0	250							1.784.538
			S	4	2	90	0	250							1.598.000
			S	4	2	90	0	650							358.000
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															4.140.538
TOTAL - GERAL															4.140.538

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Eubício Emery de São Thiago

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR	
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O		U
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão												1.022.000
		Atividades												
12 303	2032 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais												1.022.000
12 302	2032 4086 0042	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Santa Catarina												1.022.000
			S	3	2	90	0	650						1.022.000
TOTAL - FISCAL														0
TOTAL - SEGURIDADE														1.022.000
TOTAL - GERAL														1.022.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26389 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO I			Crédito Suplementar													
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00													
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	VALOR
	2033	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão														2.636.461
		Atividades														
12 303	2032 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais														2.636.461

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/imprensa/verificar.html>, pelo código 00012015072800056

12 302	2032 4086 0031	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais												2.284.000
			S	3	2	90	0	381						42.461
			S	4	2	90	0	481						2.241.539
TOTAL - FISCAL														0
TOTAL - SEGURIDADE														2.284.000
TOTAL - GERAL														2.284.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26392 - Hospital Gasão, Vespas

UNIDADE: 2602 - Hospital Geral de Jari

ANEXO I

Credito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

VALOR

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T
			F	D		D	O	U	E					
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão												31.950
		Atividades												
12 302	2032 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais												8.429
12 302	2032 4086 0013	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Amazonas												8.429
			S	4	2	90	0	450						8.429
		Operações Especiais												
12 364	2032 00P1	Apoio à Residência em Saúde												43.321
12 384	2032 00P1 0001	Apoio à Residência em Saúde - Nacional												42.321
			S	3	2	90	0	250						4.500
			S	3	2	90	0	650						15.000
			S	4	2	90	0	350						5.000
			S	4	2	90	0	650						18.471
TOTAL - FISCAL														0
TOTAL - SEGURIDADE														31.950
TOTAL - GERAL														31.950

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26394 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia

UNIDADE: 20394 - Hospitais e Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia			Credito Suplementar												
ANEXO I			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)															
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	VALOR
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão													7.682.000
		Atividades													
12 303	2032 20RX	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais													7.000.000
12 302	2032 20RX 0051	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais													7.000.000
			S	3	2	90	0	100							7.000.000
12 302	2032 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais													483.000
12 302	2032 4086 0031	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais													483.000
			S	3	2	90	0	650							221.000
			S	3	2	90	0	733							462.000
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															7.682.000
TOTAL - GERAL															7.682.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26397 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Viçosa

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Credito Suplementar												VALOR
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	
	2033	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão													6.000.000
		Atividades													
12 302	2032 20RX	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais													6.000.000
12 302	2032 20RX 0043	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul													6.000.000
			S	3	2	90	0	100							6.000.000
TOTAL - FISCAL															0
TOTAL - SEGURIDADE															6.000.000
TOTAL - GERAL															6.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26398 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Viçosa

ANEXO I		Crédito Suplementar													
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	VALOR
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão													446.000
		Atividades													
12 303	2032 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais													446.000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



12.307	2032 4046 0028	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Sergipe	466.000
TOTAL - FISCAL			0
TOTAL - SEGURIDADE			466.000
TOTAL - GERAL			466.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16402 - Instituto Federal de Alagoas
ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	D	P	R	M	I	F	VALOR
2031	2031	Educação Profissional e Tecnológica										3.532.400
Atividades												
12.363	2031 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica										3.532.400
12.363	2031 20RL 0037	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Alagoas	F	3	2	90	0	281				340.647
			F	3	2	90	0	681				276.000
			F	4	2	90	0	281				534.753
			F	4	2	90	0	620				341.000
TOTAL - FISCAL												3.532.400
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												3.532.400

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16402 - Instituto Federal de Alagoas
ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	D	P	R	M	I	F	VALOR
2031	2031	Educação Profissional e Tecnológica										1.550.000
Atividades												
12.363	2031 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica										1.550.000
12.363	2031 20RL 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Bahia	F	3	2	90	0	112				1.315.000
			F	3	2	90	0	630				235.000
12.363	2031 2094	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica										25.000
12.363	2031 2094 0029	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Bahia	F	3	2	90	0	100				85.000
TOTAL - FISCAL												1.550.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												1.550.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16402 - Instituto Federal de Ceará
ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	D	P	R	M	I	F	VALOR
2031	2031	Educação Profissional e Tecnológica										106.990
Atividades												
12.363	2031 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica										106.990
12.363	2031 20RL 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Ceará	F	3	2	90	0	281				60.000
			F	3	2	90	0	681				46.990
TOTAL - FISCAL												106.990
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												106.990

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16402 - Instituto Federal de Goiás
ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	D	P	R	M	I	F	VALOR
2031	2031	Educação Profissional e Tecnológica										298.000
Atividades												
12.363	2031 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica										298.000
12.363	2031 20RL 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás	F	3	2	90	0	620				298.000
TOTAL - FISCAL												298.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												298.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16402 - Instituto Federal de Minas Gerais
ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	D	P	R	M	I	F	VALOR
2031	2031	Educação Profissional e Tecnológica										2.697.205
Atividades												
12.363	2031 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica										2.697.205

12.363	2031 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	90	0	112				30.000
			F	3	2	90	0	259				467.300
			F	3	2	90	0	285				474.25
			F	3	2	90	0	650				1.974.000
			F	3	2	90	0	480				58.000
			F	4	2	90	0	100				884.55
TOTAL - FISCAL												2.657.415
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												2.657.415

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16412 - Instituto Federal de Norte de Minas Gerais
ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	D	P	R	M	I	F	VALOR
2031	2031	Educação Profissional e Tecnológica										776.495
Atividades												
12.363	2031 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica										776.495
12.363	2031 20RL 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	90	0	250				338.957
			F	3	2	90	0	650				306.044
			F	4	2	90	0	650				47.424
12.363	2031 2094	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica										19.745
12.363	2031 2094 0033	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	90	0	630				19.745
12.363	2031 6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica										161.000
12.363	2031 6380 0033	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	90	0	112				161.000
			F	3	2	90	0	650				10.000
			F	3	2	90	0	650				91.600
TOTAL - FISCAL												776.495
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												776.495

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16412 - Instituto Federal de Norte de Minas Gerais
ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	D	P	R	M	I	F	VALOR
2031	2031	Educação Profissional e Tecnológica										107.747
Atividades												
12.128	2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação										107.747
12.128	2109 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	90	0	160				107.747
TOTAL - FISCAL												107.747
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												107.747

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16412 - Instituto Federal de Norte de Minas Gerais
ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	D	P	R	M	I	F	VALOR
2031	2031	Educação Profissional e Tecnológica										673.230
Atividades												
12.363	2031 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica										60.000
12.363	2031 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	90	0	112				180.000
12.363	2031 2094	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica										973.230
12.363	2031 2094 0031	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	90	0	100				573.230
TOTAL - FISCAL												673.230
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												673.230

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16412 - Instituto Federal de São Paulo
ANEXO 1

PROGRAMA DE TRABALHO		SUPLEMENTAÇÃO		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	D	P	R	M	I	F	VALOR		
	2031	Educação Profissional e Tecnológica										673.172		
		Atividades												
12.363	2031 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica										160.000		
12.363	2031 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	90	0	650				160.000		
12.363	2031 2994	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica										180.000		
12.363	2031 2994 0051	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	80	0	100				573.210		
TOTAL - FISCAL												673.172		
TOTAL - SEGURIDADE												0		
TOTAL - GERAL												673.172		



ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16432 - Instituto Federal do Paraná

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	D	O	D	T		
	203	Educação Profissional e Tecnológica							2.756.000	
		Atividades								
12 363	2031 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							2.756.000	
12 363	2031 20RL 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Paraná							2.756.000	
			F	3	2	90	0	650	943.000	
			F	4	2	90	0	680	1.813.000	
TOTAL - FISCAL										2.756.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.756.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16432 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCI- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	RECURSO DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F		
	2031	Educação Profissional e Tecnológica								3.448.000
		Atividades								
12 363	2031 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica								3.448.000
12 363	2031 20RL 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte								3.448.000
			F	3	2	90	0	650		784.000
			F	4	2	90	0	650		2.664.000
TOTAL - FISCAL										3.448.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										3.448.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16436 - Instituto Federal Sul-Grandense

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F		
	2031	Educação Profissional e Tecnológica								2.814.695
		Atividades								
12 363	2031 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica								2.814.695
12 363	2031 20RL 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul								2.814.695
			F	3	2	90	0	112		2.113.395
			F	3	2	90	0	250		50.100
			F	3	2	90	0	650		551.000
TOTAL - FISCAL										2.814.695
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.814.695

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16438 - Instituto Federal de Santa Catarina

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
	2031	Educação Profissional e Tecnológica							3.359.300
		Atividades							
12 363	2031 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							3.359.300
12 363	2031 20RL 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina							3.359.300
			F	3	2	90	0	112	2.359.300
TOTAL - FISCAL									3.359.300
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.359.300

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16439 - Instituto Federal de São Paulo

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N F	R P F	M O D	I O D	F I T	VALOR
	2031	Educação Profissional e Tecnológica Atividades							17.199.252
12 363	2031 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							17.199.252
12 363	2031 20RL 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo							17.199.252
			F	4	2	90	0	112	15.500.000
			F	4	2	90	0	250	681.340
			F	4	2	90	0	280	99.912
			F	4	2	90	0	650	90.100
TOTAL - FISCAL									17.199.252
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									17.199.252

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015072800059

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16440 - Universidade Federal do Paraná Sul - UFPS

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO-PROGRAMÁTICA			PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA		E	G	R	M	I	F	TOTAL			
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	F	3	2	90	0	125		15.000		
		Operações Especiais										
28 846	0910 001E	Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES								15.000		
28 846	0910 001E 0046	Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES - No Região Sul								15.000		
			F	3	2	90	0	125		15.000		
2031 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão										10.000.000		
		Atividades										
12 364	2031 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior								10.000.000		
12 364	2031 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul								10.000.000		
			F	3	2	90	0	112		10.000.000		
TOTAL - FISCAL										10.015.000		
TOTAL - SEGURIDADE										0		
TOTAL - GERAL										10.015.000		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 16441 - Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E S F	O N D	R P	M O D	I T	E		
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								2.112.000
		Projetos								
12 364	2032 11G0	Implementação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA								2.112.000
12 364	2032 11G0 0015	Implementação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA - No Estado do Pará								2.112.000
			F	3	2	90	0	650		2.112.000
TOTAL - FISCAL										2.112.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.112.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

PROGRAMA DE TRABALHO		SUPLEMENTAÇÃO		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO		E	G	R	M	I	F		
				3	2	90	0	112	250		
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão									5.539.334
		Atividades									
12 364	2032 10GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão									313.434
12 364	2032 10GK 0030	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste									313.238
				F	3	2	90	0	112	111.540	
				F	3	2	90	0	250	32.116	
12 364	2032 10RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior									1.016.000
12 364	2032 10RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste									1.016.000
				F	3	2	90	0	650	1.016.000	
12 364	1032 1002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior									4.390.000
12 364	2032 1002 0020	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Na Região Nordeste									4.390.000
				F	3	2	90	0	100	4.390.000	
TOTAL - FISCAL											5.539.334
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											5.539.334

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E F	G D	R N	M P	I O	F U	T E	
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								313.658
		Atividades								
12 364	2032 10GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								154.100
12 364	2032 10GK 0015	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará								25.400
			F	3	2	90	0	281		254.400
		Projetos								
12 364	1032 14X0	Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNESFPA								58.658

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



15 122	2107 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	7.370.608
TOTAL - FISCAL									7.370.608
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.370.608

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42000 - Agência Nacional do Cinema

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2107		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							1.198.395
Atividades									
13 133	2107 155V	Aquisição de edifício sede da Agência Nacional do Cinema - ANCINE							1.198.395
13 132	2107 155V 3341	Aquisição de edifício sede da Agência Nacional do Cinema - ANCINE - No Município do Rio de Janeiro - RJ							1.198.395
TOTAL - FISCAL									1.198.395
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.198.395

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16101 - Ministério da Educação

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.500.000
Atividades									
13 132	2109 2000	Administração da Unidade							1.000.000
13 132	2109 2000 0033	Administração da Unidade - No Distrito Federal							1.000.000
13 132	2109 2000	Gestão das Políticas de Educação							2.500.000
13 132	2109 2000 0001	Gestão das Políticas de Educação - Nacional							2.500.000
TOTAL - FISCAL									3.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.500.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16215 - Universidade Federal do Espírito Santo

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							10.000.000
Atividades									
13 364	2032 2032	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							10.000.000
13 364	2032 2032 0032	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo							10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16215 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							12.800.000
Atividades									
13 364	2032 2032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							9.900.000
13 364	2032 2032 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás							9.900.000
13 364	2032 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							2.900.000
13 364	2032 4002 0032	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Goiás							2.900.000
TOTAL - FISCAL									12.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.800.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16215 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							3.500.000
Atividades									
13 364	2032 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							2.500.000
13 364	2032 4002 0033	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro							2.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/imprensa/verificar>, pelo código 00012015072800061

13 364	2032 2032	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	F	4	2	90	0	100	2.500.000
13 364	2032 2032 0033	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	F	4	2	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16215 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							15.000.000
Atividades									
13 364	2032 2032	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							15.000.000
13 364	2032 2032 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro							15.000.000
TOTAL - FISCAL									15.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16215 - Universidade Federal do Tocantins

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							3.000.000
Atividades									
13 364	2032 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							3.000.000
13 364	2032 4002 0017	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Tocantins							3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16215 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							92.807
Atividades									
13 368	2032 2032	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica							83.807
13 368	2032 2032 0015	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - No Estado do Pará							83.807
TOTAL - FISCAL									166.614
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									166.614

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16215 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							4.000.000
Atividades									
13 364	2032 2032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							4.000.000
13 364	2032 2032 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais							4.000.000
TOTAL - FISCAL									4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16215 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
NAL			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							1.000.000
Atividades									
13 364	2032 1002	Desenvolvimento de Instituições Federais de Ensino Superior e Tecnológicas							1.000.000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



11 363	2031 20R1 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	F	4	2	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26300 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

11 364	2031 20R1 0033	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	F	4	2	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26300 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

11 364	2031 20R1 0033	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	F	4	2	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26300 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

11 364	2031 20R1 0033	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	F	4	2	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26300 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

11 364	2031 20R1 0033	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	F	4	2	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26300 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

11 364	2031 20R1 0033	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	F	4	2	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26300 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

11 364	2031 20R1 0033	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	F	4	2	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26300 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

11 364	2031 20R1 0033	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	F	4	2	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26300 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

11 364	2031 20R1 0033	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	F	4	2	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26300 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
FUNÇÃO: PROGRAMÁTICA PROGRAMÁTICA LOCALIZADOR/PRODUTO

11 364	2031 20R1 0033	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	F	4	2	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000



ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16064 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moreira

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar									
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		
			S	N	P	O	U	T			
			F	D	D	D	D	E			
1032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							144.548		
		Atividades									
12 301	2032 20RX	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais							144.548		
12 302	2032 20RX 0032	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Espírito Santo							144.548		
			S	5	2	90	0	289	144.548		
TOTAL - FISCAL									0		
TOTAL - SEGURIDADE									144.548		
TOTAL - GERAL									144.548		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16065 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar									
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		
			S	N	P	O	U	T			
			F	D	D	D	D	E			
1032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							11.000.000		
		Atividades									
12 302	2032 20RX	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais							10.000.000		
12 302	2032 20RX 0032	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Goiás							10.000.000		
			S	4	2	90	0	150	10.000.000		
		Projetos									
12 302	2032 157D	Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás							1.000.000		
12 302	2032 157D 0032	Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Goiás - No Estado de Goiás							1.000.000		
			S	4	2	90	0	100	1.000.000		
TOTAL - FISCAL									0		
TOTAL - SEGURIDADE									11.000.000		
TOTAL - GERAL									11.000.000		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16069 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar									
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		
			S	N	P	O	U	T			
			F	D	D	D	D	E			
1032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							352.461		
		Atividades									
12 302	2032 4085	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais							352.461		
12 302	2032 4085 0031	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais							352.461		
			S	4	2	90	0	281	352.461		
TOTAL - FISCAL									0		
TOTAL - SEGURIDADE									352.461		
TOTAL - GERAL									352.461		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16070 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar									
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		
			S	N	P	O	U	T			
			F	D	D	D	D	E			
1032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							7.000.000		
		Atividades									
12 302	2032 30RX	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais							7.000.000		
12 302	2032 30RX 0031	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais							7.000.000		
			S	4	2	90	0	100	7.000.000		
TOTAL - FISCAL									0		
TOTAL - SEGURIDADE									7.000.000		
TOTAL - GERAL									7.000.000		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16078 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de São Paulo

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar									
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		
			S	N	P	O	U	T			
			F	D	D	D	D	E			
1032		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							6.000.000		
		Atividades									
12 302	2032 30RX	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais							6.000.000		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/imprensa/diario.html>, pelo código 00017015072800063

12 302	2032 20RX 0043	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							6.000.000		
			S	4	2	90	0	100	6.000.000		
TOTAL - FISCAL									0		
TOTAL - SEGURIDADE									6.000.000		
TOTAL - GERAL									6.000.000		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16094 - Instituto Federal de Bahia

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar									
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		
			S	N	P	O	U	T			
			F	D	D	D	D	E			
1032		Educação Profissional e Tecnológica							1.300.000		
		Atividades									
12 363	2032 30RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							1.315.000		
12 363	2032 30RL 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia							1.215.000		
			F	4	2	90	0	112	1.215.000		
12 363	2032 2994	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica							25.000		
12 363	2032 2994 0029	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Bahia							25.000		
			F	4	2	90	0	100	25.000		
TOTAL - FISCAL									1.300.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									1.300.000		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16095 - Instituto Federal de Minas Gerais

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Crédito Suplementar									
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		
			S	N	P	O	U	T			
			F	D	D	D	D	E			
1032		Educação Profissional e Tecnológica							414.633		
		Atividades									
12 363	2032 2994	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica							224.655		
12 363	2032 2994 0031	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais							414.633		
			F	3	2	90	0	100	414.633		
		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							20.000		
		Atividades									
12 128	2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							30.000		
12 128	2109 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais							30.000		
			F	3	2	90	0	112	30.000		
TOTAL - FISCAL									524.663		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									524.663		

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 16410 - Instituto Federal de Norte de Minas Gerais

ANEXO II			Crédito Suplementar									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S	G N	R P	M O	I D	F U	T E	VALOR		
	2032	Educação Profissional e Tecnológica									10.000	
		Atividades										
12 363	2032 4380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica									10.000	
12 363	2032 4380 0031	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais									10.000	
			F	4	2	90	0	112			10.000	
TOTAL - FISCAL											10.000	
TOTAL - SEGURIDADE											0	
TOTAL - GERAL											10.000	



12 363	2031 2094	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	F	4	2	90	0	112	100.000
12 363	2031 2094 0031	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	90	0	112	573.220
TOTAL - FISCAL									573.220
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									573.220

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
1109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							62.000
12 328	2109 4372	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							42.000
12 328	2109 4372 0023	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Paraíba							42.000
TOTAL - FISCAL									62.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									62.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2031		Educação Profissional e Tecnológica							500.000
12 363	2031 2094	Atividades							500.000
12 363	2031 2094 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul							500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2031		Educação Profissional e Tecnológica							2.928.122
12 363	2031 2094	Atividades							2.928.122
12 363	2031 2094 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina							2.928.122
TOTAL - FISCAL									2.928.122
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.928.122

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2031		Educação Profissional e Tecnológica							2.213.592
12 363	2031 2094	Atividades							2.213.592
12 363	2031 2094 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul							2.213.592
TOTAL - FISCAL									2.213.592
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.213.592

ÓRGÃO: 16000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2031		Educação Profissional e Tecnológica							2.359.300
12 363	2031 2094	Atividades							2.359.300
12 363	2031 2094 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul							2.359.300
TOTAL - FISCAL									2.359.300
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.359.300

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00012015072800064

12 363	2031 2094 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	F	4	2	90	0	112	2.359.300
TOTAL - FISCAL									2.359.300
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.359.300

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal do Rio de Janeiro

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00					VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
2031		Educação Profissional e Tecnológica							15.500.000
12 363	2031 2094	Atividades							15.500.000
12 363	2031 2094 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo							15.500.000
TOTAL - FISCAL									15.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSO DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F		
			S	N	P	O	U	T		
			F	D	D	D	D	E		
	2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							10.015.000	
		Atividades								
12 364	2032 2094	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Rio de Janeiro							15.000	
12 364	2032 2094 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Rio de Janeiro							15.000	
		Projetos								
12 364	2032 123C	Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS							10.000.000	
12 364	2032 123C 0040	Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - No Rio de Janeiro							10.000.000	



DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar, no valor de R\$ 36.759.382.520,00 (trinta e seis bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R\$ 703.465.057,00 (setecentos e três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sete reais), sendo:

a) R\$ 2.761.626,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais) do Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal; e

b) R\$ 700.698.431,00 (setecentos milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações;

II - excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas ou Privadas Nacionais, no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais); e

III - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 36.048.917.463,00 (trinta e seis bilhões, quarenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta e três reais, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2015, 194ª da Independência e 127ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa

ÓRGÃO: 15000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 15101 - Ministério da Fazenda

ANEXO I		Crédito Suplementar									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	VALOR	
NAL			S	N	P	O	U	T	E		
			F	D							
04 122	1110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda								100.000	
		Atividades									
04 122	1110 1000	Administração da Unidade								100.000	
04 122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100		100.000	
TOTAL - FISCAL										100.000	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										100.000	

ÓRGÃO: 15000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 15101 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ANEXO I		Crédito Suplementar									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	VALOR	
NAL			S	N	P	O	U	T	E		
			F	D							
04 092	2110 2244	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional								727.101	
04 092	2110 2244 0001	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional	F	3	2	90	0	100		727.101	
TOTAL - FISCAL										727.101	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										727.101	

ÓRGÃO: 15000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 15101 - Banco Central do Brasil

ANEXO I		Crédito Suplementar									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	VALOR	
NAL			S	N	P	O	U	T	E		
			F	D							
04 112	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								3.000	
		Operações Especiais									
04 112	0910 0001	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica								3.000	
04 112	0910 0001 0001	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	F	3	2	90	0	100		3.000	
TOTAL - FISCAL										3.000	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										3.000	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assinado.html>, pelo código 00012015072800066

04 122	2030 202A 0001	Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária - Nacional	F	3	2	90	0	100		7.000.000	
TOTAL - FISCAL										7.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										7.000.000	

ÓRGÃO: 18000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 2002 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO I		Crédito Suplementar									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	VALOR	
NAL			S	N	P	O	U	T	E		
			F	D							
12 122	3121 2000	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior								4.000.000	
22 122	2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100		4.000.000	
TOTAL - FISCAL										4.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										4.000.000	

ÓRGÃO: 18000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 2002 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUZAM

ANEXO I		Crédito Suplementar									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	VALOR	
NAL			S	N	P	O	U	T	E		
			F	D							
22 661	2029 2101	Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária								3.195.000	
		Atividades									
22 661	2029 2101 0010	Promissão de Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Marabá e São João do Araguaia (AP)								3.195.000	
22 661	2029 2101 0010	Promissão de Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Marabá e São João do Araguaia (AP) - Na Região Norte	F	3	2	90	0	100		3.195.000	
TOTAL - FISCAL										3.195.000	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										3.195.000	

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I		Crédito Suplementar									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	VALOR	
NAL			S	N	P	O	U	T	E		
			F	D							
24 844	0906 0284	Operações Especiais: Serviços da Dívida Externa (Juros e Amortizações)								3.465.657	
		Operações Especiais									
24 844	0906 0284 0001	Amortização e Juros de Financiamento da Dívida Externa - Nacional								3.465.657	
24 844	0906 0284 0001	Amortização e Juros de Financiamento da Dívida Externa - Nacional	F	3	2	90	0	100		3.465.657	
TOTAL - FISCAL										3.465.657	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										3.465.657	

ÓRGÃO: 85000 - Ministério da Pesca e Aquicultura
UNIDADE: 85101 - Ministério da Pesca e Aquicultura

ANEXO I		Crédito Suplementar									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	VALOR	
NAL			S	N	P	O	U	T	E		
			F	D							
20 125	2052 2013	Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas								3.003.416	
20 125	2052 2013 0001	Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas - Nacional	F	3	2	90	0	100		3.003.416	
TOTAL - FISCAL										3.003.416	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										3.003.416	

ÓRGÃO: 70000 - Recursos Financeiros da União
UNIDADE: 70101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I		Crédito Suplementar									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	VALOR	
NAL			S	N	P	O	U	T	E		
			F	D							
20 143	0905 0455	Operações Especiais								700.000.000	
20 143	0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Externa - Nacional	F	3	2	90	0	100		700.000.000	
TOTAL - FISCAL										700.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										700.000.000	

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P O	M O D	I F E	VALOR	
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais						20.212.338	
		Operações Especiais							
18.846	0910.0004	Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE)						62.256	
11.146	0910.0004.0002	Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE) - No Exterior						62.256	
18.846	0910.0017	Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE)	F	3	2	80	0	100	104.385
21.146	0910.0017.0002	Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE) - No Exterior						104.385	
18.846	0910.0074	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (MRE)	F	3	2	80	0	100	104.385
21.146	0910.0074.0002	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (MRE) - No Exterior						17.990.348	
18.846	0910.0085	Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MRE)	F	3	2	80	0	100	164.729
11.146	0910.0085.0002	Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MRE) - No Exterior						164.729	
18.846	0910.0087	Contribuição à União Postal Universal - UPU (MRE)	F	3	2	80	0	100	164.729
21.146	0910.0087.0002	Contribuição à União Postal Universal - UPU (MRE) - No Exterior						270.772	
18.846	0910.00A9	Contribuição à Organização Interamericana de Juventude - OIJ (PR)	F	3	2	80	0	100	270.772
21.146	0910.00A9.0002	Contribuição à Organização Interamericana de Juventude - OIJ (PR) - No Exterior						72.150	
18.846	0910.00BK	Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE)	F	3	2	80	0	100	72.150
21.146	0910.00BK.0002	Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE) - No Exterior						71.000	
18.846	0910.00BR	Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE)	F	3	2	80	0	100	71.000
21.146	0910.00BR.0002	Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE) - No Exterior						91.429	
18.846	0910.00DS	Contribuição ao Sistema Econômico Latino-Americano - SELA (MRE)	F	3	2	80	0	100	91.429
21.146	0910.00DS.0002	Contribuição ao Sistema Econômico Latino-Americano - SELA (MRE) - No Exterior						165.359	
18.846	0910.00F5	Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA)	F	3	2	80	0	100	165.359
21.146	0910.00F5.0002	Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA) - No Exterior						87.219	
18.846	0910.00DZ	Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE)	F	3	2	80	0	100	165.359
21.146	0910.00DZ.0002	Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE) - No Exterior						171.531	
18.846	0910.00TW	Contribuição ao Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MRE)	F	3	2	80	0	100	171.531
21.146	0910.00TW.0002	Contribuição ao Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MRE) - No Exterior						142.711	
18.846	0910.01E8	Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MRE)	F	3	2	80	0	100	142.711
21.146	0910.01E8.0002	Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MRE) - No Exterior						140.222	
18.846	0910.01H8	Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (MRE)	F	3	2	80	0	100	140.222
21.146	0910.01H8.0002	Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (MRE) - No Exterior						102.664	
18.846	0910.01H9	Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE)	F	3	2	80	0	100	102.664
21.146	0910.01H9.0002	Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE) - No Exterior						71.000	
18.846	0910.01H6	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MRE)	F	3	2	80	0	100	71.000
21.146	0910.01H6.0002	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MRE) - No Exterior						12.660	
18.846	0910.03E8	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MRE)	F	3	2	80	0	100	12.660
21.146	0910.03E8.0002	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MRE) - No Exterior						72.912	
18.846	0910.03E8	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MRE)	F	3	2	80	0	100	72.912
21.146	0910.03E8.0002	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MRE) - No Exterior						72.912	

18.846	0910.0370	Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MRE)														36.846
21.146	0910.0370.0002	Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MRE) - No Exterior														36.846
18.846	0910.0779	Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (MRE)														36.846
21.146	0910.0779.0002	Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (MRE) - No Exterior														36.846
18.846	0910.09BC	Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nas Países Afetadas por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MRE)														72.672
21.146	0910.09BC.0002	Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nas Países Afetadas por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MRE) - No Exterior														72.672
18.846	0910.0B69	Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIO (MRE)														54.515
21.146	0910.0B69.0002	Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIO (MRE) - No Exterior														54.515
18.846	0910.0B72	Contribuição à Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI (MRE)														34.515
21.146	0910.0B72.0002	Contribuição à Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI (MRE) - No Exterior														34.515
18.846	0910.0C38	Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrupamentos Perigosos - Convenção de Rotterdam (MRE)														171.673
21.146	0910.0C38.0002	Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrupamentos Perigosos - Convenção de Rotterdam (MRE) - No Exterior														171.673
18.846	0910.0C39	Contribuição à Organização Internacional de Modelos Tropicais - OIMT (MRE)														171.673
21.146	0910.0C39.0002	Contribuição à Organização Internacional de Modelos Tropicais - OIMT (MRE) - No Exterior														171.673

TOTAL - FISCAL	30.212.338
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	30.212.338

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

PROGRAMA DE TRABALHO		SISTEMATIZAÇÃO		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00												VALOR
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	S	N	P	O	U	T	E	
	0911	Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros														31.000.000
		Operações Especiais														
18.846	0911.00M4	Remuneração a Agentes Financeiros														31.000.000
21.146	0911.00M4.0002	Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional														31.000.000
									F	3	2	90	9	190		31.000.005
TOTAL - FISCAL																31.000.005
TOTAL - SEGURIDADE																0
TOTAL - GERAL																31.000.000

ÓRGÃO: 75000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal

UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCI- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PROD- TO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR			
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O		U	T	E
	0907	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna														35.993.776.538
		Operações Especiais														
18.841	0907.0365	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna														35.993.776.538
21.841	0907.0365.0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional														35.993.776.538

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E X P	G N D	R M D	I U	F T E	VALOR
	2119	Despesas de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda						106.000
		Atividades						
01.122	2119.2000	Administração da Unidade						106.000

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 29.557.106,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e seis reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2015, 194ª da Independência e 127ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 32101 - Ministério dos Transportes

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	S	N	P	
			F	D	P	O	U	T	E				
2024		Transporte Rodoviário											196.000
14 115	2075 2907	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária											196.000
14 115	2075 2907 0001	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Nacional											196.000
			F	3	2	1	0	0	100				196.000
TOTAL - FISCAL													196.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													196.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39251 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	S	N	P	
			F	D	P	O	U	T	E				
24 703	2126 869V	Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários											700.000
24 703	2126 869V 0001	Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários - Nacional											700.000
			F	3	2	1	0	0	100				700.000
TOTAL - FISCAL													700.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													700.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	S	N	P	
			F	D	P	O	U	T	E				
14 541	2018 10VP	Atividades											2.100.000
14 541	2018 10VP 0001	Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE											2.100.000
			F	4	2	1	0	0	100				2.100.000
TOTAL - FISCAL													2.100.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													2.100.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	S	N	P	
			F	D	P	O	U	T	E				
14 541	2034 10WZ	Atividades											4.499.932
14 541	2034 10WZ 0001	Inventário Florestal Nacional											4.499.932
			F	3	2	1	0	0	100				4.499.932
14 113	2114 2000	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente											400.000
14 113	2114 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional											400.000
			F	4	2	1	0	0	100				400.000
TOTAL - FISCAL													5.099.932
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													5.099.932

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44104 - Agência Nacional de Águas - ANA

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	S	N	P	
			F	D	P	O	U	T	E				
14 541	0004 0284	Operações Especiais											120.000
			F	4	2	1	0	0	100				120.000
TOTAL - FISCAL													120.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													120.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/boletimoficial.html> pelo código 00012015072800069

24 844	0008 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Vida Contratual Externa - Nacional											120.000
			F	4	2	1	0	0	100				120.000
TOTAL - FISCAL													120.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													120.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	S	N	P	
			F	D	P	O	U	T	E				
14 541	2018 10WZ	Atividades											6.750.000
14 541	2018 10WZ 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federal											6.750.000
			F	4	2	1	0	0	100				6.750.000
TOTAL - FISCAL													6.750.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													6.750.000

ÓRGÃO: 43000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 43201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODESAF

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	S	N	P	
			F	D	P	O	U	T	E				
10 608	2052 2819	Atividades											365.726
10 608	2052 2819 0001	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura											365.726
			F	3	2	1	0	0	100				365.726
TOTAL - FISCAL													365.726
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													365.726

ÓRGÃO: 43000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 43204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	S	N	P	
			F	D	P	O	U	T	E				
04 111	2111 1349	Atividades											1.650.000
04 111	2111 1349 0001	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Na Região Nordeste											1.650.000
			F	3	2	1	0	0	100				1.650.000
TOTAL - FISCAL													1.650.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													1.650.000

ÓRGÃO: 43000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 43207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	S	N	P	
			F	D	P	O	U	T	E				
04 111	2111 2000	Atividades											5.000.000
04 111	2111 2000 0001	Administração da Unidade											5.000.000
			F	3	2	1	0	0	100				5.000.000
TOTAL - FISCAL													5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													5.000.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades

ANEXO 1			Capítulo Suplementar - 2000										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		
PROGRAMA DE TRAMITADO SUPLEMENTAR 2000			RECURSO DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00										VALOR		
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	T	S	N	P	U	T	E
	2116	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades													5.401.174
15 132	2116 2000	Atividades													5.401.174
15 132	2116 2000 0001	Administração da Unidade													5.401.174
		Administração da Unidade - Nacional													5.401.174
			F	3	2	1	0	0	100						
TOTAL - FISCAL															5.401.174
TOTAL - SEGURIDADE															5.401.174
TOTAL - GERAL															5.401.174



15 123	2116 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	940.000
TOTAL - FISCAL									940.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									940.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
			S	N	P	O	U	T	E	
12	3126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes								396.000
		Operações Especiais								
12 846	3126 0713	Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNTER								396.000
12 846	3126 0713 0001	Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNTER - Nacional	F	3	2	90	0	100		396.000
TOTAL - FISCAL										396.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										396.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39101 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
			S	N	P	O	U	T	E	
12	3072	Transporte Ferroviário								700.000
		Projetos								
12 750	3072 147L	Adaptação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG								700.000
12 750	3072 147L 2763	Adaptação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG - No Município de Juiz de Fora - MG	F	4	2	90	0	100		700.000
TOTAL - FISCAL										700.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										700.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
			S	N	P	O	U	T	E	
12	0906	Operações Especiais: Serviço da Divisão Externa (Juros e Amortizações)								120.000
		Operações Especiais								
12 844	0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Divisão Contratual Externa								120.000
12 844	0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento de Divisão Contratual Externa - Nacional	F	6	0	90	0	143		120.000
TOTAL - FISCAL										120.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										120.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
			S	N	P	O	U	T	E	
12	3045	Licenciamento e Qualidade Ambiental								2.100.000
		Atividades								
12 541	3045 8499	Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PSMA II)								1.500.000
12 541	3045 8499 0001	Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PSMA II) - Nacional	F	3	2	90	0	148		1.500.000
TOTAL - FISCAL										1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.500.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44101 - Serviço Florestal Brasileiro - SFTB

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
			S	N	P	O	U	T	E	
12	3036	Florestas, Preservação e Controle do Desmatamento e das Incêndios								3.607.734
		Atividades								
12 541	3036 1036A	Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar								400.000
12 541	3036 1036A 0001	Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar - Nacional	F	4	2	90	0	100		400.000
12 573	3036 1036B	Pesquisa e Informações Florestais								315.000
12 573	3036 1036B 0001	Pesquisa e Informações Florestais - Nacional	F	3	1	90	0	100		315.000
TOTAL - FISCAL										3.607.734
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										3.607.734

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015072800070

12 541	3036 1036C	Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais								143.802
12 541	3036 1036C 0001	Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais - Nacional	F	3	2	90	0	100		143.802
12 541	3036 1036D	Inventário Florestal Nacional								1.748.933
12 541	3036 1036D 0001	Inventário Florestal Nacional - Nacional	F	3	2	90	0	100		1.748.933
TOTAL - FISCAL										3.607.734
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										3.607.734

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44201 - Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
			S	N	P	O	U	T	E	
12	3018	Biodiversidade								6.750.000
		Atividades								
12 541	3018 1036M	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais								1.390.000
12 541	3018 1036M 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional	F	3	2	90	0	100		1.390.000
12 541	3018 6381	Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais								5.360.000
12 541	3018 6381 0001	Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais - Nacional	F	3	2	90	0	100		5.360.000
TOTAL - FISCAL										6.750.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										6.750.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53104 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
			S	N	P	O	U	T	E	
12	3111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional								1.650.000
		Atividades								
12 123	3111 2000	Administração da Unidade								1.650.000
12 123	3111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	250		1.650.000
		Projetos								
12 123	3111 1M51	Reforma dos Edifícios-Sedes dos DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais								600.000
12 123	3111 1M51 0001	Reforma dos Edifícios-Sedes dos DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais - Nacional	F	4	2	90	0	250		600.000
TOTAL - FISCAL										1.650.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.650.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
			E	G	R	M	I	F	T	
			S	N	P	O	U	T	E	
12	3111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional								5.000.000
		Atividades								
12 123	3111 2000	Administração da Unidade								5.000.000
12 123	3111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100		5.000.000
TOTAL - FISCAL										5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										5.000.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	3048	Mobilidade Urbana e Trânsito							R\$6.000
		Atividades							
15 451	3048 1D47	Apoio a Medidas de Modernização de Tráfego							31.000
15 451	3048 1D47 0001	Apoio a Medidas de Modernização de Tráfego - Nacional	F	4	2	90	0	100	31.000
15 453	3048 1D49	Apoio ao Desenvolvimento Institucional para o Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana							760.000
15 453	3048 1D49 0001	Apoio ao Desenvolvimento Institucional para o Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana - Nacional	F	3	3	90	0	100	760.000
		Projetos							
15 453	3048 1G5R	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano							31.000
15 453	3048 1G5R 0001	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - Nacional	F	4	2	90	0	100	31.000
15 451	3048 1G5T	Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados							31.000



15 431	2048 10ST 0001	Apoio à Sistema de Transporte Não-Motorizados - Nacional	F	4	2	40	0	100	32.000
	2054	Planejamento Urbano							3.839.918
		Atividades							
15 176	2054 10NP	Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades							360.000
15 126	2054 10NP 0001	Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades - Nacional	F	3	2	90	0	100	360.000
15 431	2054 10NR	Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas							50.000
15 431	2054 10NR 0001	Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas - Nacional	F	3	2	90	0	100	50.000
15 431	2054 40SS	Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano							50.000
15 431	2054 40SS 0001	Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional	F	3	2	90	0	100	50.000
15 431	2054 40SS	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papéis Passados)							1.525.593
15 431	2054 40SS 0001	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papéis Passados) - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.525.593
15 431	2054 8077	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades							101.920
15 431	2054 8077 0001	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Nacional	F	3	2	90	0	100	101.920
15 121	2054 1074	Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa							254.235
15 121	2054 1074 0001	Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa - Nacional	F	3	2	40	0	100	254.235
15 431	2054 1077	Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência							1.354.260
15 431	2054 1077 0001	Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência - Nacional	F	4	2	30	0	100	1.354.260

2064	Programa e Defesa dos Direitos Humanos								96.000
	Atividades								
15 431	2064 10NU	Apoio à Prevenção da Violência dos Direitos Humanos em Áreas de Desenvolvimento Urbano							96.000
15 431	2064 10NU 0001	Apoio à Prevenção da Violência dos Direitos Humanos em Áreas de Desenvolvimento Urbano - Nacional	F	3	2	90	0	100	96.000
2068	Saneamento Básico								58.155
	Atividades								
17 577	2068 10Z5	Apoio à Gestão e à Capacitação aplicadas ao Saneamento							58.155
17 577	2068 10Z5 0001	Apoio à Gestão e à Capacitação aplicadas ao Saneamento - Nacional	S	3	2	99	0	100	58.155
2116	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades								540.000
	Atividades								
15 121	2116 1000	Administração da Unidade							540.000
15 121	2116 1000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	20	0	100	540.000
	TOTAL - FISCAL								5.471.919
	TOTAL - SEGURIDADE								58.155
	TOTAL - GERAL								5.530.074

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNÇÃO: PROGRAMEÁTICA

PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO

RECURSO DE TESTES

VALOR

1048

Mobilidade Urbana e Trânsito

Projetos

Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos

Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos - Nacional

2116

Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades

Atividades

Administração da Unidade

Administração da Unidade - Nacional

TOTAL - FISCAL

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

(*) Nº 273, de 24 de julho de 2015. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA para exercer o cargo Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Nº 283, de 27 de julho de 2015. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5343.

Nº 284, de 27 de julho de 2015. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.130, de 27 de julho de 2015.

(*) Republicada por ter sido com correção no DOU de 27.07.2015, Seção 1.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO DE 27 DE JULHO DE 2015

Processo nº 00190.009832/2012-43

No exercício das atribuições a mim conferidas pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e pelo Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, tendo em vista a decisão liminar proferida pelo Ministro Gilmar Mendes nos autos do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança - RMS nº 33526, que tramita perante o Supremo Tribunal Federal, com base na Nota nº 5720113/ASJUR-CGU/CGU/AGU da Assessoria Jurídica, Suspenso, até ulterior decisão judicial, os efeitos da declaração de inidoneidade aplicada a Delta Construções S/A.

VALDIR MOYSES SIMÃO
Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 1.915, DE 27 DE JULHO DE 2015

Institui o Cadastro de Presidentes, Membros, Assistentes Técnicos e Peritos para Processos Administrativos Disciplinares no âmbito do Sistema de Correção do Poder Executivo Federal.

O CORREGEDOR-GERAL DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe confere o artigo 4º, do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e o inciso I

do artigo 15, do Anexo do Decreto nº 8.109, de 17 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º Instituir o Cadastro de Presidentes, Membros, Assistentes Técnicos e Peritos para Processos Administrativos Disciplinares no âmbito do Sistema de Correção do Poder Executivo Federal.

Art. 2º O Cadastro será gerido pela Corregedoria-Geral da União que garantirá sua manutenção, organização e publicidade aos órgãos e entidades da administração pública.

Art. 3º A pedido dos órgãos e entidades de lotação dos servidores, serão registrados no Cadastro aqueles servidores avaliados como aptos a participar de comissões de processos disciplinares.

§ 1º O registro no Cadastro conterá as seguintes informações do servidor:

- I - Nome completo;
- II - Cargo;
- III - Unidade de lotação;
- IV - Cidade de lotação;
- V - Matrícula Sipiap;
- VI - Nível de escolaridade;
- VII - Área de formação;
- VIII - E-mail institucional;
- IX - Telefone;
- X - Função a ser desempenhada nos processos disciplinares.

§ 2º O Cadastro deverá registrar ainda a autoridade competente para autorizar a designação do servidor para atuar em comissões de outros órgãos e entidades.

§ 3º Os registros deverão ser solicitados pelo e-mail cgu@agu.gov.br.

Art. 3º Os órgãos e entidades do Sistema de Correção do Poder Executivo Federal, em face da inexistência de servidores aptos para atuar em comissões disciplinares em localidade específica, ou de outro fator que dificulte a utilização de seus próprios servidores, poderão solicitar à Corregedoria-Geral da União indicação de servidores constantes do Cadastro.

Art. 4º A Corregedoria-Geral da União verificará registro de servidor no Cadastro em localidade correspondente à apuração dos fatos e encaminhará suas informações ao órgão solicitante.

Parágrafo Único. Órgãos ou entidades que tenham previamente indicado servidores para compor o Cadastro terão prioridade no atendimento de futuras solicitações de servidores.

Art. 5º Uma vez indicado servidor, o órgão ou entidade solicitante deverá contar a autoridade da unidade de lotação do servidor competente para autorizar sua designação para atuação junto comissão disciplinar.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo Corregedor-Geral da União.

WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 1.985, DE 27 DE JULHO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, e considerando o que consta do processo nº 00058.071074/2015-50, resolve:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Embraer S.A., o pedido de Nível Equivalente do Segurança para a seção 25 807(a)(3) do RBAC nº 25, emenda 25-127, para o avião Embraer modelo EMB-545 referente ao diagrama do descolamento da borda de emergência do tipo III.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia da data de sua publicação.

DINO ISHIKURA

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 27 DE JULHO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso atribuição que lhe confere o art. 41, incisos VIII e X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.plan.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00012015072800071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos



DECRETO DE 27 DE JULHO DE 2015

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 1.629.519.495,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "a", inciso IV, alíneas "b" e "c", inciso VI, alíneas "a" e "b", inciso XVI, alínea "c", e inciso XXI, alíneas "a" e "c", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, da Defensoria Pública da União, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 1.629.519.495,00 (um bilhão, seiscentos e vinte e nove milhões, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2014, no valor de R\$ 56.550.100,00 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta mil e cem reais), relativo à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins; e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 1.572.969.395,00 (um bilhão, quinhentos e setenta e dois milhões, novecentos e sessenta e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.7.2015

[Download para anexo](#)

*



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos



DECRETO DE 27 DE JULHO DE 2015

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 1.701.389.028,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida art. 4º, **caput**, inciso I, alíneas "a", "c" e "e", inciso II, inciso VIII, inciso XII, alínea "a", itens "1", "2" e "3", inciso XIV, alínea "a", e inciso XIX, alínea "b", item 2, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor dos Ministérios da Educação, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 1.701.389.028,00 (um bilhão, setecentos e um milhões, trezentos e oitenta e nove mil, vinte e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R\$ 666.186.440,00 (seiscentos e sessenta e seis milhões, cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e quarenta reais), sendo:

a) R\$ 344.880.000,00 (trezentos e quarenta e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil reais) de Contribuição do Salário-Educação;

b) R\$ 3.359.418,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e dezoito mil reais) de Contribuições para os Programas PIS/Pasep;

c) R\$ 262.320.233,00 (duzentos e sessenta e dois milhões, trezentos e vinte mil, duzentos e trinta e três reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

d) R\$ 34.962.200,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e sessenta e dois mil e duzentos reais) de Recursos Próprios Financeiros;

e) R\$ 20.571.589,00 (vinte milhões, quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais) de Recursos de Convênios; e

f) R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais;

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 594.113.666,00 (quinhentos e noventa e quatro milhões, cento e treze mil, seiscentos e sessenta e seis reais), sendo:

a) R\$ 12.909.477,00 (doze milhões, novecentos e nove mil, quatrocentos e setenta e sete reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R\$ 7.037.311,00 (sete milhões, trinta e sete mil, trezentos e onze reais) de Recursos Próprios Financeiros;

c) R\$ 12.394.170,00 (doze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, cento e setenta reais) de



Recursos de Convênios; e

d) R\$ 561.772.708,00 (quinhentos e sessenta e um milhões, setecentos e setenta e dois mil, setecentos e oito reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 441.088.922,00 (quatrocentos e quarenta e um milhões, oitenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF

Nelson Barbosa

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.7.2015

[Download para anexo](#)

*



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos



DECRETO DE 27 DE JULHO DE 2015

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 36.759.382.520,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alínea "a", inciso II, inciso V, alíneas "a" e "b", itens 1 e 2, inciso VIII e inciso XIX, alínea "b", itens 1 e 2, § 1º e § 4º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, crédito suplementar, no valor de R\$ 36.759.382.520,00 (trinta e seis bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R\$ 703.465.057,00 (setecentos e três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, cinquenta e sete reais), sendo:

a) R\$ 2.766.626,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal; e

b) R\$ 700.698.431,00 (setecentos milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais) de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações.

II - excesso de arrecadação de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais, no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais); e

III - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 36.048.917.463,00 (trinta e seis bilhões, quarenta e oito milhões, novecentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta e três reais, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF

Nelson Barbosa

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.7.2015

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ANEXO I										Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR		
2110		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							100.000		
ATIVIDADES											
04 122	2110 2000	Administração da Unidade							100.000		
04 122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							100.000		
			F	3	2	90	0	100	100.000		
TOTAL – FISCAL									100.000		
TOTAL – SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									100.000		

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ANEXO I										Crédito Suplementar	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR		
2110		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							727.101		
		ATIVIDADES									
04 092	2110 2244	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional								727.101	
04 092	2110 2244 0001	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional								727.101	
			F	3	2	90	0	181		727.101	
TOTAL - FISCAL									727.101		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									727.101		



ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 26201 - Banco Central do Brasil

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0910		Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							3.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 00OL	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica							3.000
28 846	0910 00OL 0001	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional							3.000
			F	3	2	50	0	250	3.000
2039		Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional							7.000.000
		ATIVIDADES							
04 122	2039 20ZA	Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária							7.000.000
04 122	2039 20ZA 0001	Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária - Nacional							7.000.000
			F	3	2	90	0	298	7.000.000
TOTAL - FISCAL									7.003.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.003.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2121		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior							6.000.000
		ATIVIDADES							
22 122	2121 2000	Administração da Unidade							6.000.000
22 122	2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							6.000.000
			F	4	2	90	0	250	6.000.000
TOTAL - FISCAL									6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.000.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2029		Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária							3.195.000
		ATIVIDADES							
22 661	2029 210L	Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP)							3.195.000
22 661	2029 210L 0010	Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP) - Na Região Norte							3.195.000
			F	3	2	90	0	174	3.195.000
TOTAL - FISCAL									3.195.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.195.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0906		Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)							3.465.057
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 844	0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa							3.465.057
28 844	0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional							3.465.057
			F	2	0	90	0	344	698.431
			F	6	0	90	0	343	2.766.626
TOTAL - FISCAL									3.465.057
TOTAL - SEGURIDADE									0



TOTAL - GERAL

3.465.057

ÓRGÃO: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura
 UNIDADE: 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2062		Pesca e Aquicultura							3.903.486
		ATIVIDADES							
20 125	2062 20Y2	Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas							3.903.486
20 125	2052 20Y2 0001	Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas - Nacional							3.903.486
			F	3	2	90	0	100	2.000.000
			F	3	2	90	0	174	1.903.488
TOTAL - FISCAL									3.903.486
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.903.486

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
 UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0905		Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)							700.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 843	0905 0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna							700.000.000
28 843	0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional							700.000.000
			F	2	0	90	0	344	700.000.000
TOTAL - FISCAL									700.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
 UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
 Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0910		Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							20.212.338
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 0004	Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA (MAPA)							62.255
28 846	0910 0004 0002	Contribuição à Organização Internacional do Açúcar - OIA (MAPA) - No Exterior							62.255
			F	3	2	80	0	100	62.255
28 846	0910 0017	Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA)							104.385
28 846	0910 0017 0002	Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA) - No Exterior							104.385
			F	3	2	80	0	100	104.385
28 846	0910 0074	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE)							17.590.345
28 846	0910 0074 0002	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE) - No Exterior							17.590.345
			F	3	2	80	0	100	17.590.345
28 846	0910 0085	Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MME)							164.729
28 846	0910 0085 0002	Contribuição à Organização Latino-Americana de Energia - OLADE (MME) - No Exterior							164.729
			F	3	2	80	0	100	164.729
28 846	0910 0087	Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC)							270.772
28 846	0910 0087 0002	Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC) - No Exterior							270.772
			F	3	2	80	0	100	270.772
28 846	0910 00AQ	Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PR)							72.150
28 846	0910 00AQ 0002	Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PR) - No Exterior							72.150
			F	3	2	80	0	100	72.150
28 846	0910 00BK	Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE)							71.000
28 846	0910 00BK 0002	Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MRE) - No Exterior							71.000



28 846	0910 00BR	Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE)	F	3	2	80	0	100	71.000
28 846	0910 00BR 0002	Contribuição à Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina - OPANAL (MRE) - No Exterior							91.428
28 846	0910 00BS	Contribuição ao Sistema Econômico Latino-Americano - SELA (MRE)	F	3	2	80	0	100	91.428
28 846	0910 00BS 0002	Contribuição ao Sistema Econômico Latino-Americano - SELA (MRE) - No Exterior							165.638
28 846	0910 00CO	Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA)	F	3	2	80	0	100	165.538
28 846	0910 00CO 0002	Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA) - No Exterior							185.538
28 846	0910 00DZ	Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE)	F	3	2	80	0	100	87.218
28 846	0910 00DZ 0002	Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE) - No Exterior							87.218
28 846	0910 00IW	Contribuição ao Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC)	F	3	2	80	0	100	171.338
28 846	0910 00IW 0002	Contribuição ao Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC) - No Exterior							142.711
28 846	0910 0148	Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC)	F	3	2	80	0	100	142.711
28 846	0910 0148 0002	Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC) - No Exterior							180.222
28 846	0910 0188	Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (MCTI)	F	3	2	80	0	100	180.222
28 846	0910 0188 0002	Contribuição ao Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia - CIEGB (MCTI) - No Exterior							102.686
28 846	0910 0189	Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MCTI)	F	3	2	80	0	100	102.686
28 846	0910 0189 0001	Contribuição à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO (MCTI) - Nacional							71.000
28 846	0910 0196	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MCTI)	F	3	2	80	0	100	71.000
28 846	0910 0196 0002	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Física - CLAF (MCTI) - No Exterior							42.600
28 846	0910 0348	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP)	F	3	2	80	0	100	42.600
28 846	0910 0348 0002	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP) - No Exterior							72.912
28 846	0910 0370	Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MF)	F	3	2	80	0	100	72.912
28 846	0910 0370 0002	Contribuição ao Centro Interamericano de Administração Tributária - CIAT (MF) - No Exterior							36.846
28 846	0910 0979	Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (MINC)	F	3	2	80	0	100	36.846
28 846	0910 0979 0033	Contribuição ao Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe - CERLALC (MINC) - No Estado do Rio de Janeiro							76.950
28 846	0910 09BC	Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA)	F	3	2	80	0	100	76.950
28 846	0910 09BC 0002	Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA) - No Exterior							72.672
28 846	0910 0B69	Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC (MRE)	F	3	2	80	0	100	72.672
28 846	0910 0B69 0002	Contribuição à Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata - CIC (MRE) - No Exterior							54.515
28 846	0910 0B72	Contribuição à Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI (MRE)	F	3	2	80	0	100	54.515
									82.634



28 846	0910 0872 0002	Contribuição à Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI (MRE) - No Exterior	F	3	2	80	0	100	82.634
28 846	0910 0C38	Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos - Convenção de Roterdã (MRE)							82.634
28 846	0910 0C38 0002	Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos - Convenção de Roterdã (MRE) - No Exterior							171.673
28 846	0910 0C39	Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT ITTO (MMA)	F	3	2	80	0	100	171.673
28 848	0910 0C39 0002	Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT ITTO (MMA) - No Exterior							273.779
			F	3	2	80	0	100	273.779
TOTAL - FISCAL									20.212.338
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.212.338

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0911		Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros							31.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0911 00M4	Remuneração a Agentes Financeiros							31.000.000
28 846	0911 00M4 0001	Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional	F	3	2	80	0	100	31.000.000
TOTAL - FISCAL									31.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.000.000

ÓRGÃO: 76000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal

UNIDADE: 76101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0907		Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna							35.983.776.538
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 841	0907 0365	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna							35.983.776.538
28 841	0907 0365 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional	F	6	0	90	0	143	35.983.776.538
TOTAL - FISCAL									35.983.776.538
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.983.776.538

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 26101 - Ministério da Fazenda

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2110		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							100.000
		ATIVIDADES							
04 122	2110 2000	Administração da Unidade							100.000
04 122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 26103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-----------	--------------	-----------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------



2110		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda						31.000.000
		ATIVIDADES						
04 126	2110 20VG	Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais						31.000.000
04 126	2110 20VG 0001	Gestão dos Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional						31.000.000
			F	3	2	90	0	100
								31.000.000
TOTAL - FISCAL								31.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								31.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2110		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							727.101
		ATIVIDADES							
04 092	2110 2244	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional							727.101
04 092	2110 2244 0001	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional							727.101
			F	3	2	90	0	181	317.741
			F	4	2	90	0	181	409.360
TOTAL - FISCAL									727.101
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									727.101

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2110		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							3.000
		ATIVIDADES							
04 122	2110 2000	Administração da Unidade							3.000
04 122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							3.000
			F	3	2	90	0	250	3.000
TOTAL - FISCAL									3.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2121		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior							6.000.000
		ATIVIDADES							
22 122	2121 2000	Administração da Unidade							6.000.000
22 122	2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							6.000.000
			F	3	2	90	0	250	6.000.000
TOTAL - FISCAL									6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.000.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2029		Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária							3.195.000
		PROJETOS							
22 661	2029 13DM	Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA							3.195.000



22 861	2029 13DM 0010	Conclusão da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA - Na Região Norte	F	4	2	80	0	174	3.195.000
TOTAL - FISCAL									3.195.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.195.000

ÓRGÃO: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura
UNIDADE: 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2028		Defesa Agropecuária							2.000.000
		ATIVIDADES							
20 609	2028 20XZ	Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola							2.000.000
20 609	2028 20XZ 0001	Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.000.000
2052		Pesca e Aquicultura							1.903.486
		ATIVIDADES							
20 125	2052 20Y2	Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas							1.903.486
20 125	2052 20Y2 0001	Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas - Nacional	F	4	2	80	0	174	1.903.486
TOTAL - FISCAL									3.903.486
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.903.486

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0905		Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)							35.983.776.538
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 843	0905 0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna							35.983.776.538
28 843	0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional	F	6	0	90	0	143	35.983.776.538
TOTAL - FISCAL									35.983.776.538
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.983.776.538

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0910		Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							20.212.338
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 0077	Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau - APPC (MAPA)							394.338
28 846	0910 0077 0002	Contribuição à Aliança dos Países Produtores de Cacau - APPC (MAPA) - No Exterior	F	3	2	80	0	100	394.338
28 846	0910 00BB	Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (MEC)							700.000
28 846	0910 00BB 0001	Contribuição à Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA (MEC) - Nacional	F	3	2	80	0	100	700.000
28 846	0910 00LL	Contribuição ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CAE CPLP (MD)							9.618.000
28 846	0910 00LL 0002	Contribuição ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CAE CPLP (MD) - No Exterior	F	3	2	80	0	100	9.618.000
28 846	0910 0123	Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD)							700.000
28 846	0910 0123 0002	Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD) - No Exterior							700.000

28 846	0910 0218	Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS)	F	3	2	80	0	100	700.000
28 846	0910 0218 0002	Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS) - No Exterior	F	3	2	80	0	100	8.800.000
TOTAL - FISCAL									8.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									20.212.338
TOTAL - GERAL									0
									20.212.338





Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

**DECRETO DE 27 DE JULHO DE 2015**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 29.922.832,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista as autorizações constantes do art. 4º, caput, inciso I, alínea "a", inciso II, inciso V, alínea "b", item 1, e inciso VIII, e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e do art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 29.922.832,00 (vinte e nove milhões, novecentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

II - excesso de arrecadação de Recursos de Convênios, no valor de R\$ 365.726,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais); e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 29.557.106,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e seis reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2015; 194ª da Independência e 127ª da República.

DILMA ROUSSEFF

Nelson Barbosa

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28/7/2015

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

			Crédito Suplementar						
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2075		Transporte Rodoviário							296.000
ATIVIDADES									
26 126	2075 2907	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária							296.000
26 125	2075 2907 0001	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Nacional							296.000
			F	3	2	80	0	100	296.000
TOTAL - FISCAL									296.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									296.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

			Crédito Suplementar						
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2126		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes							700.000
ATIVIDADES									
26 783	2126 869V	Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários							700.000
26 783	2126 869V 0001	Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários - Nacional							700.000
			F	3	2	90	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

			Crédito Suplementar						
			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2018		Biodiversidade							2.100.000
ATIVIDADES									
18 541	2018 20VP	Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE							2.100.000



18 541	2018 20VP 0001	Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE - Nacional	F	4	2	90	0	100	2.100.000
2045		Licenciamento e Qualidade Ambiental							2.100.000
		ATIVIDADES							1.500.000
18 541	2045 8499	Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II)							1.500.000
18 541	2045 8499 0001	Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) - Nacional	F	4	2	90	0	148	1.500.000
TOTAL - FISCAL									3.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.600.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2036		Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios							4.699.932
		ATIVIDADES							4.699.932
18 541	2036 20WD	Inventário Florestal Nacional							4.699.932
18 541	2036 20WD 0001	Inventário Florestal Nacional - Nacional	F	3	2	90	5	100	1.951.000
			F	4	2	90	0	196	2.748.932
2124		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							400.000
		ATIVIDADES							400.000
18 122	2124 2000	Administração da Unidade							400.000
18 122	2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									5.099.932
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.099.932

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Agência Nacional de Águas - ANA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0906		Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)							120.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							120.000
28 844	0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa							120.000
28 844	0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional	F	2	0	90	0	344	120.000
TOTAL - FISCAL									120.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									120.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2018		Biodiversidade							6.750.000
		ATIVIDADES							6.750.000
18 541	2018 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							6.750.000
18 541	2018 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional	F	4	2	90	0	185	6.750.000
TOTAL - FISCAL									6.750.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.750.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00



FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2052		Pesca e Aquicultura							365.726
		ATIVIDADES							
20 608	2052 2819	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura							365.726
20 608	2052 2819 0031	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado de Minas Gerais							365.726
			F	3	2	90	0	281	365.726
TOTAL - FISCAL									365.726
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									365.726

ÓRGÃO: 63000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 63204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2111		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							1.650.000
		PROJETOS							
04 122	2111 1M49	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação							1.650.000
04 122	2111 1M49 0020	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Na Região Nordeste							1.650.000
			F	3	2	90	0	250	1.650.000
TOTAL - FISCAL									1.650.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.650.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2111		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							5.000.000
		ATIVIDADES							
04 122	2111 2000	Administração da Unidade							5.000.000
04 122	2111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							5.000.000
			F	3	2	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2116		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades							5.401.174
		ATIVIDADES							
15 122	2116 2000	Administração da Unidade							5.401.174
15 122	2116 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							5.401.174
			F	3	2	90	0	100	5.401.174
TOTAL - FISCAL									5.401.174
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.401.174

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO I									Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2116		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades							940.000
		ATIVIDADES							
15 122	2116 2000	Administração da Unidade							940.000
15 122	2116 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							940.000
			F	3	2	90	0	100	940.000
TOTAL - FISCAL									940.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									940.000



ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2126		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes							296.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	2126 0713	Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER							296.000
28 846	2126 0713 0001	Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER - Nacional							296.000
			F	3	2	90	0	100	296.000
TOTAL - FISCAL									296.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									296.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2072		Transporte Ferroviário							700.000
		PROJETOS							
26 783	2072 14TL	Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora EF-040/MG							700.000
26 783	2072 14TL 2762	Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora EF-040/MG - No Município de Juiz de Fora - MG							700.000
			F	4	2	90	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0906		Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)							120.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 844	0906 0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa							120.000
28 844	0906 0284 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional							120.000
			F	6	0	90	0	143	120.000
2018		Biodiversidade							2.100.000
		ATIVIDADES							
18 541	2018 20VP	Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE							2.100.000
18 541	2018 20VP 0001	Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE - Nacional							2.100.000
			F	3	2	90	0	100	2.100.000
2045		Licenciamento e Qualidade Ambiental							1.500.000
		ATIVIDADES							
18 541	2045 8499	Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II)							1.500.000
18 541	2045 8499 0001	Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) - Nacional							1.500.000
			F	3	2	90	0	148	1.500.000
2124		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							1.492.198
		ATIVIDADES							
18 541	2124 2B34	Gestão de Políticas de Meio Ambiente							1.492.198
18 541	2124 2B34 0001	Gestão de Políticas de Meio Ambiente - Nacional							1.492.198
			F	3	2	90	0	100	1.492.198
TOTAL - FISCAL									6.212.198
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.212.198

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2036		Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios							3.607.734
		ATIVIDADES							
18 541	2036 20WA	Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar							400.000
18 541	2036 20WA 0001	Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar - Nacional	F	4	2	90	0	100	400.000
18 573	2036 20WB	Pesquisa e Informações Florestais							315.000
18 573	2036 20WB 0001	Pesquisa e Informações Florestais - Nacional	F	3	2	90	0	100	315.000
18 541	2036 20WC	Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais							143.802
18 541	2036 20WC 0001	Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais - Nacional	F	3	2	90	0	100	143.802
18 541	2036 20WD	Inventário Florestal Nacional							2.748.932
18 541	2036 20WD 0001	Inventário Florestal Nacional - Nacional	F	3	2	90	0	196	2.748.932
TOTAL - FISCAL									3.607.734
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.607.734

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2018		Biodiversidade							6.750.000
		ATIVIDADES							
18 541	2018 20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais							1.390.000
18 541	2018 20WM 0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - Nacional	F	3	2	90	0	195	1.390.000
18 541	2018 6381	Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais							5.360.000
18 541	2018 6381 0001	Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais - Nacional	F	3	2	90	0	195	5.360.000
TOTAL - FISCAL									6.750.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.750.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2111		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							1.650.000
		ATIVIDADES							
04 122	2111 2000	Administração da Unidade							1.060.000
04 122	2111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	250	1.050.000
		PROJETOS							
04 122	2111 1M51	Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais							600.000
04 122	2111 1M51 0001	Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais - Nacional	F	4	2	90	0	250	600.000
TOTAL - FISCAL									1.650.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.650.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2111		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							5.000.000
		ATIVIDADES							
04 122	2111 2000	Administração da Unidade							6.000.000

04 122	2111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									5.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.000.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2048		Mobilidade Urbana e Trânsito							858.000
		ATIVIDADES							
15 451	2048 2D47	Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego							32.000
15 451	2048 2D47 0001	Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego - Nacional	F	4	2	40	0	100	32.000
15 453	2048 2D49	Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana							760.000
15 453	2048 2D49 0001	Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana - Nacional	F	3	2	90	0	100	760.000
		PROJETOS							
15 453	2048 10SR	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano							32.000
15 453	2048 10SR 0001	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - Nacional	F	4	2	40	0	100	32.000
15 451	2048 10ST	Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados							32.000
15 451	2048 10ST 0001	Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados - Nacional	F	4	2	40	0	100	32.000
2054		Planejamento Urbano							3.830.918
		ATIVIDADES							
15 126	2054 20NP	Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades							260.000
15 126	2054 20NP 0001	Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades - Nacional	F	3	2	90	0	100	260.000
15 451	2054 20NR	Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas							50.000
15 451	2054 20NR 0001	Apoio à Elaboração e Implementação de Planos e Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação e Requalificação de Áreas Urbanas - Nacional	F	3	2	90	0	100	50.000
15 452	2054 4055	Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano							85.000
15 452	2054 4055 0001	Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Nacional	F	3	2	90	0	100	85.000
15 452	2054 8866	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado)							1.626.503
15 452	2054 8866 0001	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado) - Nacional	F	3	2	40	0	100	525.503
15 452	2054 8872	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades							101.920
15 452	2054 8872 0001	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Nacional	F	3	2	90	0	100	101.920
15 121	2054 8874	Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa							254.235
15 121	2054 8874 0001	Apoio ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa - Nacional	F	3	2	40	0	100	254.235
		PROJETOS							
15 451	2054 10T2	Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência							1.554.260
15 451	2054 10T2 0001	Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência - Nacional	F	4	2	30	0	100	1.554.260
2064		Promoção e Defesa dos Direitos Humanos							96.000
		ATIVIDADES							
15 422	2064 20NU	Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano							96.000
15 422	2064 20NU 0001	Apoio à Prevenção da Violação dos Direitos Humanos em Ações de Desenvolvimento Urbano - Nacional	F	3	2	90	0	100	96.000
2068		Saneamento Básico							58.256



		ATIVIDADES							
17 512	2068 20Z5	Apoio à Gestão e à Capacitação aplicados ao Saneamento							58.256
17 512	2068 20Z5 0001	Apoio à Gestão e à Capacitação aplicados ao Saneamento - Nacional							58.256
			S	3	2	90	0	100	58.256
2116		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades							560.000
		ATIVIDADES							
15 131	2116 4641	Publicidade de Utilidade Pública							560.000
15 131	2116 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							560.000
			F	3	2	90	0	100	560.000
TOTAL - FISCAL									5.342.918
TOTAL - SEGURIDADE									58.256
TOTAL - GERAL									5.401.174

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2048		Mobilidade Urbana e Trânsito							400.000
		PROJETOS							
15 453	2048 14TT	Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos							400.000
15 453	2048 14TT 0001	Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos - Nacional							400.000
			F	4	2	90	0	100	400.000
2116		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades							540.000
		ATIVIDADES							
15 122	2116 2000	Administração da Unidade							540.000
15 122	2116 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							540.000
			F	4	2	90	0	100	540.000
TOTAL - FISCAL									940.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									940.000



ISSN 1677-7042



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLII Nº 160

Brasília - DF, sexta-feira, 21 de agosto de 2015



SEÇÃO

1

Sumário

	PÁGINA
Atos do Senado Federal.....	1
Atos do Poder Executivo.....	3
Presidência da República.....	16
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	16
Ministério da Cultura.....	18
Ministério da Defesa.....	19
Ministério da Educação.....	23
Ministério da Fazenda.....	24
Ministério da Integração Nacional.....	33
Ministério da Justiça.....	33
Ministério da Previdência Social.....	38
Ministério da Saúde.....	38
Ministério das Cidades.....	75
Ministério das Comunicações.....	80
Ministério das Relações Exteriores.....	82
Ministério de Minas e Energia.....	82
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	94
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	94
Ministério do Esporte.....	157
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	158
Ministério do Trabalho e Emprego.....	159
Ministério do Turismo.....	164
Ministério dos Transportes.....	164
Conselho Nacional do Ministério Público.....	165
Ministério Público da União.....	167
Tribunal de Contas da União.....	167
Poder Judiciário.....	235
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais.....	306

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2001(*)

Institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído o Diploma Bertha Lutz, destinado a agradecer pessoas que, no País, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero. (Redação dada pela Resolução nº 1, de 2015)

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Diário Federal	Diários Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 29 a 70	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,30	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

- Acima de 500 páginas - preço de tabela mais acréscimo de 50%.

- páginas multiplicadas por R\$ 0,0107

Art. 2º O Diploma Bertha Lutz será conferido anualmente durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se durante as atividades do Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8 de março, e agraciara 5 (cinco) pessoas de diferentes áreas de atuação, sendo no mínimo 4 (quatro) mulheres. (Redação dada pela Resolução nº 1, de 2015)

Art. 3º A indicação de candidato ou de candidata ao Diploma Bertha Lutz, acompanhada de curriculum vitae e de justificativa, será realizada por qualquer Senador ou Senadora. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Parágrafo único (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha das agraciadas e, se houver, do agraciado, será constituído o Conselho do Diploma Bertha Lutz, composto por 1 (um) representante de cada partido político com assento no Senado Federal. (Redação dada pela Resolução nº 1, de 2015)

§ 1º A composição do Conselho a que se refere o caput será renovada a cada 2 (dois) anos, entre os meses de fevereiro e de março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias, permitida a recondução de seus membros. (Incluído pela Resolução nº 8, de 2015)

§ 2º O Conselho definirá a cada ano as datas para recebimento das indicações e para premiação das agraciadas e, se houver, do agraciado. (Incluído pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 5º Uma vez escolhidas as agraciadas e, se houver, o agraciado, seus nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 16 de março de 2001
Senador JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

(*) Republicada para consolidar as alterações promovidas pela Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pag. 1 e 2, de 1º de julho de 2015.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 2009(*)

Institui o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico.

§ 1º O prêmio será conferido, anualmente, a profissional de jornalismo que tenha contribuído para o engrandecimento do jornalismo brasileiro.

§ 2º A entrega do Prêmio se dará em sessão do Senado Federal, especialmente convocada para esse fim. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

§ 3º A indicação de candidatos, acompanhada de curriculum vitae e de justificativa do indicado, será realizada por qualquer Senador ou Senadora. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

§ 4º (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015)

I - (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015)

II - (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015)

III - (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015)

IV - (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 2º Para proceder à apreciação dos nomes dos concorrentes, será constituído Conselho a ser integrado por 1 (um) Senador ou 1 (uma) Senadora de cada partido político com representação no Senado Federal. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

§ 1º A composição do Conselho a que se refere o caput será renovada a cada 2 (dois) anos, entre os meses de fevereiro e de março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias, permitida a recondução de seus membros. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

§ 2º O Conselho definirá a cada ano as datas para recebimento das indicações e para premiação dos agraciados. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

§ 3º Uma vez escolhidos os agraciados, seus nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

§ 4º (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de maio de 2009
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) Republicada para consolidar as alterações promovidas pela Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pag. 1 e 2, de 1º de julho de 2015.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Marconi Perillo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 2010(*)

Institui no Senado Federal a Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara e dá outras providências

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituída a Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara, destinada a agradecer personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos humanos no Brasil.

Art. 2º A Comenda será conferida a 5 (cinco) pessoas físicas ou jurídicas, anualmente, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 3º A indicação de candidatos, acompanhada de justificativa e de curriculum vitae do indicado ou das responsáveis pela instituição indicada, será realizada por qualquer Senador ou Senadora. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Parágrafo único (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015):

I - (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015);

II - (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015);

III - (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações à escolha dos agraciados, será constituído o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara, composto por um representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal.

§ 1º A composição do Conselho a que se refere o caput será renovada a cada 2 (dois) anos, entre os meses de fevereiro e de março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias, permitida a recondução de seus membros. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

§ 2º O Conselho definirá a cada ano as datas para recebimento das indicações e para premiação dos agraciados. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 5º Uma vez escolhidos os agraciados, seus nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de maio de 2010
Senador MARCONI PERILLO
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

(*) Republicada para consolidar as alterações promovidas pela Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pag. 1 e 2, de 1º de julho de 2015.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO
Nº 15, DE 2012(*)**

Institui o Prêmio Mérito Ambiental, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído o Prêmio Mérito Ambiental, destinado a agraciado pessoas naturais ou jurídicas que, no País, tenham desenvolvido iniciativas relevantes na defesa do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 2º O prêmio consistirá na concessão de diploma de menção honrosa aos agraciados e outorga de placa, medalha ou troféu.

Art. 3º A cerimônia de entrega do prêmio será realizada em sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim.

Art. 4º A cada ano, o Prêmio Mérito Ambiental será concedido em 3 (três) categorias:

I - Responsabilidade Ambiental: iniciativas de proteção ambiental que promovam crescimento econômico e inclusão social na comunidade;

II - Gestão Sustentável: iniciativas de prevenção ou mitigação dos impactos ambientais das atividades humanas;

III - Inovação Ambiental: iniciativas inovadoras para o aprimoramento significativo de sistemas, processos ou produtos, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 5º As indicações dos candidatos ao Prêmio serão realizadas por qualquer Senador ou Senadora, acompanhadas de justificativa e de currículo vitae do indicado ou das responsáveis pela instituição indicada, além de documentação comprobatória das atividades realizadas na área ambiental e de identificação da categoria a que concorrem (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015).

Parágrafo único. (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 6º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados será constituído o Conselho do Prêmio Mérito Ambiental, composto por 1 (um) Senador ou 1 (uma) Senadora de cada partido político com representação no Senado Federal. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

§ 1º A composição do Conselho a que se refere o caput será renovada a cada 2 (dois) anos, entre os meses de fevereiro e de março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias, permitida a recondução de seus membros. (Incluído pela Resolução nº 8, de 2015)

§ 2º O Conselho definirá a cada ano as datas para recebimento das indicações e para premiação dos agraciados. (Incluído pela Resolução nº 8, de 2015)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL**

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidente da República

ALCÍZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditais

JORGE LUIZ ALBENAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Edição e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

BERGAMANN RODRIGUES TELES
Controlador de Produção
Substituto

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados
para a comercialização de assinaturas impressas ou eletrônicas

http://www.diof.gov.br ouvidoria@diof.gov.br
SIC, Quadra 6, Lote 600, CEP 70610-600, Brasília - DF
CNPJ: 04.156.450/0001-00
Fone: 0800 725 6787

§ 3º Uma vez escolhidos os agraciados, seus nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária. (Incluído pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 7º É vedada a concessão do prêmio a quem não preencha as exigências pertinentes à elegibilidade nos termos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de junho de 2012
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) Republicada para consolidar as alterações promovidas pela Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pág. 1 e 2, de 1º de julho de 2015.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO
Nº 34, DE 2013(*)**

Institui no Senado Federal a Comenda Dorina de Gouvêa Nowill e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituída no Senado Federal a Comenda Dorina de Gouvêa Nowill, destinada a agraciado pessoas físicas ou jurídicas que tenham oferecido contribuição relevante à defesa das pessoas com deficiência no Brasil. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 2º A Comenda será conferida a 5 (cinco) pessoas, físicas ou jurídicas, anualmente, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 3º A indicação de candidatos, acompanhada de justificativa e de currículo vitae do indicado ou dos responsáveis pela instituição indicada, será realizada por qualquer Senador ou Senadora. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Parágrafo único. (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015)

I - (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015);

II - (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015);

III - (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015).

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados será constituído o Conselho da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill, composto por um representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal.

§ 1º A composição do Conselho a que se refere o caput será renovada a cada 2 (dois) anos, entre os meses de fevereiro e de março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias, permitida a recondução de seus membros. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

§ 2º O Conselho definirá a cada ano as datas para recebimento das indicações e para premiação dos agraciados. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 5º Uma vez escolhidos os agraciados, seus nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de agosto de 2013
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

(*) Republicada para consolidar as alterações promovidas pela Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pág. 1 e 2, de 1º de julho de 2015.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO
Nº 33, DE 2009(*)**

Institui o Diploma José Ermirino de Moraes e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído o Diploma José Ermirino de Moraes, destinado a agraciado personalidades de destaque no setor industrial que tenham oferecido contribuição relevante à economia nacional, ao desenvolvimento sustentável e ao progresso do País.

Parágrafo único. Poderão ser indicados ao Diploma empresas ou empresários do setor industrial que se destacaram na promoção do crescimento econômico, mediante a geração de emprego e renda e pela contribuição com os programas de responsabilidade e valorização ambiental, cultural, social e econômica do País.

Art. 2º O Diploma será conferido, anualmente, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se na semana do Dia Nacional da Indústria, comemorado no dia 25 de maio, e agraciará 3 (três) empresários que mais se destacaram no setor.

Art. 3º A indicação dos candidatos ao Diploma poderá ser feita por qualquer Senador ou Senadora, e deverá ser encaminhada à Mesa do Senado Federal, acompanhada de justificativa circunstanciada dos méritos do indicado, até o dia 25 de fevereiro do ano em que se der a premiação.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados, será constituído o Conselho do Diploma José Ermirino de Moraes, composto por um representante de cada partido político com assento no Senado Federal.

§ 1º A composição do Conselho a que se refere o caput será renovada a cada 2 (dois) anos, entre os meses de fevereiro e de março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias, permitida a recondução de seus membros. (Incluído pela Resolução nº 8, de 2015)

§ 2º O Conselho definirá a cada ano as datas para recebimento das indicações e para premiação dos agraciados, sendo a data mencionada nesta Resolução meramente indicativa. (Incluído pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 5º Uma vez escolhidos os agraciados, seus nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de outubro de 2009
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) Republicada para consolidar as alterações promovidas pela Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pág. 1 e 2, de 1º de julho de 2015.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

**RESOLUÇÃO
Nº 42, DE 2010(*)**

Cria o Programa Senado Jovem Brasileiro no âmbito do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º É criado, no âmbito do Senado Federal, o Programa Senado Jovem Brasileiro, destinado a proporcionar aos estudantes conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo Brasileiro, bem como a estimular um relacionamento permanente dos jovens cidadãos com o Senado Federal.

Art. 2º Integram o Programa Senado Jovem Brasileiro:

I - o Concurso de Redação do Senado Federal;

II - o Projeto Jovem Senador.

CAPÍTULO II**DO CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Art. 3º Poderá participar do Concurso de Redação do Senado Federal, a ser realizado anualmente no mês de novembro, estudantes com idade de até dezesseis anos regularmente matriculados no ensino médio de escolas públicas estaduais das vinte e sete Unidades da Federação, cujas Secretarias de Educação aderirem formalmente, a cada ano, à parceria com o Senado Federal para realização do concurso. (Redação dada pela Resolução nº 48, de 2012)

§ 1º Todas as edições do Concurso de Redação serão planejadas, coordenadas, executadas e avaliadas pela Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal. (Renumerado pela Resolução nº 48, de 2012)

§ 2º É vedada a participação no Programa Senado Jovem Brasileiro de estudante que já tenha vencido o Concurso de Redação ou tenha sido Jovem Senador, nos termos do art. 15 desta Resolução. (Incluído pela Resolução nº 48, de 2012)

Art. 4º Aos finalistas do Concurso de Redação será oferecido, como parte da premiação, participação na edição anual do Projeto Jovem Senador.

Art. 5º Caberá à Secretaria-Geral da Mesa e à Secretaria de Relações Públicas a escolha do tema de cada edição do Concurso de Redação, que terá como objeto assunto relacionado aos tópicos civismo e patriotismo e que convide à reflexão sobre o exercício da cidadania.

Art. 6º Respeitadas as regras previstas no regulamento do concurso, as inscrições serão feitas com a participação manifesta das escolas públicas dos Estados e do Distrito Federal, consistente no encaminhamento às respectivas Secretarias de Educação da redação escolhida no âmbito de cada escola.

Art. 7º O Senado Federal constituirá comissão julgadora formada por 5 (cinco) servidores efetivos da Casa, com a seguinte composição:

I - 2 (dois) servidores da Consultoria Legislativa (CONLEG);
II - 2 (dois) servidores do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB);
III - 1 (um) servidor da Secretaria-Geral da Mesa (SGM).

§ 1º A critério do Senado Federal, o Conselho de Secretários de Educação (Consed) poderá participar da comissão julgadora do que trata o caput mediante a indicação de 1 (um) membro.

§ 2º A critério do Senado Federal, membros de outras instituições que se tenham pareceres na organização do concurso também poderão integrar a comissão julgadora.

Art. 8º So serão validadas as redações enviadas à comissão organizadora do Concurso que tiverem sido legitimamente escolhidas e encaminhadas pelas Secretarias de Educação das unidades da Federação de origem.

Art. 9º Será válida redação que seja comprovadamente postada no prazo disposto no regulamento do Concurso.



Art. 10. Não será validada redação que possua qualquer assinatura, pseudônimo, desenho, rasura ou marca identificadora do autor ou de sua unidade da Federação de origem.

Art. 11. A cerimônia de premiação, da qual os alunos finalistas participam, será realizada na sede do Senado Federal, em Brasília - DF.

Parágrafo único. A premiação a que se refere o caput será detalhada em regulamento.

Art. 12. O Senado Federal será responsável pela ampla divulgação de todas as etapas de realização do certame, ficando a seu critério a definição das melhores estratégias de divulgação.

Art. 13. Os procedimentos administrativos que tramitarem para viabilizar a realização do Concurso de Redação deverão garantir o cumprimento dos prazos previstos em regulamento.

Art. 14. Com a finalidade de participar da cerimônia de premiação, corrento as despesas do Senado Federal as despesas relativas ao transporte aéreo para Brasília dos estudantes finalistas do Concurso, à exceção do aluno proveniente do Distrito Federal, e também aquelas referentes, em Brasília, à hospedagem, à alimentação e ao traslado dos 27 (vinte e sete) finalistas, inclusive o do Distrito Federal.

§ 1º O Senado Federal arcará com as despesas de transporte aéreo para Brasília, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, do diretor da escola, do professor diretamente envolvido, do coordenador responsável pela organização do Concurso na Secretaria de Educação e do Secretário de Educação, todos da unidade da Federação de origem do estudante que for classificado em primeiro lugar no Concurso de Redação do Senado Federal, exceto se o primeiro colocado for do Distrito Federal.

§ 2º O Senado Federal arcará com as despesas de transporte aéreo para Brasília, hospedagem, alimentação e traslado, em Brasília, de 1 (um) responsável legal de cada um dos 3 (três) primeiros colocados no Concurso de Redação, exceto se o estudante for do Distrito Federal.

CAPÍTULO III DO PROJETO JOVEM SENADOR

Art. 15. Será selecionado para participar do Projeto Jovem Senador, em Brasília, o estudante vencedor do Concurso de Redação em cada Unidade da Federação conforme previsto no art. 3º desta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 48, de 2012)

Parágrafo único. Em caso de impedimento da participação, no Projeto Jovem Senador, do estudante vencedor do concurso, este poderá ser substituído pelo estudante classificado em segundo lugar e, no impedimento deste, pelo estudante terceiro classificado na respectiva Unidade da Federação. (Incluído pela Resolução nº 48, de 2012)

Art. 16. O Projeto Jovem Senador, de periodicidade anual, será realizado no mês de novembro, coincidindo, obrigatoriamente, com a data de premiação do Concurso de Redação do Senado Federal.

Art. 17. No início da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura, o Presidente do Senado Federal designará Conselho composto por 1 (um) Senador ou 1 (uma) Senadora de cada partido político com representação no Senado Federal para acompanhar os procedimentos necessários à realização da edição anual do Projeto Jovem Senador. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Parágrafo único. O Conselho de que trata o caput contará com a assessoria de 2 (dois) servidores da Secretaria-Geral da Mesa, 2 (dois) servidores da Diretoria-Geral, 2 (dois) servidores da Consultoria Legislativa e 2 (dois) servidores da Secretaria de Comunicação Social, devendo, neste último caso, 1 (um) deles prover necessariamente da Secretaria de Relações Públicas. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 18. No âmbito do Projeto Jovem Senador, caberá aos alunos, devidamente orientados, a elaboração de proposições legislativas e de pronunciamentos que serão apresentadas em sessões simuladas, preferencialmente, no plenário do Senado Federal.

Parágrafo único. Observando-se, no decorrer dos trabalhos do Projeto Jovem Senador, tanto quanto possível, os procedimentos regimentais relativos ao trâmite das proposições, inclusive quanto à sua iniciativa, publicação, discussão e votação em plenário e expedição de autógrafo, nos quais estará consignado o nome do autor do projeto de lei aprovado, conforme regulamento interno a ser aprovado por ato da Comissão Diretora.

Art. 19. Os trabalhos do Projeto Jovem Senador serão dirigidos por uma Mesa eleita pelos Jovens Senadores e Senadoras, composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Art. 20. A legislatura terá a duração de 3 (três) dias, iniciando-se com a posse dos Jovens Senadores e Senadoras e a eleição da Mesa e findando-se com a redação dos autógrafos dos projetos aprovados na Ordem do Dia e sua consequente publicação no Diário do Senado Federal.

Parágrafo único. Terá o tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I do art. 102-E de Regulamento Interno do Senado Federal, a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada nos termos dos arts. 18 e 20 desta Resolução.

Art. 21. As proposições legislativas aprovadas e publicadas no Diário do Senado Federal serão divulgadas no Portal do Senado Federal.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. As atividades integrantes do Programa Senado Jovem Brasileiro serão regulamentadas por ato da Comissão Diretora do Senado Federal no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 23. O plenário do Senado Federal poderá ser aberto aos fins de semana para o desenvolvimento das atividades vinculadas ao Programa Senado Jovem Brasileiro.

Art. 24. As despesas decorrentes desta Resolução corrento à conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Senado Federal.

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos por ato da Comissão Diretora.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de fevereiro do ano subsequente ao da data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2015
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

(*) Republicada para consolidar as alterações promovidas pela Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pag. 1 e 2, de 1º de julho de 2015.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regulamento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 2015(*)

Institui no Senado Federal a Comenda Senador Abdias Nascimento e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituída a Comenda Senador Abdias Nascimento, destinada a agraciar pessoas físicas ou jurídicas que tenham oferecido contribuição relevante à proteção e à promoção da cultura afro-brasileira. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 2º A Comenda será conferida a 5 (cinco) pessoas, físicas ou jurídicas, anualmente, durante a sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 3º A indicação de candidatos, acompanhada de justificativa e de curriculum vitae do indicado ou dos responsáveis pela instituição indicada, será realizada por qualquer Senador ou Senadora. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Parágrafo único. (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015):

I - (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015);

II - (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015);

III - (Revogado pela Resolução nº 8, de 2015).

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados, será constituído o Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento, composto por um representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal.

§ 1º A composição do Conselho a que se refere o caput será renovada a cada 2 (dois) anos, entre os meses de fevereiro e de março da primeira e da terceira sessões legislativas ordinárias, permitida a recondução de seus membros. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

§ 2º O Conselho definirá a cada ano as datas para recebimento das indicações e para premiação dos agraciados. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 5º Uma vez escolhidos os agraciados, seus nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária. (Redação dada pela Resolução nº 8, de 2015)

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de novembro de 2013
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

(*) Republicada para consolidar as alterações promovidas pela Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pag. 1 e 2, de 1º de julho de 2015.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 3.505, DE 20 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre o Programa Áreas Protegidas da Amazônia, instituído no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, caput, inciso XI, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2009,

DECRETA:

Art. 1º O Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, instituído no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, terá os seguintes objetivos:

I - apoiar a criação e a consolidação de unidades de conservação federais e estaduais de proteção integral e de uso sustentável na região amazônica que integrem o Programa;

II - auxiliar o manuseio das unidades de conservação federais e estaduais de proteção integral e de uso sustentável na região amazônica que integram o Programa, conforme seus manuais e normas;

III - propor mecanismos que garantam a sustentação financeira das unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável em longo prazo;

IV - promover a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

Art. 2º O ARPA terá duração de vinte e cinco anos e será executado mediante:

I - o aporte de recursos financeiros, materiais e humanos para a manutenção e a consolidação de unidades de conservação;

II - a utilização de recursos ordinários do Ministério do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas, e de recursos recebidos por força de instrumentos celebrados com outros órgãos da administração pública federal direta ou indireta;

III - a captação de recursos de doação nacional e internacional;

IV - o aporte de bens e serviços por parte de entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único. A União desenvolverá mecanismos e planejará o aporte gradual de recursos para atender às necessidades de implementação das unidades de conservação federais integrantes do Programa, no decurso do prazo previsto no caput.

Art. 3º O ARPA será dirigido pelo Comitê do Programa, que terá como membros:

I - o Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, que o presidirá;

II - dois representantes do Ministério do Meio Ambiente;

III - o Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes;

IV - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

V - um representante do Ministério da Fazenda;

VI - um representante indicado pelos órgãos estaduais responsáveis pela gestão de unidades de conservação integrantes do Programa, em caráter rotativo;

VII - dois representantes da sociedade civil com relevância social e ambiental na região amazônica;

VIII - três representantes dos doadores de recursos privados.

§ 1º Na ausência do Secretário-Executivo, as reuniões do Comitê do Programa serão presididas por um dos representantes do Ministério do Meio Ambiente indicados pelo titular da Pasta.

§ 2º Os representantes referidos nos incisos IV e V do caput serão indicados pelo respectivo órgão e designados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 3º Os representantes referidos no inciso VII do caput serão escolhidos por processo similar ao utilizado para a eleição dos representantes do Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas junto ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e designados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 4º Os representantes referidos no inciso VIII do caput serão indicados pelo conjunto dos doadores privados, mediante procedimento a ser estabelecido pelo Ministério do Meio Ambiente.

§ 5º O Ministro de Estado do Meio Ambiente poderá designar outros representantes da sociedade civil e do Governo federal para integrar o Comitê do Programa, de modo a assegurar a transparência e o controle social do Programa.

§ 6º A participação no Comitê do Programa não será remunerada, cabendo aos órgãos e entidades nele representados a prestação de apoio técnico e administrativo aos seus representantes, ressaltado o custeio de diárias e passagens para os representantes referidos no inciso VII do caput, que poderá correr à conta do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 4º Ao Comitê do Programa compete:

I - deliberar sobre o planejamento estratégico do ARPA e estabelecer procedimentos, diretrizes e critérios para a formalização de convênios e contratos nele previstos;

II - acompanhar e avaliar as atividades do ARPA;

III - articular a participação dos órgãos da administração pública federal e dos governos estaduais no ARPA;

IV - analisar e emitir pareceres sobre os relatórios de desempenho técnico-financeiro para garantir o alcance das metas do Programa; e

V - analisar e aprovar o planejamento plurianual do ARPA.

Art. 5º O Ministro de Estado do Meio Ambiente editará normas complementares para garantir a execução do disposto neste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogado o Decreto nº 4.326, de 8 de agosto de 2002.

Brasília, 20 de agosto de 2015, 194ª da Independência e 127ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Isabella Mônica Vieira Teixeira



DECRETO DE 20 DE AGOSTO DE 2015

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 600.263.343,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alíneas "a", "c" e "o", inciso II, inciso VIII, inciso XII, alínea "b", item "I", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 600.268 845,00 (seiscentos milhões, duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

1 - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R\$ 731.412.683,00 (duzentos e trinta e um milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), sendo:

a) R\$ 6.204.000,00 (seis milhões, duzentos e quatro mil reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R\$ 111.595.001,00 (cento e onze milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e um reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais;

c) R\$ 98.495.212,00 (noventa e oito milhões quatrocentos e noventa e cinco mil, duzentos e doze reais) de Recursos de Convênios; e

d) R\$ 15.118.472,00 (quinze milhões, cento e dezoito mil, quatrocentos e setenta e dois reais) da Doação de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais.

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 262.173.117,00 (duzentos e sessenta e dois milhões, cento e setenta e três mil, cento e dezessete reais), sendo:

a) R\$ 84.406.627,00 (oitenta e quatro milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais) do Recursos Próprios Não Financeiras;

b) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) de Recursos Próprios Financeiros;

c) R\$ 139.726.490,00 (cento e trinta e nove milhões, setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa reais) de Recursos de Convênios, e

d) R\$ 18.040.000,00 (dezoito milhões e quarenta mil reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 106.683.043,00 (cento e seis milhões, seiscentos e oitenta e três mil, quarenta e três reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2013, 194^a da Independência e 127^a da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa

FUNÇÃO: 13069 - Justiça Federal			UNIDADE: 13101 - Justiça Federal de Primeira Grau										Crédito Suplementar	
ANEXO 1			PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	LOCALIZADOR	PRODUT	E S T	G N D	R P	M U D	I U T	E	VALOR			
	1509	Prestação Jurisdiccional na Justiça Federal										91.476		
		Atividades												
01 061	0509 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal										91.476		
02 061	0509 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional										91.476		
					F	3	2	SD	0	150	91.476			
TOTAL - FISCAL											91.476			
TOTAL - SEGURIDADE											0			
TOTAL - GERAL											91.476			

CÓDIGO: 13100 - Justiça Federal									
UNIDADE: 31102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO NACIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Credito Suplementar						
			E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	D	O	N	A	P	
	0549	Proteção Jurisdicional na Justiça Federal							1.151.110
		Atividades							
01 041	0648 4257	Judicamento de Causas na Justiça Federal							1.151.110
01 061	0569 4257 6012	Judicamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, NC, AP, BA, DE, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO							1.151.110
TOTAL - JISCAL					3	2	00	0	110
TOTAL - SEGURIDADE									1.151.110
TOTAL - GERAL									1.151.110

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012013082100004

ORÇÃO 13000 - Justiça Federal									
UNDAEY, 12184 - Tribunal Regional Federal do Ju. Região									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUZANENTACÃO)									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	O	R	P	O	VALOR
			F	D	D	D	D	D	
	6540	Protestos Jurisdicionais na Justiça Federal							110.000
		Atividades							
01 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							120.000
01 061	0569 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	F	3	2	90	0	110	220.000
TOTAL - FISCAL									220.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									120.000

ÓRGÃO: 14006 - Justiça Eleitoral										Crédito Suplementar	
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo										Recursos de Yedra em Faltas R\$ 1,00	
ANEXO 1										VALOR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)											
FUNÇÃO-KAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO	LOCALIZADOR	PRODUT	TYPE	O	D	P	M	U	T
	0570	Gestão do Processo Eleitoral									114.800
		Atividades									
02 112	0570 26GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral									124.800
03 123	0570 36GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo									23.400
						1	3	2	90	0	150
TOTAL - FISCAL											214.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											214.000

ÓRGÃO: 14006 - Justiça Eleitoral									
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso									
ANEXO 1									
Orçamento Suplementar									
Recursos de Todas as Fontes R\$ 100									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S	O N	K V	N D	N U	M T	VALOR
	0578	Gestão do Processo Eleitoral							1.313,377
		Atividades							
02.112	0570 28GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							1.313,377
02.122	0570 28GP 6051	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso							1.313,377
			F	3	2	80	0	126	1.313,377
TOTAL - FISCAL									1.313,377
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.313,377

[illegible]

ORÇÃO: 14000 - Justiça Eleitoral										
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNCTIO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO LOCALIZADOR PRODUTO	E X P	N D	R P	M O D	I U	P T	T R	VALOR
	9570	Gestão do Processo Eleitoral								R\$0,00
		Atribuições								
02 122	0570 28GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral								R\$0,00
02 122	0570 20OP 0042	Julgamentos de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina								R\$0,00
			F	J	Z	90,	0	150		R\$0,00
TOTAL - FISCAL										R\$0,00
TOTAL - SEGURIDADE										R\$0,00
TOTAL - GERAL										R\$0,00

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho										
UNIDADE: 15101 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro										
ANEXO I										
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
Resumo de Todos os Pontos 35.5.3.0										
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	B	R	M	O	U	VALOR	
			S	N	P	O	I	E		
0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista								1.497.021	
02 187	0571 4254	Apreensão de Causas no Juízo de Trabalho							1.497.021	
02 112	0571 4216 0053	Apreensão de Causas no Juízo de Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro							1.497.021	

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



			F	3	2	90	0	150	511.500
			F	4	2	90	0	150	44.014
			F	4	2	90	0	1261	940.908
TOTAL - FISCAL									1.497.022
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.497.022

ÓRGÃO: 15006 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - São Paulo									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	P	O	D	E	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							45.720.416
Atividades									
02 131	0571 1249	Comunicação e Divulgação Institucional							71.000
02 131	0571 1249 0031	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de São Paulo							71.000
02 132	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	F	3	2	90	0	181	71.000
02 132	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo	F	3	2	90	0	181	45.648.416
			F	4	2	90	0	181	41.933.419
			F	4	2	90	0	181	4.749.416
			F	4	2	90	0	181	13.966.481
TOTAL - FISCAL									45.720.416
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									45.720.416

ÓRGÃO: 15006 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Minas Gerais									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	P	O	D	E	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							7.552.415
Atividades									
02 132	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							7.552.415
02 132	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais							7.552.415
			F	3	2	90	0	181	2.743.819
			F	3	2	90	0	181	4.738.596
Projetos									
02 132	0571 1330	Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG							50.000
02 132	0571 1330 1911	Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG - No Município de Pedro Leopoldo - MG							50.000
			F	4	2	90	0	181	50.000
TOTAL - FISCAL									7.552.415
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.552.415

ÓRGÃO: 15006 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Rio Grande do Sul									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	P	O	D	E	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							8.151.450
Atividades									
02 132	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							8.151.450
02 132	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul							8.151.450
			F	3	2	90	0	150	3.609.000
			F	3	2	90	0	181	4.542.450
TOTAL - FISCAL									8.151.450
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.151.450

ÓRGÃO: 15006 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Pernambuco									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	P	O	D	E	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							849.000
Atividades									
02 132	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							849.000
02 132	0571 4256 0026	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco							849.000
			F	3	2	90	0	181	849.000
TOTAL - FISCAL									849.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									849.000

ÓRGÃO: 15006 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Ceará									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	P	O	D	E	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							4.338.811
Atividades									
02 132	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							4.338.811
02 132	0571 4256 0023	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará							4.338.811

			F	3	2	90	0	181	3.408.381
			F	3	2	90	0	781	4.338.811
TOTAL - FISCAL									3.408.381
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.338.811

ÓRGÃO: 15006 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Paraná									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	P	O	D	E	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							30.321.181
Atividades									
02 132	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							30.321.181
02 132	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná							30.321.181
			F	3	2	90	0	150	1.336.495
			F	3	2	90	0	181	26.008.000
			F	3	2	90	0	181	1.800.000
			F	4	2	90	0	181	3.084.786
TOTAL - FISCAL									30.321.181
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.321.181

ÓRGÃO: 15006 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Distrito Federal/Brasília									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	P	O	D	E	
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							10.419.000
Atividades									
02 132	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							10.419.000
02 132	0571 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							10.419.000
			F	3	2	90	0	181	10.419.000
TOTAL - FISCAL									10.419.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.419.000

ÓRGÃO: 15006 - Justiça do Trabalho									
UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Amazonas/Brasília									
ANEXO I									
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)									
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Credito Suplementar Recursos de Todas as Fontes R\$ 1.000						VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista	T S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T R	2.478.713
		Atividade							
01 131	0571 4156	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.478.713
01 132	0571 4156 6019	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 12ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RS							2.478.713
			F	3	1	50	0	181	506.517
			F	3	2	50	0	381	2.171.796
TOTAL - FISCAL									2.478.713
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.478.713



	F	3	2	00	6	381	2.644.000
TOTAL - FISCAL	F	4	2	00	6	381	3.320.000
TOTAL - SEGURIDADE							3.364.000
TOTAL - GERAL							3.644.000

ORGÃO: 15000 - Justiça de Trabalho												
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional de Trabalho de 11a. Região - Rio Grande do Norte												
ANEXO I		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Credito Suplementar								
FUNÇÃO		PROGRAMÁTICA		PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO		Recursos de Todas as Pautas R\$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	F	O	R	M	P	U	F	VALOR
	0571	Proteção Jurisdiccional Trabalhista										10.598.675
		Atividades										
02 112	0571 4254	Apreciação de Causas na Justiça de Trabalho										10.598.675
02 122	0571 4258 0024	Apreciação de Causas na Justiça de Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte										10.598.675
			F	3	2	90	0					6.104.432
			F	3	2	90	0					3.016.536
			F	4	2	90	0					1.123.107
TOTAL - FISCAL												10.598.675
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												10.598.675

[illegible]

ÓRGÃO: 15000 - Justiça de Trabalho								
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional de Trabalho da 2da Região - Mato Grosso do Sul								
ANEXO I								Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F D	G N D	K P O	M U T	V LOR	
	6571	Preciação Jurisdicional Trabalhista					R\$1.466,90	
		Atribuições						
02 122	6571 4256	Apreciação de Recursos na Justiça de Trabalho					R\$1.466,90	
02 123	6571 4256 0054	Apreciação de Recursos na Justiça de Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul					R\$1.466,90	
TOTAL - FISCAL			F	3	2	90	0 111	
TOTAL - SEGURIDADE							R\$1.466,90	
TOTAL - GERAL							R\$1.466,90	

ORÇÃO: 14000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios									
UNIDADE: 14101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal									
ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Crédito Suplementar	
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,0								VALOR	
RUNCI- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E S S E	Q N D	R M O	P O D	U T E	F	VALOR
	0567	Proteção Jurisdicional no Distrito Federal							8.918.73
		Atividades							
03 061	0167 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							8.918.73
03 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							8.918.73
			F	4	2	90	0	(8)	8.918.73
TOTAL - FISCAL									8.918.73
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									8.918.73

ORÇÃO: 2000 - Presidência da República														
ENTIDADE: IDJ04 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI														
ANEXO I								Crédito Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)								Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,0						
FUNCI- ONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO	E S T	G N D	P R O D	M O D	I F E	V L O R						
	2036	Demorralia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública						\$04.000						
		Atividades												
04 125	2036 4917	Operacionalização, Manutenção e Modernização das Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil						\$00.000						
04 125	2036 4917 0001	Operacionalização, Manutenção e Modernização das Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil - Nacional						\$00.000						
			F	3	2	00	6	100						
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República						\$00.000						
		Atividades						\$00.000						
04 123	2101 2000	Administração da Unidade						\$00.000						

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



64 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 14301 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar							
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	R	M	I	VALOR
			F	D	D	P	O	U	T
19 571	2021 00LV	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para CT&I							39.241,014
19 571	2021 00LV 0001	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para CT&I - Nacional	F	3	2	90	0	241	21.201,014
TOTAL - FISCAL									18.040,000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.241,014

ÓRGÃO: 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 14304 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar							
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	R	M	I	VALOR
			F	D	D	P	O	U	T
19 662	2059 1479	Fortecimento de Radiolátexes e Radiolátexes no País							7.544,061
19 662	2059 1479 0001	Fortecimento de Radiolátexes e Radiolátexes no País - Nacional	F	3	2	90	0	250	7.544,061
TOTAL - FISCAL									7.544,061
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.544,061

ÓRGÃO: 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 14307 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar							
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	R	M	I	VALOR
			F	D	D	P	O	U	T
19 572	2055 30V1	Desenvolvimento e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia							15.900,000
19 572	2055 30V1 0001	Desenvolvimento e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia - Nacional	F	4	2	90	0	250	15.900,000
TOTAL - FISCAL									15.900,000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.900,000

ÓRGÃO: 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 14901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar							
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	R	M	I	VALOR
			F	D	D	P	O	U	T
19 571	2021 4947	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia							1.800,000
19 571	2021 4947 0001	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Nacional	F	4	2	50	0	180	1.800,000
TOTAL - FISCAL									1.800,000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.800,000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar							
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	R	M	I	VALOR
			F	D	D	P	O	U	T
14 432	2020 4946	Promoção da Justiça de Transição e da Análise Política							393,515
TOTAL - FISCAL									393,515
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									393,515

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tcu.gov.br/portal/verificacao.html>, pelo código 000120150821/00007

14 432	2020 4946 0001	Promoção da Justiça de Transição e da Análise Política - Nacional	F	3	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar							
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	R	M	I	VALOR
			F	D	D	P	O	U	T
28 844	0910 0001	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							11.952
28 844	0910 0001	Operações Especiais: Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica							11.952
28 846	0910 0001 0002	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior	F	3	2	80	0	100	12.952
TOTAL - FISCAL									12.952
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.952

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar							
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	R	M	I	VALOR
			F	D	D	P	O	U	T
06 181	2070 2723	Segurança Pública com Cidadania							12.221,011
06 181	2070 2723 0001	Atividades: Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais							9.221,011
06 181	2070 2723 0001	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional	F	4	2	90	0	174	9.221,011
06 181	2070 26A1	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal							1.800,000
06 181	2070 26A1 0001	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal - Nacional	F	3	2	90	0	374	1.800,000
TOTAL - FISCAL									29.560,306
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.560,306

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar							
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	R	M	I	VALOR
			F	D	D	P	O	U	T
06 183	2070 20V2	Segurança Pública com Cidadania							1.000,000
06 183	2070 20V2 0001	Atividades: Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CITEPOL							1.000,000
06 183	2070 20V2 0001	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CITEPOL - Nacional	F	3	2	90	0	174	1.000,000
06 181	2070 2536	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaportes, Controle do Tráfego Internacional e de Registro de Estrangeiros							4.500,000
06 181	2070 2536 0001	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaportes, Controle do Tráfego Internacional e de Registro de Estrangeiros - Nacional	F	3	2	90	0	374	4.500,000
06 181	2070 2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União							39.000,000
06 181	2070 2726 0001	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional	F	3	2	90	0	374	39.000,000
TOTAL - FISCAL									45.781,312
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									45.781,312

ÓRGÃO: 32000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 32101 - Comando de Aeronáutica

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Crédito Suplementar							
		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	R	M	I	VALOR
			F	D	D	P	O	U	T
45 151	1658 156N	Projeto de Aeronaves							5.367,872
TOTAL - FISCAL									5.367,872
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.367,872

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



05 131	2058 156K 0001	Aquisição de Aeronaves - Nacional	F	4	2	90	0	100	5.387.872
TOTAL - FISCAL									5.387.872
TOTAL - SEGURIDADE									5.387.872
TOTAL - GERAL									9

ÓRGÃO: 51000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 51121 - Comando do Exército

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	D	U	T
	2058	Política Nacional de Defesa							75.446.797
		Atividades							
05 153	2058 20PV	Adequação de Organizações Militares do Exército							12.000.000
05 153	2058 20PV 0001	Adequação de Organizações Militares do Exército - Nacional							12.000.000
05 244	2058 20XII	Ações de Cooperação do Exército	F	4	2	90	0	100	12.000.000
05 244	2058 20XII 0001	Ações de Cooperação do Exército - Nacional	F	4	2	90	0	100	55.221.794
		Projetos							
05 153	2058 156M	Modernização Operacional do Exército Brasileiro							8.438.053
05 153	2058 156M 0001	Modernização Operacional do Exército Brasileiro - Nacional	F	4	2	90	0	100	8.438.053
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							20.000.000
		Atividades							
05 123	2108 2000	Administração da Unidade							20.000.000
05 123	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									95.446.797
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									95.446.797

ÓRGÃO: 51000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 51131 - Comando da Marinha

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	D	U	T
	2058	Política Nacional de Defesa							9.726.474
		Atividades							
05 153	2058 20SE	Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha							424.063
05 153	2058 20SE 0001	Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha - Nacional	F	3	2	90	0	100	424.063
05 153	2058 20SX	Aprestamento da Marinha							9.192.413
05 153	2058 20SX 0001	Aprestamento da Marinha - Nacional	F	4	2	90	0	100	9.192.413
		Projetos							
05 153	2058 157N	Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF							180.000
05 153	2058 157N 0001	Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF - Nacional	F	4	2	90	0	100	180.000
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							1.468.059
		Atividades							
05 123	2108 2000	Administração da Unidade							1.468.059
05 123	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	1.468.059
TOTAL - FISCAL									11.244.733
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.244.733

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52333 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	D	U	T
	2058	Política Nacional de Defesa							259.287
		Atividades							
05 151	2058 211D	Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares							359.287
05 151	2058 211D 0001	Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares - Nacional	F	4	2	90	0	100	259.287
TOTAL - FISCAL									259.287
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									259.287

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 53911 - Fundo Aeronáutico

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	D	U	T
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							6.500.000
		Atividades							
05 123	2108 2000	Administração da Unidade							6.500.000
05 123	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	6.500.000

			F	3	2	90	0	250	4.600.000
TOTAL - FISCAL									4.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.600.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 53921 - Fundo do Exército

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	D	U	T
	2058	Política Nacional de Defesa							55.000.000
		Atividades							
05 153	2058 2450	Aprestamento do Exército							55.000.000
05 153	2058 2450 0001	Aprestamento do Exército - Nacional	F	3	2	90	0	250	55.000.000
TOTAL - FISCAL									55.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									55.000.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 53931 - Fundo Naval

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	D	U	T
	2058	Política Nacional de Defesa							6.025.176
		Atividades							
05 153	2058 20SX	Aprestamento da Marinha							311.604
05 153	2058 20SX 0001	Aprestamento da Marinha - Nacional	F	3	2	90	0	350	311.604
05 128	2058 20XR	Capacitação Profissional da Marinha							37.085
05 128	2058 20XR 0001	Capacitação Profissional da Marinha - Nacional	F	3	2	90	0	350	37.085
05 125	2058 20XN	Auxílios à Navegação e Especialização de Navegação Aquaviária							5.656.397
05 125	2058 20XN 0001	Auxílios à Navegação e Especialização de Navegação Aquaviária - Nacional	F	3	2	90	0	350	5.656.397
TOTAL - FISCAL									6.025.176
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.025.176

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 53931 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	D	U	T
	2058	Política Nacional de Defesa							20.355.709
		Atividades							
05 343	2058 2310	Ensino Profissional Marítimo							20.355.709
05 343	2058 2310 0001	Ensino Profissional Marítimo - Nacional	F	3	2	90	0	250	20.355.709
TOTAL - FISCAL									20.355.709
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.355.709

ÓRGÃO: 61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos
UNIDADE: 61201 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	D	U	T
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							800.000
		Atividades							
04 571	2038 4771	Diagnósticos, Perspectivas e Estratégias de Desenvolvimento Brasileiro							800.000
04 571	2038 4777 0001	Diagnósticos, Perspectivas e Estratégias de Desenvolvimento Brasileiro - Nacional	F	4	2	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ÓRGÃO: 64000 - Secretaria de Direitos Humanos
UNIDADE: 64001 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA

ANEXO I		Crédito Suplementar							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	D	U	T
	2063	Promocão dos Direitos de Crianças e Adolescentes							11.731.372
		Atividades							
12 343	2063 210N	Promocão, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente							11.731.372



14 203	2052 2104 0001	Promção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - Nacional	S	3	2	30	0	100	11.781.172
TOTAL - FISCAL									4
TOTAL - SEGURIDADE									11.781.172
TOTAL - GERAL									11.781.172

ÓRGÃO: 64000 - Secretaria de Direitos Humanos
UNIDADE: 64901 - Fundo Nacional da Idosa - FNI

ANEXO I		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		VALOR	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
14 341	3064 8819	Promção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - Atividades							3.337.300
14 341	3064 8819 0001	Promção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - Nacional	S	3	2	30	0	100	3.337.300
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.337.300
TOTAL - GERAL									3.337.300

ÓRGÃO: 68000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
UNIDADE: 68101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres

ANEXO I		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		VALOR	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
14 422	3016 2303	Políticas para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência - Atividades							2.794.449
14 422	3016 2303 0001	Políticas para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência - Nacional	F	3	2	30	0	100	2.794.449
14 122	3104 2000	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres - Atividades							350.000
14 122	3104 2000 0001	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres - Nacional	F	4	2	30	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.044.449
TOTAL - GERAL									3.044.449

ÓRGÃO: 64000 - Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 64101 - Controladoria-Geral da União

ANEXO I		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		VALOR	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
04 124	3101 2D58	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República - Atividades							4.156.675
04 124	3101 2D58 0001	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República - Nacional	F	3	2	30	0	100	4.156.675
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.156.675
TOTAL - GERAL									4.156.675

ÓRGÃO: 10000 - Presidência da República
UNIDADE: 10104 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		VALOR	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
04 125	3031 4917	Democratização e Aperfeiçoamento da Gestão Pública - Atividades							500.000
04 125	3031 4917 0001	Democratização e Aperfeiçoamento da Gestão Pública - Nacional	F	4	2	30	0	100	500.000
04 125	3101 1000	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República - Atividades							500.000
04 125	3101 1000 0001	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República - Nacional	F	4	2	30	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 14000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
UNIDADE: 14901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		VALOR	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
19 571	3051 4947	Ciência, Tecnologia e Inovação - Atividades							1.800.000
19 571	3051 4947	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia							1.800.000

19 571	3051 4947 0601	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Nacional	F	3	2	30	0	100	1.800.000
TOTAL - FISCAL									1.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.800.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		VALOR	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
14 422	3036 13YC	Cidadania e Justiça - Projetos							595.515
14 422	3036 13YC 0001	Implementação do Memorial da Anistia Política do Brasil - Nacional	F	4	2	30	0	100	595.515
TOTAL - FISCAL									595.515
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									595.515

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		VALOR	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
04 391	3030 2810	Cidadania e Justiça - Atividades							12.952
04 391	3030 2810 0001	Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional - Nacional	F	3	2	30	0	100	12.952
TOTAL - FISCAL									12.952
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.952

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		VALOR	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
06 181	2070 2713	Segurança Pública com Cidadania - Atividades							9.231.011
06 181	2070 2713 0601	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	F	3	2	30	0	174	9.231.011
06 181	2070 2713 0601	Policamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional	F	3	2	30	0	174	9.231.011
06 181	2112 1000	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça - Atividades							5.253.306
06 181	2112 1000 0001	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça - Nacional	F	4	2	30	0	100	5.253.306
TOTAL - FISCAL									14.473.317
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.473.317

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		VALOR	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
06 183	3070 30V3	Segurança Pública com Cidadania - Atividades							1.000.000
06 183	3070 30V3 0001	Implementação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL	F	4	2	30	0	174	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Credito Suplementar		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		VALOR	
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	D	E	
19 511	3035 141Q	Esporte e Grandes Eventos Esportivos - Projetos							10.439.053
19 511	3035 141Q	Implementação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016							10.439.053

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00012015082100009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



27 111	2035 14TQ 0001	Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 - Nacional	F	4	3	90	0	100	20.439.853
TOTAL - FISCAL									20.439.853
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.439.853

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Comando da Aeronáutica

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O	I U	F T	VALOR
3108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa									
Atividades									
05 133	2108 1000	Administração da Unidade							637.036
05 132	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	637.036
3108 1338 Projetos									
05 483	2108 1338	Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica - Nacional							4.750.836
05 483	2108 1338 0001	Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica - Nacional	F	4	2	90	0	100	4.750.836
TOTAL - FISCAL									5.397.872
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.397.872

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Comando do Exército

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O	I U	F T	VALOR
3108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa									
Atividades									
05 133	2108 1000	Administração da Unidade							30.000.000
05 132	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	30.000.000
TOTAL - FISCAL									30.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O	I U	F T	VALOR
3058 Política Nacional de Defesa									
Atividades									
05 153	2058 1058	Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha							434.062
05 152	2058 2058 0001	Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha - Nacional	F	4	2	90	0	100	434.062
05 151	2058 3058	Aprestamento da Marinha							9.182.412
05 152	2058 3058 0001	Aprestamento da Marinha - Nacional	F	5	2	90	0	100	9.182.412
3108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa									
Atividades									
05 133	2108 1000	Administração da Unidade							1.488.859
05 132	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.488.859
TOTAL - FISCAL									11.244.733
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.244.733

ÓRGÃO: 52600 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Armada Arázi Tecnológica de Defesa S.A. - AMAZUL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O	I U	F T	VALOR
3058 Política Nacional de Defesa									
Atividades									
05 151	2058 1158	Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares							259.287
05 152	2058 2158 0001	Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares - Nacional	F	3	2	90	0	100	259.287
TOTAL - FISCAL									259.287
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									259.287

ÓRGÃO: 52800 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Fundo Armamentário

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O	I U	F T	VALOR
3108 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa									
Atividades									
05 133	2108 1000	Administração da Unidade							1.580.000
05 132	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.580.000

TOTAL - FISCAL	F	4	2	90	0	100	1.580.000
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							1.580.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Fundo do Exército

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O	I U	F T	VALOR
2058 Política Nacional de Defesa									
Atividades									
05 153	2058 1058	Capacitação Profissional da Marinha							10.000.000
05 152	2058 1058 0001	Capacitação Profissional da Marinha - Nacional	F	4	2	90	0	100	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Fundo Naval

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O	I U	F T	VALOR
3058 Política Nacional de Defesa									
Atividades									
05 133	2058 1058	Capacitação Profissional da Marinha							37.086
05 132	2058 1058 0001	Capacitação Profissional da Marinha - Nacional	F	4	2	90	0	100	37.086
05 133	2058 1058	Auxílio à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária							5.654.397
05 132	2058 1058 0001	Auxílio à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional	F	4	2	90	0	100	5.654.397
TOTAL - FISCAL									5.691.482
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.691.482

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52132 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O	I U	F T	VALOR
2058 Política Nacional de Defesa									
Atividades									
05 363	2058 3518	Ensino Profissional Marítimo							355.704
05 362	2058 3518 0001	Ensino Profissional Marítimo - Nacional	F	3	2	90	0	100	355.704
TOTAL - FISCAL									355.704
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									355.704

ÓRGÃO: 41000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos

UNIDADE: 61281 - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O	I U	F T	VALOR
3018 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública									
Atividades									
04 571	7018 7777	Diagnósticos, Pesquisas e Estratégias de Desenvolvimento Brasileiro							800.000
04 571	7018 7777 0001	Diagnósticos, Pesquisas e Estratégias de Desenvolvimento Brasileiro - Nacional	F	3	2	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ÓRGÃO: 45000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres

UNIDADE: 65101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O	I U	F T	VALOR
3014 Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência									
Atividades									
14 421	2014 1101	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência							1.335.540
14 422	2014 2101 0001	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - Nacional	F	4	2	90	0	100	1.335.540
14 423	2014 4231	Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180							558.940
14 422	2014 4231 0001	Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - Nacional	F	4	2	90	0	100	558.940

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00012015082100010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



26 782	2075 1K17	Construção de Canteiro Rodoviário - Entrocamento BR-040 - Entrocamento BR-116 - Entrocamento BR-101 - Porto de Sepetiba - na BR-493/RJ								100.000.000
26 782	2075 1K17 0003	Construção de Canteiro Rodoviário - Entrocamento BR-040 - Entrocamento BR-116 - Entrocamento BR-101 - Porto de Sepetiba - na BR-493/RJ - No Estado do Rio de Janeiro	F	4	3	90	0	100		100.000.000
26 782	2075 7474	Construção de Trecho Rodoviário - Caravelas - Entrocamento BR-101 - na BR-418/BA								6.409.831
26 782	2075 7474 0079	Construção de Trecho Rodoviário - Caravelas - Entrocamento BR-101 - na BR-418/BA - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100		6.409.831
26 782	2075 7538	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-476/SC								20.000.000
26 782	2075 7538 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-476/SC - No Estado de Santa Catarina	F	4	3	90	0	100		20.000.000
26 782	2075 7184	Construção de Ponte sobre o Rio Madeiros em Porto Velho - na BR-119/RO								4.376.722
26 782	2075 7184 0114	Construção de Ponte sobre o Rio Madeiros em Porto Velho - na BR-119/RO - No Município de Porto Velho - RO	F	4	3	90	0	100		4.376.722
26 782	2075 7164	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS								50.000.000
26 782	2075 7164 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100		50.000.000
26 782	2075 7411	Construção de Trecho Rodoviário - Pains de Múrcia - Araxá - Divisa MG-SP - na BR-146/MG								15.000.000
26 782	2075 7411 0035	Construção de Trecho Rodoviário - Pains de Múrcia - Araxá - Divisa MG-SP - na BR-146/MG - No Estado de Minas Gerais	F	4	3	90	0	100		15.000.000
TOTAL - FISCAL										1.076.684.314
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.076.684.314

ÓRGÃO: 51000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 57101 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO I

Crédito Suplementar										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	D	P	O	D	VALOR
2613		Agricultura Irrigada								14.373.496
		Atividades								
20 607	1013 30EY	Administração de Recursos Públicos de Irrigação								14.373.496
20 607	2013 30EY 0001	Administração de Recursos Públicos de Irrigação - Nacional	F	3	2	90	0	100		14.373.496
TOTAL - FISCAL										14.373.496
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										14.373.496

ÓRGÃO: 54000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 62101 - Ministério das Cidades

ANEXO I

Crédito Suplementar										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	D	P	O	D	VALOR
2116		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades								35.702.800
		Atividades								
15 132	2116 8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC								35.702.800
15 132	2116 8785 0001	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Nacional	F	3	3	90	0	100		35.702.800
TOTAL - FISCAL										35.702.800
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										35.702.800

ÓRGÃO: 62005 - Secretaria de Aviação Civil

UNIDADE: 62101 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC

ANEXO I

Crédito Suplementar										
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	S	N	D	P	O	D	VALOR
1017		Aviação Civil								29.578.775
		Projetos								
26 781	2017 140B	Construção, Reforma e Respalçamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional								29.578.775

26 781	2017 140B 0001	Construção, Reforma e Respalçamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - Nacional	F	4	3	90	0	100		29.578.775
TOTAL - FISCAL										29.578.775
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										29.578.775

ÓRGÃO: 65000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 65101 - Secretaria de Portos

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	N D	P	O	D	U L T	VALOR
	9909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							44.000.000
		Operações Especiais							
28 846	0909 0011T	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Reforço de Cais para Aprofundamento dos Bercos entre as Armadoras 12A e 23 na Ponta de Santos (SP)							1.000.000
28 846	0909 0011T 0035	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Reforço de Cais para Aprofundamento dos Bercos entre as Armadoras 12A e 23 na Ponta de Santos (SP) - No Estado de São Paulo	F	5	3	90	0	100	1.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000
28 846	0909 0019 0013	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	F	5	3	90	0	100	17.000.000
28 846	0909 0019	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Construção e Manutenção de Terminal de Contêineres na Ponta de Fortaleza (CE)							17.000.000



14 781	2075 1101	Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA	F	4	3	90	0	100	8.000.000	24 782	2075 141V 3143	Adequação de Travessa Urbana em Juazeiro - na BR-235/407/BA - No Município de Juazeiro - BA	F	4	3	90	0	100	8.000.000
14 782	2075 1101 0015	Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA - No Estado do Pará	F	4	3	90	0	100	30.000.000	24 783	2075 141X8	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-231 (São Carlos) - Entroncamento BR-424/PE-211 (Garanhuns) - na BR-423/PE	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 783	2075 110R	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE	F	4	3	90	0	100	43.274.387	24 784	2075 1420 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Carlos) - Entroncamento BR-424/PE-211 (Garanhuns) - na BR-423/PE - No Estado de Pernambuco	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 781	2075 110R 0028	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE - No Estado de Sergipe	F	4	3	90	0	100	43.274.387	24 785	2075 142C	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 782	2075 112N	Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS	F	4	3	90	0	100	34.808.019	24 786	2075 142C 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 783	2075 112N 0043	Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100	34.808.019	24 787	2075 142C 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 112V	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Riberião Cascalheira - na BR-158/MT	F	4	3	90	0	100	33.000.000	24 788	2075 142C 0032	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 112V 0051	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Riberião Cascalheira - na BR-158/MT - No Estado do Mato Grosso	F	4	3	90	0	100	33.000.000	24 789	2075 142C 0033	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 112Z	Adequação de Travessa Urbana em Vilhena - na BR-344/RO	F	4	3	90	0	100	3.700.000	24 790	2075 142C 0034	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 112Z 0121	Adequação de Travessa Urbana em Vilhena - na BR-344/RO - No Município de Vilhena - RO	F	4	3	90	0	100	3.700.000	24 791	2075 142C 0035	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 112Z	Adequação de Trecho Rodoviário - Fátima - Divisa SC/RS - na BR-101/SC	F	4	3	90	0	100	113.980.000	24 792	2075 142C 0036	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 112Z 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - Fátima - Divisa SC/RS - na BR-101/SC - No Estado de Santa Catarina	F	4	3	90	0	100	113.980.000	24 793	2075 142C 0037	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 1114	Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS	F	4	3	90	0	100	123.990.000	24 794	2075 142C 0038	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 1114 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100	123.990.000	24 795	2075 142C 0039	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 1121	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS	F	4	3	90	0	100	35.000.000	24 796	2075 142C 0040	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 1121 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100	35.000.000	24 797	2075 142C 0041	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 112W	Construção de Trecho Rodoviário - Campo Mourão - Palmital - na BR-158/PR	F	4	3	90	0	100	44.000.000	24 798	2075 142C 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 112W 0041	Construção de Trecho Rodoviário - Campo Mourão - Palmital - na BR-158/PR - No Estado do Paraná	F	4	3	90	0	100	44.000.000	24 799	2075 142C 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 113W	Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - na BR-415/BA	F	4	3	90	0	100	11.248.093	24 800	2075 142C 0044	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 113W 0028	Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - na BR-415/BA - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	11.248.093	24 801	2075 142C 0045	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 113F	Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC	F	4	3	90	0	100	20.000.000	24 802	2075 142C 0046	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 113F 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC - No Estado de Santa Catarina	F	4	3	90	0	100	20.000.000	24 803	2075 142C 0047	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 113V	Construção de Contorno Rodoviário em Caiabá - na BR-070/163/364/MT	F	4	3	90	0	100	49.000.000	24 804	2075 142C 0048	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 113V 5314	Construção de Contorno Rodoviário em Caiabá - na BR-070/163/364/MT - No Município de Caiabá - MT	F	4	3	90	0	100	49.000.000	24 805	2075 142C 0049	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 113X	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibê) - Feira de Santana - na BR-116/BA	F	4	3	90	0	100	50.000.000	24 806	2075 142C 0050	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 113X 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibê) - Feira de Santana - na BR-116/BA - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	50.000.000	24 807	2075 142C 0051	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 113X	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almeira) - na BR-367/MG	F	4	3	90	0	100	450.000	24 808	2075 142C 0052	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 113X 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almeira) - na BR-367/MG - No Estado de Minas Gerais	F	4	3	90	0	100	450.000	24 809	2075 142C 0053	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 113Q	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MT - Entroncamento BR-158/242 (Vila Riberião Bonito) - na BR-080/MT	F	4	3	90	0	100	450.000	24 810	2075 142C 0054	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 113Q 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MT - Entroncamento BR-158/242 (Vila Riberião Bonito) - na BR-080/MT - No Estado do Mato Grosso	F	4	3	90	0	100	450.000	24 811	2075 142C 0055	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 113V	Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP	F	4	3	90	0	100	25.000.000	24 812	2075 142C 0056	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 113V 0016	Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP - No Estado do Amapá	F	4	3	90	0	100	25.000.000	24 813	2075 142C 0057	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 1141	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com o Guiana Francesa) - na BR-154/AP	F	4	3	90	0	100	15.000.000	24 814	2075 142C 0058	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 1141 0016	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com o Guiana Francesa) - na BR-154/AP - No Estado do Amapá	F	4	3	90	0	100	15.000.000	24 815	2075 142C 0059	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 1149	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA	F	4	3	90	0	100	60.000.000	24 816	2075 142C 0060	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
24 782	2075 1149 0015	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA - No Estado do Pará	F	4	3	90	0	100	60.000.000	24 817	2075 142C 0061	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000
14 781	2075 114V	Adequação de Travessa Urbana em Juazeiro - na BR-235/407/BA	F	4	3	90	0	100	8.000.000	24 818	2075 142C 0062	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-236 - Divisa RN/CE - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	9.900.000



26 782	2015 7799	Construção de Trecho Rodoviário - Castanheira - Culmin - na BR-174/MT	F	4	3	90	0	100	10.000.000	950.000
26 782	2015 7797 0001	Construção de Trecho Rodoviário - Castanheira - Culmin - na BR-174/MT - No Estado do Mato Grosso	F	4	3	90	0	100	900.000	
26 782	2015 7793	Adequação de Acesso Rodoviário no Porto de Paranaguá (Av. Aryon Soares) - na BR-177/PR	F	4	3	90	0	100	17.000.000	
26 782	2015 7793 0041	Adequação de Acesso Rodoviário no Porto de Paranaguá (Av. Aryon Soares) - na BR-277/PR - No Estado do Paraná	F	4	3	90	0	100	17.000.000	
TOTAL - FISCAL									1.070.086.314	
TOTAL - SEGURIDADE									0	
TOTAL - GERAL									1.070.086.314	

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00							VALOR
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U S	P T E		
	2013	Agricultura Irrigada							14.373.494	
		Projetos								
20 607	2015 140C	Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sorão Alagoano no Estado de Alagoas	F	4	3	90	0	100	4.817.000	
20 607	2015 140C 0027	Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sorão Alagoano no Estado de Alagoas - No Estado de Alagoas	F	4	3	90	0	100	4.817.000	
20 607	2015 1492	Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 24.504,96 ha no Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	4.513.000	
20 607	2015 1492 0028	Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 24.504,96 ha no Estado da Bahia - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	4.513.000	
20 607	2015 5366	Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.811,91 ha no Estado de Pernambuco	F	4	3	90	0	100	4.725.000	
20 607	2015 5366 0026	Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.811,91 ha no Estado de Pernambuco - No Estado de Pernambuco	F	4	3	90	0	100	4.725.000	
20 607	2015 5314	Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo de Irêz com 47.924,50 ha no Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	1.000.000	
20 607	2015 5314 0029	Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo de Irêz com 47.924,50 ha no Estado da Bahia - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	1.000.000	
20 607	2015 5323	Implantação do Perímetro de Irrigação Juba no Estado de Minas Gerais	F	4	3	90	0	100	1.000.000	
20 607	2015 5323 0031	Implantação do Perímetro de Irrigação Juba no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais	F	4	3	90	0	100	1.000.000	
20 607	2015 5330	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro com 2.091 ha no Estado de Pernambuco	F	4	3	90	0	100	572.501	
20 607	2015 5330 0036	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro com 2.091 ha no Estado de Pernambuco - No Estado de Pernambuco	F	4	3	90	0	100	572.501	
20 607	2015 5368	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Formoso com 12.048 ha no Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	463.936	
20 607	2015 5368 0039	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Formoso com 12.048 ha no Estado da Bahia - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	463.936	
20 607	2015 5378	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Curuçá com 4.350 ha no Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	655.295	
20 607	2015 5378 0029	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Curuçá com 4.350 ha no Estado da Bahia - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	655.295	
20 607	2015 5442	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba com 4.293 ha no Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	123.640	
20 607	2015 5442 0029	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba com 4.293 ha no Estado da Bahia - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	123.640	
TOTAL - FISCAL									14.373.494	
TOTAL - SEGURIDADE										
TOTAL - GERAL									14.373.494	

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	P	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
2049	Operações Especiais								35.702.800
20 846	2049 0264	Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 habitantes (Lei nº 11.977, de 2009)	F	4	3	90	0	100	35.702.800

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015082100014

20 846	2049 0264 0001	Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 habitantes (Lei nº 11.977, de 2009) - Nacional	F	4	3	90	0	100	35.702.800
TOTAL - FISCAL									35.702.800
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.702.800

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

UNIDADE: 62901 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAAC

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	P	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
2017	Aviação Civil								16.578.775
Projetos									
20 781	2017 14UB	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional	F	4	3	90	0	100	16.578.775
20 781	2017 14UB 0010	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - Na Região Norte	F	4	3	90	0	100	16.578.775
TOTAL - FISCAL									16.578.775
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.578.775

ÓRGÃO: 63000 - Secretaria de Portos

UNIDADE: 63101 - Secretaria de Portos

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	P	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
0406	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								7.000.000
Operações Especiais									
20 846	0909 000Y	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Expansão do Molhe de Proteção do Porto de Fortaleza (CE)	F	4	3	90	0	100	7.000.000
20 846	0909 000Y 104E	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Expansão do Molhe de Proteção do Porto de Fortaleza (CE) - No Município de Fortaleza - CE	F	4	3	90	0	100	7.000.000
TOTAL - FISCAL									7.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.000.000
Transporte Hidroviário									
Projetos									
20 784	2073 13LF	Adequação de Infraestrutura Portuária - no Porto de Manaus - na Cidade de Manaus	F	4	3	90	0	100	17.000.000
20 784	2073 13LF 0211	Adequação de Infraestrutura Portuária - no Porto de Manaus - no Estado do Amazonas - No Município de Manaus - AM	F	4	3	90	0	100	17.000.000
TOTAL - FISCAL									17.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									17.000.000
Transporte Marítimo									
Projetos									
20 784	2074 13XC	Recuperação do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba (SC)	F	4	3	90	0	100	4.000.000
20 784	2074 13XC 4523	Recuperação do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba (SC) - No Município de Imbituba - SC	F	4	3	90	0	100	4.000.000
20 784	2074 136V	Readequação dos Molhes da Barra do Porto de Itajai (SC)	F	4	3	90	0	100	9.000.000
20 784	2074 136V 4538	Readequação dos Molhes da Barra do Porto de Itajai (SC) - No Município de Itajai - SC	F	4	3	90	0	100	9.000.000
20 784	2074 7Q62	Adequação de Instalações de Armazenagem e Monitoramento e Amostragem de Cargas no Porto de Recife (PE)	F	4	3	90	0	100	16.000.000
20 784	2074 7Q62 1095	Adequação de Instalações de Armazenagem e Monitoramento e Amostragem de Cargas no Porto de Recife (PE) - No Município de Recife - PE	F	4	3	90	0	100	16.000.000
TOTAL - FISCAL									52.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									52.000.000

DECRETO DE 20 DE AGOSTO DE 2015

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 55.237.582.569,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alínea "a", e inciso V, alíneas "a" e "b", item 1, da Lei nº 13.113, de 20 de abril de 2015, o art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.113, de 20 de abril de 2015), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar, no valor de R\$ 55.237.582.569,00 (cinquenta e cinco bilhões, duzentos e trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem da

1 - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, no valor de R\$ 1.370.419,00 (um milhão, trezentos e setenta mil, quatrocentos e doze reais); e

II - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 35.236.212.130,00 (cinquenta e cinco bilhões, duzentos e trinta e seis milhões, duzentos e doze mil, cento e cinquenta reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2015: 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa

ÓRGÃO: 12006 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 12101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO I - PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			Crédito Suplementar										
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(AÇÃO) LOCALIZADORA(Projeto)- TO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 100										
			E	G	R	M	I	P	T	VALOR			
2014			Aprocuração Sustentável, Abastecimento e Comercialização										19.000.000
			Atividades										
10 608	1014 10ZV	Fomento ao Setor Agropecuário										19.000.000	
10 608	1014 10ZV 0001	Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional										19.000.000	
			F	5	2	48	0	100				9.500.000	
			F	4	2	48	0	100				9.500.000	
TOTAL - TÍTULOS													19.000.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													19.000.000

ORÇÃO: 15600 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 15914 - Fundo de Garantia à Exportação - FGE

ANEXO I							Creditos Suplementares
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)						Ressources de Trábalho em Fôreia R\$ 100	
FUNCO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA(A)CÃO(LOCA)LIZADOR(PRODU TO	E S E N C I A L P M O D U L O T	P E R J	I G	T	VALOR
	9999	Opeações Especiais Outros Encargos Especiais					18.000.000
		Opeações Especiais					
12 84E	0909 00RG	Devolução de Prêmios da Segura de Crédito à Exportação					18.000.000
12 84G	0909 00RG 0001	Devolução de Prêmios da Seguro de Crédito à Exportação - Nacional					18.000.000
			S	A	Z	90	0 100
TOTAL - FISCAL							18.000.000
TOTAL - SEGURIDADE							18.000.000
TOTAL - GERAL							18.000.000

ÓRGÃO: 96000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56102 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

[illegible]

ÓRGÃO: 11006 - Empresa Financeira de União
UNIDADE: 7101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO II - TÍTULOS E RESERVAS PARA SUPERÁVIO DO EXERCÍCIO DE 1986							Crédito Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAR (CÓDIGO)			Retorno de Todos os Fontes US\$ 1,00										
FUNÇÃO- NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/CALZADURA/MODULO TO	S E	N F	R P	M I	O U	T R	V L				VALOR
8888 Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)													53.199.212.158
Operações Especiais:													
18.843	0905	0435	Serviços da Dívida Pública Federal Interna.										43.149.311.158
21.843	0905	0435.0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional										53.199.212.158
			P	Z	0	90	0	144					43.199.000.000
			P	6	0	90	0	370					600.224.000
			P	6	0	90	0	159					146.097.000
			P	6	0	90	0	371					925.837.000
			P	6	0	90	0	397					948.644.000
8886 Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)													1.000.000.000
Operações Especiais:													
18.844	0906	0435	Serviços da Dívida Pública Federal Externa.										1.000.000.000
21.844	0906	0435.0001	Serviços da Dívida Pública Federal Externa - Nacional										1.000.000.000
			P	Z	0	90	0	144					5.000.000.000
TOTAL - FISCAL													\$5.199.212.158
TOTAL - SEGURIDADE													
TOTAL - GERAL													\$6.199.312.158

ÓRGÃO: SDOB - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SINCRONIZADO: 09/08/2011 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

UNIDADE: 223H - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB							Crédito Suplementar
ANEXO II							
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)							Registro de Trabalho em Foco: R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZAÇÃO/PROJETO	E S T	O N D	M O D	I M P	VALOR
	3014	Apoio à Sustentável Abastecimento e Comercialização Projetos					19.000.000
10 605	3014 1010	Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora do CONAB					19.000.000
20 605	3014 1310-0001	Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora do CONAB - Nacional					19.000.000
			P	1	2	90	0
TOTAL - FISCAL							19.000.000
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							19.000.000

ORÇÃO: 2000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda			Crédito Suplementar									
ANEXO II			PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCAL/ADOR/PRODUTO	P	R	P	M	O	D	I	U	F	VALOR
	1110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda										15.000,000
		Atividades										
04 123	1110 3606	Administração da Unidade										15.000,000
04 123	1110 3606 0001	Administração da Unidade - Nacional										15.000,000
TOTAL - FISCAL												15.000,000
TOTAL - SEGURANÇA												0
TOTAL - GERAL												15.000,000

ÓRGÃO: 71000 - Cargos Financeiros do Unio
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Suprimento do Ministério da Fazenda

[illegible]

ÓRGÃO: 71600 - Encargos Financeiros da União

ANEXO II										Credito Suplementar	
PROGRAMA DE PLANEJAMENTO (CANCELAMENTO)										Resto de Todas as Fontes R\$ 1,00	
ACRESCIM. SAL	PROGRAMATICA	PROGRAMA	ACAO	REALIZADOR	PROJETO	ANEXO	GRUPO	PROJETO	VALOR		
	0011	Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros								3.000.000	
		Operações Especiais									
25 646	0011 0056	Remuneração de Agentes Financeiros								3.000.000	
25 646	0011 0056 0001	Remuneração de Agentes Financeiros - Nacional								3.000.000	
						F	3	2	50	0 100	
TOTAL - FISCAL										3.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										3.000.000	

ENDEREÇO: 75600 - Rodovia Anacleto de Toledo, 123 - Jd. Santa Helena - São Paulo - SP

UNIDADE: 1807 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda						Crédito Suplementar					
ANEXO II						Resumo de Totais e Totais R\$ 1,00					
PROGRAMA DE TRABALHO (PLANILHA)											
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR # RODU-TO	E S F	G N D	R P	M O D	I T E	V A L O R			
	0907	Operações Especiais Redução da Dívida Interna						\$3.198.112.150			
		Operações Especiais									
25 841	0907 0365	Redimensionamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna						\$3.199.212.150			
25 841	0907 0365 0001	Redimensionamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional						\$3.199.212.150			
				F	6	0	90	6	141		\$3.199.212.150
TOTAL - FISCAL								\$3.199.212.150			
TOTAL - SEGURID(CIV)								8			
TOTAL - GERAL								\$3.199.212.150			

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/urnicidat.html>, pelo código 00012015082100015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - (CP-Brasil)



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos



DECRETO DE 20 DE AGOSTO DE 2015

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 600.268.845,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alíneas "a", "c" e "e", inciso II, inciso VIII, inciso XII, alínea "b", item "1", e § 1º, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 600.268.845,00 (seiscentos milhões, duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, no valor de R\$ 231.412.885,00 (duzentos e trinta e um milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), sendo:

- a) R\$ 6.204.000,00 (seis milhões, duzentos e quatro mil reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;
- b) R\$ 111.595.001,00 (cento e onze milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e um reais) de Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais;
- c) R\$ 98.495.212,00 (noventa e oito milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, duzentos e doze reais) de Recursos de Convênios; e
- d) R\$ 15.118.472,00 (quinze milhões, cento e dezoito mil, quatrocentos e setenta e dois reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais;

II - excesso de arrecadação, no valor de R\$ 282.173.117,00 (duzentos e sessenta e dois milhões, cento e setenta e três mil, cento e dezessete reais), sendo:

- a) R\$ 84.406.627,00 (oitenta e quatro milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;
- b) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) de Recursos Próprios Financeiros;
- c) R\$ 139.726.490,00 (cento e trinta e nove milhões, setecentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa reais) de Recursos de Convênios; e
- d) R\$ 18.040.000,00 (dezoito milhões e quarenta mil reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 106.683.043,00 (cento e seis milhões, seiscentos e oitenta e três mil, quarenta e três reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2015; 194ª da Independência e 127ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.8.2015

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							Crédito Suplementar
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal								91.478
		ATIVIDADES								
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal								91.478
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	F	3	2	90	0	150		91.478
TOTAL - FISCAL										91.478
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										91.478

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

			Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00							Crédito Suplementar
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal								1.151.110
		ATIVIDADES								
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal								1.151.110



02 081	0569 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	F	3	2	90	0	150	1.151.110
TOTAL - FISCAL									1.151.110
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.151.110

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3ª. Região

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							220.000
		ATIVIDADES							
02 081	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							220.000
02 081	0569 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	F	3	2	90	0	150	220.000
TOTAL - FISCAL									220.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									220.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							234.800
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							234.800
02 122	0570 20GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo	F	3	2	90	0	150	234.800
TOTAL - FISCAL									234.800
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									234.800

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.813.377
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							1.813.377
02 122	0570 20GP 0051	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso	F	3	2	90	0	150	1.813.377
TOTAL - FISCAL									1.813.377
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.813.377

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							187.500
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							187.500
02 122	0570 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco	F	3	2	90	0	150	187.500
TOTAL - FISCAL									187.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									187.500



ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0570		Gestão do Processo Eleitoral							80.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							80.000
02 122	0570 20GP 0042	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina							80.000
			F	3	2	90	0	150	80.000
TOTAL - FISCAL									80.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									80.000

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 16102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.497.022
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.497.022
02 122	0571 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro							1.497.022
			F	3	2	90	0	150	511.600
			F	4	2	90	0	150	44.814
			F	4	2	90	0	381	940.908
TOTAL - FISCAL									1.497.022
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.497.022

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 16103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							65.720.816
		ATIVIDADES							
02 131	0671 2649	Comunicação e Divulgação Institucional							71.000
02 131	0571 2549 0035	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de São Paulo							71.000
			F	3	2	90	0	181	71.000
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							65.649.616
02 122	0571 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo							65.649.616
			F	3	2	90	0	381	41.933.519
			F	4	2	90	0	181	4.749.816
			F	4	2	90	0	381	18.986.481
TOTAL - FISCAL									65.720.816
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									65.720.816

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0671		Prestação Jurisdicional Trabalhista							7.652.415
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							7.602.415
02 122	0571 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais							7.602.415
			F	3	2	90	0	181	2.743.819
			F	3	2	90	0	381	4.758.596
		PROJETOS							
02 122	0571 133Q	Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG							50.000



02 122	0571 133Q 2918	Ampliação do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Pedro Leopoldo - MG - No Município de Pedro Leopoldo - MG	F	4	2	90	0	181	50.000
TOTAL - FISCAL									7.552.415
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.552.415

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 16105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							8.151.450
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							8.151.450
02 122	0571 4256 0043	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	2	90	0	150	8.151.450
			F	3	2	90	0	181	3.609.000
TOTAL - FISCAL									4.542.450
TOTAL - SEGURIDADE									8.151.450
TOTAL - GERAL									0

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							849.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							849.000
02 122	0571 4256 0026	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco	F	3	2	90	0	381	849.000
TOTAL - FISCAL									849.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									849.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							4.338.811
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							4.338.811
02 122	0571 4256 0023	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará	F	3	2	90	0	181	4.338.811
			F	3	2	90	0	381	921.828
TOTAL - FISCAL									3.416.983
TOTAL - SEGURIDADE									4.338.811
TOTAL - GERAL									0

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Paraná

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							30.221.281
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							30.221.281
02 122	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná	F	3	2	90	0	150	30.221.281
			F	3	2	90	0	181	5.336.495
			F	3	2	90	0	381	20.000.000
			F	3	2	90	0	381	1.800.000
			F	4	2	90	0	181	3.084.786
TOTAL - FISCAL									30.221.281
TOTAL - SEGURIDADE									0

TOTAL - GERAL

30.221.281

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							10.449.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							10.449.000
02 122	0571 4256 8018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO	F	3	2	90	0	381	10.449.000
TOTAL - FISCAL									10.449.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.449.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.678.713
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							2.678.713
02 122	0571 4256 6019	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR	F	3	2	90	0	181	2.678.713
			F	3	2	90	0	381	506.917
TOTAL - FISCAL									2.678.713
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.678.713

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							8.536.622
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							8.536.622
02 122	0571 4256 0042	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina	F	3	2	90	0	181	8.536.622
			F	3	2	90	0	381	5.714.967
TOTAL - FISCAL									8.536.622
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.536.622

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.906.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.906.000
02 122	0571 4256 0025	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba	F	3	2	90	0	381	1.906.000
			F	3	2	90	0	381	1.906.000
TOTAL - FISCAL									1.906.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.906.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00



FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.305.995
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.305.995
02 122	0571 4256 6020	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO							3.305.995
			F	3	2	90	0	181	3.305.995
TOTAL - FISCAL									3.305.995
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.305.995

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							6.000.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							6.000.000
02 122	0571 4256 3474	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Município de Campinas - SP							6.000.000
			F	3	2	90	0	350	6.000.000
TOTAL - FISCAL									6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.000.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							842.504
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							842.504
02 122	0571 4256 0021	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão							842.504
			F	3	2	90	0	181	138.504
			F	3	2	90	0	381	704.000
TOTAL - FISCAL									842.504
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									842.504

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							345.874
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							345.874
02 122	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás							345.874
			F	3	2	90	0	350	204.000
			F	3	2	90	0	381	141.874
TOTAL - FISCAL									345.874
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									345.874

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0571		Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.964.000
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.964.000
02 122	0571 4256 0028	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Sergipe							3.964.000
			F	3	2	90	0	381	2.644.000

			F	4	2	90	0	381	1.320.000
TOTAL - FISCAL									3.964.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.964.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							10.898.670
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							10.898.670
02 122	0571 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte							10.898.670
			F	3	2	90	0	181	6.308.432
			F	3	2	90	0	381	3.010.836
			F	4	2	90	0	181	1.573.402
TOTAL - FISCAL									10.898.670
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.898.670

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.177.394
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							3.177.394
02 122	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso							3.177.394
			F	3	2	90	0	150	2.351.000
			F	3	2	90	0	181	171.830
			F	3	2	90	0	381	654.564
TOTAL - FISCAL									3.177.394
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.177.394

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							501.465
		ATIVIDADES							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							501.465
02 122	0571 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul							501.465
			F	3	2	90	0	181	501.465
TOTAL - FISCAL									501.465
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									501.465

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0567	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal							8.918.731
		ATIVIDADES							
02 061	0567 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal							8.918.731
02 061	0567 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal							8.918.731
			F	4	2	90	0	181	8.918.731
TOTAL - FISCAL									8.918.731
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.918.731



ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2038		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							500.000
		ATIVIDADES							
04 125	2038 4917	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil							500.000
04 125	2038 4917 0001	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil - Nacional							500.000
			F	3	2	90	0	100	500.000
2101		Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							500.000
		ATIVIDADES							
04 122	2101 2000	Administração da Unidade							500.000
04 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							500.000
			F	3	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2021		Ciência, Tecnologia e Inovação							39.241.014
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
19 571	2021 00LV	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I							39.241.014
19 571	2021 00LV 0001	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I - Nacional							39.241.014
			F	3	2	90	0	281	21.201.014
			F	3	2	90	0	296	18.040.000
TOTAL - FISCAL									39.241.014
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.241.014

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2059		Política Nuclear							7.544.061
		ATIVIDADES							
19 662	2059 2478	Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País							7.544.061
19 662	2059 2478 0001	Fornecimento de Radioisótopos e Radiofármacos no País - Nacional							7.544.061
			F	3	2	90	0	250	7.544.061
TOTAL - FISCAL									7.544.061
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.544.061

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2055		Desenvolvimento Produtivo							15.900.000
		ATIVIDADES							
19 572	2055 20V1	Desenvolvimento e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia							15.900.000
19 572	2055 20V1 0001	Desenvolvimento e Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia - Nacional							15.900.000
			F	4	2	90	0	250	15.900.000
TOTAL - FISCAL									15.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0



TOTAL - GERAL

15.900.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
 UNIDADE: 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2021		Ciência, Tecnologia e Inovação							1.800.000
		ATIVIDADES							
19 571	2021 4947	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia							1.800.000
19 571	2021 4947 0001	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Nacional							1.800.000
			F	4	2	50	0	180	1.800.000
TOTAL - FISCAL									1.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.800.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
 UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2020		Cidadania e Justiça							595.515
		ATIVIDADES							
14 422	2020 8946	Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política							595.515
14 422	2020 8946 0001	Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política - Nacional							595.515
			F	3	2	90	0	100	595.515
TOTAL - FISCAL									595.515
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									595.515

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
 UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0910		Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							12.952
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0910 000L	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica							12.952
28 846	0910 000L 0002	Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior							12.952
			F	3	2	80	0	100	12.952
TOTAL - FISCAL									12.952
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.952

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
 UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2070		Segurança Pública com Cidadania							12.221.011
		ATIVIDADES							
08 181	2070 2723	Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais							9.221.011
08 181	2070 2723 0001	Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional							9.221.011
			F	4	2	90	0	174	9.221.011
08 181	2070 86A1	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal							3.000.000
08 181	2070 86A1 0001	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal - Nacional							3.000.000
			F	3	2	90	0	374	3.000.000
2112		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça							29.560.306



		ATIVIDADES							
06 122	2112 2000	Administração da Unidade	F	3	2	90	0	100	29.560.306
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							29.560.306
									2.947.410
			F	3	2	90	0	374	2.304.896
			F	3	2	90	0		24.308.000
TOTAL - FISCAL									41.781.317
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									41.781.317

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2070		Segurança Pública com Cidadania							44.500.000
		ATIVIDADES							
06 183	2070 20V2	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL	F	3	2	90	0	174	1.000.000
06 183	2070 20V2 0001	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL - Nacional							1.000.000
06 181	2070 2586	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros							1.000.000
06 181	2070 2586 0001	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros - Nacional	F	3	2	90	0	374	4.500.000
06 181	2070 2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	F	4	2	90	0	374	500.000
06 181	2070 2726 0001	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional	F	3	2	90	0	374	21.000.000
			F	4	2	90	0	374	18.000.000
2112		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça							40.787.001
		ATIVIDADES							
06 122	2112 2000	Administração da Unidade	F	3	2	90	0	374	40.787.001
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							24.600.000
									16.187.001
TOTAL – FISCAL									85.287.001
TOTAL – SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									85.287.001

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2058		Política Nacional de Defesa							5.387.872
		PROJETOS	F	4	2	90	0	100	
05 151	2058 158K	Aquisição de Aeronaves							5.387.872
05 151	2058 156K 0001	Aquisição de Aeronaves - Nacional							5.387.872
									5.387.872
TOTAL - FISCAL									5.387.872
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.387.872

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2058		Política Nacional de Defesa							75.860.787
		ATIVIDADES							
05 153	2058 20PY	Adequação de Organizações Militares do Exército	F	4	2	90	0	100	12.000.000
05 153	2058 20PY 0001	Adequação de Organizações Militares do Exército - Nacional							12.000.000
									12.000.000

05 244	2058 20XH	Ações de Cooperação do Exército							55.221.734
05 244	2058 20XH 0001	Ações de Cooperação do Exército - Nacional	F	4	2	90	0	181	55.221.734
		PROJETOS							55.221.734
05 153	2058 158M	Modernização Operacional do Exército Brasileiro							8.439.053
05 153	2058 158M 0001	Modernização Operacional do Exército Brasileiro - Nacional	F	4	2	90	0	100	8.439.053
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							20.000.000
		ATIVIDADES							
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							20.000.000
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									95.660.787
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									95.660.787

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO I

Crédito Suplementar

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (SUB-EMENTAÇÃO)			RECURSO DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2058		Política Nacional de Defesa							9.796.674
		ATIVIDADES							
05 152	2058 20SE	Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha							424.062
05 152	2058 20SE 0001	Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha - Nacional							424.062
05 152	2058 20XN	Aprestamento da Marinha	F	3	2	90	0	100	424.062
05 152	2058 20XN 0001	Aprestamento da Marinha - Nacional							9.192.612
		PROJETOS	F	4	2	90	0	100	9.192.612
05 152	2058 157N	Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF							180.000
05 152	2058 157N 0001	Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF - Nacional							180.000
			F	4	2	90	0	100	180.000
2108		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							1.468.059
		ATIVIDADES							
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							1.468.059
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.468.059
			F	4	2	90	0	100	1.468.059
TOTAL - FISCAL									11.264.733
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.264.733

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (SUBELEMENTAÇÃO)			RECURSO DE FOMAS R\$ 1,00					VALOR	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	2058	Política Nacional de Defesa							259.287
		ATIVIDADES							
05 152	2058 211D	Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares							259.287
05 152	2058 211D 0001	Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares - Nacional							259.287
			F	4	2	90	0	100	259.287
TOTAL - FISCAL									259.287
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									259.287

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico

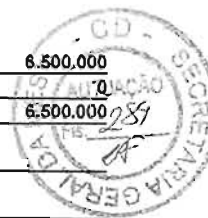
ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSO DE TODAS AS FONTES RECURSOS						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2108		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							6.500.000
		ATIVIDADES							
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							6.500.000
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							6.500.000
			F	3	2	90	0	250	4.500.000
			F	3	2	90	0	280	2.000.000



TOTAL - FISCAL	6.500.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	6.500.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52921 - Fundo do Exército

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2058		Política Nacional de Defesa							55.000.000
		ATIVIDADES							
05 153	2058 4450	Aprestamento do Exército							55.000.000
05 153	2058 4450 0001	Aprestamento do Exército - Nacional	F	3	2	90	0	250	55.000.000
			F	4	2	90	0	250	10.000.000
									45.000.000
TOTAL - FISCAL									55.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									55.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52931 - Fundo Naval

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2058		Política Nacional de Defesa							6.025.176
		ATIVIDADES							
05 152	2058 20XN	Aprestamento da Marinha							331.694
05 152	2058 20XN 0001	Aprestamento da Marinha - Nacional	F	3	2	90	0	250	331.694
									331.694
05 128	2058 20XR	Capacitação Profissional da Marinha							37.085
05 128	2058 20XR 0001	Capacitação Profissional da Marinha - Nacional	F	3	2	90	0	250	37.085
									37.085
05 125	2058 20XX	Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária							5.656.397
05 125	2058 20XX 0001	Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional	F	3	2	90	0	250	5.656.397
									5.656.397
TOTAL - FISCAL									6.025.176
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.025.176

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2058		Política Nacional de Defesa							20.255.708
		ATIVIDADES							
05 363	2058 2510	Ensino Profissional Marítimo							20.255.708
05 363	2058 2510 0001	Ensino Profissional Marítimo - Nacional	F	3	2	90	0	280	20.255.708
			F	4	2	90	0	176	20.000.000
									255.708
TOTAL - FISCAL									20.255.708
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.255.708

ÓRGÃO: 61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos

UNIDADE: 61201 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2038		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							800.000
		ATIVIDADES							
04 571	2038 4727	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro							800.000
04 571	2038 4727 0001	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro - Nacional	F	4	2	90	0	100	800.000
									800.000
TOTAL - FISCAL									800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000



ÓRGÃO: 64000 - Secretaria de Direitos Humanos
UNIDADE: 64901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2062		Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes							11.781.172
		ATIVIDADES							
14 243	2062 210M	Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente							11.781.172
14 243	2062 210M 0001	Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente - Nacional							11.781.172
			S	3	2	30	0	396	11.781.172
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.781.172
TOTAL - GERAL									11.781.172

ÓRGÃO: 64000 - Secretaria de Direitos Humanos
UNIDADE: 64902 - Fundo Nacional do Idoso - FNI

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2064		Promoção e Defesa dos Direitos Humanos							3.337.300
		ATIVIDADES							
14 241	2064 8819	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa							3.337.300
14 241	2064 8819 0001	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - Nacional							3.337.300
			S	3	2	30	0	396	3.337.300
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.337.300
TOTAL - GERAL									3.337.300

ÓRGÃO: 65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres
UNIDADE: 65101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2016		Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência							2.794.449
		ATIVIDADES							
14 422	2016 8831	Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180							2.794.449
14 422	2016 8831 0001	Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - Nacional							2.794.449
			F	3	2	90	0	100	2.794.449
2104		Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres							250.000
		ATIVIDADES							
14 122	2104 2000	Administração da Unidade							250.000
14 122	2104 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							250.000
			F	4	2	90	0	100	250.000
TOTAL - FISCAL									3.044.449
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.044.449

ÓRGÃO: 66000 - Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 66101 - Controladoria-Geral da União

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2101		Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							4.156.675
		ATIVIDADES							
04 124	2101 2D58	Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correlação							4.156.675
04 124	2101 2D58 0001	Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correlação - Nacional							4.156.675
			F	3	2	90	0	100	4.156.675
TOTAL - FISCAL									4.156.675
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.156.675

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

ANEXO II

Crédito Suplementar



PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2038		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							500.000
		ATIVIDADES							
04 125	2038 4917	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil							500.000
04 125	2038 4917 0001	Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil - Nacional							500.000
			F	4	2	90	0	100	500.000
2101		Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							500.000
		ATIVIDADES							
04 122	2101 2000	Administração da Unidade							500.000
04 122	2101 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							500.000
			F	4	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2021		Ciência, Tecnologia e Inovação							1.800.000
		ATIVIDADES							
19 571	2021 4947	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia							1.800.000
19 571	2021 4947 0001	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia - Nacional							1.800.000
			F	3	2	50	0	180	1.800.000
TOTAL - FISCAL									1.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.800.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2020		Cidadania e Justiça							595.515
		PROJETOS							
14 422	2020 13FC	Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil							595.515
14 422	2020 13FC 0001	Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil - Nacional							595.515
			F	4	2	90	0	100	595.515
TOTAL - FISCAL									595.515
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									595.515

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2020		Cidadania e Justiça							12.952
		ATIVIDADES							
04 391	2020 2810	Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional							12.952
04 391	2020 2810 0001	Preservação do Patrimônio Arquivístico Nacional - Nacional							12.952
			F	3	2	90	0	100	12.952
TOTAL - FISCAL									12.952
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.952

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça

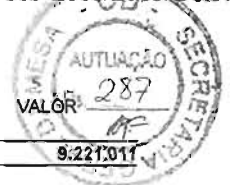
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00



FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2070		Segurança Pública com Cidadania							9.221.011
		ATIVIDADES							
06 181	2070 2723	Policlamente Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais							9.221.011
06 181	2070 2723 0001	Policlamente Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais - Nacional	F	3	2	90	0	174	9.221.011
2112		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça							5.252.306
		ATIVIDADES							
06 122	2112 2000	Administração da Unidade							5.252.306
06 122	2112 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	5.252.306
			F	4	2	90	0	174	2.947.410
									2.304.896
TOTAL - FISCAL									14.473.317
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.473.317

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2070		Segurança Pública com Cidadania							1.000.000
		ATIVIDADES							
06 183	2070 20V2	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINETEOL							1.000.000
06 183	2070 20V2 0001	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINETEOL - Nacional	F	4	2	90	0	174	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2035		Esporte e Grandes Eventos Esportivos							20.439.053
		PROJETOS							
27 811	2035 14TQ	Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016							20.439.053
27 811	2035 14TQ 0001	Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 - Nacional	F	4	3	90	0	100	20.439.053
TOTAL - FISCAL									20.439.053
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.439.053

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 62111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2108		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							5.387.872
		ATIVIDADES							
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							637.036
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	637.036
		PROJETOS							
05 482	2108 13D8	Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica							4.750.836
05 482	2108 13D8 0001	Obtenção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica - Nacional	F	4	2	90	0	100	4.750.836
TOTAL - FISCAL									5.387.872
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.387.872



ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2108		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							20.000.000
		ATIVIDADES							
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							20.000.000
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 62000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2058		Política Nacional de Defesa							9.796.674
		ATIVIDADES							
05 152	2058 20SE	Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha							424.062
05 152	2058 20SE 0001	Adequação de Instalações de Organizações Militares da Marinha - Nacional	F	4	2	90	0	100	424.062
05 152	2058 20XN	Aprestamento da Marinha							9.192.612
05 152	2058 20XN 0001	Aprestamento da Marinha - Nacional	F	3	2	90	0	100	9.192.612
		PROJETOS							
05 152	2058 157N	Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF							180.000
05 152	2058 157N 0001	Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF - Nacional	F	3	2	90	0	100	180.000
2108		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							1.468.059
		ATIVIDADES							
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							1.468.059
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.468.059
TOTAL - FISCAL									11.264.733
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.264.733

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2058		Política Nacional de Defesa							259.287
		ATIVIDADES							
05 162	2058 211D	Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares							259.287
05 152	2058 211D 0001	Tecnologias e Produtos para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares - Nacional	F	3	2	90	0	100	259.287
TOTAL - FISCAL									259.287
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									259.287

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico

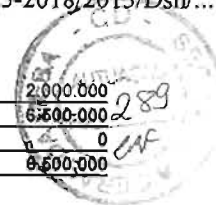
ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2108		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							6.500.000
		ATIVIDADES							
05 122	2108 2000	Administração da Unidade							6.500.000
05 122	2108 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	250	4.500.000



			F	4	2	90	0	280	2.000.000
TOTAL - FISCAL									6.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.500.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52921 - Fundo do Exército

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2058		Política Nacional de Defesa							10.000.000
		ATIVIDADES							
05 153	2058 4450	Aprestamento do Exército							10.000.000
05 153	2058 4450 0001	Aprestamento do Exército - Nacional	F	4	2	90	0	250	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52931 - Fundo Naval

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2058		Política Nacional de Defesa							5.693.482
		ATIVIDADES							
05 128	2058 20XR	Capacitação Profissional da Marinha							37.085
05 128	2058 20XR 0001	Capacitação Profissional da Marinha - Nacional	F	4	2	90	0	250	37.085
05 125	2058 20XX	Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária							5.656.397
05 125	2058 20XX 0001	Auxílios à Navegação e Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional	F	4	2	90	0	250	5.656.397
TOTAL - FISCAL									5.693.482
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.693.482

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2058		Política Nacional de Defesa							255.708
		ATIVIDADES							
05 363	2058 2510	Ensino Profissional Marítimo							255.708
05 363	2058 2510 0001	Ensino Profissional Marítimo - Nacional	F	3	2	90	0	176	255.708
TOTAL - FISCAL									255.708
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									255.708

ÓRGÃO: 61000 - Secretaria de Assuntos Estratégicos

UNIDADE: 61201 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2038		Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							800.000
		ATIVIDADES							
04 571	2038 4727	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro							800.000
04 571	2038 4727 0001	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro - Nacional	F	3	2	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									800.000

ÓRGÃO: 65000 - Secretaria de Políticas para as Mulheres

UNIDADE: 65101 - Secretaria de Políticas para as Mulheres

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2016		Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência							2.734.449
		ATIVIDADES							
14 422	2016 210B	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência							2.235.500
14 422	2016 210B 0001	Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - Nacional	F	4	2	30	0	100	2.235.500
14 422	2016 8831	Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180							558.949
14 422	2016 8831 0001	Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - Nacional	F	4	2	90	0	100	558.949
2104		Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres							250.000
		ATIVIDADES							
14 122	2104 2000	Administração da Unidade							250.000
14 122	2104 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	250.000
TOTAL - FISCAL									3.044.449
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.044.449

ÓRGÃO: 88000 - Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 66101 - Controladoria-Geral da União
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2101		Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							4.156.675
		ATIVIDADES							
04 124	2101 2D58	Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição							2.565.369
04 124	2101 2D58 0001	Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional	F	4	2	90	0	100	2.565.369
		PROJETOS							
04 122	2101 14UP	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco							240.000
04 122	2101 14UP 1895	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco - No Município de Recife - PE	F	4	2	90	0	100	240.000
04 122	2101 14UQ	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão							240.000
04 122	2101 14UQ 0734	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão - No Município de São Luís - MA	F	4	2	90	0	100	240.000
04 122	2101 14UR	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas							80.000
04 122	2101 14UR 0211	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas - No Município de Manaus - AM	F	4	2	90	0	100	80.000
04 122	2101 14US	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba							60.000
04 122	2101 14US 1438	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba - No Município de João Pessoa - PB	F	4	2	90	0	100	60.000
04 122	2101 14UT	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte							676.306
04 122	2101 14UT 1262	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte - No Município de Natal - RN	F	4	2	90	0	100	676.306
04 122	2101 14UU	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí							878.308
04 122	2101 14UU 0981	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí - No Município de Teresina - PI	F	4	2	90	0	100	240.000
04 122	2101 156S	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins							15.000
04 122	2101 156S 0542	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins - No Município de Palmas - TO	F	4	2	90	0	100	15.000
04 122	2101 156T	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo							80.000



04 122	2101 156T 3273	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo - No Município de Vitória - ES	F	4	2	90	0	100	60.000
TOTAL - FISCAL									4.156.675
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.156.676



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos



DECRETO DE 20 DE AGOSTO DE 2015

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 55.237.582.569,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso I, alínea "a", e inciso V, alíneas "a" e "b", item 1, da Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, e no art. 38, § 2º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar, no valor de R\$ 55.237.582.569,00 (cinquenta e cinco bilhões, duzentos e trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, relativo a Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações, no valor de R\$ 1.370.419,00 (um milhão, trezentos e setenta mil, quatrocentos e dezenove reais); e

II - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 55.238.212.150,00 (cinquenta e cinco bilhões, duzentos e trinta e seis milhões, duzentos e doze mil, cento e cinquenta reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2015; 194º da Independência e 127ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Barbosa

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.8.2015

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2014		Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização							19.000.000
		ATIVIDADES							
20 608	2014 20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário							19.000.000
20 608	2014 20ZV 0001	Fomento ao Setor Agropecuário - Nacional	F	3	2	40	0	100	19.000.000
			F	4	2	40	0	100	9.500.000
TOTAL - FISCAL									19.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25914 - Fundo de Garantia à Exportação - FGE

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							18.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 008G	Devolução de Prêmio de Seguro de Crédito à Exportação							18.000.000
28 846	0909 008G 0001	Devolução de Prêmio de Seguro de Crédito à Exportação - Nacional	F	3	2	90	0	100	18.000.000
TOTAL - FISCAL									18.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.000.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0905		Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)							1.370.419



		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 843	0905 0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna							
28 843	0905 0283 0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional							
			F	2	0	90	0	344	1.370.419
TOTAL - FISCAL									1.370.419
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.370.419

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0905		Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)							63.199.212.160
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 843	0905 0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna							63.199.212.160
28 843	0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional							53.199.212.150
			F	2	0	90	0	344	51.398.098.150
			F	8	0	90	0	329	600.238.000
			F	6	0	90	0	359	168.097.000
			F	6	0	90	0	371	92.137.000
			F	6	0	90	0	397	944.844.000
0906		Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)							2.000.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 844	0906 0425	Serviços da Dívida Pública Federal Externa							2.000.000.000
28 844	0906 0425 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Externa - Nacional							2.000.000.000
			F	2	0	90	0	144	2.000.000.000
TOTAL - FISCAL									55.199.212.150
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									55.199.212.150

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2014		Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização							19.000.000
		PROJETOS							
20 605	2014 1510	Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB							19.000.000
20 605	2014 1510 0001	Ampliação e Melhoria da Capacidade Armazenadora da CONAB - Nacional							19.000.000
			F	4	2	90	0	100	19.000.000
TOTAL - FISCAL									19.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2110		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							15.000.000
		ATIVIDADES							
04 122	2110 2000	Administração da Unidade							15.000.000
04 122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							15.000.000
			F	3	2	90	0	100	15.000.000
TOTAL - FISCAL									15.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.000.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							2.000.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							



28 846	0909 0669	Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000)								2.000.000.000
28 846	0909 0669 0001	Cobertura do Resultado Negativo Apurado no Banco Central do Brasil (Lei Complementar nº 101, de 2000) - Nacional								2.000.000.000
			F	2	0	90	0	144		2.000.000.000
TOTAL - FISCAL										2.000.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.000.000.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCAO			RECURSO DE FUNDOS RECURSO DE FUNDOS RECURSO DE FUNDOS						
FUNCIONAL	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0911		Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros							3.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0911 00M4	Remuneração a Agentes Financeiros							3.000.000
28 846	0911 00M4 0001	Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional	F	3	2	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 75000 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal

UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O O	I U	F T E	VALOR
0907		Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna							53.199.212.150
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 841	0907 0365	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna							53.199.212.150
28 841	0907 0365 0001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional							53.199.212.150
			F	6	0	90	0	143	53.199.212.150
TOTAL - FISCAL									53.199.212.150
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									53.199.212.150



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

Volume 1

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos dois dias dois do mês de dezembro, do ano de dois mil e quinze, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, certifico, para os devidos fins, que este volume de número 1 (**um**), com folhas numeradas de 1 a 294-A, pertencente à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015**, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, foi encerrado nesta data. E, para constar, eu, Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.